

MARLON SALOMON
JIANI FERNANDO LANGARO
ELIAS NAZARENO
ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES
SÔNIA MARIA DE MAGALHÃES
HELOISA SELMA FERNANDES CAPEL
CRISTIANO ALENCAR ARRAIS
(ORGANIZADORES)

50

ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA NA UFG

Cegraf UFG



UFG Universidade Federal de Goiás

Reitora

Angelita Pereira de Lima

Vice-Reitor

Jesiel Freitas Carvalho

Diretora do Cegraf UFG

Maria Lucia Kons

Conselho Editorial

Carlos Hernández - UNAM (México)

Valeria Macía - UNJU (Argentina)

Jorge Luiz Lossio Chaves - PUCP (Peru)

José Alves de Freitas Neto - UNICAMP (Brasil)

Juan Andrés Brasciano - UDELAR (Uruguai)

Marcelo Magalhães - UNIRIO (Brasil)

Rafael Chambouleyron - UFPA (Brasil)

50 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NA UFG

Marlon Salomon
Jiani Fernando Langaro
Elias Nazareno
Ana Carolina Eiras Coelho Soares
Sônia Maria de Magalhães
Heloisa Selma Fernandes Capel
Cristiano Alencar Arrais
(Organizadores)

2º Edição

Cegraf UFG

2022

© Cegraf UFG, 2022

© Marlon Salomon; Jiani Fernando Langaro; Elias Nazareno; Ana Carolina Eiras
Coelho Soares; Sônia Maria de Magalhães; Heloisa Selma Fernandes Capel;
Cristiano Alencar Arrais (org.), 2022

Diagramação e capa

Julyana Aleixo Fragoso

Revisão

Mirela Adriele da Silva

1º edição no formato impresso , em 2022, pelo Cegraf, com o ISBN: 978-85-495-0587-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

C575 50 anos de Pós-Graduação em História na UFG [Ebook] / organizadores, Marlon Salomon... [et al] - Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). - Goiânia : Cegraf UFG, 2022.

Inclui referências.

ISBN: 978-85-495-0588-0

1. História. 2. História - Estudo e ensino. 3. Historiografia. 4. Educação - Estudo e ensino (Pós-graduação). I. Salomon, Marlon. II. Universidade Federal de Goiás. III. Faculdade de História. IV. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH).

CDU: 930.1

Bibliotecária responsável: Rosemarilany Barbosa Guida / CRB1: 3165

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7

PARTE I - PERCURSOS INSTITUCIONAIS E HISTORIOGRÁFICOS

O QUE ERA A PÓS-GRADUAÇÃO	12

Marlon Salomon

MEIO SÉCULO DE CONTRIBUIÇÃO À PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA	49

Rogério Chaves da Silva

PARTE II - ALGUMAS TENDÊNCIAS

PERMANÊNCIA E INOVAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NA HISTORIOGRAFIA SOBRE GOIÁS: REALISMO, SUBJETIVISMO ARBITRÁRIO E APROPRIAÇÃO COGNITIVA	85

Cristiano Alencar Arrais, Luiz Carlos Bento, Manoel Gustavo Neto

ABRINDO CAMINHOS PARA OS ESTUDOS E AS PESQUISAS EM HISTÓRIA ANTIGA EM GOIÁS	120

Ana Teresa Marques Gonçalves, Luciane Munhoz de Omena

A PRESENÇA DA LITERATURA	152

Maicon da Silva Camargo, Raquel Campos

ESTUDOS ÉTNICOS E INTERCULTURAIS	197

Ordália Cristina G. Araújo, Elias Nazareno, Leandro Mendes Rocha

HISTÓRIA DAS MULHERES E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO (RE)CONSTRUINDO ALGUNS CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO (1990-2020)	233

Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Rogério Chaves da Silva

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE SAÚDE E DOENÇAS	268

Sônia Maria de Magalhães, Rildo Bento de Souza, Tiago Santos Almeida

QUEM PESQUISA PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA HISTÓRIA? UMA BREVE LEITURA SOBRE OS TRABALHOS DO PPGH NOS ÚLTIMOS 50 ANOS	302

Yussef Daibert Salomão de Campos

TRAJETÓRIA DOCENTE, FORMAÇÃO ACADÊMICA E REDES DE PESQUISA: CAMINHOS DOS ESTUDOS EM HISTÓRIA DA AMÉRICA	325

Fabiana de Souza Fredrigo, Ivan Lima Gomes

DA ESCRAVIDÃO À VIDA DOS ESCRAVOS: PERCURSOS ACADÊMICOS	368

Maria Lemke

PARTE III - MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

CINQUENTA ANOS DE HISTÓRIA	388

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

O MESTRE DE TODOS NÓS	399

Nasr Fayad Chaul

FRAGMENTOS BIOGRÁFICO-ACADÊMICOS DE UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA: GILKA VASCONCELOS FERREIRA DE SALLES (1925-2009).....	420

Heloisa Selma Fernandes Capel

ORIGEM E TRAJETÓRIA (1972-2003)	441

Heliane Prudente Nunes

JANAÍNA AMADO: MEMÓRIA ACADÊMICA E AFETIVA.....	470

Maria Amélia Garcia de Alencar

HISTÓRICO DE COORDENADORES(AS)	486

SERVIDORES(AS) TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS(AS).....	488

PRIMEIROS(AS) ESTUDANTES.....	489

APRESENTAÇÃO

A década de 1970 marcou um ponto de virada na ciência e na historiografia brasileira. A partir do final dos anos 1960, a pós-graduação *stricto sensu* se tornaria o *lugar* fundamental de produção do conhecimento científico no Brasil no quadro de uma nova ordenação acadêmica e institucional que buscou se estruturar como um Sistema Nacional. Era preciso produzir cientistas, formar técnicos e qualificar milhares de novos(as) docentes de dezenas de universidades (sobretudo federais) recém-criadas, além de transformar essas instituições nos vetores principais de produção do conhecimento científico no País. É um pouco nesse contexto de transformações mais gerais que podemos situar a criação da Universidade Federal de Goiás, em 1960, e do curso-convênio entre a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade de São Paulo (USP), que inaugurou a pós-graduação *stricto sensu* em Goiás com a abertura dos cursos de mestrado em História e Letras, em 1972. No interior desse novo Sistema, a pós-graduação em História na UFG é, portanto, quase tão antiga quanto a própria pós-graduação nessa área no País, inaugurada em 1971 com a criação dos cursos de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e dos de mestrado e doutorado em História Econômica e História Social da USP.

Essa transformação institucional do lugar de produção do conhecimento foi responsável por reconfigurar e enriquecer a paisagem historiográfica no Brasil. As novas universidades, que, num primeiro momento, eram apenas responsáveis pela formação superior (nos cursos de licenciatura) das novas gerações de professores e professoras do ensino básico, tornaram-se, em seguida, o espaço de produção de pesquisa especializada. Aos poucos, a história deixou de ser um assunto de diletantes para se tornar objeto de uma profissão. Esse processo de profissionalização da historiografia brasileira foi fortemente impulsionado por aquela reconfiguração institucional. Basta que se observe não apenas o volume, mas igualmente a qualidade do conhecimento sobre Goiás e sobre o Brasil Central produzido antes e depois da criação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH).

As primeiras décadas dessa história foram fortemente marcadas pela pesquisa em história regional. Toda uma série de aspectos do passado regional foi iluminada e posta em relevo por dezenas de dissertações de mestrado, que transformaram definitivamente a maneira de compreender a história de Goiás. Essa vocação identitária que, de maneira geral, orientou a trajetória da historiografia produzida nos Programas de Pós-Graduação no Brasil a partir da década de 1970, foi bastante marcante na UFG até a década de 1990. A partir de então, uma série de novas áreas de interesse passou a, lenta, mas consistentemente, desenvolver-se no PPGH: História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, da América; novos objetos passaram a ser explorados nas pesquisas desenvolvidas: a literatura, o patrimônio cultural, as doenças, a morte, os imaginários, as identidades, as mulheres, os indígenas, os afrodescenden-

tes, as ciências e a medicina, a diversidade de saberes, as imagens, a música e as artes, as cidades; novos problemas passaram a figurar nas dissertações e teses defendidas na UFG: as relações de gênero, as relações étnico-raciais e as questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e relativas ao ensino de história ganharam destaque em nossa produção acadêmica. Esse conjunto de novidades coincidiu com a abertura do curso de doutorado em História no PPGH, em 2003. Entre teses e dissertações, já são quase 800 trabalhos defendidos no Programa até o ano de 2022.

Todas essas transformações relacionam-se, certamente, com o processo de renovação geracional do corpo docente do Programa, mas é inegável que sua produção historiográfica se inscreve e participa de um movimento mais geral do próprio pensamento historiográfico brasileiro e internacional. A dilatação espacial e temporal que se observou na UFG a partir da virada para o novo milênio é a mesma registrada na grande maioria dos programas de pós-graduação Brasil afora. Isso também se nota, por exemplo, nas grandes tendências e referências eleitas pelas gerações de estudantes que se sucederam no PPGH: os anos 1970 foram marcados pelas referências oriundas da historiografia francesa dos *Annales*; a década seguinte assistiu à promoção do marxismo como principal horizonte dos trabalhos defendidos em Goiânia; e os anos 1990 viram a Nova História ganhar a importância que, em seguida, seria adquirida pela história cultural. Uma de nossas preocupações com a organização deste livro foi precisamente tentar inscrever a história do Programa e de sua produção historiográfica nas múltiplas temporalidades e movimentos mais amplos da própria ciência histórica, evitando qualquer tipo de atomismo isolacionista.

Não poderíamos deixar o cinquentenário de nosso PPGH passar em branco. No ano passado, a pós-graduação nessa área completou, no Brasil, cinco décadas de atividade sem que entidades como a ANPUH ou a CAPES registrassem a importância dessa marca. Trata-se aqui, certamente, de comemorar essa passagem, mas, sobretudo, de refletir criticamente sobre essa história. Os estudos sobre historiografia desconsideram, muitas vezes, os aspectos institucionais do saber em suas análises e avaliações, mas, como este livro pretende mostrar, a pesquisa sobre a constituição e a consolidação de um Programa de Pós-Graduação é um dos mais férteis terrenos para a compreensão da história do conhecimento.

Estruturamos em três partes o nosso trabalho. Na primeira dela, apresentamos capítulos que buscam reconstituir as condições que tornaram possível sua criação, a forma como o Programa se estruturou em seus primeiros anos e seus percursos historiográficos iniciais. Na segunda, docentes e ex-estudantes do PPGH buscam analisar como se constituíram e se transformaram algumas tendências, áreas e temáticas presentes nos estudos desenvolvidos na UFG ao longo dessas cinco décadas. Em seguida, na terceira parte, docentes e ex-docentes analisam a trajetória do Programa e de antigos(as) mestres(as) que contribuíram para a consolidação da pós-graduação na UFG e para a descentralização da produção do conhecimento histórico no Brasil. No final do livro, apresentamos o histórico de coordenadores(as), a relação de servidores(as) técnico-administrativos(as) e a lista dos(as) primeiros(as) estudantes do PPGH (e do curso de Letras) em 1972.

PARTE I

PERCURSOS INSTITUCIONAIS E HISTORIOGRÁFICOS

O QUE ERA A PÓS-GRADUAÇÃO

Marlon Salomon¹

Origens de um curso-convênio

Quando eu ingressei como professor no PPGH, no início de 2003, o curso de mestrado havia recém-comemorado seus 30 anos de fundação. Houve comemorações dessa efeméride no ano anterior. Eu desconhecia essa história, mas a memória que circulava àquela época sobre o “mestrado” era fortemente marcada pelo que havia ocorrido na década anterior. Pouco se falava dos seus pais e (sobretudo) mães fundadores(as) e das inverossímeis aventuras que levaram à abertura, em 1972, no Centro-Oeste brasileiro, de um curso de mestrado em História, um dos primeiros do Brasil.² Luiz Palacín era apenas o nome de um miniauditório obsoleto e desconfortável no prédio da então Faculdade de Ciências Humanas

1 Doutor em História pela UFSC; professor titular da Faculdade de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do ProfHistória da UFG; bolsista produtividade do CNPq. E-mail: marlonsalomon@ufg.br

2 Em 1971, foram abertos os cursos de mestrado e doutorado em História Social e História Econômica da USP e de mestrado em História da UFF; no ano seguinte, os cursos de mestrado da UFG, UFPR e PUC-SP.

e Filosofia (FCHF).³ A memória institucional do curso era traumática e não recuava aquém da década de 1990. Vindo de fora, surpreendia-me o fato de que pouco se explorava simbolicamente essa longa tradição. Certamente, essa memória traumática era mobilizada estrategicamente, como os relatórios anuais das atividades do Programa – Coleta Capes – não deixavam de testemunhar, de modo a reforçar certa posição defensiva nas avaliações periódicas realizadas pela agência federal ligada ao Ministério da Educação e responsável pelo funcionamento da pós-graduação no País. De toda forma, essa memória orientava e informava a história do curso naquele momento. Esse estranhamento gerou, anos depois, o desejo de compreender a história em torno da origem do curso.⁴

A criação do curso de mestrado em História da UFG decorreu da reunião casual de um conjunto de fatos bastante precisos. A professora Lena Castello Branco foi o eixo central dessa história. Formada em História pela Universidade Católica de Goiás, ela já era

3 Nos últimos anos, o trabalho de Palacín vem sendo objeto de interessantes estudos, conduzidos por Rogério Chaves. Cf. SILVA, Rogério Chaves da. **O jesuíta e o historiador**: a produção historiográfica de Luís Palacín sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen. Goiânia: Ed. da UCG, 2008; cf. também SILVA, Rogério C. da. **Reflexões sobre o fazer histórico**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

4 Este capítulo é um fragmento do trabalho que apresentei em setembro de 2021 como **Memorial acadêmico** no concurso para professor titular na Faculdade de História da UFG. Nesse **Memorial**, procurei reconstituir alguns aspectos da institucionalização do modelo de pós-graduação no Brasil a partir do final da década de 1960 e pensar em seus impactos na forma como a historiografia brasileira se estruturou desde então. A história do PPGH me serviu de guia ou como uma espécie de estudo de caso para refletir sobre esse modelo. Cf. SALOMON, Marlon. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021.

professora do Centro de Estudos Brasileiros (CEB/UFG) desde 1963. Fechado em 1964, após o golpe militar, o CEB daria origem, no ano seguinte, ao curso de História da UFG;⁵ no ano de 1966, ela seria aprovada em concurso e se tornaria professora do quadro da UFG;⁶ dois anos mais tarde, como efeito da Reforma Universitária implementada pelo Estado autoritário, ela se tornaria professora titular. Castello Branco assumiu a direção do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) logo após a sua criação, em 1969, e permaneceu à sua frente até 1973. Antes de assumir essa diretoria, todavia, ela preparava uma tese de doutorado (ainda no antigo modelo de cátedras) em História Antiga junto à USP, sob a supervisão do professor Eurípedes Simões de Paula – recorde-se de que ela era professora da cátedra de História Antiga e Medieval. Em função dos novos encargos administrativos, viu-se obrigada a abandonar temporariamente esse projeto.

Desde 1970, a professora Lena Castello Branco também integrava o Conselho Federal de Educação (CFE). A aprovação de novos cursos de pós-graduação era uma atribuição, à época, desse Conselho. Ela passou, portanto, a acompanhar, na Câmara de Ensino Superior do CFE, em Brasília, os processos de abertura e reconhecimento dos primeiros cursos de mestrado e doutorado no interior da nova sistemática que havia sido formulada a partir das orientações

5 Cf. SALOMON, Marlon. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 170 e ss.

6 BORGES, Simone. **Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico**. 2006. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006. p. 181.

de Newton Sucupira, de quem passava a ser colega nesse Conselho.⁷ Foi a partir dessa posição que ela tomou conhecimento e se deu conta da necessidade e das vantagens da abertura de cursos nesses níveis, que começavam a pulular em todos os cantos. Ao mesmo tempo, a necessidade de capacitação dos docentes da nova Universidade Federal, criada em 1960, em Goiânia, era urgente. “Esta era a grande preocupação da reitoria: qualificar seu pessoal docente”.⁸ Desde 1969, a UFG havia estabelecido um plano de capacitação de seus professores. Foi precisamente a professora Lena Castello Branco quem trouxe para o ICHL e para a UFG a sugestão de abertura de cursos *stricto sensu* na própria instituição.

Se, de um ponto de vista local, portanto, é preciso sublinhar a posição da professora Lena Castello Branco na criação do curso-convênio que inaugurou a pós-graduação *stricto sensu* na UFG, não se pode deixar de inscrever essa posição em uma historicidade mais ampla. Desde a década de 1950, o Estado brasileiro passou a considerar como fundamental a formação de quadros qualificados para a concepção, o desenvolvimento e a execução de projetos estratégicos em âmbito estatal. Por isso, 70% das Universidades Federais existentes no início dos anos 1970 haviam sido criadas nas duas

7 Ela permaneceu no CFE até o ano de 1976. Entre 1974 e 1981, esteve à disposição da reitoria da UFG como assessora do professor José Cruciano de Araújo, que, entre 1974 e 1977, foi o 1º Sub-Reitor e, entre 1978 e 1981, o Reitor da universidade. Entre 1977 e 1978, esteve de licença para cursar o doutorado em História na USP, cuja tese foi apresentada em 1986, sob o título **As elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra**, sob a orientação do professor Shozo Motoyama. Em 1982, cursou a Escola Superior de Guerra. Entre 1983 e 1985, foi Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e, em seguida, assessora na Secretaria Geral do Ministério da Cultura, cargo em que permaneceu até 1991, ano em que se aposentou como professora na UFG.

8 OLIVAL, Moema de Castro e Silva. **Diálogos plurais**. Goiânia: R&F, 2008. p. 191.

décadas anteriores. Era preciso, por conseguinte, qualificar seus(as) novos(as) docentes. A regulamentação da pós-graduação *stricto sensu* na década de 1960 e a criação de um Sistema Nacional de Pós-Graduação pertencem a essa história que marcou, como procurei demonstrar,⁹ uma primeira fase da formação em pós-graduação no Brasil, em que a USP desempenhou um papel central. Como veremos a seguir, a criação de um curso-convênio, em 1972, com a Universidade paulista na UFG encontra aí suas razões.

A professora Lena Castello Branco estava, desse modo, em duas posições institucionais pelas quais os debates sobre a qualificação de docentes necessariamente passavam: no Conselho Universitário, como diretora do ICHL, por onde corria a discussão sobre a formação e qualificação de pessoal para o ensino superior da UFG (com seus limites, entraves, custos e problemas) e no CFE, a última instância de reconhecimento de uma nova política, que buscava, precisamente, qualificar professores do ensino superior e formar pesquisadores, cientistas e técnicos no País. A dupla posição político-acadêmica ocupada por ela permite compreender a criação tão prematura da pós-graduação em uma região então excêntrica à ciência brasileira. A ideia de criar um curso nesse nível na UFG surgiu daí, mas havia o problema da inexistência de mão de obra qualificada em Goiânia para executá-la. Mais de uma docente do curso de história da UFG estava então inscrita em tese na USP. Havia um histórico de relações recentes entre o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Eurípedes Simões de Paula era o diretor da

9 SALOMON, Marlon. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021.

FFLCH e, por coincidência, vinha, à época, com alguma regularidade a Goiás para acompanhar sua esposa, Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula, em suas pesquisas sobre a história dos presídios em Goiás.¹⁰ Isso tornava possível expor-lhe diretamente o problema e apresentar-lhe o projeto de acordo entre as instituições, de modo a granjear seu apoio, tal como ocorreu.

Castello Branco e Salles relembram que “um forte impulso” à criação desse curso foi a realização do VI Simpósio Nacional da ANPUH, ocorrido em Goiânia, em 1971, sob a organização do então presidente da Associação, professor Simões de Paula.¹¹ Em 1971, não é supérfluo relembrar, a USP abriu dois PPG na Área de História e quatro na Área de Letras (Filologia e Língua Portuguesa, Letras Clássicas, Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa). Luiz Palacín, um dos raros docentes da Universidade que possuía título de doutor e que assumiria a coordenação do curso logo após sua criação, era o vice-presidente da Associação, liderada por Simões de Paula. Durante a semana do evento, pôde-se conversar sobre o assunto e esboçar a ideia do projeto. Do ponto de vista do historiador de São Paulo, provavelmente, não era sem importância alimentar uma boa relação com a nova consiliária do CFE. Ao mesmo tempo, não é supérfluo lembrar-se de sua posição no campo historiográfico. Além de diretor da FFLCH, Simões de Paula era (e permaneceria até o ano de sua morte, em 1977) presidente da ANPUH desde 1965.

10 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **UFG: meio século**. Trindade, 12 de julho de 2011, p. 13 [mimeo]. A tese de Rodrigues Simões de Paula foi defendida em 1973, sob o título *O presídio de Santa Leopoldina do Araguaia e sua importância em termos de colonização, 1850-1865*.

11 SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**, v. 1, n. 2, p. 6, 1996.

Ele organizava, orientava e pautava uma estratégia de nacionalização político-historiográfica dos professores universitários a partir da e centrada na USP. Era o editor da *Revista de História* da USP e editor dos *Anais* dos encontros da ANPUH; possuía, portanto, uma posição importante no espaço de circulação e divulgação da história no País. Com o convênio, ele anexava o território goiano à sua estratégia e fortalecia sua posição. Em 1973, a professora Lena Castello Branco indicaria seu nome para receber o título de Doutor *Honoris Causa* pela UFG e seria a oradora da cerimônia de sua concessão.¹²

As discussões sobre a abertura de um curso em Goiânia devem ter evoluído rapidamente em 1971, pois já em fevereiro do ano seguinte houve a publicação do edital para abertura de vagas para a nova turma, que iniciaria o curso logo em seguida. O Termo de Convênio firmado entre o ICHL e a FFLCH, em 1972, falava em “cursos de pós-graduação, ao nível de especialização”, em duas áreas: Ciências Humanas e Letras. Na área de Ciências Humanas, previa-se a oferta de cursos de História, Sociologia e Antropologia; já na de Letras, de Linguística, Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira. Esse curso era coordenado pelo professor da FFLCH Cidmar Teodoro Pais. Docentes paulistas lecionariam em Goiânia durante 30 dias a cada vez e os custos de deslocamento e estadia ficariam sob as expensas do Instituto. O Convênio cobria os anos de 1972 e 1973 e também previa que os créditos das disciplinas cursadas em Goiânia poderiam ser eventualmente aproveitados nos

12 GONÇALVES, Maria Antônia França. **Relatório anual de atividades do ICHL (Conclusão)** – 1973. Goiânia, 25 de janeiro de 1974. Esse documento encontra-se em uma brochura que reúne relatórios e ofícios, intitulada **Relatório da Diretoria 1978**. Arquivo do PPGH, cx. 6, fl. 3.

curso oferecidos em São Paulo — o que de fato favoreceu inúmeros docentes da UFG.¹³

Desenho institucional e organizacional

A história da criação da pós-graduação, no início da década de 1970, na UFG, é interessante porque mostra como o desenho institucional e organizacional desse nível de formação ainda não estava dado no País. O *Regulamento* do curso definia que a formação inicial correspondia ao nível de Especialização, mas que ela “desenvolver-se-á posteriormente em dois níveis de formação: Mestrado e Doutorado”.¹⁴ As decisões administrativas e acadêmicas sobre o curso estavam submetidas ao “Conselho Departamental” do Instituto. Uma Comissão de Pós-Graduação seria criada com o intuito de coordenar efetivamente as atividades administrativas e acadêmicas do curso. As inscrições a uma das vagas dos novos cursos exigiam, além da apresentação de cópia do diploma de graduação e de *Curriculum Vitae*, um requerimento em que o candidato indicava o orientador e a “área de concentração dos estudos”. Como se vê, havia um convênio para a formação em pós-graduação, mas ora se falava na existência de um curso, ora na existência de dois cursos, ora em um curso com duas áreas de concentração, ora mesmo nos “Programas de Pós-Graduação”. Mais importante: havia a definição de “áreas” e, em seu interior, a identificação dos cursos oferecidos. Essa plasticidade

13 UFG – Universidade Federal de Goiás; USP – Universidade de São Paulo. **Termo de convênio.** Convênio que entre si fazem a Universidade Federal de Goiás e a Universidade de São Paulo. Goiânia/São Paulo. Arquivo do PPGH, cx. 6, 2 fls.

14 UFG – Universidade Federal de Goiás. **Regulamento dos cursos de pós-graduação do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.** Aprovado pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa em 5 de setembro de 1972 – Processo n. 04936/72. Arquivo do PPGH, cx. 6, fl. 1.

semântica e – aos olhos de hoje – imprecisão terminológica mostra como é ilusório projetar na década de 1970, do ponto de vista da organização institucional, a pós-graduação tal como a conhecemos em nossos dias. O curso de pós-graduação em “Ciências Humanas e Letras” espelhava claramente a estrutura institucional do ICHL que o abrigava e cujos(as) professores(as) deveria qualificar.

O processo seletivo guardava ainda enorme relação com o antigo modelo de formação e resultava de uma entrevista com o orientador indicado – o que era claramente contraditório com o fato de que os futuros orientadores apenas chegariam em Goiânia ao longo do ano e com o curso já em funcionamento. O candidato aprovado deveria estabelecer, desde o início do curso, em acordo com seu orientador, um plano de trabalho prevendo as atividades a serem realizadas ao longo dos dois anos e apresentar relatórios periódicos sobre sua execução. Para integralizar o curso, o(a) discente deveria perfazer um total de 120 créditos (1440 horas); a concessão do título de mestre estava condicionada à apresentação de uma dissertação, que equivalia a 30 créditos do curso; outros 30 correspondiam a disciplinas e atividades teóricas (10 créditos equivalentes a cada uma das três subáreas ou matérias indicadas no Convênio) e outros 60 a atividades ou “estágios” de pesquisa. O interessante é que o *Regulamento*, quando tratava “Dos Exames Gerais de Qualificação”, uma “prova escrita ou oral” precedida da entrega de um “relatório de suas atividades”,¹⁵ deixava em aberto a possibilidade de o estudante apresentar uma dissertação ou tese de doutorado, o

15 UFG – Universidade Federal de Goiás. **Regulamento dos cursos de pós-graduação do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.** Aprovado pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa em 5 de setembro de 1972 – Processo n. 04936/72. Arquivo do PPGH, cx. 6, fl. 8.

que, a meu ver, mostra como, nesse início do novo modelo de pós-graduação no País, a concepção sequencial da formação em dois níveis não estava ainda claramente estabelecida. O curso de pós-graduação que se abriu era ao mesmo tempo de especialização e mestrado, mas podia transformar-se em doutorado – nesse caso, os créditos realizados em Goiânia poderiam ser aproveitados em uma eventual continuidade formativa em São Paulo. A ideia cara de “curso” do novo Sistema não parecia estar fortemente enraizada institucionalmente. E mais: a estrutura institucional era extremamente flexível, para não dizer imprecisa. Ao mesmo tempo, quando o *Regulamento* definia que o curso evoluiria para os níveis de formação do mestrado e doutorado, referia-se ao percurso possível que o discente poderia trilhar nele, e não só a potenciais parcerias futuras. Entretanto, é preciso afirmar que, desde o início, um dos objetivos do Convênio era servir como base para a criação de dois futuros cursos de mestrado, nas áreas de Ciências Humanas e Letras.¹⁶ Esses novos cursos nasceriam dessa experiência inicial e poderiam passar a contar com os professores qualificados por meio do Convênio ou com o retorno dos docentes que se encontravam afastados para qualificação. Essa é a razão para se definir o ano de 1972 como o de fundação dos dois primeiros cursos de pós-graduação na UFG, de História e de Letras. O curso de Ciências Humanas, certamente, em função da qualificação de vários docentes da área de História, acabou por se tornar o mestrado em História.

16 Um dos seus objetivos era “dar início à formação de um núcleo de pesquisa, em nível de pós-graduação, nas áreas de Ciências Humanas e Letras com vistas à futura implantação de cursos de Mestrado na Universidade Federal de Goiás” (FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Relatório**. Instituto de Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação, Convênio USP/UFG, 1972-1973. Goiânia, 18 de fevereiro de 1975. Arquivo PPGH, cx. 6, fl. 2).

O *Regulamento* exigia que o orientador possuísse título de doutor. Um conjunto bastante amplo de incumbências ficava a cargo do trabalho de supervisão: cancelar a inscrição do candidato quando necessário; “fixar o programa de estudos” e alterá-lo, se necessário; “realizar as provas de capacidade”; “verificar a proficiência de língua estrangeira”; promover reuniões de orientação; controlar a execução das atividades previstas no plano de trabalho; “promover os exames de qualificação e autorizar a apresentação e defesa de dissertações e teses”; e presidir as bancas de qualificação e defesa dos trabalhos.¹⁷

Os primeiros docentes e uma estratégia de qualificação

Na descrição da estrutura dos cursos, indicavam-se os docentes da USP que atuavam em Goiânia nas Áreas de Ciências Humanas e Letras. Na primeira delas, listava-se: Maria Beatriz Nizza da Silva, Fernando Mourão, Manuel Nunes, Antônio Rocha Penteado, Fernanda Pacca de Almeida, Alice Piffer Canabrava, Shozo Motoyama, Carlos Guilherme Motta, José Sebastião Witter, José de Souza Martins e Frédéric Mauro (“convidado especial”). Na segunda, com um número menor de docentes: Cidmar Theodoro Pais, Erasmo d’Almeida Magalhães, Rolando Moral Pinto e Alfredo Bosi. Finalmente, indicavam-se, ainda, os docentes da casa que atuavam na Comissão

17 UFG – Universidade Federal de Goiás. **Regulamento dos cursos de pós-graduação do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.** Aprovado pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa em 5 de setembro de 1972 – Processo n. 04936/72. Arquivo do PPGH, cx. 6, fl. 10. É verdade que esse Regulamento pode ter basicamente reproduzido aquele recentemente criado na USP, mas o fato de que se tenha mantido, na letra do texto, a possibilidade do doutoramento indica que essa opção pertencia ao horizonte do novo curso, mesmo que dissesse respeito à sua continuação em São Paulo.

de coordenação da pós-graduação: Padre José Pereira de Maria, Padre Luiz Palacín Gomez e Monsenhor Primo Nevez da Mora Vieira.¹⁸

O *Regulamento* definia que o objetivo dos cursos era “promover formação de docentes destinados ao ensino superior e de pesquisadores de alto nível, nos campos das Ciências Humanas e Letras”.¹⁹ O Convênio, como se deduz, pretendia capacitar sobretudo docentes da própria UFG. Já o *Relatório* sobre os dois anos de atividades do Convênio esclarecia que o curso tinha como objetivo “aperfeiçoar e especializar o pessoal docente para o ensino superior na Universidade Federal de Goiás e, subsidiariamente, para o ensino de 1º e 2º graus”.²⁰ A pequena variação que se lê nesses dois documentos, o primeiro de 1972 e o segundo de 1975, sobre o público-alvo do convênio, explica-se pelo perfil dos inscritos no curso, como veremos a seguir. A descrição dos objetivos e dos resultados alcançados pelo Convênio no *Relatório* que acabo de citar é interessante porque explicita com inequívoca clareza as dificuldades e os limites de uma política de capacitação para uma jovem Universidade, baseada no afastamento de docentes para cursar pós-graduação em outra Instituição de Ensino Superior (IES). Uma política de qualificação baseada no afastamento

18 Em *O inconsciente historiográfico*, chamei a atenção para o fato da inexistência de mão de obra altamente especializada no interior do País nessa época fora dos quadros da Igreja Católica. Padre Palacín era doutor em História pela Universidade Complutense de Madrid. Padre Pereira não era doutor, mas possuía o título de Notório Saber. Monsenhor Primo Nevez, professor do Departamento de Letras Vernáculas, concluiu seu doutorado em 1973, na USP.

19 UFG – Universidade Federal de Goiás. **Regulamento dos cursos de pós-graduação do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás**. Aprovado pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa em 5 de setembro de 1972 – Processo n. 04936/72. Arquivo do PPGH, cx. 6, fl. 1.

20 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Relatório**. Instituto de Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação, Convênio USP/UFG, 1972-1973. Goiânia, 18 de fevereiro de 1975. Arquivo PPGH, cx. 6, fl. 2.

trazia riscos, podia ser desvantajosa, acabava por criar dificuldades pedagógicas e, sobretudo, implicava enormes custos.

Em primeiro lugar, a formação local contribuía para a fixação de mão de obra qualificada em Goiás. “Além do aperfeiçoamento do pessoal docente, conseguiu-se a sua fixação em Goiás, ao contrário do que ocorre com muitos dos professores que vão realizar cursos de pós-graduação nos grandes centros do País e ali permanecem, em razão de melhores oportunidades de trabalho”.²¹ Em segundo lugar, ela não produzia o problema de “desambientação” dos docentes e os obrigava a se voltarem para pesquisas regionais — registre-se que os gestores da Capes, como lembrei em outro lugar,²² também se referiam ao fenômeno do *dépaysement* e à alienação dos temas de pesquisa, indiferentes à “realidade nacional” dos bolsistas de doutorado no exterior.

Outra desvantagem superada com a realização do curso-convênio é a desambientação dos docentes que regressam à Universidade, ao final de cursos concluídos no País ou no exterior, e que se ressentem das limitações locais. Permanecendo em exercício, os docentes não se deparam com esse tipo de problemas e manifestam motivação maior pela realização de pesquisas de interesse regional.²³

21 Ibidem, fl. 12.

22 SALOMON, Marlon. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 83 e p. 308.

23 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Relatório**. Instituto de Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação, Convênio USP/UFG, 1972-1973. Goiânia, 18 de fevereiro de 1975. Arquivo PPGH, cx. 6, fl. 12.

Em seguida, a capacitação sem afastamento mantinha os docentes “à frente do ensino das disciplinas pelas quais são responsáveis” na instituição. Isso trazia “considerável economia à Universidade”, que se desincumbia de “contratar substitutos eventuais para os ausentes”, além das dificuldades “dadas as limitações da oferta de pessoal qualificado na região”.²⁴

No entanto, eram, sobretudo, as vantagens financeiras para a Universidade que mereciam destaque, do ponto de vista de uma política de capacitação, no *Relatório* sobre as atividades do Convênio. Durante os dois anos do curso, foram gastos Cr\$ 125.444,08. A maior parte desse orçamento foi composta por verbas do próprio ICHL (84%), restringindo-se a arrecadação com inscrições e anuidades a apenas 16% dele. Esse orçamento foi empregado da seguinte forma: passagens – Cr\$ 20.226,00; hospedagens – Cr\$ 14.618,08; e cachê dos professores – Cr\$ 90.500,00.²⁵ A professora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas comparou esse orçamento com os investimentos necessários para formar um docente via licença para capacitação. Trata-se de um documento importante e, por isso, vou citá-lo integralmente:

Com os recursos despendidos a Universidade aperfeiçoou 24 (vinte e quatro) dos

24 Ibidem, fl. 12-13.

25 Um Ofício de 1973 permite discriminar alguns dos encargos do curso. O coordenador do curso de Letras, Cidmar Theodoro Paes, recebeu por Cr\$ 8.000,00 (não se sabe se esse pagamento também incluía os cursos por ele ministrados); por orientação de mestrado, os docentes da USP recebiam Cr\$ 1.000,00; por disciplina ministrada, Cr\$ 2.500,00. Cf. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Ofício nº 495/73 ao professor Paulo de Bastos Perillo, reitor da UFG.** Goiânia, 28 de setembro de 1973. Esse documento encontra-se em uma brochura que reúne relatórios e ofícios intitulada **Relatório da diretoria 1978: Anexo LXI.** Arquivo do PPGH, cx. 6, fl. 2.

seus docentes qualificando-os para o magistério superior. De acordo com as normas em vigor na Universidade Federal de Goiás (Resolução 022/69 do Conselho Universitário), todos os professores que se afastam da docência para cursos de pós-graduação fazem jus a vencimentos de professor titular em regime gratificado de trabalho (24 horas), o que representaria, em 1972 e 1973, a soma de Cr\$ 80.288,00 (oitenta mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros) para cada docente. Assim, para qualificar aquele número de professores a Universidade gastaria, em uma estimativa menos sofisticada, Cr\$ 1.926.912,00 (hum milhão, novecentos e vinte e seis mil, novecentos e doze cruzeiros), enquanto que no curso-convênio as despesas somaram Cr\$ 125.444,08 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros e oito centavos) para os mesmos 24 docentes, além daqueles que trabalham em outras instituições de ensino e que também frequentaram o curso, em número de 29 (vinte e nove). Em outras palavras: com a importância que seria gasta com 1,5 professores contratados, a Universidade qualificou, ao todo, 52 (cinquenta e dois) docentes, sendo 24 (vinte e quatro) da própria Universidade.²⁶

26 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Relatório**. Instituto de Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação, Convênio USP/UFG, 1972-1973. Goiânia, 18 de fevereiro de 1975. Arquivo PPGH, cx. 6, fls. 11-12. No dia 18 de fevereiro de 1975, conforme informa o jornal **O Globo**, um dólar para a compra estava cotado a Cr\$ 7,51. Apenas para se ter uma ideia aproximada, isso quer dizer que o orçamento dos dois anos do convênio equivalia a algo em torno de 16.704 USD à época. Seria preciso utilizar algum instrumento que corrija esses valores da época para se ter uma dimensão real desse valor.

Perfil dos(as) primeiros(as) estudantes

A professora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas se refere, aí, ao número de docentes qualificados pelo Convênio. Vê-se que seus cálculos dizem respeito ao grau de especialista concedido aos seus participantes. Seu *Relatório* apresenta a lista dos estudantes matriculados nos cursos e seus vínculos institucionais de origem. Há 55 nomes nela, classificados da seguinte forma: 24 pertenciam à UFG (17 auxiliares de ensino e 7 professores(as) de nível superior), 20 eram professores(as) do ensino médio, 7 pertenciam à Universidade Católica de Goiás (professores(as) de nível superior), 3 eram docentes de nível superior da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, de Anápolis, e uma inscrita era arrolada na rubrica “outros”.²⁷ Consultando a listagem completa dos matriculados, não deixa de ser interessante verificar que essa candidata era uma “estudante”, a quem praticamente se reconhecia o não lugar nesse curso. Destaco isso apenas para lembrar como a pós-graduação havia sido desenhada e pensada para capacitar docentes do ensino superior, e não para transformar recém-graduados em estudantes de pós-graduação.²⁸

A criação dos cursos de mestrado em História e Letras da UFG ape-

27 A lista com os nomes desses(as) estudantes segue anexa ao final deste livro.

28 No final do Capítulo II de *O inconsciente historiográfico*, lembrei como a criação do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), em meados da década de 1970, quis transformar o perfil dos(as) estudantes de pós-graduação no País. Embora a função desse novo nível de formação fosse qualificar quadros para o ensino superior e para o Estado brasileiro, isso não quer dizer que os(as) estudantes nele matriculados(as) fossem exclusivamente oriundos(as) das fileiras do Estado. Muitos das minhas professoras e professores em Blumenau (durante a graduação) e Florianópolis (durante o doutorado), que haviam feito mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) logo após a abertura do curso, em 1976, eram docentes do ensino fundamental e médio, assim como parte razoável do corpo discente dessa primeira turma de mestrado da UFG. O título de mestre, todavia, ampliou o campo de possíveis para essa geração a partir da década de 1980.

nas se explica no quadro dessa política de qualificação de recursos humanos para o Estado brasileiro, o que não significa acreditar que o perfil dos(as) estudantes na Área de História se reduzisse ao de docentes do ensino superior. Chama igualmente a atenção o fato de que 36% dos matriculados no curso fossem professores(as) do ensino médio. O corte de gênero é igualmente interessante de se observar: 71% dos estudantes matriculados (39) no curso em 1972 eram mulheres; no curso de Ciências Humanas, essa porcentagem era de 73% (27 mulheres) e no de Letras um pouco menor, de 67% (12 mulheres). Finalmente, cabe registrar que o curso de Ciências Humanas contou com 37 matrículas e o de Letras, com 18 estudantes. Em 1974, as primeiras dissertações foram defendidas, quatro de estudantes do curso de Letras (Aparecida de Paula Lima, Braz José Coelho, Ely de Oliveira Chaves Falanque e Norma Simão Adad) e uma do de Ciências Humanas (Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, vice-diretora do ICHL até aquele ano).

Se cotejarmos a lista dos estudantes matriculados nessa primeira turma com a do *Catálogo de Dissertações de Mestrado* do PPGH, veremos que todas as dissertações defendidas no Programa durante a década de 1970 foram de discentes dessa primeira turma. A primeira, como escrevi acima, foi apresentada em 1974, pela professora Gilka Salles; em 1975, Eliane Garcindo [Dayrell] de Sá (auxiliar de ensino da Faculdade de Educação) e Maria de Souza França (auxiliar de ensino do ICHL) apresentaram a segunda e a terceira dissertações, respectivamente; a quarta dissertação apresentada foi de Marielys Siqueira Bueno, aquela que era classificada como “estudante” na lista do *Relatório* analisado acima; em 1977, três outros trabalhos foram concluídos: Isabel Maria (professora do ensino

médio), Antônio Cappi (professor da UCG) e Irmã Áurea Cordeiro Menezes (professora do ensino médio); em 1978, ocorreram sete defesas: Miguel Archângelo Nogueira dos Santos (professor do ensino médio), Italiano Monini (professor da UCG), Laís Aparecida Machado (professora do ensino médio), Zileide Inácio de Oliveira Martins (professora do ensino médio), Maria Sônia França e Souza (professora do ICHL), Walderez Loureiro Miguel (professora da UCG) e Jan Magalinsk (então professor do ensino médio). Nos dois anos seguintes, não ocorreram defesas no curso. A partir de 1981, os trabalhos apresentados foram os de estudantes que ingressaram no Programa a partir de 1975 – não houve turma em 1974. Isso quer dizer que quatorze estudantes matriculados na turma de 1972 defenderam seus trabalhos. Esse número quase corresponde ao da contabilidade dos *Informes gerais* de 1996, que informava que, dos 37 estudantes matriculados em 1972/1973, 21 desistiram de preparar suas dissertações de mestrado.²⁹ Destaque-se também o fato de seis deles serem professores do ensino médio, (apenas) quatro da UFG, três da UCG e uma “estudante”.³⁰

Os(as) primeiros(as) professores(as) e as primeiras disciplinas

No ano letivo de 1972, as seguintes disciplinas foram oferecidas pelos seguintes docentes, de março a setembro, no curso de Letras: “Fonética e Fonologia”, “Problemas de Lexicologia” e “Estruturas Sintáticas do Português”, todas ministradas por Cidmar Teodoro

29 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS. *Pós-Graduação em História: Informes Gerais*. Goiânia: Cegraf, 1996. p. 12.

30 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS. *Catálogo de dissertações de mestrado (1974-1996)*. Goiânia: Cegraf, novembro de 1996.

Pais; “Língua e Cultura (Sociolinguística)”, por Erasmo d’Almeida Magalhães; “Teoria literária: técnica de análise e crítica literária”, por Alfredo Bosi; e “Ficção Brasileira: do Romantismo aos nossos dias”, por Rolando Morel Pinto. Já no curso de Ciências Humanas, as disciplinas se estenderam de maio a outubro: “A historiografia nos séculos XIX e XX”, por Maria Beatriz Nizza da Silva; “Sociologia demográfica”, por Fernando A. Albuquerque Mourão; “Problemas atuais de historiografia”, por Frédéric Mauro; e “Teoria das ciências”, por Shozo Motoyama.

No ano seguinte, no curso de Letras, de maio a outubro, foram oferecidas as seguintes disciplinas, pelos seguintes professores: “Síntaxe Semântica”, por Cidmar Teodoro Pais; “Estilística”, por Rolando Morel Pinto; “Teoria e técnica da análise e crítica literária”, por Alfredo Bosi; “Semântica aplicada à análise de textos”, por Mônica Paula Rector (professora convidada da PUC-RJ). Já no curso de Ciências Humanas, de julho a novembro, os estudantes frequentaram as seguintes disciplinas: “Diferentes posições metodológicas no estudo do negro brasileiro”, por João Baptista Borges Pereira; “História econômica do Brasil”, por Laima Mesgravis; “A escravidão no Brasil e nos Estados Unidos”, por Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright. Uma disciplina foi oferecida para os dois cursos no final desse ano: “Metodologia do trabalho científico”, por Nancy Ribeiro de Araújo e Silva.³¹

31 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Relatório**. Instituto de Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação, Convênio USP/UFG, 1972-1973. Goiânia, 18 de fevereiro de 1975. Arquivo PPGH, cx. 6, fls. 4-5. Os estudantes ainda frequentaram um curso intitulado “Estudo dos Problemas Brasileiros”, constituído por uma série de nove palestras ministradas semanalmente entre setembro e dezembro de 1973.

As disciplinas oferecidas durante esses dois anos certamente marcaram os trabalhos que foram desenvolvidos em seguida. O caso mais evidente, certamente, foi o da professora Gilka Salles que, a partir da leitura d'*O novo espírito científico*, na disciplina do professor Shozo Motoyama, redigiu uma dissertação buscando adequar a epistemologia histórica bachelardiana ao pensamento historiográfico. O Arquivo do PPGH preserva alguns relatórios de final de disciplina apresentados em 1972 e 1973 que nos permitem, rapidamente, conhecer algumas das leituras dos nossos então estudantes.

No curso de “Historiografia dos séculos XIX e XX”, as aulas expositivas basearam-se em comentários de textos de Tocqueville, Alexandre Herculano, Fustel de Coulanges, Fernand Braudel (*O Mediterrâneo*) e Lucien Goldman (*Ciências humanas e filosofia*). Da historiografia política do século XIX passava-se para a história quantitativa e estrutural da década de 1960. O livro de referência para o tema era *L’histoire. Le fait historique et l’histoire de la civilisation*, de Jean Ehrard e Guip Palhade. Fora da grade oficial, Luiz Palacín ofereceu um curso intitulado “Seminários introdutórios”, provavelmente com o intuito de ambientar os estudantes à nova rotina, em que se leu Louis Althusser (*Sobre o trabalho teórico*), Fernand Braudel (*História e ciências sociais* e *História e sociologia*), Joaquim Barradas de Carvalho (*Conhecimento, história, realidade*), William Good e Paul K. Hatt (*Métodos em pesquisa social*) e Juan Regla (*Notas sobre el concepto actual de historia*). Na disciplina “História econômica do Brasil – as grandes linhas da evolução econômica do Brasil de 1800 a 1930”, foram lidos Fernando Novais, Virgílio Noya Pinto e Caio Prado Jr.

Não se pode ver, nesse “curso-convênio”, um precursor do futuro Minter, embora algumas semelhanças entre eles saltem aos olhos. O curso era sediado, coordenado, mantido e financiado pela UFG, mas não formava apenas docentes da instituição. A parte “acadêmica” do curso (disciplinas e orientação) ficava sob a responsabilidade de docentes da FFLCH. Tratava-se, porém, de uma iniciativa inequivocamente local. Mais importante: o título de especialista ou de mestre era conferido pela UFG.

Heterogeneidade historiográfica

A experiência desse Convênio com a USP serviu de base para a formulação de um curso autônomo e fundado na UFG. Ainda no início de 1974, o Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da Universidade aprovou a criação dos “cursos de mestrado em Ciências Humanas e Letras” (Resolução n. 077, de 02/04/1974). O interessante aí é que não se falava em “História” e se mantinha a mesma estrutura acadêmica dos dois anos anteriores, indicando, como já apontado, como a estrutura organizacional e institucional do novo sistema de pós-graduação ainda era bastante indefinida. Em junho, o professor Luiz Palacín foi nomeado coordenador “dos cursos” e, em seguida, foi composta a “Comissão de Pós-Graduação”, formada por um representante do curso de Ciências Humanas (Carlos Rodrigues Brandão) e por uma representante do curso de Letras (Moema de Castro Olival). Essa Comissão deveria elaborar o Regulamento dos cursos.³²

No *Relatório* que acabo de citar fala-se explicitamente em “Mestrado em História”. Nas folhas de rosto das primeiras dissertações

32 PALACÍN, Luís. **Relatório das Atividades do Curso de Mestrado em História**. Goiânia, 1º de agosto de 1976. Arquivo do PPGH, cx. 6, fl. 1.

defendidas aparece o carimbo informando “Mestrado em História”, mas às vezes também o carimbo indicando “Coordenação do Mestrado em Ciências Humanas”. Até o final dos anos 1960, antes da existência e da regulamentação federal dos cursos de pós-graduação, a área de titulação estava relacionada à cátedra junto à qual o trabalho era desenvolvido e defendido. Não havia “curso” responsável pela titulação. A impressão que se tem ao ler os documentos relativos ao Convênio com a USP e à criação local do curso de pós-graduação é que algo semelhante e híbrido foi produzido em Goiânia. De um lado, havia um curso dividido em duas grandes áreas (Ciências Humanas e Letras), que espelhavam a estrutura do ICHL, de outro, havia internamente uma subdivisão à qual o trabalho dos estudantes vinculava-se (como vimos anteriormente, no caso das Ciências Humanas, História, Sociologia e Antropologia; e no de Letras, Linguística, Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira). Por exemplo: Marcolina Martins Garcia, professora de antropologia do ICHL, foi estudante desse Convênio e apresentou, em seguida, uma dissertação de mestrado no Departamento de Antropologia da USP.³³ A tradição oral da instituição por vezes dá notícias de que dissertações de mestrado em sociologia foram apresentadas na própria UFG, contudo, não consegui até o momento atestar esse fato. A área de Letras era claramente mais homogênea do que a de Humanas. Havia, certamente, o objetivo de que com essa estrutura se cobrissem quase todos os interesses do ICHL. Da mesma forma, que essa primeira experiência evoluísse para uma

33 A professora Marcolina, todavia, teve de refazer os créditos em São Paulo. Ver: GARCIA, Marcolina Martins. **A tecelagem artesanal em Hidrolândia-GO: um estudo etnográfico**. 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

autonomização de cursos de mestrado próprios nas três subáreas das Ciências Humanas,³⁴ o que só acabaria ocorrendo com a área de História, certamente, em função da existência de um número crescente de titulados nessa área na UFG.

Isso ajuda a entender a heterogeneidade dos trabalhos defendidos ao longo dos anos 1970 no PPGH, uma pluralidade pouco observável em seus pares do período, muito marcados por trabalhos em história política, demográfica, econômica e social. Há, certamente, trabalhos sobre colonização, povoamento, expansão agrícola, conflitos, cultura etc., mas disso não sobressai uma evidente tendência. Há dissertações claramente pertencentes à antropologia, à sociologia e à filosofia; outras voltadas à educação e mesmo ao serviço social; outras de história literária ou da arte. O próprio trabalho da professora Gilka Salles não é classificável sem dificuldades. Era um outro inconsciente historiográfico, produzido por uma estrutura e concepção de pós-graduação muito distintas. A produção do PPGH, nesse sentido, não poderia ser enquadrada sem alguma dificuldade nas tendências historiográficas brasileiras da época e isso se explica, a meu ver, em função desse arranjo institucional que estruturou e formou essa primeira leva de pós-graduandos em Goiás, que frequentaram disciplinas e referências bastante heterogêneas, como se observa na lista das disciplinas ofertadas apresentadas anteriormente. A partir da década de 1980, houve uma clara mudança nesse perfil, e não porque a partir de então se redefiniu a área de concentração do Programa para “História das sociedades agrárias”, mas porque se buscou homogeneizar historiograficamen-

34 SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). *História Revista*, v. 1, n. 2, p. 7, 1996.

te a estrutura do curso.³⁵ A análise historiográfica deveria levar em consideração e conseguir traduzir esse enquadramento institucional sem o qual muitas vezes a história da história ou mesmo de nossas disciplinas universitárias não seria plenamente compreensível. Não basta apenas reconhecer que Luiz Palacín marcou um ponto de transformação na historiografia local; é preciso compreender como essa transformação dependeu, em larga medida, da forma como as Universidades Federais se estruturaram no País a partir do final dos anos 1960.

Autonomização e dificuldade de institucionalização

A Comissão de Pós-Graduação presidida por Palacín trabalhou, em 1974, na elaboração do Regulamento do novo curso, com o intuito de abrir nova turma já no início do ano seguinte. O relato desse trabalho é interessante porque revelador desse momento em que a pós-graduação no País ainda não havia sido normalizada. A importância desse documento me obriga a citá-lo extensamente.

Dois modelos existentes no momento no Brasil se ofereciam como possíveis inspirações [para o Regulamento do curso da UFG]: o tipo USP, estruturado na direção pessoal do orientador e enucleado [sic] em torno a uma pesquisa já formulada desde o início; e o tipo adotado por quase todos os cursos

35 “As dissertações desse período [década de 70] indicam temas muito diversificados em áreas de interesse da Filosofia, do Serviço Social, da História da Arte, da Administração, Política e Economia, embora a maior parte dos trabalhos visasse Goiás. Uma questão passou a preocupar os órgãos superiores do Mestrado, bem como a CAPES e o CNPq: o curso mostrava-se incharacterístico, permitindo todos os temas possíveis, sem que se indicassem, de forma precisa, suas linhas norteadoras” (Ibidem, p. 10).

de instalação recente (Brasília, Belo Horizonte, Campinas) em que um número fixo de cursos autônomos constitui a base do mestrado, ficando a pesquisa e a elaboração de uma monografia como complementação ulterior.

Dadas as circunstâncias locais, constatou-se, desde o início, que só este segundo tipo teria aplicação entre nós, pois o primeiro modelo pressupõe o oferecimento de uma grande variedade de cursos entre os quais orientador e orientando possam escolher aqueles, que possam ajudar à pesquisa em curso.³⁶

Essa proposta de Regulamento foi enviada no final de outubro ao Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, que o apreciou em novembro e o devolveu à Comissão de Pós-Graduação com sugestões de alteração. Feitas as correções, foi apreciado novamente em dezembro pelo Conselho e o parecerista sugeriu que se procedesse a novas modificações, tendo solicitado urgência à Comissão para que ele pudesse ser aprovado ainda no final daquele ano. O relato do professor Palacín a esse respeito é interessante. Na ausência de dois membros da Comissão, a professora Moema Olival assumiu a tarefa e, premida pelo tempo, acrescentou aos três únicos e sucintos capítulos do projeto outros sete. “A ampliação foi realizada por meio da incorporação de capítulos inteiros do regulamento da USP [...]. Este procedimento introduziu no regulamento uma hibridez que em muitos casos se torna contraditória (por tratar-se de sistemas opostos)”.³⁷ Essa proposta acabou não sendo analisada no final da-

36 PALACÍN, Luiz. **Relatório das Atividades do Curso de Mestrado em História.** Goiânia, 1º de agosto de 1976. Arquivo do PPGH, cx. 6, fls. 2-3.

37 Ibidem, fl. 3.

quele ano, sendo aprovada *ad referendum* pelo Primeiro Sub-Reitor e pelo Conselho no início de 1975. Em meados daquele ano, com as alterações equivocadamente introduzidas às pressas meses antes sob pressão das instâncias superiores, essa versão do Regulamento foi aprovada. O curso no novo formato pôde, todavia, começar a funcionar em abril de 1975. Houve dez inscritos (na área de História) e seis candidatos foram aprovados após realização e avaliação de prova dissertativa.

Previam-se, a partir de então, dois tipos de disciplinas. Na medida em que docentes da casa fossem se titulando, uma disciplina seria oferecida regularmente ao longo do semestre por um professor da UFG e disciplinas seriam oferecidas em regime concentrado por professores convidados da USP. Essa passagem do *Relatório* é interessante porque mostra as dificuldades de funcionamento do curso a partir de então. Carlos Rodrigues Brandão iniciou seu curso em abril (“Sociedades camponesas”) e o padre José Pereira de Maria deveria iniciar o seu em maio (“Visão do mundo na literatura de cordel”). Em função de seus compromissos na graduação, teve de adiá-lo para o segundo semestre. O professor Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, da USP, iniciaria seu curso concentrado em junho, mas foi obrigado a cancelá-lo por motivos de saúde. Fernando Novaes o substituiu, mas teve de adiá-lo para o início do ano seguinte. De toda forma, o professor Carneiro Pessoa recuperou-se a tempo para ministrá-lo ainda no segundo semestre de 1975 (“A propaganda e a consolidação da República no Brasil, 1870-1902”). Ainda nesse semestre, o professor Oliveira Leite Gonçalves ministrou a disciplina “Metodologia da pesquisa histórica”. Já o curso adiado do padre Pereira teve de ser novamente anulado: “não sendo liberado

nem aliviado na carga horária dos cursos de graduação pelo departamento, mais uma vez teve seu curso adiado”.³⁸

No primeiro semestre do ano seguinte, estavam previstos uma disciplina de didática, oferecida pela Faculdade de Educação, o curso do professor Sérgio Paulo Moreyra (“Capitalismo, dependência e marginalidade”) e, para maio, o curso concentrado de Fernando Novaes. O professor da USP pediu novamente que se o postergasse, dessa feita para agosto. Além desses, previa-se o curso do padre Pereira que, todavia, “não pode ser realizado por falta de cooperação – ou de condições – do departamento”.³⁹

O *Relatório* do professor Palacín foi redigido após três semestres de funcionamento do novo curso, no primeiro dia de agosto de 1976. Ele é importante, a meu ver, por indicar um conjunto de dificuldades que marcariam e configurariam o PPGH nos anos seguintes. A sobrecarga de trabalho trazida pelo curso é não raramente lembrada pelos docentes envolvidos a partir de então na pós-graduação. Não havia dispensa das aulas da graduação e o problema agravava-se na medida em que muitos docentes estavam afastados para capacitação. Lecionar e orientar, portanto, implicava carga horária adicional sem contrapartida institucional (ou pecuniária). Por essa razão, muitas vezes se lê que os cursos criados então na UFG sobreviveram graças ao “idealismo” de alguns poucos, que trans-

38 PALACÍN, Luiz. **Relatório das Atividades do Curso de Mestrado em História.** Goiânia, 1º de agosto de 1976. Arquivo do PPGH, cx. 6, fl. 4.

39 Ibidem, fl. 5.

formaram sua manutenção numa espécie de “missão” pessoal.⁴⁰ Não pretendo analisar, aqui, esse autodiscurso sobre uma conduta desinteressada, gratuita e escolástica desses(as) docentes. Cabe, contudo, registrar a baixa aderência da pós-graduação e, logo, da atividade de pesquisa na UFG, institucionalmente preterida pela formação em graduação e, ao mesmo tempo, as dificuldades de institucionalização da produção científica via criação de cursos nesse nível em IES recém-criadas no País. A pós-graduação, não devemos nos esquecer, era a maneira de transformar as IES brasileiras em Universidades de pesquisa, como se reconhecia amiúde à época.⁴¹ O caso da UFG mostra, portanto, que não pode se afirmar sem dificuldades que a implantação da pós-graduação no País, na década de 1970, tenha secundarizado a preocupação com o ensino de graduação e relegado a formação de professores de história a um grau inferior.

40 Entre 1974 e 1986, a professora Moema Olival não ocupou a coordenação do mestrado em Letras apenas durante quatro anos. Ela avalia assim esse período: “Foram oito anos em que batalhamos heroicamente, sem dispensa de nossas aulas na graduação, ainda que reduzida, relativamente, a carga hora-aula, e reparem, ainda que por mera curiosidade, sem gratificação funcional, que, à época, ainda não havia. [...] Houve um momento em que, na área de Letras, o Mestrado era sustentado pelo idealismo de alguns poucos, heróis da resistência – uma vez que a maioria estava de licença para doutoramento – e por alguns professores de fora, recaindo o peso dos trabalhos docentes sobretudo sobre mim e o jovem Professor Wendel Santos [...]” (OLIVAL, Moema de Castro e Silva. **Diálogos plurais**. Goiânia: R&F, 2008. p. 195).

41 A UFG apenas “a partir da década de 70 vem envidando esforços e conduzindo seus professores para a pesquisa científica” (MORAES, Maria Augusta de Santana. **Relatório do curso de pós-graduação em história**. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, Curso de Pós-Graduação em História, s/d. Arquivo do PPGH, cx. 6, fl. 1.

Institucionalização da Pós-Graduação e da historiografia regional

Seria interessante comparar este com outros casos do período e analisar as diferentes estratégias de institucionalização da pesquisa científica nas IES a partir do novo Sistema Nacional de Pós-Graduação, pois me parece frágil a ideia de compreender a história da pós-graduação no País de forma linear e evolutiva a partir de sua suposta origem, o Parecer Sucupira, seguida da fundação dos primeiros PPG a partir do novo modelo. Apenas a título de exemplo, poderíamos aproximá-lo de passagem do caso da criação, em 1975, do mestrado em História da UFSC, que era, da mesma forma, uma IES periférica, criada havia pouco tempo e desprovida de recursos humanos qualificados em quantidade suficiente para a abertura de cursos *stricto sensu*. Nesse caso, a criação do curso resultou de uma estratégia das instâncias superiores da Universidade com o intuito de institucionalizar a produção científica na instituição. Entre 1976 e 1980, oito *brazilianists* foram contratados pela Universidade com o objetivo não apenas de estruturar o curso, mas também de desenvolver “projetos setoriais” de pesquisa que envolvessem docentes, estudantes de pós-graduação e graduação. Desses oito, três se tornaram, em seguida, professores efetivos da UFSC.⁴² Ao contrário da UFG, esse tipo de estratégia – não estou sugerindo que isso seja uma vantagem – deu origem a dissertações que estavam mais de acordo com os cânones historiográficos da época. Ao mesmo

42 GONÇALVES, Janice; MATOS, Felipe. Entre a colheita e a sementeira: o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e a Historiografia Catarinense. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos; BRANCHER, Ana Lise (org.). **Historiografia 35 anos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2011. p. 20.

tempo, conferiu mais capacidade de estabilização institucional do curso a médio prazo.

Essa estratégia se inseria fortemente naquilo que a Capes gostaria que fosse o modelo de institucionalização da pós-graduação nas IES brasileiras na década de 1970. Ela buscava replicar o modelo norte-americano de formação nesse nível, baseado num conjunto de projetos setoriais liderados por pesquisadores e em torno dos quais outros docentes e estudantes de mestrado e doutorado fossem sendo agregados e federados ao longo do tempo. Tal modelo perseguia uma formação fortemente especializada. Isso queria dizer que o discente deveria se integrar a um projeto mais amplo, preexistente e coordenado por um professor do PPG. Isso implicava que um professor de uma Universidade de qualquer região do País, caso fosse se titular em São Paulo, por exemplo, passasse a pesquisar no quadro do projeto liderado por seu orientador. Esse modelo foi tema de discussão e rejeição nos PPG de História da USP criados em 1971. Não fazia sentido que todos os candidatos ao título estudassem a história paulista ou a do “Brasil” e deixassem de lado a história de suas regiões de origem. Em médio prazo, pelo menos nas ciências humanas, esse modelo acabou por ser rejeitado.⁴³

A lembrança desse fato, a meu ver, é importante, na medida em que permite compreender como a pós-graduação em História foi moldada, no Brasil, a partir da institucionalização, fora do eixo Rio-São Paulo, do que se denominou de história regional como horizonte quase exclusivo dos pesquisadores. No *Relatório* da professora Lena Castelo Branco comentado anteriormente, ela elencava que uma das vantagens do Convênio USP-UFG residia

43 Conversa informal com a professora Laima Mesgravis, em 13 de abril de 2021.

precisamente na “motivação maior pela realização de pesquisas de interesse regional”.⁴⁴

Integração à UFG

Para fazer frente ao tipo de dificuldade que desde 1975 se apresentou ao PPGH, docentes sem o título de doutor foram sendo integrados ao curso. A UFG, certamente, não era a única instituição a recorrer a esse expediente. Um dos primeiros docentes a ministrar disciplina no curso, ainda em 1975, Sérgio Paulo Moreyra, não era doutor, embora fosse professor titular desde 1968. Um breve *Relatório* sem data, assinado pela então coordenadora do curso, professora Maria Augusta de Santanna Moraes,⁴⁵ provavelmente de 1977, voltado para a apreciação das “autoridades competentes”, indicava o corpo docente do “Departamento de Ciências Humanas” a partir da distinção por titulação. Doutores: Luiz Palacín Gomez, Dalísia Elizabeth Martins Dolles, Maria Augusta de Santanna Mo-

44 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Relatório**. Instituto de Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação, Convênio USP/UFG, 1972-1973. Goiânia, 18 de fevereiro de 1975. Arquivo PPGH, cx. 6, fl. 12. Procuro desenvolver esse problema em meu **Memorial**. Cf. SALOMON, Marlon. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 187-201.

45 Ela conclui seu doutorado em 1972, na USP, sob a orientação de José Sebastião Witter, estudando a história política e oligárquica de Goiás. Sua matrícula na USP ainda estava vinculada ao antigo sistema de cátedras.

raes, Marivone Matos Chaim e Antônio Luís Maya;⁴⁶ doutorandos: Gilka Ferreira Salles, Ana Lúcia da Silva e Sérgio Paulo Moreyra;⁴⁷ Mestres: Eliane Garcindo [Dayrell] de Sá, Maria de Souza França, Francisco Itami Campos e padre José Pereira de Maria; mestrandos: Maria Sônia França e Souza, Servito de Menezes Filho, Maria Alice Lima Gomes de Menezes, Miguel Archângelo Nogueira Santos e Maria Luiza Centeno.

O ingresso da professora Janaína Amado no curso pode ser apresentado como prova suplementar dessa dificuldade. Ela havia se formado em história na UFRJ, em 1968, e se mudado para São Paulo, onde entrou no curso de mestrado em história da USP, em 1972. Após a realização do exame de qualificação de sua dissertação, passou diretamente para o curso de doutorado. Em busca de mais qualidade de vida, em 1975, mudou-se com a família para Goiânia e, no ano seguinte, defendeu sua tese sobre os Muckers. Um pouco por acaso e já em Goiânia, conheceu a professora Maria Augusta de Santanna Moraes, que a convidou a ingressar como professora-visitante na UFG. Entre 1977 e 1979, permaneceu ora como professora colaboradora, ora como professora-visitante do ICHL e do curso de mestra-

46 Dolles conclui seu doutorado sobre **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX** em 1972, na USP, sob a orientação de José Sebastião Witter; Chaim defendeu sua tese em 1973, na USP, sobre **Os aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da Capitania de Goiás no século XVIII**, sob a coorientação de Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright. Elas estavam inscritas ainda no antigo modelo francês. Maya, futuro senador da República, era um religioso, ex-cônego, professor de Lógica (aristotélica e tomista) da UFG desde 1973, que havia se doutorado em teologia em Roma.

47 Salles defendeu sua tese sobre **Economia e escravidão em Goiás colonial** em história econômica na USP, em 1981, sob a orientação de Suely Queiroz; Silva concluiu seu doutorado em história social sobre **A revolução de 30 em Goiás** em 1982, na USP, sob a orientação de Maria Beatriz Nizza da Silva. Moreyra não conclui seu doutorado.

do, até ser aprovada em concurso, em 1979. Nesse mesmo ano, ela se tornou coordenadora do curso, cargo que ocupou até 1981.⁴⁸

Infelizmente, não tive acesso ao Regulamento do curso fundado em 1974/1975, mas, se levarmos em consideração a experiência dos dois anos anteriores, podemos considerar que ele formava especialistas que poderiam, na medida em que apresentassem dissertações, receber o título de mestre. Isso ajuda a entender a atuação, nele, de docentes ainda sem o título de doutor. As orientações dessas dissertações ficavam, todavia, restritas a doutores(as).

As professoras Lena Castello Branco e Gilka Salles afirmaram, em seu artigo comemorativo de 1996, que, entre “1972 e 1980, o curso definia-se como de História do Brasil, *lato sensu*”.⁴⁹ Nos documentos que analisei até aqui não encontrei textualmente a expressão *lato* ou *stricto sensu* e tampouco a referência à História do Brasil. Por certo, essa distinção já existia e havia sido introduzida no País ainda em 1965, por Newton Sucupira, em seu famoso Parecer. Esse Parecer, entretanto, concentrava-se basicamente na explicitação da natureza e regulamentação dos cursos de mestrado e doutorado. O que gostaria de destacar aqui, a partir do caso da UFG, é o fato de que essa distinção formal inexistia na prática. O curso *lato sensu* abria, nesse caso, um percurso formativo em nível de pós-graduação que poderia se encerrar nessa primeira etapa, após a conclusão das disciplinas, ou poderia avançar em direção ao *stricto sensu*, com a realização de uma pesquisa e a preparação de uma dissertação.

48 Conversa informal com Janaína Amado, realizada no dia 18 de agosto de 2021.

49 SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**, v. 1, n. 2, p. 10, 1996.

Isso mostra como, nesses anos iniciais, a pós-graduação, embora já tivesse sido regulamentada, ainda não havia sido normalizada.

A própria Capes ainda se estruturava. Era comum que presidentes da instituição, nessa década, viajassem pelas IFES Brasil fora para apresentá-la e explicar quais eram suas atribuições. Darcy Closs se recorda de que, em meados da década de 1970, a natureza da dissertação de mestrado, particularmente para cursos profissionais, ainda não estava dada, embora sua definição já estivesse delimitada no Parecer Sucupira. Que tipo de “produto final” deveria ser exigido do candidato ao título de mestre?⁵⁰ Como se observa, o Sistema Nacional de Pós-Graduação ainda se estruturava.

No final de 1973, a diretora do ICHL escreveu ao reitor da Universidade solicitando-lhe apoio para o pagamento dos cachês dos professores paulistas que participaram do Convênio. Ela havia solicitado esse apoio à Capes, mas “infelizmente nosso pedido não foi atendido, por ainda não serem os cursos credenciados pelo Conselho Federal de Educação, o que só poderemos pleitear após havermos atingido tradição de pesquisa, publicações, etc.”⁵¹ Observe-se como era bastante imprecisa a definição do tipo de curso que cabia à Capes avaliar; ao mesmo tempo, a abertura de um novo curso dependia de iniciativa local, e não da chancela do CFE ou da Capes que, lembremos, desde 1975 avaliava os programas de pós-graduação (credenciados) bianualmente. A lógica de abertura,

50 FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. Entrevista com Darcy Closs. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (org.). **Capes, 50 anos**. Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília: Capes, 2002. p. 76.

51 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Ofício n. 495/73 ao professor Paulo de Bastos Perillo, reitor da UFG**. Goiânia, 28 de setembro de 1973. Esse documento encontra-se em uma brochura que reúne relatórios e ofícios, intitulada **Relatório da diretoria 1978**: Anexo LXI. Arquivo do PPGH, cx. 6, fl. 1.

funcionamento e normatização dos cursos era muito diferente da que viemos a conhecer.

Também é interessante considerar o próprio estatuto que o curso de mestrado veio a adquirir no País, particularmente se considerarmos que o seu produto final acabou por assumir uma complexidade e um elevado grau de exigência. Ele veio mesmo a ser chamado de “pequeno doutorado” e a dissertação de “pequena tese”. Essa denominação informal pouco dizia respeito à experiência norte-americana, que havia inspirado esse modo de organização da pós-graduação, mas me faz lembrar da experiência francesa até o final dos anos 1960, que exigia do candidato ao título de doutor a apresentação de duas teses, a tese principal (*grande thèse*) e a tese complementar (*petite thèse*), que correspondia à antiga tese em latim.

Na segunda metade da década de 1970, a estrutura desse curso passou a ser considerada disforme pelas agências de fomento, o que indica uma inequívoca preocupação com a uniformização e normatização da pós-graduação e com o enquadramento dos cursos que haviam sido abertos a partir de iniciativas indiferentes a qualquer agência de regulamentação e mesmo ao CFE. “Uma questão passou a preocupar os órgãos superiores do Mestrado, bem como a Capes e o CNPq: o curso mostrava-se incaracterístico, permitindo todos os temas possíveis, sem que se indicassem, de forma precisa, suas linhas norteadoras”.⁵² O *Relatório* da professora Maria Augusta de Santanna Moraes estava endereçado à “apreciação” das “autoridades competentes”. Se considerarmos que ele foi redigido no final da década de 1970, é possível acreditar que já se tratava de um esforço

52 SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). *História Revista*, v. 1, n. 2, p. 10, 1996.

de demonstração das condições de sua manutenção em médio prazo, já no interior de um quadro de revisão da estrutura redesenhada alguns anos antes. Foi em 1980 que o curso tomou nova forma e passou a contar com uma área de concentração nitidamente definida (História das Sociedades Agrárias), que perdurou até o final da década de 1990.

Não possuo documentos que permitam analisar mais de perto a história do curso na década de 1980,⁵³ mas é certo que ela seria marcada pelo esforço em sustentar essa estrutura sobretudo diante de um ator quase totalmente ausente durante a década anterior, a Capes. Essa foi a década da uniformização e do enquadramento institucional e organizacional perante as normas de regulamentação dos cursos e à própria linguagem da avaliação. A própria terminologia administrativa e acadêmica da pós-graduação seria então padronizada – basta que se observem as noções e os termos que eram até então empregados. Foi o período em que era preciso responder à Capes e trabalhar para que o curso fosse finalmente reconhecido em Brasília. Durante aqueles anos, a Capes realizou três visitas *in loco* ao Programa, duas (1983 e 1986) antes e uma depois (1989) de seu reconhecimento, que acabou finalmente ocorrendo em 1987. A definição de uma Área de Concentração e a reestruturação do curso (que deixou de ser de Ciências Humanas e se dividiu do de Letras) em 1980 são indícios de respostas a exigências feitas pela Capes. Era preciso uniformizar os PPG, adequá-los a determinados padrões, enquadrá-los em moldes pré-definidos, considerá-los a

53 Já para a década de 1990 e a crise que se abateu no PPGH no início daquele decênio há importantes documentos, que analisei no capítulo V do meu *Memorial*. Cf. SALOMON, Marlon. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 202-292.

partir de certo número de indicadores e conceitos que definiam a própria natureza dessa formação. Os efeitos historiográficos dessa uniformização institucional e enquadramento organizacional são visíveis nos trabalhos que passaram a ser defendidos no PPGH a partir dos anos 1980.

MEIO SÉCULO DE CONTRIBUIÇÃO À PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Rogério Chaves da Silva¹

Introdução

Em Goiás, o envide por investigar e dar sentido, através de uma narrativa histórica, aos fenômenos do passado dessa região, remonta ao século XVIII, quando, por provisão régia de 1782, mandou-se fazer a *Notícia Geral da Capitania de Goiás*,² de autoria ainda incerta. Foi no século XIX, contudo, que essa escrita sobre o passado humano teve, em território goiano, seu primeiro grande expoente: o Padre Silva e Souza. Afamando como “fundação” da história de Goiás a partida da expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1722, ou propriamente o noticioso achado de minas de

1 Graduado, especialista, mestre e doutor em História pela UFG; professor do Instituto Federal Goiano *Campus* Avançado Hidrolândia.

2 Paulo Bertran organizou e publicou essa valiosa documentação do século XVIII. BERTRAN, Paulo. **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. 2. ed. Goiânia: ICBC, 2010.

ouro no sertão dos *Goyazes*, em 1725, a historiografia que a partir dali se forjava se investiu dessa tarefa de narrar “o passado goiano”.

Enredado pelas penas de cronistas, viajantes, memorialistas, estudiosos e outros interessados em produzir narrativas sobre fenômenos pretéritos, o passado da região foi contado de distintas formas, de acordo com o modo de se produzir história em cada época. No oitocentos, Luis Antônio da Silva e Souza, Raimundo José da Cunha Mattos e José M. P. de Alencastre constituíram uma verdadeira “trindade historiográfica” em Goiás, que ficou notabilizada por registrar, cada qual à sua forma, os eventos históricos “dignos” de serem conhecidos pelas gerações posteriores.

Na primeira metade do século XX, por assim dizer, até a década de 1960, essa tarefa de construção da(s) história(s) em (e sobre Goiás) foi levada a cabo, predominantemente, por memorialistas, genealogistas e historiadores autodidatas.³ No interior desse escol de cultores da história em Goiás, encontramos nomes como o de Henrique Silva, Americano do Brasil, Zoroastro Artiaga, Ofélia Sócrates Monteiro, Sebastião Fleury Curado, Colemar Natal e Silva, Jaime Câmara, entre outros(as). Em sua maioria, médicos, políticos, jornalistas, advogados, militares, enfim, estudiosos(as) de história ávidos(as) por narrarem fenômenos do passado ocorridos nas latitudes goianas. Desbravar as trilhas das primeiras bandeiras que adentraram o sertão ocupado pelos índios *goyazes*; deslindar

3 Denomine de “produção histórica autodidata” a historiografia regional que predominou em Goiás entre o início do século XX até os anos 1960 e que se caracterizou por trabalhos de estudiosos que não tinham a formação acadêmica em História. SILVA, Rogério C. da. **Reflexões sobre o fazer histórico**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

a aventura de Bartolomeu Bueno da Silva em busca do eldorado; auscultar a formação dos primeiros arraiais, vilas, cidades; inquirir sobre os rumos tomados pelo ouro e pela agropecuária em Goiás; perquirir sobre os sentidos atribuídos à Revolução de 1930 e à construção da jovem capital, Goiânia; eis algumas linhas interpretativas mestras para se compreender o “passado dessa região”.

A partir dos anos 1960, porém, esse panorama historiográfico em Goiás começou a adquirir uma nova fisionomia. O estabelecimento das Universidades Católica⁴ (UCG) e Federal de Goiás (UFG) e a consequente oferta do curso superior em História, em ambas as instituições, contribuíram, sobremaneira, não só para a formação de professores(as) de História (que era o foco inicial dos cursos), mas também para a constituição de uma nova comunidade de especialistas voltada para a produção de pesquisas históricas feitas sob a rubrica acadêmica.

Não obstante, foi no início da década de 1970 que ocorreu uma importante inflexão na produção historiográfica em Goiás. Essa reformulação nos modos de se produzir história foi, em minha perspectiva, resultado da conjugação de alguns acontecimentos fundamentais: a realização do VI Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), em Goiânia (1971); a defesa da tese da livre-docência pelo professor Pe. Luis Palacín Gomez⁵ e sua atuação nas universidades goianas; o doutoramento de pesquisadoras ativas na cena historiográfica

4 Atualmente, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

5 PALACÍN, Luís. **1722-1822 – Goiás: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas**. Tese de Livre-Docência. Goiânia: ICHL: Universidade Federal de Goiás, 1972.

goiana (Dalísia E. Martins Doles,⁶ Maria Augusta S. de Moraes⁷ e Marivone Matos Chaim⁸) e, sobretudo, em razão da criação do Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás (1972).

Nesse elenco de fatores, é fundamental salientar que a ocorrência do VI Simpósio Nacional de História da Anpuh propiciou aos historiadores radicados em Goiás o contato com renomados pesquisadores do País e com as discussões em voga no prosclênio historiográfico brasileiro daquele período. Além disso, possibilitou o diálogo com professores da Universidade de São Paulo (USP) no sentido de se criar um mestrado em História no estado. Essa parceria foi, então, firmada em 1972 e resultou na implantação do Curso de Mestrado em História da UFG, um dos primeiros dessa universidade goiana, com papel importantíssimo para que as pesquisas históricas em Goiás ganhassem contornos científicos.

Dessa forma, a partir do início dos anos 1970, um novo cenário historiográfico se descortinou em Goiás. A historiografia acadêmica que se constituiu a partir daquele momento apresentou características distintas das da produção histórica anterior: o exame heurístico e crítico das fontes históricas utilizadas, o recurso a aportes teóricos debatidos no universo acadêmico, a produção/apropriação de conceitos históricos e a formulação de hipóteses que passariam

6 DOLES, Dalísia E. M. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

7 MORAES, Maria A. S. **Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás**. 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

8 CHAIM, Marivone M. **Aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811)**. 1973. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

pelo crivo da crítica acadêmica. Enfim, uma historiografia preocupada com a validação científica dos resultados investigativos. Nesse sentido, o Mestrado em História da UFG, conhecido, atualmente, como Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), inegavelmente teve uma contribuição preponderante nessa mudança de panorama historiográfico, constituindo-se, desde então, em um dos mais importantes espaços de produção historiográfica em Goiás.

Do Curso de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG: breves anotações sobre uma trajetória institucional

A década de 1970 foi um período particularmente importante na história da historiografia em Goiás. A institucionalização dos dois principais cursos de História do estado (UFG e UCG), ocorrida no decênio anterior, a ambientação com a vida acadêmica e o esforço por estreitar o diálogo com a comunidade historiográfica nacional confluíram para que os especialistas em História do estado buscassem não só exercer a docência, mas também se dedicassem àquilo que, verdadeiramente, os(a) tornavam historiadores(as): a pesquisa e a escrita historiográfica.

Observando a produção historiográfica desenvolvida em Goiás nos anos 1970, percebe-se a constituição de uma historiografia com contornos e propósitos distintos aos da produção histórica existente no estado até então. Como acabo de mencionar, alguns fatores, ocorridos no início da década em tela, foram importantes para essa inflexão operada na historiografia no estado. Em relação à importância do Curso de Mestrado nessa mudança do ambiente historio-

gráfico nessa unidade federativa, faz-se imperioso recuperar alguns percursos dessa trajetória institucional.

Em 1969, a direção do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da UFG, representada pela professora Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas, e o Departamento de História e Ciências Sociais (HCS) da UCG, prontificaram-se a organizar e a sediar, em Goiânia, o que seria o próximo simpósio da Anpuh. Dessa forma, entre os dias 5 e 12 de setembro de 1971, foi realizado, na capital goiana, o VI Simpósio Nacional de História da Anpuh, cujo tema foi “Trabalho Livre e Trabalho Escravo”. Registrou-se a presença de 774 simposiastas, sendo 298 professores universitários, 119 professores secundários e 357 estudantes universitários. Esse número de participantes, notadamente o de discentes, surpreendeu tanto a comissão organizadora quanto a diretoria da Anpuh, que esperavam, no mais otimista prognóstico, cerca de 500 inscritos. As maiores comitivas foram a de São Paulo, com 333 participantes, e a de Goiás, com 172 pessoas.⁹

O Simpósio contou com a presença do professor Jean Sentou, da Universidade de Toulouse, que conferenciou sobre “O emprego dos computadores na História quantitativa”. Estiveram, ainda, perfilados, no evento, historiadores(as) conhecidos(as) como Eurípedes Simões de Paula, José Roberto do Amaral Lapa, Maria Beatriz Nizza Silva, Alice Canabrava, Shozo Motoyama, Eduardo d’Oliveira França, Arno Wehling, Francisco Falcon, Fernando Novaes, Nilo Odália, Sandra Jatahy Pesavento, entre outros(as).

9 ANAIS do VI Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh). **Trabalho livre e trabalho escravo**. São Paulo: Anpuh, 1973.

Nesse evento, as professoras Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas e a Gilka Salles, diretora e vice-diretora, respectivamente, do ICHL¹⁰ da UFG, estreitaram um fecundo diálogo com o professor Eurípedes Simões de Paula, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), no sentido de se firmar um convênio para a criação de um Curso de Mestrado em História na UFG, projeto este que se concretizou no ano de 1972:

O curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias teve início em 1972, mediante convênio com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, detentora de sólida tradição de ensino, pesquisa e pós-graduação. Forte impulso determinante de sua instalação ocorreu quando da realização, em Goiânia, naquele ano, do VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História.¹¹

A criação do Curso de Mestrado em História da UFG representou, inegavelmente, um divisor de águas na historiografia em Goiás. A ousadia desse projeto pode ser demarcada pelo fato de ter

10 Segundo Simone Borges, com a Reforma Universitária de 1968, a estrutura institucional da UFG sofreu modificações, sendo assim, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) foi desmembrada e criados o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), o Instituto de Química e Geociências (IQG), o Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e a Faculdade de Educação (FE) (BORGES, Simone A. **Os Cursos de História da Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006).

11 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de; FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 6, jul./dez. 1996.

sido um dos primeiros mestrados em História instalados no país,¹² vinculado a um departamento e a um curso de graduação com muito pouco tempo de funcionamento.

Instituído a partir de um convênio firmado com a FFLCH da USP, que vigorou até 1974, o Mestrado contou com a vinda de uma “missão paulista”,¹³ composta por docentes como Shozo Motoyama, João Baptista Borges, Alfredo Bosi e Laima Mesgravis. Inicialmente, a aprovação do curso de pós-graduação pelos órgãos superiores da UFG esteve condicionada ao custeio, pelos próprios “alunos-docentes”, das despesas de passagem, hospedagem e remuneração dos professores(as) paulistas que viriam a Goiás. No entanto, posteriormente, a Reitoria da UFG assumiu esses gastos.

Nessa fase inicial do Mestrado, Luis Palacín foi o coordenador. Os(as) discentes enfrentaram muitas dificuldades, pois, para encontrarem seus orientadores, tinham de se deslocar até São Paulo ou enviar seus escritos pelos Correios. A primeira dissertação foi defendida, em 1974, pela professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, tendo sido orientada por Shozo Motoyama.¹⁴ Ao longo da

12 No ano de 1972, só havia curso de mestrado em História na USP, na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade Federal do Paraná (UFPR), na PUC-SP e na UFG. Ver: FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989):** elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Ed. UFFOP, 1992.

13 Marlon Salomon desenvolveu uma análise arguta e crítica sobre o(s) sentido(s) impresso(s) ao termo “missão” em relação à vinda de professores da USP para o curso de Mestrado da UFG (SALOMON, Marlon. **O inconsciente historiográfico.** Memorial de acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021.

14 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Adequação da teoria de Gaston Bachelard à Historiografia.** 1974. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.

década de 1970, aconteceram 14 defesas de dissertações e 10 delas foram orientadas pela professora Laima Mesgravis (Quadro 1).

Quadro 1 – Número de orientações (dissertações) por docente/Mestrado em História da UFG (1972-1979)

	Docentes	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
1	Laima Mesgravis	História (USP)		História (USP)	10 orientações
2	Shozo Motoyama	Física (USP)		Ciências (USP)	01 orientação
3	João Batista B. Pereira	C. Sociais (USP)	Sociologia (USP)	Antropologia (USP)	02 orientações
4	Antônia F. P. Wright	Geogr/Hist (USP)		Ciências (USP)	01 orientação

Fonte: Dados da pesquisa junto ao PPGH/UFG¹⁵ e à Plataforma Lattes.

Dessas 14 investigações, 10 delas versaram sobre temas inscritos à história regional. A ênfase em pesquisas sobre história regional foi uma tendência seguida pelas Pós-Graduações em História fora do eixo Rio-São Paulo. Já era um indício acerca da importância que o Curso de Mestrado teria nessa reformulação, inclusive, da historiografia regional. Observa-se, ainda, que pelo fato de os(as) discentes serem de formações diversas, somado a uma área de concentração muito ampla (História do Brasil *lato sensu*) e à falta de definição quanto às linhas de pesquisas, as dissertações produzidas apresentaram “[...] temas muito diversificados em áreas de interesse da Filosofia, do Serviço Social, da História da Arte, da

15 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. **Sítio eletrônico**. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/>. Acesso em: 10 set. 2021.

Administração, Política e Economia, embora a maior parte dos trabalhos visasse a História de Goiás”.¹⁶

No período de 1972 a 1980, a área de concentração do Programa de Mestrado definia-se como “História do Brasil” (*lato sensu*). Todavia, segundo Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles e Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas, “[...] uma questão passou a preocupar os órgãos superiores do Mestrado, bem como a Capes e o CNPq: o curso mostrava-se incaracterístico, permitindo todos os temas possíveis, sem que se indicasse, de forma precisa, suas linhas norteadoras”.¹⁷ Sendo assim, em 1980, por meio de uma proposta do professor Luis Palacín, a área de concentração do Programa foi modificada para “História das Sociedades Agrárias” (*lato sensu*), constituída por três linhas de pesquisa: “movimentos sociais no campo”, “história das relações trabalho” e “teoria e metodologia da história”.¹⁸

Nessa quadra temporal, o Mestrado enfrentou grandes dificuldades para continuar funcionando. O convênio com a USP havia terminado em 1974 e as orientações ficaram ao encargo dos professores da “missão paulista” até 1978, quando o Curso teve, então, de sobreviver com recursos e profissionais de seu próprio quadro. O parco número de docentes (Quadro 2) de que o Mestrado dispunha nessa época pode ser evidenciado pelo rol de professores(as) que orientaram as pesquisas na década de 1980.

16 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de; FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**. Goiânia, v. 1, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 1996.

17 Ibidem, p. 10.

18 Ibidem, p. 11.

Quadro 2 – Nº de orientações (dissertações) por docente/Mestrado em História UFG (1980-1989)

	Docente	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
1	Dalísia E. Martins Doles	História (USP)		C. Humanas (USP)	07 orientações
2	Janaína Amado Figueiredo	História (UFRJ)		História (USP)	06 orientações
3	Luis Palacin Gomez	História (Espanha)		História (Espanha)	03 orientações
4	Ana Lúcia da Silva	História (UCG)		C. Humanas (USP)	01 orientação
5	Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles	Geogr/ História (UCG)	História (UFG)	C. Humanas (USP)	01 orientação
6	Antônio Teixeira Neto	História (UCG)		Geografia (França)	01 orientação

Fonte: Dados da pesquisa junto ao PPGH/UFG e à Plataforma Lattes.

A mudança da área de concentração do Mestrado encaminhou um processo de especialização que acabou por delinear a feição de grande parte das investigações elaboradas pelos(as) discentes nessa época. Em geral, eram investigações predispostas a captar elementos sociais, econômicos, políticos e culturais (ou inter-relacionados entre si), que evidenciassem o caráter predominantemente agrário da formação histórica goiana. Inclusive, essa tendência se confirmou quando foram estabelecidas as novas linhas de pesquisa para o credenciamento do curso junto ao Conselho Federal de Educação, em 1987: “História e Região”, “História da Terra e do Trabalho” e “História das Relações Cidade-Campo”. Mesmo diante das dificuldades financeiras e institucionais para se manter funcionando, com empenho desses poucos docentes, muitos deles atuando com

consideráveis cargas horárias na graduação, o Mestrado continuou buscando sua consolidação como importante espaço acadêmico de produção de conhecimento histórico em Goiás.

Nos anos 1990, o departamento de História da UFG passou por uma significativa reformulação em seu quadro docente e isso teve importantes reflexos na Pós-Graduação. Faz-se mister ressaltar, contudo, que já na segunda metade dos anos 1980 alguns professores haviam ingressado, via concurso público, no departamento (não necessariamente na Pós-Graduação). No alvorecer dos noventa, porém, com os pedidos de aposentadoria de muitos docentes,¹⁹ houve o prenúncio de uma turbulência sem precedentes na história do Programa. Para um curso que já contava com um número pequeno de docentes, essas aposentadorias poderiam significar um verdadeiro esvaziamento acadêmico. A situação foi agravada pelo fato de que o mestrado, diferentemente da graduação, não permitia a contratação de professores substitutos.

Como não houve uma renovação significativa no quadro de docentes do Departamento de História e, sobretudo, do Mestrado desde os anos 1970, a partir desses requerimentos de aposentadorias deflagrou-se um interregno importante entre as gerações de professores/professoras do Programa. Refletindo sobre o cenário vivido nessa quadra histórica, o saudoso professor Noé F. Sandes, com a perspicácia costumeira, assim delineou esse hiato geracional:

19 Segundo Marlon Salomon, esse grande número de pedidos de aposentadoria na Administração Pública federal foi em razão da Lei n. 8.112/1990, que previa o recebimento de vencimentos integrais para quem ingressasse na inatividade, estabelecendo, assim, uma paridade entre inativos e ativos (SALOMON, Marlon J. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 252).

[...] temos os fundadores: Dona Gilka, Dona Lena, Padre Palacín, figuras que ficaram, marcaram a história do nosso curso e nós reverenciamos essas pessoas com certeza. [...] agora o problema foi que essa geração não se renovou. Havia uma dificuldade muito grande de contratação de quadros na Universidade, houve um congelamento das vagas e houve uma dificuldade de aperfeiçoamento, de renovação e de formação de quadros. Então, entre a geração da Ana Lúcia, Dona Lena, Padre Palacín – já veio quase pronto –, não houve uma política de renovação. [...] E essa geração não teve um projeto de renovação capaz de dar seguimento. Isso não é crítica à geração passada, porque essas questões são estruturais [...] faltou uma dimensão de ponte entre os fundadores e um projeto de renovação. Eu acho que isso foi um problema para o Programa, que chegou a ter momentos muito difíceis com pouquíssimos docente e com isso alguns colegas chegaram ao ponto de dizer que era melhor seu fechamento.²⁰

Ao largo da década de 1990,²¹ em razão dessas aposentadorias e da saída de algumas docentes, novos professores/professoras ingressaram no Departamento de História e, paulatinamente,

20 SANDES *apud* BORGES, Simone A. **Os Cursos de História da Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006. p. 219.

21 Importante salientar que, em 1996, o ICHL foi desmembrado e deu origem à Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF), a qual abrigou a graduação e a pós-graduação em História (Ibidem, p. 214).

também, na Pós-Graduação, pois nem todos/todas já tinham a titulação de doutorado. No entanto, algumas professoras aposentadas continuaram ministrando disciplinas e/ou orientando pesquisas, como é o caso de Ana Lúcia da Silva, Lena Castello Branco e, principalmente, Gilka Salles, que orientou 21 dissertações. Para além das “crises ontológica e epistemológica”²² que confluíram para importantes mudanças teóricas e metodológicas no cenário historiográfico brasileiro durante essa época, é fundamental dar relevo ao fato de que a chegada de novos(as) docentes, muitos(as) deles(as) oriundos(as) de outros espaços acadêmicos e de outras tradições historiográficas, acabou contribuindo para estimular novas discussões temáticas, promover outros tipos de abordagem e trazer outras perspectivas teóricas para o ambiente historiográfico goiano. Essa renovação no quadro docente da graduação e do Curso de Mestrado em História²³ (Quadro 3) concorreu para que “outros ventos historiográficos” soprassem em Goiás durante a década de 1990.

22 FALCON, Francisco J. C. **História Cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

23 Salomon destacou que, em meados dos anos 1990, durante a gestão do professor José Antônio Souza à frente da coordenação do Mestrado, houve a substituição do termo “Curso” por “Programa”. Não se tratava somente de uma alteração terminológica, significava uma mudança de concepção, uma transformação conceitual e das práticas de formação do PPGH (SALOMON, Marlon J. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 269).

Quadro 3 – Número de orientações (dissertações) por docente/Mestrado em História UFG (1990-1999)²⁴

	Docente	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
1	Gilka Vasconcelos F. Salles	Geogr./Hist. (UCG)	História (UFG)	C. Humanas (USP)	21 orientações
2	Luis Palacin Gomez	História (Espanha)		História (Espanha)	09 orientações
3	Eliane Garcindo Dayrell	História (UFG)	História (UFG)	História (USP)	02 orientações
4	Ana Lúcia da Silva	História (UCG)		C. Humanas (USP)	05 orientações
5	Dalísia E. Martins Doles	História (USP)		C. Humanas (USP)	06 orientações
6	Francisco Itami Campos	Ciênc. Sociais (UFG)	C. Política (UFMG)	C. Política (USP)	04 orientações
7	Maria de Souza França	Geogr./Hist. (UCG)	História (UFG)	História (USP)	01 orientação
8	Cyro Lisita	Ciênc. Sociais (UFG)		C. Sociais (França)	03 orientações
9	Lena Castello B. F. de Freitas	Geogr./Hist. (UCG)		C. Humanas (USP)	03 orientações
10	Heldo Vitor Mulatinho	Ciênc. Sociais (UFG)		C. Sociais (USP)	01 orientação
11	Olga Rosa Cabrera Garcia	História (Cuba)	História (Cuba)	História (Cuba)	03 orientações
12	Janaína Amado B. Figueiredo	História (UFRJ)		História (USP)	01 orientação
13	Holien Gonçalves Bezerra	História (UFG)	História (Itália)	História (USP)	07 orientações

²⁴ A partir do Quadro 3, a ordenação dos docentes buscou obedecer a certa historicidade dos ingressos no PPGH. Evidentemente, que essa sequência nem sempre conseguiu ser fiel à ordem desses ingressos.

	Docente	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
14	Nasr Nagib Chaul Fayad	História (UFG)	História (UFG)	História (USP)	05 orientações
15	José Antônio de C. R. Souza	Filosofia (Mogi)	História (USP)	História (USP)	05 orientações
16	Leandro Mendes Rocha	História (UNB)	História (UNB)	História (França)	01 orientação
17	Barsanufio Gomides Borges	História (UFG)	História (UFG)	História (USP)	04 orientações
18	Heliane Prudente Nunes	História (UFU)	História (UFG)	História (USP)	02 orientações
19	Élio Duarte Garcia	História (UFG)	Hist. (Unicamp)	História (USP)	02 orientações
20	Luiz Sérgio Duarte da Silva	História (UNB)	História (UNB)	Sociologia (UNB)	03 orientações
21	Dulce O. Amarante dos Santos	História (USP)		História (USP)	01 orientação
22	Dario Horacio G. Gallardo	Economia (Chile)	Economia (USP)	História (USP)	01 orientação

Fonte: Dados da pesquisa junto ao PPGH/UFG e à Plataforma Lattes.

Após essas intempéries institucionais enfrentadas ao longo dos anos 1990, o Programa de Mestrado em História passou por uma importante reestruturação no limiar do século XXI. Em substituição à “História das Sociedades Agrárias”, a nova área de concentração “passou a denominar-se “Memória, Regionalidades e Culturas de Migração”; e as linhas de pesquisa, “História, Memória e Imaginários Sociais”, “Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração” e “Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração”.²⁵

25 MAGALHÃES, Sônia M. de. A escrita da história em Goiás nos últimos cinquenta anos. In: GLEZER, Raquel (org.). **Do passado para o futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011. p. 125-143.

Em seguida, houve toda uma mobilização da coordenação e dos docentes do Programa no sentido de viabilizar as condições necessárias para a recomendação do doutorado, meta alcançada em 2003. Com a implantação do Programa de Pós-Graduação em História *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) em História, a área de concentração passou a ser denominada “Culturas, Fronteiras e Identidades”, já as linhas de pesquisa foram mantidas. A primeira tese de doutorado foi defendida, em maio de 2007, pelo discente (atualmente, professor do Programa) Alexandre Martins de Araújo e teve o seguinte título – *Entre-jornadas: coolies e negros nas plantations de Trinidad (1845-1890)*,²⁶ tendo sido orientado pela professora Olga Cabrera. No decorrer da primeira década dos anos 2000, o número de docentes (Quadro 4) novamente foi ampliado com o credenciamento de novos(as) professores(as).

Quadro 4 – Número de orientações (dissertações e teses) por docente/PPGH-UFG (2000-2009)

	Docente	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
1	Leandro Mendes Rocha	História (UNB)	História (UNB)	História (França)	14 orientações
2	Nasr Fayad Chaul	História (UFG)	História (UFG)	História (USP)	02 orientações
3	Dario Horacio G. Gallardo	Economia (Chile)	Economia (USP)	História (USP)	04 orientações
4	Barsanufu Gomides Borges	História (UFG)	História (UFG)	História (USP)	12 orientações

26 ARAÚJO, Alexandre M. **Entre-jornadas: coolies e negros nas plantations de Trinidad (1845-1890)**. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia 2007.

	Docente	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
5	Luiz Sérgio Duarte da Silva	História (UNB)	História (UNB)	Sociologia (UNB)	24 orientações
6	Élio Duarte Garcia	História (UFG)	Hist. (Unicamp)	História (USP)	04 orientações
7	Dulce O. A. dos Santos	História (USP)		História (USP)	14 orientações
8	Noé Freire Sandes	História (UNB)	História (UNB)	História (USP)	23 orientações
9	Heliane Prudente Nunes	História (UFU)	História (UFG)	História (USP)	04 orientações
10	Olga Rosa Cabrera Garcia	História (Cuba)	História (Cuba)	História (Cuba)	08 orientações
11	Eugênio R. de Carvalho	História (UFG)	História (UFG)	História (UNB)	04 orientações
12	Libertad Borges Bittencourt	C. Sociais (UFG)	História (UFG)	História (UNB)	08 orientações
13	Élio Cantalício Serpa	História (Itajaí)	História (UFSC)	História (USP)	05 orientações
14	Ana Tereza M. Gonçalves	História (UFRJ)	História (USP)	História (USP)	10 orientações
15	Lena Castello B. F. de Freitas	Geogr/Hist. (UCG)		C. Humanas (USP)	01 orientação
16	Marlon Jeison Salomon	História (FURB)		História (UFSC)	04 orientações
17	Isabel Ibarra Cabrera	História (UFG)		História (Espanha)	02 orientações
18	Cristina de Cássia P. Moraes	História (EAFI)	História (UFG)	História (Portugal)	02 orientações
19	Márcio Pizarro Noronha	História (PUCRS)	Antropol. (UFSC)	História (PUCRS)	01 orientação
20	Fabiana de Souza Fredrigo	História (UNESP)	História (UNESP)	História (UNESP)	02 orientações

	Docente	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
21	Joana Aparecida F. Silva	C. Sociais (Unicamp)	Antrop. (Unicamp)	Antropol. (USP)	03 orientações
22	Maria da Conceição Silva	História (UCG)	História (UNESP)	História (UNESP)	01 orientação
23	David Maciel	História (UCG)	História (UFG)	História (UFG)	01 orientação
24	Danilo Rabelo	História (UCG)	História (UFG)	História (UNB)	02 orientações
25	João Alberto da Costa Pinto	História (UMC)	História (PUCSP)	História (UFF)	01 orientação
26	Carlos Oiti Berbert Júnior	História (CEUB)	História (UNB)	História (UNB)	01 orientação
27	Maria Amélia G. de Alencar	História (UFRJ)	História (UFG)	História (UNB)	01 orientação

Fonte: Dados da pesquisa junto ao PPGH/UFG e à plataforma Lattes.

Considerando o estabelecimento dessa nova área de concentração e de outras linhas de pesquisa, esse aumento do número de professores, no primeiro decênio do século XXI,²⁷ não representou somente um crescimento do corpo docente, mas também a formação de uma agremiação de pesquisadores(as) que contribuiu para o espraiamento das investigações oriundas do PPGH sobre as mais diversas especialidades historiográficas, estimulando ainda mais um processo de renovação que já vinha sendo desenhado desde a década anterior.

Com essa consequente ampliação dos temas/domínios historiográficos abarcados pelos docentes credenciados, em 2011, houve outra reformulação das linhas de pesquisa do PPGH, embora a

²⁷ Importante ressaltar que, em 2009, com o desmembramento da FCHF, foi criada a Faculdade de História, espaço que abriga, desde então, o Programa de Pós-Graduação em História.

área de concentração permanecesse a mesma (“Culturas, Fronteiras e Identidades”). Com a diversidade de pesquisas que vinham sendo produzidas, as novas linhas constituídas foram: “História, Memória e Imaginários Sociais”; “Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História”; “Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História” e “Poder, Sertão e Identidades”. Esse alargamento temático e de campos historiográficos envolvidos demandou uma expansão do número de docentes credenciados ao largo da segunda década do século XXI (Quadro 5):

Quadro 5 – Número de orientações (dissertações e teses) por docente/PPGH-UFG (2010-2020)²⁸

	Docente	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
1	Luiz Sérgio Duarte da Silva	História (UNB)	História (UNB)	Sociologia (UNB)	27 orientações
2	Leandro Mendes Rocha	História (UNB)	História (UNB)	História (França)	07 orientações
3	Nasr Fayad Chaul	História (UFG)	História (UFG)	História (USP)	02 orientações
4	Olga Rosa Cabrera Garcia	História (Cuba)	História (Cuba)	História (Cuba)	01 orientação
5	Noé Freire Sandes	História (UNB)	História (UNB)	História (USP)	13 orientações
6	Dulce O. A. dos Santos	História (USP)		História (USP)	17 orientações
7	Barsanufu Gomides Borges	História (UFG)	História (UFG)	História (USP)	02 orientações

28 Este quadro, diferentemente dos anteriores, ultrapassa dez anos. O recorte temporal foi alongado para 2020, pois se trata do último ano em que estão disponibilizadas, no site do PPGH, as dissertações e teses defendidas no Programa. Esse critério será também utilizado em alguns dos gráficos seguintes.

	Docente	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
8	Maria Amélia G. de Alencar	História (UFRJ)	História (UFG)	História (UNB)	11 orientações
9	Ana Tereza M. Gonçalves	História (UFRJ)	História (USP)	História (USP)	22 orientações
10	Eugênio R de Carvalho	História (UFG)	História (UFG)	História (UNB)	08 orientações
11	Élio Cantalício Serpa	História (Itajaí)	História (UFSC)	História (USP)	12 orientações
12	Libertad Borges Bittencourt	C. Sociais (UFG)	História (UFG)	História (UNB)	24 orientações
13	Marlon Jeison Salomon	História (FURB)		História (UFSC)	15 orientações
14	Cristina de Cássia P. Moraes	História (FAFI)	História (UFG)	História (Portugal)	14 orientações
15	Fabiana de Souza Fredrigo	História (UNESP)	História (UNESP)	História (UNESP)	14 orientações
16	João Alberto da Costa Pinto	História (UMC)	História (PUCSP)	História (UFF)	21 orientações
17	Carlos Oiti Berbert Júnior	História (CEUB)	História (UNB)	História (UNB)	09 orientações
18	Márcio Pizarro Noronha	História (PUCRS)	Antropol. (UFSC)	História (PUCRS)	11 orientações
19	David Maciel	História (UCG)	História (UFG)	História (UFG)	16 orientações
20	Maria da Conceição Silva	História (UCG)	História (UNESP)	História (UNESP)	08 orientações
21	Joana Aparecida F. Silva	C. Sociais (Unicamp)	Antropologia (U)	Antropol. (USP)	01 orientação
22	Danilo Rabelo	História (UCG)	História (UFG)	História (UNB)	01 orientação
23	Marcos Antônio de Menezes	História (UFU)	História (UNESP)	História (UFPR)	14 orientações

	Docente	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
24	Alexandre Martins de Araújo	História (PUCGO)	História (UFG)	História (UFG)	12 orientações
25	Maria Elizia Borges	Artes (UNAERP)	C. Sociais (FESPSP)	Artes (USP)	13 orientações
26	Sônia Maria de Magalhães	História (UFOP)	História (UNESP)	História (UNESP)	11 orientações
27	Cristiano P. Alencar Arrais	História (UFG)	História (UFG)	História (UFMG)	14 orientações
28	Armênia Maria de Souza	História (UFG)	História (UFG)	História (UNB)	15 orientações
29	Luciane Munhoz de Olmena	História (UFOP)	História (Unicamp)	História (USP)	15 orientações
30	Heloisa Selma F. Capel	História (UCG)	História (UFG)	História (UNESP)	14 orientações
31	Elias Nazareno	História (UCG)	História (UFG)	Sociol. (Espanha)	15 orientações
32	Adriana Vidotte	História (UNESP)	História (UNESP)	História (UNESP)	04 orientações
33	Ana Carolina E. C. Soares	História (UERJ)	História (UERJ)	História (UERJ)	08 orientações
34	Roberto Abdala Júnior	História (UFMG)	História (UFMG)	História (UFMG)	04 orientações
35	Alberto Baena Zapatero	História (Espanha)	História (Espanha)	História (Espanha)	02 orientações
36	Rafael Saddi Teixeira	História (UCG)	História (UFG)	História (UFG)	04 orientações
37	Francesco Guerra	Filosofia (Itália)	Filosofia (Itália)	Filosofia (Itália)	03 orientações
38	Raquel Machado G. Campos	História (PUCGO)	História (UFG)	História (UFRJ)	04 orientações

	Docente	Formação			Orientações
		Graduação	Mestrado	Doutorado	
39	Jiani Fernando Langaro	História (Unioeste)	História (UFU)	História (PUCSP)	05 orientações
40	Ana Lúcia Vilela	Economia (UFSC)	História (UFRJ)	História (UFSC)	02 orientações
41	Carlo Patti	R. Intern. (Itália)	R. Intern. (Itália)	R. Intern. (Itália)	02 orientações
42	Ulisses do Valle	História (UFG)	História (UFG)	História (UFG)	01 orientação
43	Yussef Daibert S. Campos	Direito (UFJF)	C. Sociais (UFPEL)	História (UFJF)	01 orientação

Fonte: Dados da pesquisa junto ao PPGH/UFG e à Plataforma Lattes.

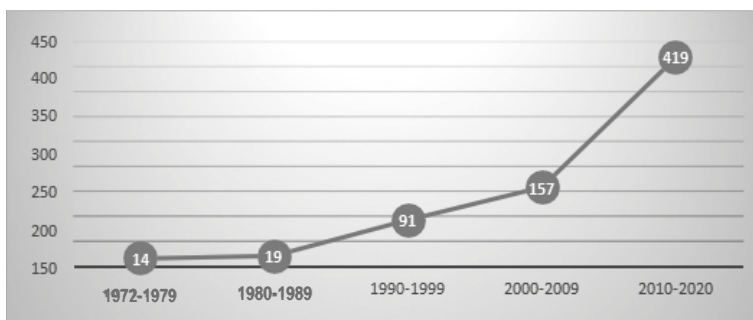
Espreitando, panoramicamente, essa breve história institucional, é possível identificar que, de 1972 a 2020, 66 docentes atuaram como orientadores(as) no PPGH. Fitando esse quadro de orientações por uma perspectiva de gênero, foram 30 professoras e 36 professores entregando seus conhecimentos para que mestrandos(as) e doutorandos(as) produzissem suas investigações historiográficas. Esse exame epidérmico aqui apresentado indicou que, na década de 1980 e em parte dos anos 1990, muitos(as) desses(as) docentes que atuaram como orientadores(as) no “Mestrado em História” tiveram sua formação acadêmica nos cursos de História da UFG e da UCG e/ou, também, na própria Pós-Graduação da UFG, tendência essa que foi diminuindo a partir de fins dos anos 1990 e, sobretudo, nos decênios seguintes. Importante é asseverar, contudo, que tendo sido formados(as) ou não em quadros acadêmicos de universidades goianas, todos esses(as) professores(as) elencados(as) nessa recensão institucional contribuíram para que o PPGH se consolidasse

como um importante espaço de formação de pesquisadores e pesquisadoras em História.

Historiando alguns caminhos historiográficos do PPGH

Desde sua criação, em 1972, o Programa de Pós-Graduação em História da UFG se constituiu, como mencionado alhures, em um dos principais locus de produção de conhecimento histórico em Goiás. Observando o número de pesquisas realizadas no interior do PPGH (Gráfico 1) ao longo das décadas, tem-se a dimensão não só do crescimento do Programa, mas também de sua incontestável contribuição para o desenvolvimento da disciplina histórica e para a formação de pesquisadores/pesquisadoras em História no estado.

Gráfico 1 – N° de pesquisas (dissertações e teses) defendidas no PPGH/UFG (1972-2020)

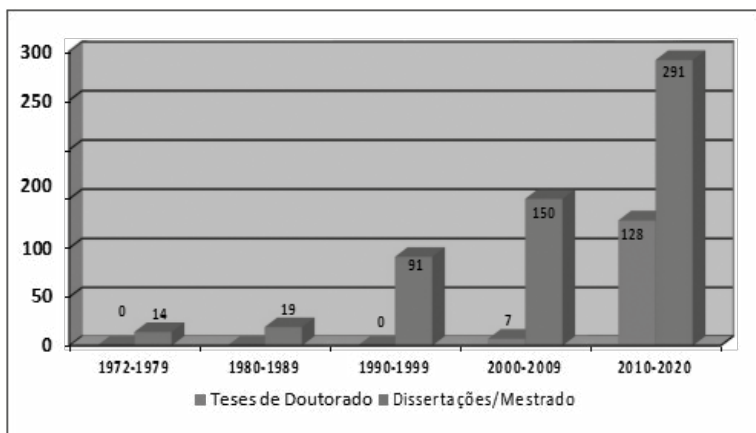


Fonte: Dados da pesquisa junto ao PPGH/UFG.

No período compreendido entre 1972 e 2020, foram produzidas 700 pesquisas que alcançaram o rito de defesa, sendo 135 teses de doutorado e 565 dissertações de mestrado (Gráfico 2). Se o crescimento do número de pesquisas não foi tão grande nas duas primeiras décadas (1970 e 1980), certamente pelas dificuldades enfrentadas pelo PPGH naquela quadra histórica, no decênio seguinte

(1990), com a paulatina renovação do quadro docente e da própria concepção institucional do Programa, houve um crescimento exponencial de mais de 400% no quantitativo de investigações (dissertações). Na primeira década do século XXI, por conseguinte, a produção de pesquisas no interior do PPGH manteve uma considerável tendência de alta, que foi ainda mais recrudescida no decênio posterior. A ampliação do credenciamento de docentes, a alteração da área de concentração, a reformulação das linhas de pesquisa do programa e a consequente criação do doutorado nos ajudam a compreender esse fenômeno.

Gráfico 2 – Número de dissertações e teses por década PPGH/UFG

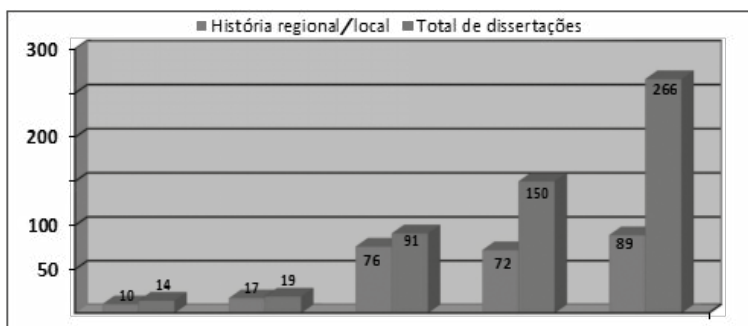


Fonte: Dados da pesquisa junto ao PPGH/UFG.

Fitando de modo mais acurado o rol de pesquisas desenvolvidas no PPGH ao longo desses cinquenta anos, é fundamental trazer a lume o papel importante por ele desempenhado, por meio de dissertações e teses, para o debate e análises acerca de temas históricos

ligados ao campo que, comumente, é chamado de historiografia regional. Acompanhando os caminhos trilhados por essas pesquisas feitas no Programa, observa-se que, nas três primeiras décadas, sobrepujava o interesse por investigar temas relacionados à história regional/local, tendência que foi se arrefecendo nos dois decênios do século XXI. Para fins de comparação entre os períodos (Gráfico 3), considerou-se apenas as dissertações de mestrado, pois nas três primeiras décadas do PPGH não houve a elaboração de teses de doutorado.

Gráfico 3 – Número de pesquisas história regional/Total de dissertações do PPGH (1972-2019) – Percentuais de dissertações de história regional por década



Fonte: Dados da pesquisa junto ao PPGH/UFG.

Embora esse arrefecimento na feitura de trabalhos de história regional/local mereça um estudo específico, é possível inferir que a mudança na área de concentração do PPGH realizada nos anos 2000 (de “História das Sociedades Agrárias” para “Culturas, Fronteiras e Identidades”), as seguidas reformulações nas linhas de pesquisa e a crescente renovação/ampliação do quadro de docentes,

a maioria deles(as) oriunda de outros ambientes historiográficos, foram fatores que concorreram para essa mudança de percurso historiográfico se considerarmos a ênfase destinada à produção de trabalhos relativos à história regional/local. A despeito dessa tendência apresentada pelas pesquisas do PPGH nos últimos anos, é imperioso reconhecer a valiosa contribuição que, nesses cinquenta anos de existência, o Programa prestou (e ainda vem prestando) à produção historiográfica regional.

Assentado, então, nesse legado do PPGH à historiografia e na fisionomia ensaística deste texto, permito-me, por derradeiro, tecer algumas breves linhas em direção a uma concisa história da historiografia produzida no interior do Programa. Consciente das limitações de uma recensão dessa natureza, esse trato epidérmico dessa vasta produção histórica pretende, evidentemente, apenas recuperar alguns painéis historiográficos amplos que predominaram em diferentes momentos dessa trajetória do PPGH.

No alvorecer dos anos 1970, como já salientado, a produção historiográfica em Goiás experimentou uma inflexão significativa nos modos de se produzir conhecimento histórico. Ao longo dessa década em pauta, houve a passagem de um modelo historiográfico dominante para outro: de uma atividade intelectual marcada pelo autodidatismo, com formas de historiar específicas, para uma produção historiográfica elaborada, predominantemente, por pesquisadores que, tendo a História como ofício, orientaram-se por concepções e procedimentos que garantissem a validade científica de seus produtos investigativos.

A constituição dessa historiografia acadêmica já vinha sendo delineada na década anterior, com a institucionalização dos cursos

de História da UCG e UFG, mas sua sedimentação ocorreu ao largo dos anos 1970, e o PPGH teve um papel preponderante na consolidação desse novo “fazer histórico” em Goiás. Essa nova faceta da historiografia praticada no estado carregava alguns sinais manifestos: o exame heurístico e crítico das fontes históricas utilizadas, o recurso a aportes teóricos da historiografia acadêmica, a predominância de uma história econômico-social em face de uma história política, a estratégia analítica e temática se sobrepondo à descritiva/factualista, a apropriação de conceitos históricos e a formulação de hipóteses que passariam pelo crivo da crítica acadêmica.

Essa produção emergida nos anos 1970 bebeu em fontes historiográficas uspianas. Já foi ressaltado o papel exercido pela USP no estabelecimento do Mestrado em História e na formação desses(as) pesquisadores(as) em Goiás. Além disso, observando a formação dos(as) docentes da UFG, muitos deles(as) cursaram o doutorado nessa universidade paulista. Destarte, tendo como referência as reflexões teóricas e práticas metodológicas exercitadas na USP, a produção historiográfica em Goiás erigiu-se, nessa década, predominantemente, a partir de vigas do marxismo e da historiografia dos *Annales*. Essa incidência de aportes teóricos e metodológicos dos *annalistes* contou, também, com a contribuição de Luis Palacín,²⁹ tendo em vista a influência que esse historiador granjeou na historiografia em Goiás.

Esses feixes teóricos emanados do marxismo e dos *Annales*, por exemplo, incidiram de forma difusa nesses trabalhos. Isso fica ma-

29 A tese de livre-docência de Palacín foi a primeira pesquisa acadêmica de história em Goiás portadora de perspectivas e conceitos oriundos da historiografia francesa dos *Annales*. Para esse tema, ver SILVA, Rogério C. da. **O Jesuíta e o Historiador**: a produção historiográfica de Luis Palacín sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen. Goiânia: Ed. UCG, 2008.

nifesto na predominância de uma história econômico-social, que se valia fartamente de instrumentos quantitativos, e na larga utilização de alguns conceitos/categorias, mas sem a preocupação expressa de precisar qual significação estava sendo emprestada aos termos. Pensando em termos da influência dos *Annales*, o recurso aos conceitos de estrutura e conjuntura e o uso corrente da noção de mentalidade indicavam essa apropriação.

Em relação ao(s) marxismo(s), há a utilização de uma variedade de categorias recorrentes nessa(s) corrente(s): forças produtivas, meios de produção, burguesia nacional, elite dominante, ideologia, capitalismo comercial, acumulação capitalista, expansão capitalista, alienação, consciência de classe, consciência de si, consciência para si, fetiche, entre outras.

A aplicação indiscriminada desses conceitos/noções, na maioria dos casos, sem uma preocupação mais acurada no sentido de defini-los(as), somada a uma espécie de justaposição de elementos teóricos e de referências fragmentadas do marxismo e dos *annalistes*, revelavam um momento em que não havia muita clareza quanto às especificidades de alguns aportes teóricos absorvidos. Em uma comunidade de especialistas que dava os primeiros passos para a consolidação de uma historiografia acadêmica, a maturidade teórica viria com o tempo.

Nessas investigações, é notável o quanto se valorizava a dimensão metodológica do trabalho historiográfico. Essa preocupação em produzir pesquisas metodicamente sustentadas, com outras exigências de controle e de tratamento do material empírico das fontes, consistia em obedecer a certas regras heurísticas e críticas que não eram observadas até então. Sem embargo, nem tudo foi

novidade. A investigação em fontes oficiais ainda continuou ditando a tônica das pesquisas históricas. No tocante aos registros orais, algumas pesquisas recorreram à técnica da entrevista, mas sempre com o escopo de reforçar informações obtidas junto a fontes escritas. Nesse estágio da historiografia em Goiás, a história oral ainda não era encarada como um campo com métodos específicos.

Já nos anos 1980, apesar das intempéries institucionais vivenciadas, o Programa seguiu firme em seu propósito de fomentar a pesquisa histórica em Goiás. Espreitando essa galeria historiográfica, dois aspectos em especial emprestaram uma coloração particular às pesquisas do período: a evidência destinada à discussão teórica e conceitual e o predomínio de tonalidades teóricas marxistas. Se, na década anterior, observou-se uma espécie de desapego à reflexão teórica, na fase em pauta verificou-se a preocupação em realçar as vigas teóricas e conceituais que sustentaram os edifícios históricos. Do mesmo modo, se, no decênio passado, viu-se a presença difusa de instrumentais marxistas e dos *annalistes*, com uma maior inclinação para a vertente francesa, percebeu-se que, nos anos 1980, a história em Goiás passou a ser vista, fundamentalmente, por meio de lentes teóricas marxistas.

Além do empalidecer da influência dos *Annales* nessas investigações, visualizou-se algumas apropriações de conceitos de Max Weber, mas ainda de forma modesta e pontual. Dentre a gama de categorias e interpretações entrecortadas por perspectivas marxistas, primou o interesse por identificar experiências de “modernização” e por captar diferentes expressões de “ideologia” manifestadas na história regional e nacional. Ressalta-se que um autor da

Escola Sociológica Paulista foi bastante acessado nessa quadra: José de Souza Martins.

Na esfera metodológica, à exceção do investimento feito em fontes iconográficas e do uso mais assíduo de fontes orais, nos anos 1980, os documentos oficiais continuaram sendo as fontes históricas mais utilizadas como base de análise, assim como os periódicos, os registros cartorários e os relatos dos viajantes e naturalistas europeus do século XIX.

Na década de 1990, porém, novos ventos historiográficos começaram a soprar em Goiás e as pesquisas realizadas no PPGH sentiram os efeitos dessas brisas renovadoras. Além da mencionada mudança no quadro docente do Programa, delineou-se, em termos nacionais, algumas mudanças na forma de se conceber a produção de conhecimento histórico. Na produção do PPGH, até meados do decêndio, os instrumentais teóricos marxistas continuaram grassando nas investigações confeccionadas, mas algumas matrizes historiográficas ligadas à “nova história” também começaram a se fazer presentes em trabalhos dessa época.

Nesse momento, o espaço acadêmico do PPGH experimentou o cruzamento de diferentes vias historiográficas, do(s) marxismo(s) e da “nova história”, que, depois, acabou desaguando em alamedas da história cultural. Foi uma fase de coexistência conflituosa entre “antigas” e “novas” perspectivas, momento em que esse território historiográfico foi convertido em zona de contato, de fricção, mas, ao seu final, foi se acomodando ao ajuste, adequando-se às diretrizes teóricas que se estabeleciam como dominantes. Por isso, nos anos 1990, o PPGH experimentou um período “de fronteira” e, ao mesmo tempo, “de passagem historiográfica”. Foi um contexto em

que ocorreram não só choques de perspectivas de interpretação, como também a paulatina transferência da hegemonia teórica das correntes marxistas para as diversas vertentes da história cultural, cujo predomínio teórico-metodológico foi sedimentado, de fato, na primeira década dos anos 2000.

Nesse tráfego por matrizes teóricas marxistas e as da história cultural, proposições como “dar voz aos silenciados, aos excluídos da história” constituíram-se no escopo de muitas dissertações. A história do cotidiano foi, também, uma das tendências analíticas mais empregadas. Da visibilidade emprestada à dimensão social, fruto da proximidade com o marxismo, esses estudos sobre o cotidiano deslocaram seu enfoque para o caráter simbólico das relações humanas, a partir de orientações interpretativas contíguas à história cultural. Ademais, autores(as) como E. P. Thompson, Clifford Geertz, Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Georges Duby, André Burguière, Michel de Certeau, Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Pierre Nora, Peter Burke, Carlo Ginzburg, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, entre outros(as), passaram a ser cada vez mais recorrentes nas pesquisas formuladas nesse período.

Outros sintomas desses novos ares historiográficos podem ser sentidos no uso frequente de conceitos como os de representação, imaginário, memória e identidade. Temas como a sexualidade, a religiosidade, as sociabilidades, as subjetividades, a família e a infância apareceram como alvo analítico. Investigações sobre a história da(s) mulher(es), confeccionadas no início do decênio, deram lugar à perspectiva das relações de gênero.

Metodologicamente, os documentos oficiais continuaram sendo os mais acessados, mas as fontes orais, literárias e iconográficas

foram trazidas à baila historiográfica. Os novos enfoques dirigidos às fontes históricas, a adoção de outras estratégias analíticas, como o estudo de caso e a análise do discurso, a investigação sobre outros períodos (Idade Média) e espaços históricos (Caribe) e a preocupação com os aspectos estilísticos da escrita da história (crítica narrativista) indiciavam para a formação desse ambiente de renovação historiográfica que marcou o período.

Ao desembarcar nos anos 2000 e acompanhar os rastros das pesquisas do PPGH pelas duas décadas seguintes, fica nítido o quanto a produção do Programa se espalhou por uma multiplicidade de caminhos e territórios historiográficos. Aqueles novos ventos que sopraram ao longo dos anos 1990 apontaram ser preciso renovar a atmosfera institucional do PPGH. Uma nova área de concentração (“Culturas, Fronteiras e Identidades”) e as consequentes modificações nas linhas de pesquisa, bem como a criação do doutorado, demonstraram esse esforço por compatibilizar institucionalmente a renovação historiográfica que já se vivenciava e por atender às demandas historiográficas emergidas naquela quadratura histórica.

Com o crescimento exponencial das pesquisas do PPGH nas duas décadas do século XXI, a tarefa de mapear e analisar, de forma conjunta, essa produção historiográfica, tornou-se impraticável analiticamente. Além do aumento do número de pesquisas e da ampliação do quadro docente, a variedade de domínios historiográficos, objetos de investigação, temas, perspectivas teóricas, procedimentos metodológicos e estilos narrativos que afloraram nesse conjunto historiográfico inviabilizam um olhar

abrangente como o que foi endereçado para os trabalhos das décadas anteriores.

Entretanto, é possível identificar, nesse caleidoscópio historiográfico, o desenvolvimento de estudos sobre outras delimitações temporais (não só moderna e contemporânea) e espaciais, como História Antiga, Idade Média e História do Caribe/América Hispânica. Outros campos historiográficos passaram a ser visitados: a (nova) história política, a história urbana, a história das mulheres e das relações de gênero, o ensino de história, a etnohistória, a história ambiental, a história das ciências e da saúde, entre outros. Assistiu-se, ainda, à multiplicação dos temas de pesquisa: as etnias, a(s) violência(s), as transgressões, as resistências, a(s) sexualidade(s), o cotidiano, as religiões e as religiosidades, a escravidão, as representações, os imaginários, a memória, as identidades, as imagens, os discursos, a saúde, as performances culturais, as visualidades, as formas de subjetivação, a biografia e a autobiografia, as interculturalidades, a educação histórica, a aprendizagem histórica, o patrimônio, os estudos decoloniais, entre muitos outros. Diferentemente das décadas passadas, essas investigações, em sua maioria, apresentaram-se sob o primado do simbólico, do cultural. Isso não significa que as pesquisas sobre a esfera econômica, a partir de perspectivas do(s) marxismo(s), desapareceram. Ademais, trabalhos situados na fronteira entre história e literatura, bem como os de teoria da história, também ganharam relevo no interior do PPGH.

Encerrando essa apressada travessia analítica, é inevitável reconhecer que esse olhar retrospectivo sobre alguns caminhos percorridos pelo PPGH não significa somente tracejar breves linhas

sobre a trajetória de uma instituição cinquentenária, é narrar (com certo envolvimento afetivo) a história de um espaço de formação acadêmica primordial para o desenvolvimento desse campo disciplinar chamado de História e para a formação de historiadores e historiadoras em Goiás. Nesses 50 anos de existência, o PPGH, por meio dos esforços e da atuação de todos(as) os(as) docentes, servidores(as) técnicos(as) e discentes que ali estiveram, prestou uma inestimável contribuição à produção historiográfica no País.

PARTE II

ALGUMAS TENDÊNCIAS

PERMANÊNCIA E INOVAÇÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA NA HISTORIOGRAFIA SOBRE GOIÁS: REALISMO, SUBJETIVISMO ARBITRÁRIO E APROPRIAÇÃO COGNITIVA

Cristiano Alencar Arrais¹

Luiz Carlos Bento²

Manoel Gustavo Neto³

Mudança e continuidade da historiografia

Uma das principais tarefas da Teoria da História consiste em propor a reflexão sobre a relação entre **mudanças e permanências** na escrita da História. Esse tipo de tarefa é estrutural para uma disciplina que se propõe autorreflexiva na medida em que desnatu-

1 Graduado e mestre em História pela UFG; doutor em História pela UFMG; professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG; bolsista Produtividade do CNPq. E-mail: cristiano_arrais@ufg.br

2 Graduado, mestre e doutor em História pela UFG; professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Três Lagoas). E-mail: luizc.bento@yahoo.com.br

3 Graduado, mestre e doutor em História pela UFG; professor da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: manoel.neto@ueg.br

raliza esse fenômeno cultural chamado História, historicizando-o e reposicionando-o no interior do conjunto de pressões que estão para além das contingências imediatas da pesquisa.

Tendo como base esse ponto de vista, nos propomos, neste capítulo, a refletir sobre o modo como as inovações historiográficas foram apropriadas pelo conjunto da produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História, desde sua criação, em 1972, até o ano de 2020. Como recorte exclusivo, selecionamos os trabalhos cujo escopo está associado à experiência no atual território de Goiás. Essa delimitação espacial será entendida como o campo de teste a partir do qual realizamos uma análise das dinâmicas historiográficas e dos contornos teórico-metodológicos de uma historiografia específica.⁴

4 Optamos, aqui, por não nos referirmos a esse recorte como “História Regional”. Essa opção tem um fundamento político-acadêmico claro. Conforme demonstrou sobejamente Bourdieu, o conceito de região está vinculado a um critério de *di-visão* dos campos do saber. Mesmo reconhecendo sua importância, refutamos a versão mais conservadora desse tipo de historiografia brasileira que elegeu determinadas regiões dessa unidade de sentido chamada “Brasil”, como historiografias regionais em oposição àquilo que deveria então ser entendido como nacional (cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007). Seu fundamento, elaborado ainda à época da fundação do IHGB, expressa uma aporia insolúvel, detectada por Cunha Mattos, ao observar que a nação só existe como uma soma das partes. (Cf. SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. **Varia História**, v. 29, 2013; MATOS, Raimundo José. Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010). Em outras palavras, nossa crítica ao termo não pretende abandonar o conceito, mas inseri-lo no conjunto de forças e fontes de pressão que atuam sobre sua cunhagem e uso. Enfatizando aquilo que lhe é próprio – a experiência local, fundamento de qualquer história – sem submetê-la às premissas de um ponto de vista absoluto, mormente adotado pelos historiadores que se almejam construir a “história da nação”.

Pensamos que uma avaliação mais segura da produção historiográfica do Programa de Pós-Graduação em História da UFG deve considerar uma proposta que enfatize o conjunto da sua produção, com vistas a examinar os contornos mais amplos dessa historiografia. Em outras palavras, nosso empreendimento enfatiza a horizontalidade do saber, procura compreender o conjunto da produção em seus distintos recortes, coberturas, rupturas, concorências e dissonâncias.

Essa opção teórica nos possibilita explicar a relação entre **mudança e permanência** historiográfica para além da interpretação icônica, baseada em padrões historiográficos pré-estabelecidos, ou motivada pela eleição dos representantes mais destacados de certas tradições. Tentamos controlar o risco de reduzir a efetiva realização historiográfica de uma leva sem fim de historiadoras e historiadores aos ícones de sua “geração” ou aos “conceitos centrais” de um grupo. Ao contrário, almejamos destacar os processos de apropriação, bem como a originalidade do saber local e a força das condições endógenas na produção do saber histórico.⁵

Nessa abordagem topográfica, destacamos a atividade na qual a maioria das historiadoras e historiadores empregam seu tempo, baseados em uma ou mais realizações científicas passadas, que são reconhecidas e apropriadas pela comunidade. Com esse procedimento, pretendemos identificar certos padrões historiográficos partilhados, reproduzidos e depurados ao longo do tempo, de modo a justificarem um modo apropriado e coerente de produzir história.

5 Cf. JOLY, Fabio Duarte. Por que ler (apenas) os clássicos? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 7, n. 14, p. 176-181, 2013; ARRAIS, Cristiano Alencar; SANDES, Noé Freire (orgs.). **A história escrita: percursos da historiografia goiana**. Goiânia: Ed. UFG, 2018.

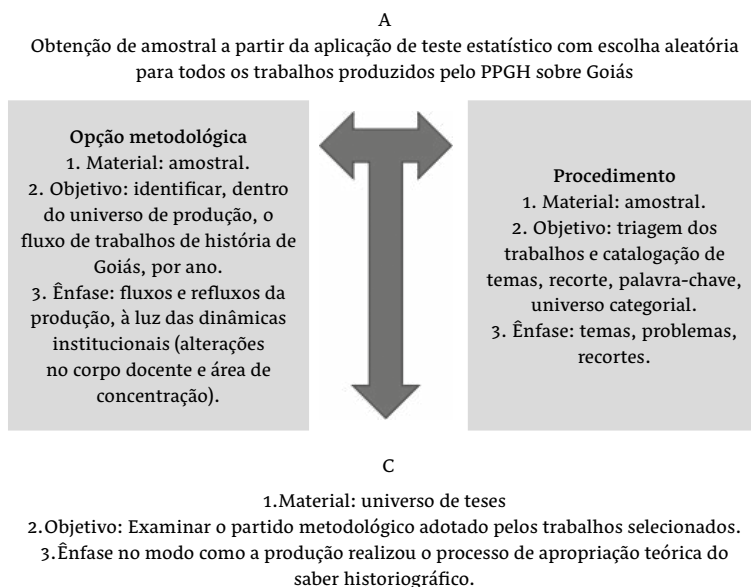
Trata-se, portanto, de examinar o fenômeno de justificação de tradições historiográficas, as concentrações temáticas, as regras de acúmulo, como também a sedimentação de projetos de escrita.

A escolha dos materiais e o partido metodológico

Proposto o problema, iniciamos a construção do recorte das fontes utilizadas para a confecção deste trabalho. Tendo em vista o universo de 288 trabalhos, disponibilizados no Repositório de Teses e Dissertações do PPGH, realizamos o primeiro recorte programático: destacamos apenas as pesquisas que se referiam diretamente à história de Goiás, resultando num conjunto de 133 trabalhos. Nesse ponto da prospecção inicial um problema de ordem metodológica se impôs. Duas opções de caminho se apresentaram. A primeira opção impunha a análise de todo o material selecionado, demandando uma pesquisa de fôlego e um prazo mais extenso para a sua realização. A segunda opção pareceu mais adequada, consistindo em aplicar um teste estatístico com vista a selecionar uma amostra significativa aleatória dentro do universo de teses e dissertações sobre Goiás. Garante-se, assim, a preservação de uma base material consistente — ou seja, elimina-se de nosso horizonte analítico a perspectiva impressionista — e ao mesmo tempo exequível.

Assim, o processo de análise dos materiais foi realizado a partir do seguinte esquema:

Figura 1: Organograma dos procedimentos adotados na pesquisa, dividido em três etapas: a) obtenção da amostra; b) análise horizontal da amostra; c) análise vertical das teses. A obtenção da amostra foi realizada com 5% de margem de erro e 95% de confiança. Agradecemos à secretaria do PPGH por fornecer os trabalhos que ainda não estavam disponíveis no site do programa.



É importante notar que, com relação ao terceiro filtro aplicado aos materiais, a opção pela análise das teses ocorreu em razão da compreensão de que é nesse nível do processo de formação profissional que são encontrados trabalhos com mais maturidade intelectual e, portanto, mais capacidade de diálogo e apropriação historiográfica. Por apropriação historiográfica entendemos o processo de incorporação crítica de teorias historiográficas que pressupõem ideias (o que é história?), formas (como se escreve

história?) e métodos (como se produz história?) partilhados por uma tradição historiográfica mais ou menos identificável. A abordagem formalista, nesse caso, deriva-se da estrutura declarativa identificada nos próprios materiais. Assim, para além de uma classificação em campos historiográficos ou escolas históricas, buscamos identificar nos materiais as formas de apropriação teórico-metodológica utilizadas. A análise desse conjunto resultou na possibilidade de identificar três modos de operação historiográfica, preliminarmente identificadas como **realismo**, **subjativismo arbitrário** e **apropriação cognitiva**.

Análise horizontal

A partir da seleção da amostra de dados, procedemos à triagem e montagem dos primeiros conjuntos de informações. Nessa etapa, o processo de reconstrução dos dados básicos incidiu sobre a extração de características como tema, problema de pesquisa, recorte temporal, palavra-chave e conceitos estruturantes. Conforme pode ser observado no repositório de trabalhos do PPGH, apenas a partir de meados da década de 1990 tornou-se comum às teses e dissertações o preenchimento de alguns desses dados, como palavra-chave e resumo. Assim, todos os dados inseridos na planilha de catalogação foram construídos a partir das informações geralmente encontradas ao longo da introdução dos trabalhos.

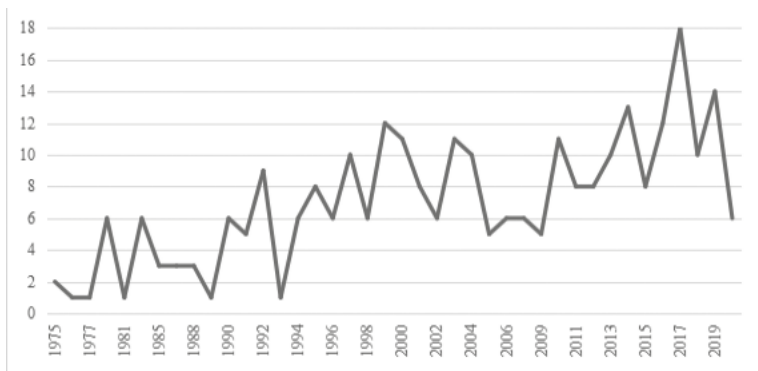
Figura 2 – Modelo de planilha utilizada para a triagem e a catalogação inicial dos materiais

[illegible]

Em verde, os trabalhos destacados após seleção aleatória e que constituíram a amostra significativa da pesquisa.

O trabalho retornou um conjunto de informações que permitem ter uma visão ampla da dinâmica dos objetos de pesquisa mais acessados ao longo do tempo, tanto em termos absolutos quanto relativos.

Gráfico 1 – Quantidade de trabalhos cujo recorte corresponde à história de Goiás, defendidos entre 1975 e 2020



Em termos absolutos, os dados obtidos indicam um aumento do número de trabalhos defendidos na área. Em acordo com as in-

formações obtidas em pesquisas anteriores,⁶ a análise quantitativa demonstra que a mudança da área de concentração e das linhas de pesquisa a partir de 2000 abriu espaço para a incorporação de novos objetos e abordagens, possibilitando uma expansão temática do programa. Ao mesmo tempo, houve uma diminuição gradativa do interesse em relação à História de Goiás frente a outros campos de pesquisa em termos relativos. A partir de 2003, uma nova mudança na área de concentração do PPGH coincide com um novo refluxo na produção de História de Goiás, na medida em que aumentou o escopo temático do Programa.

A Tabela 1 indica a significativa diminuição percentual dos trabalhos na área, mesmo quando consideradas as dinâmicas internas da produção de teses e dissertações – tempo de defesa e abertura de vagas em editais por ano, por exemplo.

6 Cf. MAGALHAES, Sonia Maria de. A escrita da História de Goiás nos últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel. **Do passado para o futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011; SILVA, Rogerio Chaves. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

Tabela 1 – Percentual de dissertações e teses defendidas no PPGH com recorte voltado para a história de Goiás

ANO	Dissertações				ANO	Teses			
	História sobre Goiás	Outros	Total	Porcentagem de trabalhos de História sobre Goiás		História sobre Goiás	Outros	Total	Porcentagem de trabalhos de História sobre Goiás
2000	11	4	15	73%	2000	—	—	—	—
2001	10	3	13	77%	2001	—	—	—	—
2002	6	4	10	60%	2002	—	—	—	—
2003	11	7	18	61%	2003	—	—	—	—
2004	9	9	18	50%	2004	—	—	—	—
2005	5	7	12	42%	2005	—	—	—	—
2006	6	7	13	46%	2006	—	—	—	—
2007	5	8	13	38%	2007	1	1	2	50%
2008	4	16	20	20%	2008	1	2	3	33%
2009	5	13	18	28%	2009	0	2	2	0%
2010	10	17	27	37%	2010	4	2	6	67%
2011	5	10	15	33%	2011	2	7	9	22%
2012	5	15	20	25%	2012	3	4	7	43%
2013	9	35	44	20%	2013	2	5	7	29%
2014	9	17	26	35%	2014	4	4	8	50%
2015	4	20	24	17%	2015	4	20	24	17%
2016	8	25	33	24%	2016	3	10	13	23%
2017	12	18	30	40%	2017	6	8	14	43%
2018	6	20	26	23%	2018	1	11	12	8%
2019	7	20	27	26%	2019	4	12	16	25%
2020	3	22	25	12%	2020	2	10	12	17%

Assim, quando comparados os percentuais dos primeiros anos do século XXI com os números mais recentes, a diminuição percentual é notável. Em relação às teses, essa tendência também pode ser notada, embora de modo menos acentuado: 50%, em 2007, 43%, em 2012, e 17%, em 2020, com períodos de recuperação, como no caso de 2010, onde a produção sobre Goiás foi a de 67% das teses defendidas no PPGH.

No que concerne às palavras-chave, a pesquisa retornou um conjunto de dados cuja recorrência indica um processo de concentração temática da produção do PPGH:

Figura 3 – Nuvem de palavras-chave que aparecem mais frequentemente na amostra



O tamanho das letras evidencia as palavras-chave mais mobilizadas nos trabalhos. Para os trabalhos mais antigos, foi necessária a composição das palavras-chave, visto que os trabalhos não apresentavam esse campo. Além disso, termos semelhantes foram reunidos com o objetivo de eliminar duplicidade de entradas. Também foram excluídos termos referentes a períodos (por exemplo, “século XVIII”) ou demasiadamente abstratos (por exemplo, “economia”). A palavra-chave mais mencionada teve 32 menções. Na figura, estão representadas todas elas, de modo decrescente de tamanho, até o valor de 4 menções. Software de geração de nuvem de palavras disponível em: www.worldclouds.com

O conjunto de palavras-chave mais acessadas no recorte temporal permite afirmar que, embora em determinados momentos alguns temas se tornaram dominantes no PPPG, visto no conjunto não há um tema que se destaca dos demais. A nova área de concentração, focada nos conceitos de “Cultura, Fronteiras e Identidade”, favoreceu novas abordagens sem, no entanto, esvaziar temas recorrentes no programa, como o da modernização, não raro pensada por meio do conceito de urbanização.

A partir de 2000 e, principalmente, de 2003, os temas da História Cultural, seus conceitos e métodos deixam marcas expressivas no PPGH. Os conceitos de identidade e representação aparecem, com frequência, partilhando a paisagem intelectual com outros há muito estabelecidos, como os de mentalidade e imaginário. Especialmente a partir de 2008, ou seja, logo após começarem a surgir as primeiras teses defendidas no Programa, nota-se um aumento expressivo nos trabalhos sobre religiosidade e, a partir de 2016, os temas recorrentes em História Cultural se combinam com novos conceitos surgidos no debate decolonial: diáspora (2016), escravidão (2017), decolonialidade (2018), mestiçagem (2019) e interculturalidade (2020).

É necessário destacar, também, os elementos de descontinuidade que contribuem para que se perceba a diversidade de temas e abordagens do PPGH. Há conceitos como os de rizoma, *habitus* e corpo, imensamente influentes na filosofia pós-estruturalista, na sociologia simbólica e nos estudos sobre gênero e que apontam para um importante viés nas orientações das pesquisas realizadas no PPGH: a interdisciplinaridade. É o que se nota quando analisamos o conjunto de palavras-chave por ano de produção:

Figura 2 – Universo conceitual predominante na produção historiográfica do PPGH, com base na amostra

1975	demografia, estrutura; urbanização	1994	modernização, desenvolvimento econômico, industrialização; representação; urbanização; latifúndio, estado; questão agrária	2002	urbanização, modernização, política, juventude	2014	representação; narrativa; urbanização, memória; memória, gênero, arte
1976	parentesco; família, economia			2003	modernização, urbanização, política, redemocratização, ditadura	2015	representação, urbanização, ensino; ditadura, campesinato, modernização agrícola, historiografia, memória
1977	educação, currículo escolar, crônica	1995	acumulação de capital; estado; fronteira, sanitismo; representação; classe, modernização; êxodo rural	2004	urbanização, modernização, decoração, independência, elite, migração, demografia, urbanização, memória, cidadania, estado, religião, mentalidade, política agrícola	2016	identidade; diáspora; arte; memória, política; imaginário, religiosidade, ditadura
1978	ideologia; superestrutura; luta de classes, literatura; pensamento social						
1982	modernização, migração; estado; renda, modo de produção; classe e	1996	discurso, religião, hegemonia, evangelização, Igreja	2005	reforma agrária, campesinato, modernização agrícola, patrimônio; memória; política	2017	urbanização; fronteira, estado, memória, historiografia, medicina, juventude, cultura, literatura, gênero; escravidão, família
1987	carisma, tipo ideal, modernização	1997	gênero; identidade, urbanismo, colonização, estado, representação; imaginário, ideologia, decadência; discurso, política; agronegócio, modernização; industrialização	2006	violência; historiografia; identidade; representação; imaginário		
1988	Estado, modernização, reforma agrária			2008	memória; cultura; religiosidade	2018	decolonialidade, representação; resistência
1989	acumulação capitalista; expansão capitalista; modernização agrícola			2009	sincretismo religioso; rizoma; identidade	2019	memória, religiosidade, política, justiça, cotidiano, colonização, escravidão, habitação, cotidiano, medicina, mestiçagem
1990	realismo maravilhoso; identidade, gênero, trabalho, memória	1998	coronelismo; tradicionalismo; modernização, escravidão	2010	modernização; campesinato; representação; paternidades sacrilegas; identidade; fronteira, urbanismo; cultura, arte; corpo; dança		
1991	indigenismo, economia colonial, ditadura, latifúndio, expansão agropecuária; urbanização	1999	modernização; patrimônio; discurso; política; migração; urbanização, sindicalismo; infância; religião, família	2011	modernização; universidade; ensino, sociabilidade; conheçibilidade; representação, identidade; campesinato		
1992	memória, migração, desenvolvimento econômico, etnohistória; identidade, modernização da agricultura;	2000	cotidiano, colonização, paisagem, política; modernização; temporalidade; mentalidade; latifúndio	2012	campo religioso; memória, alimentação, economia, habitus, arte, modernização; cultura, republicanismo	2020	interculturalidade, meio ambiente, identidade; memória, cultura, estado, imagem; religiosidade.
		2001	memória, política, identidade, experiência; luta de classe	2013	urbanização; memória; identidade; linguagem; política, colonização, representação; gênero		

Os termos semelhantes foram reunidos com o objetivo de eliminar duplicidade de entradas num mesmo ano.

Importa ponderar, também, que as alterações perceptíveis no conjunto das palavras-chave dos trabalhos têm relação com as mudanças ocorridas na estrutura do PPGH ao longo dos seus 50 anos de existência. Criado em 1972 e com suas primeiras defesas registradas em 1974 (Gilka Salles) e 1975 (Eliane Dayrell e Maria de Souza França), o Mestrado em História das Sociedades Agrárias tinha um corpo discente sensivelmente menor. Ao todo, 37 estudantes se matricularam no biênio 1972/1973, dos quais 21 optaram por desistir da defesa da dissertação. Além disso, em substancial pesquisa sobre a trajetória do PPGH, Marlon Salomon observou que o conjunto dos trabalhos indica uma heterogeneidade temática incomum:

Há, certamente, trabalhos sobre colonização, povoamento, expansão agrícola, conflitos, cultura etc. Mas disso não sobressai uma evidente tendência. Há dissertações claramente pertencentes à antropologia, à sociologia e à filosofia; outros voltados à educação e mesmo ao serviço social; outros de história literária ou da arte. O próprio trabalho da professora Gilka Salles não é classificável sem dificuldades. Era um outro inconsciente historiográfico, produzido por uma estrutura e concepção de pós-graduação muito distintas.⁷

Para o autor, essa característica se explica justamente pelo tipo de arranjo institucional que deu origem ao PPGH, pelas dificulda-

7 Cf. SALOMON, Marlon. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021.

des enfrentadas pelo reduzido corpo docente ao longo da década de 1980 e parte de 1990; pela maior ênfase numa historiografia de cunho regional – notada pelo estabelecimento da área de concentração como “história das sociedades agrárias” –; e pela recomposição do quadro de pesquisadores a partir do final da década de 1990, com docentes oriundos de outros estados e formações distintas das duas primeiras gerações. Foi justamente essa nova geração de docentes quem produziu a reestruturação do PPGH, com a abertura do Doutorado, a atualização da área de concentração para “Cultura, Fronteiras e Identidades”, bem como das linhas de pesquisas.

Por outro lado, as permanências, como aquelas notadas nos conceitos de modernização e urbanismo, dizem muito do enraizamento do PPGH no Centro-Oeste brasileiro, com suas demandas específicas no sentido de atribuir sentido às modificações impostas usualmente pela modernização às sociedades agrárias e às culturas tradicionais. Ademais, as inovações temáticas e conceituais apontam para o fato de que Goiás não se deixa resumir na oposição entre moderno e tradicional, urbano e agrário, reivindicando conceitos que permitam pensar a História de Goiás para além da sombra de um antigo decadentismo, que parece sempre reivindicar o conceito de progresso como critério meta-narrativo.⁸

Análise vertical

Na análise vertical das teses, nos concentramos no repertório temático e metodológico preliminarmente esquadrinhado na análise da amostra. Conforme observamos anteriormente, a progressiva ampliação desse repertório indica ter havido um processo gradual

8 Cf. ARRAIS, Cristiano Alencar; SANDES, Noé Freire (org.). **A história escrita: percursos da historiografia goiana**. Goiânia: Ed. UFG, 2018.

de recepção e apropriação das inovações teórico-metodológicas na produção do programa. Essa apropriação, conforme indicaremos, não foi homogênea e integral, quando considerado o conjunto das pesquisas. Alguns trabalhos carecem de maturidade teórica, embora sejam sustentados por pesquisas empíricas suficientes para garantir sua validade. A análise empreendida, portanto, não teve como foco reavaliar o mérito de cada uma das pesquisas realizadas, defendidas e aprovadas dentro do PPGH. O fato concreto da existência da tese já é constatação suficiente do mérito da pesquisa que, importa ressaltar, foi julgada como adequada por seus pares. Trata-se, sim, de uma análise da consistência e coerência teórica do produto final, a tese de doutorado.

No processo de leitura do material selecionado, embora certos conjuntos temáticos tenham sido notados – História Política, História Cultural, Micro-história, História Social, História da Arte/Visual, História Urbana e História da Historiografia –⁹ organizamos nossa exposição com o fito de demonstrar como cada uma das teses lida com a relação entre **mudança e permanência**. Ou seja, optamos por considerar apenas o tipo de abordagem teórica reivindicada, levando em consideração a expansão do repertório de problemas e os questionamentos direcionados ao passado em cada

9 No total, foram 37 teses defendidas no PPGH-UFG entre 2008 e 2020. Desse total, apenas duas não entraram na pesquisa, por não estarem disponíveis no site do programa.

uma das teses.¹⁰ A resposta a essa pergunta pôde ser reunida em três grupos de trabalhos.

O realismo

O termo **realismo** é recorrente na história da historiografia, recebendo duras críticas de diversos historiadores acadêmicos.¹¹ Trata-se, aqui, do “senso-comum” da tradição empirista do final do século XIX, que reúne um amplo espectro de autores cuja base é a crença na autonomia epistemológica da evidência frente aos questionamentos do presente, em teorias explicativas gerais e na ideia de que o significado do passado pode ser diretamente inferido das fontes.¹²

10 Embora a análise de cada uma das teses defendidas e disponibilizadas pelo PPGH ambicionasse o agrupamento do conjunto de materiais, duas teses apresentam questões incontornáveis, em nosso julgamento. É o caso, por exemplo, do trabalho desenvolvido por Rodrigo Soares sobre o processo de metropolização de Goiânia, que se constitui, em sua maior parte, num apanhado de relatos orais, fotografias e demais documentos, com uma frágil e questionável base metodológica. A mesma crítica se aplica ao trabalho de Jerônimo, seu tratamento do universo categorial que propõe discutir é frágil, errático e sem nenhuma validade para o desenvolvimento do problema (cf. SOARES, Rodrigo de Oliveira. **Goiânia, a metrópole periférica**: fantasmagoria, experiências e viveres urbanos – Real Conquista e Jardins Madri. 2015. 298 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015; JERÔNIMO, Marilena Julimar Antônio Fernandes. **Pedro Ludovico Teixeira x Antônio (Totó) Ramos Caiado**: memórias, ressentimentos, esquecimentos e silêncios (1930-1970). 2013. 152 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013).

11 Cf. ANKERSMIT, F. R. The dilemma of contemporary Anglo-Saxon philosophy of History. **History and Theory**, v. 25, n. 4. p. 1-27, 1986; CLARK, Elizabeth. **History, theory, text**: historians and the linguistic turn. Cambridge: Harvard University Press, 2004; GREEN, Anna; TROUP, Kathleen. **The houses of history**: a critical reader in twentieth-century history and theory. New York, USA: New York University Press, 1999.

12 Cf. MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a história**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Encontramos esses pressupostos, por exemplo, no trabalho de Noeci Messias. Nessa pesquisa, a autora chega a mencionar a renovação historiográfica dos *Annales*, que inseriu a religiosidade como objeto de preocupação dos historiadores, bem como os estudos sobre oralidade, mas não consegue ultrapassar o momento descritivo.¹³ Também no trabalho de Jales Mendonça encontramos o mesmo modelo de pesquisa histórica. Embora o trabalho tenha méritos por avançar fortemente no tratamento das fontes selecionadas, a reflexão pouco avança sobre qualquer tipo de proposta no interior do campo da história política. O tratamento metodológico dado ao objeto indica uma concepção historiográfica tradicional, do historiador que encontra o passado no arquivo por meio da sua extração nas fontes.¹⁴ O mesmo fenômeno ocorre no trabalho de Lindsay Borges, a qual se deixa envolver pela formação discursiva que produziu o arquivo a partir do qual a pesquisa foi realizada a ponto de não questionar esse tipo de representação e os valores que o arquivo – enquanto construto teórico e político – desejava transmitir.¹⁵

O segundo desdobramento dessa tendência realista, a perspectiva reconstrucionista, professa a crença efetiva de que seus trabalhos

13 Cf. MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção**: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade. 2010. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

14 Cf. MENDONÇA, Jales Guedes. **O outro lado da mudança da capital de Goiás**. 2012. 372 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

15 Cf. BORGES, Lindsay. **Memória e sacralização de Dom Fernando Gomes dos Santos**: O “Arcebispo da Providência”. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

são uma espécie de espelho da realidade. Em seu esquema explicativo, a aplicação do modelo de interpretação da experiência “prova” que o modelo funciona e que, portanto, é real. A conclusão obtida é, assim, por óbvia, resultado de um esquema de pensamento tautológico. Um vício de linguagem corrente, baseado numa leitura do objeto da história a partir dos métodos das Ciências da Natureza, como repetição e casualização.

No caso de Deusair Silva,¹⁶ se observa adesão aos pressupostos da história cultural, embora haja uma concentração excessiva em trabalhos sobre o tema da morte na França, principalmente quando comparados às pesquisas já realizadas sobre Portugal e sobre o Brasil. Nesse caso, pode-se dizer que a matriz francófona serve de modelo que explica o padrão de comportamento em Goiás. Ao submeter a experiência local a um padrão explicativo mais amplo – o trabalho também não produz argumento sobre a existência de uma continuidade cultural entre Europa e Goiás –, a pesquisa torna insuperável a dificuldade em interpretar o local sem as determinações europeias. Nesse caso, não há um problema a ser resolvido, mas um esquema interpretativo a ser aplicado à experiência. A mesma concepção de história é encontrada no trabalho de José Santana Silva,¹⁷ que segue um projeto de escrita conservador, com uma explanação teórica inicial e outros três capítulos empíricos que vão da “realida-

16 Cf. SILVA, Deusair José da. **A (re)invenção do fim: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX**. 2012. 299 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

17 Cf. SILVA, Jose Santana. **O Sindicalismo Rural em Goiás e a Fetaeg: das origens ao fim da oposição sindical (1963-1992)**. 2014. 314 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

de mais ampla”, para o efetivo objeto de pesquisa. Seu objeto, por sinal, está submetido a um modelamento *a priori* – “o camponês” –, que obscurece seu rico objeto de pesquisa.

De forma similar, a pesquisa de Edmilson Marques¹⁸ sobre a história do rádio mobiliza conjunto restrito de referência teórica e metodológica para abordar o tema da oralidade, num claro *déficit* em relação ao debate já produzido pela historiografia. Ele se refere ao conceito de racionalidade, abandonado na introdução do trabalho. A tese reproduz um realismo historiográfico, onde a noção de racionalização emerge da interpretação direta das fontes, sem mediação teórica, pelo menos não na perspectiva que promete. Também a tese de Dias¹⁹ se propõe a apresentar o indígena não como paciente de seu passado, mas como constituidor de sua história, ativo nas tensões e conflitos que forjam a relação entre colonizados e colonizadores. No entanto, o trabalho parece desconhecer o papel da apropriação teórica, tornando-o acessório, transmitindo ao leitor a mensagem de que os documentos falarão, desde que confrontados com a fortuna crítica. O trabalho de Schifino²⁰ apresenta a mesma dificuldade – amplamente sustentado por documentação e com uma fundamentação teórica exígua. Aqui, de fato, boa parte das

18 Cf. MARQUES, Edmilson Ferreira. **Tecnologia, política e cultura na história do rádio em Goiás (1950-1964)**. 2014. 378 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

19 Cf. DIAS, Thiago Cancelier. **O língua e as línguas: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas (1721-1832)**. 2017. 340 f. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

20 Cf. SCHIFINO, Rejane Bonomi. **Na ponta dos pés: notas sobre dança, cultura e políticas públicas em Goiás (1980-2018)**. 2019. 280 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

fontes são inéditas. No entanto, o conceito de modernidade de que a autora lança mão para interpretar tais fontes é insuficiente, já que vai pouco além das reflexões produzidas por Marshall Berman.²¹ Por atenta que seja a leitura da autora, a riqueza documental mobilizada demandaria certamente uma reflexão teórica mais detida.

Subjetivismo arbitrário

O campo oposto às teses realistas é o subjetivismo arbitrário. Trata-se de um tipo de postura intelectual que professa o abandono do controle metódico sobre a pesquisa histórica, que resulta na produção de um conhecimento relacional, temporizado e controlado intersubjetivamente pelos pares (realismo mitigado), em razão de um “[...] arbítrio ficcional descomprometido”.²² Não se trata, aqui, de uma postura epistemologicamente fundamentada, mas de uma tentativa de justificação da limitação teórica com base numa leitura simplificada do relativismo. Assim, enquanto no relativismo a validade de um construto é dependente de fatores externos à sua produção, esse tipo de subjetivismo restringe a validade dos argumentos mobilizados ao sujeito que conhece e julga.²³

Esse é o caso do trabalho desenvolvido por Luciana Ribeiro,²⁴ produzido a partir de um conjunto heterodoxo e não articulado de

21 Cf. BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

22 MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Teoria e filosofia da História**: contribuições para o ensino de História. Curitiba: W.A., 2017. p. 36.

23 HENSEN, Joannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

24 Cf. RIBEIRO, Luciana Gomes. **Breves danças à margem**: a constituição de uma história artística da dança em Goiânia (1982-1986). 2010. 211 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

referências teóricas. Aliado a isso, os argumentos apresentados no texto são sustentados por percepções altamente pessoais da autora sobre o que é dança, o que é arte e, o mais problemático, o que é história. Não existe mediação intersubjetiva, mas interpretação pessoal, elevada à matriz interpretativa equivalente a qualquer tradição historiográfica. Menos radical, mas igualmente frágil, é o trabalho de Gonzaga,²⁵ que se baseia em fontes orais produzidas pelo autor, imagens e gravações dos ritos e práticas dos foliões da Festa do Divino, fazendo um diálogo superficial com a historiografia. O estudo pode ser definido como um relato de experiência centrado na perspectiva memorialista do narrador, onde a maior parte dos relatos dizem respeito à sua trajetória de vida. Também a tese de Barbosa²⁶ adota um procedimento similar ao analisar a relação entre a trajetória cultural da artista plástica goiana Goiandira do Couto e a reconstrução da identidade urbana da Cidade de Goiás, no século XX. A pesquisa retoma um tema bastante estudado pela historiografia goiana, numa escala de análise circunscrita tão-somente na história de vida da biografada – que acaba por colonizar o sentido do texto e torná-lo laudatório.

Existem trabalhos que, embora flertem com o subjetivismo arbitrário, encontram uma fundamentação teórica mais ajustada aos problemas evocados em suas pesquisas. É o caso do conjunto de trabalhos ancorados numa perspectiva decolonial, como os

25 Cf. GONZAGA, Agnaldo Divino. **Milagre e castigo**: mito e memória nas folias de reis de Itaguari-GO. 2017. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

26 Cf. BARBOSA, Raquel Miranda. **Muito além das telas douradas**: cidade e tradição em Goiandira do Couto. 2017. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

elaborados por Nascimento,²⁷ Araújo²⁸ e Silva.²⁹ Nos dois primeiros casos, há um esforço concentrado em trazer à luz um corpo de memórias subalternizadas por motivos históricos e políticos. Chama a atenção, no entanto, o estado heurístico das fontes. Elas parecem estar divididas em fontes coloniais (as “oficiais”) e fontes decoloniais (os testemunhos dos indígenas). Em suas justificativas teórico-metodológicas, as autoras atribuem às primeiras o papel de serem desconstruídas pelas segundas, consumando, assim, a tarefa decolonial da pesquisa. Certamente, persiste, na ordem dos saberes coloniais, um ocultamento da memória indígena e existem demandas éticas e políticas às quais a profissão de historiador permite responder em alguma medida. Aqui, no entanto, existe uma assimetria entre as fontes oficiais e os testemunhos, de tal modo que as primeiras parecem estar ali somente para serem desmascaradas. Desse modo, é minimizado todo tipo de critério de tratamento das fontes testemunhais que não o da visibilidade demandada pela tarefa decolonial do presente. A abordagem etnológica é recusada por supostamente estar comprometida com a lógica colonial – uma crítica pertinente e com alto potencial metodológico. Em sua substituição, as autoras propõem certo espontaneísmo, que transforma

27 Cf. NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. **Protagonismo indígena na capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente às políticas indigenistas no século XVIII**. 2019. Tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

28 Cf. ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. **Os Javaé e o protestantismo: salvação e resistência (1896-1937)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

29 Cf. SILVA, Luciana Leite. **Aprendizagem histórica intercultural a partir dos contextos educacionais indígenas e não indígenas** 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

a entrevista, ferramenta fundamental da etnologia, em “conversação”. A ideia é a de que a conversação, compreendida como método, estabelece uma horizontalidade que as metodologias usuais em História Oral não permitem. Trata-se, sem dúvida, de um bem-sucedido gesto no sentido de garantir o horizonte ético e político da tarefa decolonial, mas, de um ponto de vista metodológico, é como se a pesquisa estivesse a serviço das fontes na tarefa decolonial de garantir visibilidade aos testemunhos tornados subalternos – mais do que as fontes a serviço da pesquisa, no sentido de fundamentar a solução de alguma problemática histórica do presente. Ou seja, a proposta torna o ponto de vista político o único princípio de seleção dos testemunhos selecionados, sendo fiador, inclusive, do conhecimento produzido.

Por outro lado, importa ressaltar que, ao reivindicar a legitimidade testemunhal com base no seu “desocultamento” – remediando, em parte, a injustiça colonial que força a memória indígena à condição de subalterna –, os testemunhos oferecerem a visibilidade demandada pela tarefa ético-política da interculturalidade crítica. Nesse cenário, embora persista certa confusão no que diz respeito à definição de objeto de pesquisa – como se a palavra **objeto** assumisse teor coisal, sendo que, na verdade, seu valor é sintático, a ele se dirigem as intenções metodológicas e problematizadoras da pesquisa – e ao julgamento da relevância heurística de uma pesquisa, existe, nesses trabalhos, uma reflexão sobre o fazer metodológico a ser ressaltado. A abdicação consciente do controle metodológico supõe um ganho decolonial na desarticulação da relação sujeito-objeto do conhecimento. Isso porque há a intenção de se evitar uma abordagem metodologicamente orientada, já que o método,

como elemento da cultura científica ocidental, estaria ele próprio sempre impregnado da lógica colonial. Esse procedimento garantiria a historicidade negada às populações indígenas e o acesso à sua cosmovisão.

A apropriação cognitiva

O exame dos trabalhos com viés decolonial nos permite alcançar um terceiro conjunto de trabalhos que toma a crítica como elemento fundante para a construção do conhecimento historiográfico. Esse conjunto reúne a maioria significativa das teses defendidas no PPGH e se caracteriza por apresentar um processo gradual de recepção e apropriação das inovações teórico-metodológicas das últimas décadas. Em outras palavras, caracteriza-se pelo ponto de vista crítico e reflexivo em relação ao objeto. Não se trata, portanto, de um ponto de vista que crê na existência do passado como algo dado ou como construção subjetiva, mas de um exercício que coloca em prática o princípio de que a historiografia é uma construção, é o resultado da autonomia de historiadoras e historiadores em relação às experiências que pretendem representar em seus textos.

É o caso, por exemplo da primeira tese de doutorado defendida no PPGH, por Claudio Maia.³⁰ O trabalho se distancia do realismo histórico por compreender-se como um construto narrativo sobre o evento. Sua perspectiva é construcionista, com forte identificação com o marxismo, em especial os trabalhos desenvolvidos por José

30 Cf. MAIA, Cláudio Lopes. **Os donos da terra**: a disputa da propriedade e pelo destino da fronteira. A luta dos posseiros em Trombas e Formoso (1950-1960). 2008. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

de Souza Martins³¹ sobre o conceito de fronteira. Além disso, há forte influência do marxismo britânico, especialmente o vinculado ao tema do campesinato. Destaca-se, além da sólida crítica historiográfica, a maturidade e clareza no que concerne à localização de seu trabalho dentro da historiografia sobre o conflito de Trombas e Formoso e sobre os movimentos sociais no campo, no Brasil. Também a tese de Wilton Medeiros,³² que apresenta um esforço legítimo de reflexão sobre o fazer histórico, tanto em relação ao processo de pesquisa quanto de escrita, tendo o autor percorrido um caminho próprio para abordar o fenômeno urbano que revela autonomia de pensamento. Também o trabalho de Miriam Ribeiro,³³ que avançou sobre o conceito de cultura histórica, produzindo uma abordagem distinta das perspectivas clássicas sobre a história do ensino. Além da robusta bagagem documental que é mobilizada ao longo do trabalho, a autora examina o modo como o saber histórico foi construído, dentro e fora de sala de aula. Outro trabalho consistente foi desenvolvido por Leicy Silva,³⁴ ao rastrear as transformações e continuidades nas concepções, práticas e instituições que tinham como objeto a lepra. A autora realiza uma dupla opção metodológi-

31 Cf. MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

32 Cf. MEDEIROS, Wilton de Araújo. **Goiânia metrópole**: sonho, vigília e despertar (1933-1973). 2010. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

33 Cf. RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **Cultura histórica ensinada em Goiás (1846-1934)**. 2011. 351 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

34 Cf. SILVA, Leicy Francisca. **Eternos órfãos da saúde**: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962). 2013. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

ca – a abordagem do tema via estrutura conceitual foucaultiana e a organização da base documental com base na noção de enunciado – que demonstra o cuidado em enunciar ao leitor a ideia da prática historiográfica como uma construção intelectual.

A tese de Mônica Age,³⁵ voltada para o período colonial e dirigida para a percepção da manutenção de valores e práticas medievais que orientam e organizam a construção e função da instituição analisada – O Hospital Real Militar (1746-1827) – também foi inserida nesse conjunto de trabalhos. A autora reconstruiu analiticamente a historicidade da instituição, das ideias e práticas médicas. Embora pese sobre ela uma característica muito descritiva, existe reflexão sobre o fazer historiográfico que perpassa o trabalho, através da análise e reflexão sobre as fontes, os métodos e a historiografia.

Nesse espectro também podemos destacar a tese de José Eustáquio Ribeiro³⁶ sobre a formação das elites regionais e o acesso ao Estado, a posse de funções administrativas, judiciárias e eclesiásticas e as estratégias privilegiadas de composição política no contexto da Independência. A forma como categoriza e escolhe os conceitos centrais da pesquisa – como “estado moderno”, “estamento”, “elites”, “grupo”, “crise”, “habitus político” – demonstra uma apropriação do universo categorial vinculado a Max Weber, Norbert Elias e Koselleck. Em relação à historiografia nacional, o autor mos-

35 Cf. AGE, Mônica de Paula Pereira da Silva. **O Hospital Real Militar: saúde e enfermidade em Villa Boa de Goyaz (1746-1827)**. 260 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

36 Cf. RIBEIRO, Jose Eustáquio. **Da impolítica à política: Estado Imperial e formação das elites dirigentes em Goiás na primeira metade do século XIX (Das Cortes de Lisboa à Regência - 1821-1839)**. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

tra simpatia pelo pensamento de Faoro, embora pontue os elementos que delimitem seu posicionamento pessoal com as distintas tradições historiográficas.

De forma singular, Rogério Chaves Silva³⁷ produz uma história da historiografia em Goiás e sobre Goiás dialogando com os textos dos cronistas, viajantes, memorialistas, estudiosos, historiadores e outros interessados em produzir narrativas sobre os mais diversos acontecimentos históricos. Sua história da historiografia goiana dialoga com a teoria da história e a história da historiografia, apresentando uma análise consistente dos modos de se fazer história em Goiás, seja numa perspectiva acadêmica ou não. Claramente, existe uma adesão ao lugar da historiografia pensada na perspectiva da matriz disciplinar do Jörn Rüsen, utilizada como bússola analítica para refletir sobre os vários momentos, formas e modelos da escrita da história em Goiás, com destaque para o processo de profissionalização do campo historiográfico a partir da criação dos programas de pós-graduação.

Outro conjunto de trabalhos demonstra um incremento teórico-metodológico refinado e atualizado. A tese de Rildo Bento Souza,³⁸ por exemplo, pensa a construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira e sua consagração na memória coletiva e na história, problematizando sua perpetuação nas ruas, monumentos, escolas e

37 Cf. SILVA, Rogério Chaves. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 502 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

38 Cf. SOUZA, Rildo Bento. **A história não perdoa os fracos**: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

museus que levam o seu nome. O autor se esforça para caracterizar seu trabalho como uma nova história política, que toma a análise do discurso para pensar o processo de construção mítica de Pedro Ludovico, buscando se afastar de um modelo mais convencional de biografia e explorar as categorias propostas (discurso, mito, memória e monumento) fazendo bom uso da noção koselleckiana de extratos de tempo. De modo semelhante, Souza Filho³⁹ segue na esteira da História Cultural, utilizando fontes literárias como chave para a interpretação de fontes arquivísticas, para investigar a participação da Província de Goiás na Guerra do Paraguai. A escolha das fontes aponta para algo parecido com o que Benjamin chamava de Imagem Dialética: a colagem entre períodos diferentes, sem relação cronológica imediata, de modo a desarticular a representação linear da História. Isso porque as fontes utilizadas são de períodos completamente distintos: um romance dos anos 1980 e outro publicado em folhetins, ainda no século XIX, portanto, muito mais próximo da sensibilidade geral quando do envolvimento da Província de Goiás com a Guerra. Cada um desses romances é lido em sua especificidade, mas a distância temporal de cada fonte em relação ao objeto de estudo não impede que cada uma delas, à sua maneira, propicie as perguntas e fundamente as hipóteses com que o autor conduz sua narrativa. Já Concínio Júnior⁴⁰ recorreu ao muito com-

39 Cf. SOUZA FILHO, J. A. **Cruzando os caminhos do passado: história, sociedade e literatura na participação de Goiás na Guerra do Paraguai**. 254 f. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

40 Cf. CONCÍNIO JÚNIOR, Gilvaldo Ferreira. **Arte e devoção: ex-votos pictóricos do Divino Pai Eterno (Trindade/GO, séculos XX e XXI)**. 2020. 311 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2020.

plexo conceito de pós-vida das imagens, elaborado pelo teórico e historiador da arte Aby Warburg. As fontes consistem nos chamados ex-votos, imagens confeccionadas por devotos em gratidão ao Divino Pai Eterno devido a alguma graça alcançada. Pode-se dizer que a escolha foi eficaz e audaciosa, dada a dificuldade dos escritos de Warburg e de suas formulações teóricas. Se para ele compreender uma obra de arte era compreendê-la como imagem que dura e é histórica justamente na medida em que padece dessa duração – fato recuperado com clareza por Concínio Júnior nas passagens dedicadas aos fundamentos teóricos da pesquisa –, então trata-se de uma escolha mais que propícia para a investigação de imagens que tem na posteridade um elemento tão importante de sua existência. Os ex-votos são imagens e, ao mesmo tempo, são acontecimentos *a posteriori*, pois existem como garantia de perduração da memória da graça alcançada.

No campo da micro-história alguns trabalhos merecem destaque. Primeiro, a tese defendida por Maria Lemke.⁴¹ A pesquisadora posiciona-se dentro do debate historiográfico – tanto em relação à micro-história quanto à historiografia do período colonial –, mobilizando-o dentro de seu trabalho, além de realizar uma autor-reflexão sobre seu próprio fazer (suas falhas, suas omissões, suas opções). Ao reconstruir o conjunto de relações e história cruzadas que giravam em torno do binômio trabalho-família, traça um percurso sobre o tema da mobilidade social sem recorrer ao branqueamento racial como conceito determinante. Outra contribuição

41 Cf. LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social**: notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770 – c. 1847. 2012. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

substancial nesse segmento é a tese escrita por Jason de Paula,⁴² que se propõe a pensar o processo de ocupação de áreas ricas em ouro da Capitania de Goiás a partir da conjuntura econômica portuguesa gestada ao longo dos séculos XVII e XVIII, analisando o trânsito e o comércio praticados por homens de negócios que cruzavam os caminhos, as picadas e os trieiros que traziam às Minas dos *Goyazes*. Seu objetivo é compreender as estratégias desenvolvidas pela população escrava e forra, mineradores, indígenas e mestiços na tessitura das relações familiares e de parentesco ritual. O autor consegue, de forma muito criteriosa, constituir sua narrativa no cotejo das fontes levantadas e no diálogo com a historiografia goiana e nacional. Os conceitos e as fontes são muito bem apresentados no texto, trabalhados tanto para afirmar posições por parte do autor quanto para negar determinadas teses sobre o objeto. Narrada em primeira pessoa, mas sem se perder em subjetividades soltas, todas as etapas da pesquisa, desde o projeto inicial até a sua versão final, são apresentadas com uma preocupação louvável de caracterizar a pesquisa história e sua dimensão racional e temporalizada. De forma semelhante, Damascena Neto⁴³ promoveu um exercício de micro-história. No que diz respeito ao recorte temático, o trabalho se situa no âmbito da História dos Hospitais, mais especificamente no da História da Saúde e das Doenças, e o autor demonstra isso

42 Cf. PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. 2017. 442 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

43 Cf. DAMACENA NETO, Leandro Carvalho. **As 'Artes de curar' nos Guayazes**: o Real Hospital Militar de Vila Boa (c. 1770-c. 1827). 2019. 330 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

com uma ampla digressão bastante fundamentada pelo Estado da Arte da questão. Fontes do Arquivo Histórico Ultramarino, documentos provenientes do Museu das Bandeiras, da Fundação Cultural Frei Simão, estando muitas vezes incompletos, foram cotejados com farmacopeias e manuais médicos do século XVII. O tratamento documental é detido e o procedimento de edificar com esmero a representação do que é micro, bem como um tratamento das fontes que constitui uma hermenêutica do detalhe, fazem deste um exercício bem fundamentado de micro-história, um caso em que o corpo teórico, ao invés de figurar na introdução meramente por protocolo, de fato oferece os fundamentos da pesquisa e orienta seu desenvolvimento. Já a tese de Eder Mendes Paula⁴⁴ tem como temática a trajetória do louco infrator, da sua invisibilidade diluída em meio a outra categoria de exclusão (criminoso), à sua categorização realizada a partir da luta antimanicomial. O trabalho historiciza a institucionalização da psiquiatria, pensando seus usos políticos no processo de construção dos espaços da loucura e da normalidade. A microanálise proporcionou ao autor observar seu objeto de forma localizada, mas fica evidenciado, nessa opção metodológica, que a escolha por uma escala micro de análise histórica não exclui a possibilidade de uma visão global. O trabalho faz jus aos melhores trabalhos de micro-história, construído a partir de um modelo historiográfico claro, com fontes muito precisas e uma dimensão analítica sólida, onde as questões metodológicas e teóricas estão incorporadas na estrutura do trabalho e a forma e a estética do texto estão em consonância com os preceitos mais atuais da escrita da história.

44 Cf. PAULA, Eder Mendes. **Da (in)visibilidade à categorização: o louco infrator em Goiás (1930-2010)**. 2016. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

O processo de ampliação do diálogo com outros campos do conhecimento, que marcou o Programa de Pós-Graduação em História, teve como consequência o fortalecimento de perspectivas interdisciplinares. A tese escrita por Barbaresco Filho⁴⁵ expõe seu interesse em produzir uma “escritura biográfica”, a partir de uma perspectiva metodológica interdisciplinar (história/musicologia). A questão posta ao objeto está na articulação das leituras de Ricoeur, Derrida e Dosse, que apontam caminhos para a construção narrativa da relação entre psicanálise, história e linguagem. Também é possível notar uma preocupação com a história dos conceitos, na abordagem da análise musicológica. A partir desse constructo teórico-metodológico, a categoria central da pesquisa é o sujeito sensível, o artista construído pelo historiador na relação entre discurso, narração, memória e testemunho. Caminho semelhante é trilhado por Jaqueline Vigário,⁴⁶ cuja pesquisa propõe investigar a apropriação do pensamento artístico do pintor italiano Frei Nazareno Confaloni (1917-1977) e sua atuação no contexto da modernidade em Goiás a partir da década de 1950, observando sua relação com os intelectuais ligados às instituições culturais do Estado e, consequentemente, com os projetos de renovação artística, característica do ambiente artístico goiano. Dialogando com o historiadores da arte tais como Aby Warburg, Georges Didi Huberman, a autora

45 Cf. BARBARESCO FILHO, Eduardo. **Entretempos do corpo e da voz na escrita de artista como história**: testemunho e (des)construção de representações na escritura biográfica de Estércio Marquez Cunha (Goiânia, dos anos 1965 a 2013). 2015. 344 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

46 Cf. VIGÁRIO, Jacqueline Siqueira. **Diante da sacralidade humana**: produção e apropriações do moderno em Nazareno Confaloni (1950-1977). 2017. 420 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

consegue construir um quadro de análise consistente, partindo da formação do pintor, chegando à sua recepção pelos críticos de arte e pelos valores políticos da sociedade goiana e brasileira, fazendo um movimento muito consciente que transita pela apreciação da biografia, formação, produção, recepção, usos e significados da arte de Confaloni pela sociedade goiana. Também na interface entre a História e as reflexões sobre Arte e Imagem, Nayara Moraes⁴⁷ lança mão da psicanálise para abordar os fundamentos da Escola de Artes e Arquitetura da UCG, hoje PUC-Goiás. O trabalho firma-se como uma abordagem experimental do ponto de vista da forma: ao invés de falar em capítulos, a autora fala em “cadernos”, procurando claramente dar ao trabalho um aspecto de móbile, cujas partes podem ser dispostas em sequências diversas. Do ponto de vista da fundamentação teórica, interessa-nos, particularmente, a consideração de que o conceito de recalque, tomado de empréstimo à psicanálise, assume função metodológica e organiza o trabalho. A pesquisa, além de lidar com objetos assumidamente investidos de forte carga afetiva, traz ainda as marcas de quem, por assim dizer, vem de fora, de quem encontrou na história os instrumentos intelectuais para sanar demandas geradas noutros âmbitos de reflexão, noutros nichos profissionais. O primeiro caderno da tese, por exemplo, por pouco usual que seja essa divisão, é uma eficaz defesa do uso da psicanálise na historiografia, sem que a autora se proponha a psicanalisar o passado.

47 Cf. MORAES, Nayara Cristian. **Sonoridades goianas em tempos autoritários: festivais de Música em Goiás durante a Ditadura Militar Brasileira (1966-1985)**. 2017. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

Considerações finais

Na análise vertical das teses, é possível constatar inovações historiográficas consideráveis, tanto na transformação dos temas e objetos quanto na expansão dos problemas e metodologias aplicadas à pesquisa histórica sobre Goiás. Essa expansão, porém, não é horizontal, ela ocorre em tempos e ritmos diferentes, sendo possível identificar, no interior das teses que possuem temas e abordagens teóricas e metodológicas semelhantes, muitas diferenças qualitativas na apropriação das inovações historiográficas. Isso talvez explique a persistência do realismo historiográfico em alguns trabalhos, sinalizando a permanência de práticas historiográficas não atualizadas à luz da teoria da história contemporânea. Também podemos identificar trabalhos que, ao romperem com determinada perspectiva de verdade histórica, se colocam no polo oposto, acreditando que fazer narrar os indivíduos à luz de suas próprias vivências é garantia suficiente de validade da historiografia. Nessa equação, sujeito e objeto se misturam e as possibilidades epistemológicas da história se perdem em nome de uma descrição subjetivista descentralizada.

A maior parte das teses investigadas parece concordar com a advertência de Estevão de Resende Martins de “[...] que entre o dogmatismo e o ceticismo, perde-se o homem e a sua racionalidade”.⁴⁸ Por isso, boa parte dos textos estão em consonância com a racionalidade historiográfica, que entende o tratamento e a análise das fontes como procedimento orgânico à produção narrativa de sentido. Essa produção, de fato, não é homogênea,

48 MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Teoria e filosofia da História**: contribuições para o ensino de História. Curitiba: W.A., 2017. p. 37.

mas é importante ressaltar que alterações no campo historiográfico dificilmente o são. O processo de apropriação das inovações teóricas é lento, desigual e sempre devedor das depurações, de revisões e dos distintos pontos de pressão que condicionam a operação historiográfica.⁴⁹ Em razão disso é que cada passo à frente e cada procedimento deve ser constantemente controlado, comparado e, principalmente, aberto à crítica pelos seus pares.

49 Cf. CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982; TOPOLSKI, Jerky. O papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **História & narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

ABRINDO CAMINHOS PARA OS ESTUDOS E AS PESQUISAS EM HISTÓRIA ANTIGA EM GOIÁS

Ana Teresa Marques Gonçalves¹

Luciane Munhoz de Omena²

Os primórdios dos estudos em História Antiga em Goiás

No final dos anos noventa do século XX, os Programas de Pós-Graduação em História no Brasil ainda seguiam a tendência de fortalecer os estudos e as pesquisas acerca de temas mais regionais. Defendia-se, à época, que cada Programa deveria ter sua identidade calcada nas principais características políticas, econômicas e sociais, que marcavam o desenvolvimento socioeconômico da comunidade a qual serviam e onde estavam estabelecidos. O substancial

1 Doutora em História pela USP; professora titular de História Antiga da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História na UFG; coordenadora do LEIR-GO; bolsista Produtividade do CNPq. E-mail: anateresamarques-goncalves@gmail.com

2 Doutora em História pela USP; professora da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. E-mail: omena@ufg.br

desenvolvimento agropecuário de Goiás acabou fomentando a realização de pesquisas concernentes aos aspectos mais agrários das sociedades estudadas. Por isso, quando chegamos para labutar nas trincheiras acadêmicas da Universidade Federal de Goiás, o Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas contava com um Mestrado em História Agrária, que congregava pesquisas referentes às cidades goianas, aos diversos povos que haviam migrado para Goiás através dos tempos, às relações goianas com os estados fronteiriços, à chegada das estradas de ferro, ao declínio da prática da mineração, ao desenvolvimento de novas culturas agrárias e de diversificados rebanhos, entre outros assuntos que propiciavam um conhecimento mais elaborado acerca da sociedade goiana em si. O final do século vinte assistiu à realização de vários concursos públicos que proporcionaram a chegada de vários colegas advindos dos mais diversos estados da Federação, que traziam na bagagem o interesse e a necessidade de realizar-se estudos que rompessem com as barreiras do regionalismo na integração com a Pós-Graduação.

Neste ínterim, passou-se a aceitar, no Mestrado em História, cursos a respeito de sociedades agrárias na Antiguidade, Oriental e Ocidental, e na Idade Média. Nessa segunda área, merece destaque o trabalho do professor Doutor José Antônio Camargo Rodrigues de Souza, que, além de ter coordenado o Programa de Pós-Graduação em História, sempre defendeu a realização de trabalhos de temas vinculados à medievalidade em território goiano. O interesse pelo mundo campesino acabou permitindo, em seu bojo, espaço para estudos referentes ao mundo das cidades. Por algum tempo, classicistas e medievalistas, nas pessoas de Ana Teresa Marques

Gonçalves, vinda do Rio de Janeiro, e Dulce Oliveira Amarante dos Santos, vinda de São Paulo, dividiram disciplinas que privilegiaram a análise da formação e do desenvolvimento dos núcleos urbanos na Antiguidade e na Idade Média, sempre enfatizando a interface com as cidades americanas coloniais portuguesa e espanhola, o que permitia um diálogo com os temas agrários mais regionais que caracterizavam o Programa nesse contexto.

A realização de concursos para várias áreas no Departamento de História acabou por fomentar a vinda de docentes de diversas regiões do Brasil, o que trouxe a ambição de desenvolver pesquisas em outros campos, além do agrário, no interior do Programa de Pós-Graduação em História. Some-se a isso os trabalhos em História Cultural que passaram a ser divulgados no Brasil no final do século vinte, por intermédio de traduções portuguesas e/ou nacionais. As publicações de Sandra Jatahy Pesavento, da UFRGS, passaram a despertar o interesse de nossos docentes, que agregaram às bibliografias de seus cursos títulos como *História e História Cultural*, da própria Pesavento, cuja primeira edição datava de 2003³ e suscitava a leitura de obras como *A História Cultural: entre práticas e representações*, de Roger Chartier,⁴ *A Nova História Cultural*, coletânea organizada por Lynn Hunt e Aleitta Biersock,⁵ *O que é História*

3 PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. São Paulo: Autêntica, 2003.

4 CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

5 HUNT, Lynn; BIERSOCK, Aletta. (org.) **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Cultural?, de Peter Burke,⁶ e *Para uma História Cultural*, coletânea dirigida por Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli.⁷

Novos componentes e múltiplos interesses

A oxigenação intelectual efetivada pela chegada de novos colegas, que trabalhavam com temas que iam muito além dos regionais, e a adoção de novos títulos nas bibliografias propostas nos cursos de Pós-Graduação levaram à necessidade de formação de um novo Programa, com uma nova área, mais inclusiva, e de novas linhas, que conseguissem integrar os novos temas, objetos e interesses dos docentes e dos discentes. Nosso caminho em direção à Nova História estava em andamento no início do século vinte e um. Um grande seminário, que congregou os professores credenciados junto ao Programa e dirigido pela Doutora Margarida de Souza Neves, da UFF, convidada a auxiliar no debate a respeito do futuro que antevíamos para o Programa, levou-nos a estabelecer que nos congregariamos sob uma nova área: “Cultura, Fronteiras e Identidades”, muito mais plural e integrada aos trabalhos e interesses dos docentes credenciados.

Passamos, então, a poder ir muito além da quase obrigatoriedade de ler e refletir sobre o livro *História agrária romana*, de Max Weber,⁸ que reiteradamente abria as leituras de nossos cursos sobre mundo rural e mundo urbano na Antiguidade. A nova área tornou-se o cenário no qual os docentes de Antiga e Medieval puderam desenvolver suas pesquisas em inúmeros outros assuntos.

6 BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

7 RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

8 WEBER, Max. **História agrária romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Amalgamados na linha de História, Memória e Imaginários Sociais, que integrava professores de diversas outras áreas de conhecimento, como História do Brasil, História Moderna, Patrimônio, entre outras, os cursos e as pesquisas em Antiguidade cresceram em diversidade e em profundidade. O estabelecimento da Faculdade de História e o avanço dos estudos culturais no Brasil deram a sustentação técnica e pedagógica para o crescimento exponencial de nossa Pós-Graduação, o que permitiu que solicitássemos e conquistássemos a abertura de nosso Doutorado, em 2003. De sonho distante, passamos a contar com a oportunidade de formarmos nossos alunos e de recebermos discentes de regiões cada vez mais distantes, do Brasil e do exterior, oferecendo um ensino de ótima qualidade em todos os níveis.

A ligação dos estudos clássicos com a linha de “História, Memória e Imaginários Sociais” foi atávica desde o início da concepção da nova área de atuação e da disposição das recém-criadas linhas de pesquisa na nova formatação do Programa. O interesse pela relação entre Memória e História, que caracterizou a formatação da linha e de seus integrantes, é fundamental na estruturação dos Estudos Clássicos. A atuação de Mnemosyne, a musa da recordação e da produção dos relatos históricos, é fundacional nos estudos helênicos. Tornou-se impossível executar pesquisas em Antiguidade sem agregar a análise de documentos textuais ao estudo dos vestígios arqueológicos, epigráficos, imagéticos e numismáticos. A preocupação com as questões vinculadas às relações étnicas, de gênero e de poder invadiu os trabalhos dos helenistas e latinistas.

Trabalhar com as fronteiras entre os territórios das auréolas do Mar Mediterrâneo na Antiguidade, com os processos de transcul-

turação, com as construções identitárias a partir das relações comunitárias no interior das sociedades complexas, com as interfaces travadas entre o meio rural e as cidades, entre os centros e as periferias, com as multiplicidades linguísticas e imagéticas restantes no tempo e no espaço, tornou-se campo imprescindível para a atuação dos interessados em construir conhecimento acerca das sociedades antigas. Trabalhar no campo do Cultural permite a utilização de ferramentas conceituais tão poderosas quanto as noções de imaginário e representação.

Com isso, as bibliografias de nossos cursos na Pós-Graduação se viram invadidas por títulos como “Elogio do Anacronismo”, de Nicole Loraux;⁹ *Antigos, modernos, selvagens*, de François Hartog;¹⁰ *Empires*, coletânea organizada por Susan Alcock;¹¹ *Culture and National Identity in Republican Rome*, de Erich S. Gruen;¹² *Rome’s Cultural Revolution*, de Andrew Wallace-Hadrill;¹³ *Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire*, de Richard Hingley;¹⁴ *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*, de Clifford Ando;¹⁵ *Consensus, Concordia and the Formation of Roman Imperial Ideology*, de

9 LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 57-70.

10 HARTOG, François. **Anciens, Modernes, Sauvages**. Paris: Gallade, 2005.

11 ALCOCK, Susan E. (ed.) et al. **Empires**. Cambridge: University Press, 2001.

12 GRUEN, Erich S. **Culture and National Identity in Republican Rome**. Cornell: University Press, 1992.

13 WALLACE-HADRILL, Andrew. **Rome’s Cultural Revolution**. Cambridge: University Press, 2008.

14 HINGLEY, Richard. **Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire**. London: Routledge, 2005.

15 ANDO, Clifford. **Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire**. Berkeley: University of California Press, 2000.

John A. Lobur;¹⁶ *Romulus' Asylum: Roman Identities from the Age of Alexander to the Age of Hadrian*, de Emma Dench;¹⁷ *Empire of Honour*, de John E. Lendon;¹⁸ *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*, coletânea organizada por Janet Huskinson;¹⁹ *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*, de Peregrine Horden e Nicholas Purcell;²⁰ e *Rethinking the Mediterranean*, coletânea editada por William V. Harris.²¹

Essa bibliografia elencada demonstra o predomínio que passou a vigorar dos estudos anglófilos no que se refere à Antiguidade. Os alunos tiveram de adquirir uma base sólida de leitura em inglês, além do francês e do espanhol, para conseguir debastar a bibliografia dos cursos oferecidos no Programa de Pós e se manter absolutamente atualizados no que concerne aos temas de suas pesquisas. Acrescente-se que sempre foi fundamental os discentes desenvolverem seu conhecimento nas línguas clássicas, latim e grego, para que pudessem verificar as traduções utilizadas, comparando-as com os textos integrais latinos e gregos que nos chegaram. Cursos instrumentais, oferecidos na Filosofia e na Letras, sempre auxiliaram muito nossos orientandos na exploração dessa ferramenta linguística.

16 LOBUR, John A. **Consensus, Concordia and the Formation of Roman Imperial Ideology**. London: Routledge, 2008.

17 DENCH, Emma. **Romulus' Asylum: Roman Identities from the Age of Alexander to the Age of Hadrian**. Oxford: University Press, 2005.

18 LENDON, John. E. **Empire of Honour**. Oxford: University Press, 2005.

19 HUSKINSON, Janet (ed.). **Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire**. London: Routledge, 2005.

20 HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. **The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History**. Oxford: Blackwell, 2009.

21 HARRIS, William V. (ed.). **Rethinking the Mediterranean**. Oxford: University Press, 2005.

Abrindo veredas no sertão

Optamos por orientar pesquisas somente em temas vinculados às sociedades clássicas, isto é, Grécia e Roma, com ênfase na área de História da Cultura Política. Todos os projetos cadastrados junto à UFG no geral e no Programa de Pós-Graduação em história especificamente se utilizavam de conceitos, ferramentas metodológicas e teóricas advindas desse campo de saber. Os orientandos, inicialmente de Mestrado e, posteriormente, de Doutorado, que já passam das dezenas, formados nas hostes de nosso Programa, se debruçaram sobre temáticas relacionadas com esse cabedal intelectual. Muitos ascenderam da Iniciação Científica desenvolvida no curso de Graduação em História da UFG, mas outros tantos nos chegaram advindos das mais diversas regiões e formações do País. Todos auxiliaram no fomento dos estudos clássicos em solo goiano. A ênfase na participação frequente em atividades acadêmicas, como congressos, seminários e eventos em geral, no Brasil e no exterior, além da prática progressiva de publicação das conclusões de pesquisa em diversos suportes, como coletâneas e periódicos nacionais e internacionais, possibilitou que os docentes e os discentes conjuntamente ingressassem nos mais profícuos debates acadêmicos existentes em solo pátrio e estrangeiro. O recrudescimento e a ampliação do acesso a meios virtuais e digitais têm permitido que entremos em contato com uma bibliografia cada vez mais atualizada e com instrumentos imagéticos e arqueológicos, como catálogos de moedas, de inscrições epigráficas e de vasos, por exemplo, que antes requeriam viagens frequentes ao exterior. Apesar disso, a concessão de bolsas de pesquisa permitiu que diversos discentes visitasse importantes instituições de pesquisa e sítios arqueológi-

cos internacionais. Atualmente, contamos com egressos labutando e concursados em diversas instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, como Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade de Brasília (UnB), Pontifícia Universidade Católica do Mato Grosso do Sul (PUC-MS), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Regional de Blumenau (FURB), Universidade Federal do Pampa (Unipampa), entre outras, que se converteram em agentes multiplicadores de público interessado em desenvolver pesquisas em temas relacionados aos estudos clássicos.

Para formá-los a partir da Cultura Política, incentivamos a leitura de obras como *O que é Imaginário*, de François Laplantine e Liana Trindade;²² *A História Nova*, coletânea dirigida por Jacques Le Goff;²³ *O dédalo: para finalizar o século XX* e *O contorno: poder e modernidade*, ambas de Georges Balandier;²⁴ *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes*, de Roger Chartier;²⁵ *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, de Carlo Ginzburg;²⁶ *Os estabelecidos e os outsiders* e *A sociedade dos indivíduos*, de Norbert

22 LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é Imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

23 LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

24 BALANDIER, Georges. **O dédalo: para finalizar o século XX**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999; BALANDIER, Georges. **O contorno: poder e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

25 CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: A história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

26 GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Elias;²⁷ *Lembrar, escrever, esquecer*, de Jeanne Marie Gagnebin;²⁸ *La memoria, la historia, el olvido*, de Paul Ricoeur;²⁹ *O poder da identidade*, de Manuel Castells;³⁰ *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*, de Peter Burke;³¹ *Como se escreve a história e O inventário das diferenças*, de Paul Veyne;³² *Por uma história política*, de René Rémond;³³ e *Mitos e mitologias políticas*, de Raoul Girardet.³⁴

Não podemos deixar de citar as emblemáticas obras de Marcel Detienne,³⁵ *Comparar o incomparável*, e Moses Finley, por exemplo, *História Antiga: testemunhos e modelos*,³⁶ que muito auxiliaram as pesquisas que buscam estabelecer termos de comparação entre os aspectos do mundo antigo e entre características modernas e antigas. De igual maneira, não podemos nos abster de mencionar o artigo “Uma morfologia da história: as formas da História An-

-
- 27 ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 - 28 GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Trinta e Quatro, 2006.
 - 29 RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Madrid: Trotta, 2003.
 - 30 CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
 - 31 BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 - 32 VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. Lisboa: Gradiva, 1999; VEYNE, P. **Como se escreve a História**. Lisboa: Setenta, 1971.
 - 33 RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
 - 34 GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
 - 35 DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.
 - 36 FINLEY, Moses I. **História Antiga: testemunhos e modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

tiga”, publicado por Norberto Guarinello³⁷ na revista *Politeia*, e o capítulo “A ilusão biográfica”, de Pierre Bourdieu,³⁸ traduzido para o português na coletânea *Usos e abusos da história oral*, organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado,³⁹ esta última por muito tempo membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. Essa bibliografia mais teórica e metodológica tem nos fornecido, e a nossos orientandos, os principais conceitos para a realização de seus trabalhos de titulação.

Aos trabalhos desenvolvidos em História Antiga no interior do Programa aniversariante nos rincões goianos foi agregada a preocupação em estabelecer os parâmetros do que define o exercício do poder no mundo antigo. Dito de forma resumida, sempre foi o poder das representações e as representações do poder o que mais nos intrigou. Quais ferramentas foram e são usadas, em termos políticos, sociais, culturais, religiosos e econômicos, para garantir a ascensão e a manutenção dos homens nos mais altos cargos de comando de determinada sociedade? Quais cargos e magistraturas foram criados e modificados para garantir a expressão do poder na prática? Como divulgar a possibilidade de exercício do poder, por intermédio de todos os suportes imagéticos existentes? Como estabelecer as bases para a fomentação de um poder legal, com autoridade e dignidade, capaz de conquistar a adesão social? Quais ferramentas foram criadas para garantir a formação de um consenso social

37 GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.

38 BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 183-191.

39 FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

mínimo e temporário capaz de permitir o exercício do comando de forma a gerar ordenamento social, governabilidade e abundância de recursos? Seja único e/ou compartilhado/colegiado, o poder deve ser expresso de forma a ser reconhecido pelos que o sofrem; ademais, permanecer eficaz deve demonstrar sua necessidade de permanência. Para tanto, tornou-se importante demonstrar aos discentes/orientandos a possibilidade de trabalhar com múltiplos recursos imagéticos e documentos textuais ao longo de todos esses anos de atuação junto ao Programa, no qual já orientamos mais de 130 trabalhos, entre monografias de conclusão de curso, iniciações científicas, trabalhos de conclusão de especialização *Lato Sensu*; Mestrados e Doutorados no Programa de Pós-Graduação em História *Stricto Sensu*, que ora completa cinquenta anos de existência.

Os vivos e os mortos: relações intrínsecas e inseparáveis

A chegada, por concurso, de uma nova colega na Área de História Antiga, Luciane Munhoz de Omena, vinda de São Paulo para trabalhar conosco na Graduação e na Pós-Graduação, permitiu que ampliássemos ainda mais os horizontes teóricos e temáticos das pesquisas realizadas junto ao Programa. Ao suscitar o interesse em assuntos relativos às questões funerárias e às práticas fúnebres desenvolvidas pelos Antigos, pudemos enfatizar os trabalhos referentes às festas, aos rituais e às cerimônias, públicas e privadas, exercidas pelos vivos em honra à memória dos mortos. As exéquias eram, indubitavelmente, ritos que importavam tanto aos vivos quanto aos mortos. Os primeiros viam nessa realização um bom momento de enfatizar as relações familiares e as relações com os magistrados e com o poder; enquanto os defuntos, por meio dos

rituais, recebiam os instrumentos mágicos e religiosos necessários para acessarem o mundo dos mortos. Mais uma vez, nossa vinculação com a linha que agrega estudos relativos à memória e ao imaginário se torna evidente.

Tais estudos permitiram que nos debruçássemos sobre obras como *A travessia das fronteiras* e *El individuo, la muerte y el amor en la Antigua Grecia*, de Jean-Pierre Vernant;⁴⁰ *Maneiras trágicas de matar uma mulher*, de Nicole Loraux;⁴¹ *Los suplicios capitales en Grecia y Roma*, de Eva Cantarella;⁴² *Death and disease in the ancient city*, coletânea organizada por Valerie Hope e Eireann Marshall;⁴³ *Spectacles of death*, de Donald Kyle;⁴⁴ *Death – ritual and social structure in Classical Antiquity*, coletânea dirigida por Ian Morris;⁴⁵ *Memory and mourning: studies on Roman Death*, outra coletânea editada por Janet Huskinson e Valerie Hope;⁴⁶ *Rituals of royalty: power and ceremonial in traditional societies*, coletânea editada por

40 VERNANT, Jean-Pierre. La bella muerte y el cadáver ultrajado. In: VERNANT, Jean-Pierre. *El individuo, la muerte y el amor en la Antigua Grecia*. Barcelona: Paidós, 2001. p. 45-80; VERNANT, Jean-Pierre. *A travessia das fronteiras*. São Paulo: EDUSP, 2009.

41 LORAUX, Nicole. *Maneiras trágicas de matar uma mulher*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

42 CANTARELLA, Eva. *Los suplicios capitales em Grecia y Roma*. Madrid: Akal, 1996.

43 HOPE, Valerie M.; MARSHALL, Eireann (org.). *Death and disease in the ancient city*. London: Routledge, 2000.

44 KYLE, Donald G. *Spectacles of death*. London: Routledge, 1998.

45 MORRIS, Ian. *Death - ritual and social structure in Classical Antiquity*. Cambridge: University Press, 1996.

46 HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (org.). *Memory and mourning: studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011.

Simon Price e David Cannadine;⁴⁷ além das obras basilares de Javier Arce,⁴⁸ *Funus Imperatorum: los funerales de los emperadores romanos*, e de Sabine G. MacCormack,⁴⁹ *Art and ceremony in Late Antiquity*. Essa bibliografia ajudou os interessados na Antiguidade a integrarem os estudos dos mecanismos de exercício do poder nas sociedades gregas e romanas com os rituais que acompanhavam os humanos do nascimento à morte.

Assim, percebemos como, da passagem do século XX para os inícios do século XXI, o Programa de Pós-Graduação em História da UFG acolheu os mais diversos interesses na formulação de pesquisas relacionadas à História Antiga no Brasil, de igual maneira como subsidiou a execução de inúmeros trabalhos relacionados à Antiguidade Clássica, com uma percepção que só nós, latino-americanos, possuímos, pois olhamos de fora o desenvolvimento das sociedades europeias, asiáticas e norte-africanas sem debatermos questões locais e querelas identitárias que nos escapam. Criamos uma grife no que diz respeito à seriedade e à competência com as quais sempre desenvolvemos os estudos no Centro-Oeste do Brasil, que é reconhecido nos lugares onde apresentamos nossas comunicações e conferências e onde nossos orientandos se dispõem a apresentar suas conclusões de pesquisa.

As cores da morte sob a ótica romana

47 CANNADINE, David; PRICE, Simon (ed.). **Rituals of royalty: power and ceremonial in traditional societies**. Cambridge: University Press, 1992.

48 ARCE, Javier. **Funus Imperatorum: los funerales de los emperadores romanos**. Madrid: Alianza, 1990.

49 MACCORMACK, Sabine G. **Art and ceremony in Late Antiquity**. Berkeley: University of California Press, 1981.

Nessas incursões aos *inferi* romanos, deparamo-nos com um conjunto de testemunhos sobre perdas, lutos e memórias em tratados, sátiras, tragédias, consolatórias, epigramas e epitáfios, os quais compunham, muitas vezes, os rituais mortuários presentes na sociedade romana. Podemos perceber uma forte associação entre rituais e memória, pelo menos, em dois níveis: a perpetuação de seus mortos e o cuidado dos vivos.⁵⁰ Na coletânea *Escrita para a eternidade: a epigrafia e os estudos da Antiguidade*, organizada por Airan dos Santos Borges e Raquel de Moraes Soutelo Gomes, há um capítulo intitulado “O fio da memória: o condutor dos mortos nos Parentalia”. Nele, Luciane Munhoz de Omena e Pedro P. A. Funari⁵¹ produziram discussões sobre as celebrações dos mortos nos *Parentalia*. Para a análise, os pesquisadores usaram o seguinte epitáfio:

Para Ursília Ingênua, que viveu oito anos e seis meses. Ursílio Rufino e Domícia Severa, pais, em cuidado da memória dela, deram às jovens do bairro dos Corogenatos 400 sestércios, de cujo rendimento, a cada ano, na época da festa Parentalia para que pusessem tanto três coroas de rosas como libações fossem feitas a cada aniversário dela. Se as jovens não o fizerem, deverão restituir para os habitantes do bairro dos Corogenatos e eles isto observarão (Tradução de Luciane Munhoz de Omena e Pedro P. A. Funari).

50 ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. Formas e transformações de memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

51 OMENA, Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro P. A. O fio da memória: o condutor dos mortos nos Parentalia. In: BORGES, Uiran dos Santos; GOMES, Raquel de Moraes Soutelo (org.). **Escrito para a eternidade: a epigrafia e os estudos da Antiguidade**. Curitiba, PR: Appris, 2018. p. 50.

Ursilae Ingenuae quae vix(it) ann(os) VIII m(enses) VI. Ursilius Rufinus et Domitia Severa parentes in cuius mem(ori)am colend(am) deder(unt) iuvenae(bus?) Coro gennatib(us) (sestertios) CCCC ex quor(um) reditu quodann(is) tempore Parentalior(um); quam et rosae coronas ternas ponerentur et profus(iones) suo quoq(ue) anno fieri quod si iuvenae non fecerint restituer(e) debeb(unt); vicanis Corogennatibus et illi id observabunt (Cívico Museo Archeologico di Milano, N. Inv. A 0.917767. Transcrição de Sartori, 1994 (CIL V 5907).⁵²

Esse epitáfio, anexado provavelmente no interior do edifício funerário, apresenta às jovens e à comunidade do bairro dos Corogenatos uma recomendação testamentária: decorrente da ausência dos pais Ursílio Rufino e Domícia Severa, deveriam cuidar não apenas da perpetuação de Ursília Ingênuo – que pertencia à comunidade –, mas também homenageá-la nos aniversários de morte e nas celebrações aos mortos, os *Parentalia*. No mesmo texto, podemos observar a presença do tempo de vida da criança, característica formulária dos epitáfios romanos, uma vez que se valorizava a existência dos indivíduos,⁵³ o valor de 400 sestércios e a especificidade das

52 **Corpus Inscriptionum Latinarum - Inscriptiones Verbis Romae Latinae** (v. VI). 1876. In: HENZEN, Guilelmus; ROSSI, Iohannes Baptista et al. Berolini apud Georgium Reimerum, p. 8982 (CIL 37962).

53 CHIOFFI, Laura. Death and burial. In: BRUUN, Christer; EDMONDSON, Jonathan. **Roman epigraphy**. New York, Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 627-648; GÓRÁIN, Fiachra Mac. Introduction. Dionysus in Rome: accommodation and resistance. In: GÓRÁIN, Fiachra Mac. **Dionysus and Rome**. Religion and Literature. Berlin: Walter de Gruyter GmbH, 2020. p. 1-37; OMENA, Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro P. A. Experiência social da morte em fragmento de sarcófago infantil: cortejo de cupidos dionísíacos em *Isola Sacra* - Século II d.C. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão (SE), v. 7, n. 18, p. 77-92, jan.-jun. 2021.

coroas de rosas. Todos os elementos aqui mencionados se vinculam ao verbo *obseruo*, escrito na terceira pessoa do plural – *observabunt* –, futuro simples que indica, em especial, uma observação religiosa – *pietas* –, o respeito aos mortos. É interessante mencionarmos que as rosas integravam a festividade, bem como o vinho destinado às libações, os cereais, os grãos de sal e as violetas que, depositados no interior dos túmulos, cumpririam os deveres aos familiares. Tais evidências aparecem igualmente nas descrições de Ovídio em *Fasti* 2. 533 a 570,⁵⁴ e de Ausônio,⁵⁵ em *Parentalia*. Embora Ausônio, em momento posterior, provavelmente em 378 d.C., explore mais seus sentimentos de perda, podemos notar em ambos a ênfase no dever dos papéis de devoção ao honrarem os laços familiares.⁵⁶

Ao que tudo indica, esses cerimoniais agregavam um espetáculo altamente visual e competitivo, pois, como aborda Fanny Dolansky,⁵⁷ famílias ocuparam os espaços das ruas, uma vez que o tamanho de suas procissões a partir do número de gerações, da quantidade de escravos, de libações volumosas e sofisticadas, de competições de ginástica e de banquetes públicos proclamavam os *status* sociais dos mortos e de seus familiares na comunidade. Respeitava-se os cultos aos mortos e se valorizava famílias e amigos

54 OVÍDIO. **Fasti**. Translation Sir James George Frazer. London: LOEB, 1989.

55 AUSONIUS. **Parentalia**. v. I. Translation Hugh G. E. White. London: LOEB, 1911.

56 DOLANSKY, Fanny. Honouring the family dead on the Parentalia: ceremony, spectacle, and memory. **Phoenix**, v. 65, n. 1/2, p. 125-157, 2011; OMENA, Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro P. A. O fio da memória: o condutor dos mortos nos Parentalia. In: BORGES, Uiran dos Santos; GOMES, Raquel de Moraes Soutelo (org.). **Escrito para a eternidade: a epigrafia e os estudos da Antiguidade**. Curitiba, PR: Appris, 2018. p. 137-160.

57 DOLANSKY, Fanny. Honouring the family dead on the Parentalia: ceremony, spectacle, and memory. **Phoenix**, v. 65, n. 1/2, p. 138, 2011.

que confiaram preservar e perpetuar suas memórias no transcorrer do tempo. Essa é a situação de Ursília Ingênua: seus pais buscaram meios para a sua imortalização.

Nesse ambiente glamuroso, a ostentação se tornou imprescindível às sepulturas que, compostas de cores, formatos e materiais em mármore e terracota, entre outras, localizavam-se nas vias de acesso das cidades romanas. As estradas propiciavam não somente deslocamentos de tropas, de comerciantes, de viajantes prósperos ou não, mas convidavam igualmente os viandantes a se lembrarem da finitude. Tal como a frase no portal do cemitério de Paraibuna, São Paulo: “Nós que aqui estamos por vós esperamos”. Logo, as necrópoles romanas, com seus objetos móveis e imóveis,⁵⁸ convidavam seus partícipes a uma experiência alegre e emotiva. Constituídos por afrescos e mosaicos coloridos, os edifícios funerários traziam temas ligados às narrativas míticas, aos banquetes fúnebres, aos imaginários acerca dos monstros marinhos e medusas apotropaicas, motivos florais, divindades como Dioniso, Vênus e Perséfone, entre outras temáticas, tal como se esculpe na figura seguinte:

58 FERAUDI-GRUÉNAIS, Francisca. The decoration of Roman tombs. In: BORG, Bárbara. **A Companion to Roman Art**. Oxford: John Wiley & Sons, Ltd, 2015. p. 432-451.

Figura 1 – Afresco com representação de Sileno montado em um asno



Localiza-se no sítio arqueológico de *Isola Sacra*, tumba de número 16 (século II d.C.). Crédito da imagem: Omena, 2018.

Conforme podemos observar na figura, o afresco com a cena de um Sileno bêbado montado em um asno se encontra na necrópole de *Isola Sacra*, localizada entre Óstia e *Portus*. O edifício tumular, número 16, possui a datação provável do século II d.C. Construído com tijolos em alvenaria, seguindo o estilo de *aedicula* – conhecido por casa-túmulo –, apresenta fragmentos de cores em vermelho, amarelo, preto e azul (Figura 1). Veem-se, ainda, estruturas circulares abaixo da imagem do Sileno e do asno que correspondem ao en-

terramento de cremação,⁵⁹ temas vinculados à procissão dionisiaca – Sileno e o asno⁶⁰ – e mosaicos de chão com repertórios itifálicos e monstros marinhos.⁶¹

Como analisa Fanny Dolansky,⁶² existe um entrelaçamento entre elementos decorativos e utilitários presentes nas construções mortuárias. *Isola Sacra* é um excelente exemplo, pois, segundo as análises da autora,

[...] a tumba 75, por exemplo, originalmente formava um único grande complexo sepulcral, distinta do túmulo 76, equipada

59 Williams, H. Death warmed up. The agency of bodies and bones in early Anglo-Saxon cremation rites. **Journal of Material Culture**, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, v. 9, n. 3, p. 263-291, 2004; CAMILLI, Luciano; TAGLIETTI, Franca. Sepulture e monete: il prezzo dell'Ade? A proposito dei rinvenimenti monetali in tombe della necropoli di Porto all'Isola Sacra. In: CÉBEILLAC-GERVAZONI, Mireille *et al.* **Ricerche su Ostia e il suo territorio**. Rome: E'cole Française de Rome, 2018. p. 1-37; OMENA, Luciane Munhoz de. Do cadáver aos rituais de sepultamento em *Isola Sacra*: dimensões simbólicas da morte (sécs. II e III d.C.). In: SILVA, Semíramis Corsi; ANTIQUEIRA, Moisés. **O império romano no século III: crises, transformações e mutações**. São João do Meriti, RJ: Desalinho, 2021. p. 43-66.

60 GÓRÁIN, Fiachra Mac. Introduction. Dionysus in Rome: accommodation and resistance. In: GÓRÁIN, Fiachra Mac. **Dionysus and Rome**. Religion and Literature. Berlin: Walter de Gruyter GmbH, 2020. p. 1-37; MIANO, D. Liber, Fufluns, and the others: rethinking Dionysus in Italy between the fifth and the third centuries BCE. In: GÓRÁIN, Fiachra Mac. **Dionysus and Rome**. Religion and Literature. Berlin: Walter de Gruyter GmbH, 2020. p. 111-132; OMENA, Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro P. A. Experiência social da morte em fragmento de sarcófago infantil: cortejo de cupidos dionisiacos em *Isola Sacra* – Século II d.C. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão (SE), v. 7, n. 18, p. 77-92, jan.-jun. 2021.

61 OMENA, Luciane Munhoz de. As tessituras da morte: reflexões sobre a necrópole de *Isola Sacra*. In: SILVA, Gilvan Ventura da; SILVA, Érica Cristhyane Moraes da; LIMA NETO, Belchior Monteiro. **Usos do espaço no mundo Antigo**. Vitória, ES: GM, 2018. p. 190-218.

62 DOLANSKY, Fanny. Honouring the family dead on the Parentalia: ceremony, spectacle, and memory. **Phoenix**, v. 65, n. 1/2, p. 136, 2011.

com um poço e possui vários mosaicos incluindo um geométrico preto e branco, um considerável fragmento de Triton e uma pequena representação de Vênus. O túmulo 34, datado do período severiano, tem uma grande sala principal (12m x 10m), da mesma forma possui um poço cercado por um mosaico marinho preto e branco, enquanto um corredor que corre entre este túmulo e túmulos vizinhos com um alojado forno. Pinturas que descrevem vários pássaros e animais, bem como cenas de caça e paisagens adornam o interior.

Os testemunhos materiais indicam, de fato, o cuidado com os mortos, a visibilidade e a ostentação nas estruturas mortuárias. Tais afirmativas nos levam a supor que os romanos cultuavam seus mortos e apreciavam os monumentos funerários, tornando evidente, dessa feita, as atitudes e aspirações de cidadãos e não cidadãos romanos, pois, em paráfrase à Maureen Carroll,⁶³ a localização dos túmulos englobava visibilidade. Desse modo, consideramos a vista dos *tumuli* uma questão imprescindível, à medida que investiam não somente no capital simbólico, *status* e privilégio social, no capital econômico. Muitas vezes, ao encomendarem suas tumbas ou mesmo as prescrevendo em testamento, tal como se percebe na construção piramidal de *Caius Cestius*, em Roma, utilizavam materiais de alto custo, como o mármore, por exemplo.

Como já demos a entender, o cuidado com os rituais mortuários se revelava nas descrições funerárias de narrativas textuais (e.g. *Apocolocyntosis* de Sêneca, entre outras), bem como no estilo

63 CARROL, Maureen. **Roman funerary commemoration in western**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 4.

tumular, nas pinturas e nos mosaicos dos *tumuli* (e.g. tumba de número 42, *Isola Sacra* em Óstia).⁶⁴ Não nos referimos somente às construções tumulares colossais, como ocorre com o Mausoléu de Augusto, com 300 pés romanos, cerca de 85 metros de diâmetro, estimando-se, dessa forma, a altura original em 150 pés romanos, cerca de 45 metros.⁶⁵ No entanto, o dispêndio financeiro pode ser verificado igualmente em edifícios tumulares mais simples, como em *Isola Sacra*, se comparados aos Mausoléus de Augusto, *Cecilia Metella* e Adriano, entre outros.

Nesses testemunhos, acessamos grupos sociais de libertos, os quais perpetuaram, por exemplo, seus ofícios vinculados às relações familiares como comerciantes de tecido, vinho, azeite, padeiro, advogados, pedagogos, entre tantos outros. Existiram, igual-

64 OMENA, Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro P. A. A recordação funerária na *Isola Sacra*. In: CARVALHO, Margarida Maria; OMENA, Luciane Munhoz de. **Narrativas e materialidades sobre a morte nas Antiguidades Oriental, Clássica e Tardia**. Curitiba: CRV, 2020. p. 219-241.

65 OMENA, Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro P. A. Tecendo o fio entre memória e morte à luz do tumulus de Otávio Augusto. In: OMENA, Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro P. A. **Práticas funerárias no Mediterrâneo romano**. Jundiaí, SP: Paco, 2016. p. 65-104.

mente, declarações de afeto, como, por exemplo, *Allia Potestas*,⁶⁶ que, vinda da região de Perúgia, imortalizou-se nos versos de Aulo (consultar também a tradução dos lamentos de Lúcio Trébio). Nelles, o patrono declara a sua beleza física e moral com as seguintes palavras afetuosas:

Sem pretexto, ela nunca afastou suas mãos da lã. Ninguém a superou em bons hábitos e moralidades – *Lana cui e manibus nuncquam sine caussa recessit, opsequioque prior nulla moresque salubres* (vv. 14 e 15).

De pele branca, com belos olhos, cabelos dourados e um brilho de marfim permaneceu em seu rosto – não era mortal, diziam eles, já possuía um rosto assim – e no peito alvo os pequenos seios em botão de flor. O que dizer de suas pernas? – *Candida, lumimbus pulchris, aurata capillis, et nitor in facie permansit eburneus illae qualem mortalem nullam habuisse ferunt, pectore et in niueo braevis*

66 A celebração à *Allia Potestas* foi esculpida em uma lastra de mármore que mede 67 x 39 x 2.5 cm. A peça foi encontrada durante a construção de uma garagem na Vila do Marques Annibale Berlingieri. Atualmente, a lastra se encontra no Museo Nazionale de Roma. A oração fúnebre apresenta a seguinte estrutura: em letras maiores, temos o nome de *Allia* e dos *Manes*; em seguida, esculpem-se os versos em 53 linhas divididos em duas partes e, ao final, é um aviso aos passantes acerca dos riscos em violar o espaço sagrado da sepultura. Ao se tratar dos versos, identificamos os seguintes temas: o eu lírico – o patrono *Aulus Allio*? – lamenta a morte de *Allia* e elogia as qualidades da falecida, em especial suas virtudes de matrona, como, por exemplo, honestidade, diligência, lealdade, fidelidade, assiduidade ao tear, obediência, também pela vontade de não se considerar livre, embora tenha sido libertada, mas também acima tudo por sua beleza física (vv. 8-27). Por isso, descreve as lembranças que o patrono guardará em sua memória eterna (vv. 35-50). Estas memórias acentuam, sobretudo, a capacidade de *Allia Potestas* de manter em harmonia os dois jovens amantes que permaneceram unidos como Orestes e Pílates.

illi forma papillae. Quid crura? (vv. 17-21)
(Trad. de Luciane Munhoz de Omena).⁶⁷

Em seus versos transparecem imagens de afeto e admiração. O delineamento do seu corpo se tornava digno de suas reminiscências. Os seios que formavam um botão de flor e suas pernas comunicavam aos transeuntes o desejo erótico de Aulo. O que devia, então, ser memorável? A conduta e o corpo desejável de *Allia Potestas* que representavam, em termos simbólicos, idealizações de comportamentos femininos. Ao ser pudica e amorosa ao seu amante, *Allia Potestas* se imortalizou como matrona em seu espaço doméstico. Embora os versos acentuem os elementos sexuais, in-comuns aos epitáfios, percebe-se uma carga emocional, à medida que o patrono ordena a confecção de um pequeno retrato de *Allia* e usa um bracelete grafado com o seu nome (vv. 40 e 41). Nisto, os objetos ganham não apenas uma nova narrativa, mas também indicam seus usos nas práticas mortuárias.⁶⁸ Seja nos rituais de sepultamentos – como, por exemplo, em piras funerárias e em urnas –, sejam como recordações afetivas, os objetos ganham novos contornos e papéis sociais.

67 Utilizamos a transcrição adaptada de N. M. Horsfall Apud Strong 2016, 215-218. (CIL VI, 37965). É interessante ressaltarmos que o verbete acerca do epitáfio a *Allia Potestas* se encontra no prelo; quando publicado, será divulgado na coletânea organizada pelos professores doutores Semíramis Corsi Silva, Rafael Matiello Brunhara e Ivan Vieira Neto. A compilação apresentará o título *Compêndio histórico de mulheres da Antiguidade: trajetórias, construções e recepções* (STRONG, Anise K. **Prostitutes and Matrons in the Roman World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016).

68 WILLIAMS, H. Death warmed up. The agency of bodies and bones in early Anglo-Saxon cremation rites. **Journal of Material Culture**, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, v. 9, n. 3, p. 263-291, 2004.

Em se tratando do bracelete e do retrato, podemos observar representações mais particulares e emocionais das lembranças de Aulo.⁶⁹ Ele lamenta e se considera um miserável. Segundo suas palavras chorosas, “Ó, Senhor cruel do Destino e severa Perséfone, que nos roubam a felicidade e nos sobressaem com males” – “*Crudelis fati rector duraque Persiphone, quid bona diripitis exuperantque mala*” (vv. 03 e 04). Resta-lhe, então, conservar consigo o bracelete.

Ainda que o lamento de Aulo englobe um *topos* mortuário, é, de fato, relevante. Como aponta Valerie M. Hope,⁷⁰ *Allia* é uma mulher homenageada por um homem, portanto, nesse processo de seleção de memória, destaca o que é relevante e significativo em seu olhar masculino. Nesse caso, Aulo destaca a fidelidade, entre outras virtudes ligadas às matronas (vv. 8 e 9), a beleza e seu relacionamento com os dois amantes. Não saberemos se a própria homenageada escolheria tais destaques, porém, no contexto do epitáfio, como alerta Hope,⁷¹ não há negação do luto masculino e o bracelete é um objeto particularmente marcante, já que altera o corpo e evoca estratégias de luto feminino, uma vez que engloba joias e objetos pessoais. Ademais, a especificidade do epitáfio o torna ainda mais interessante, pois sabemos que os textos epigráficos apresentam, habitualmente, idealizações sobre matrimônio, infância, carreira política, relações familiares e ofícios. Aqui, o epitáfio acentua as dimensões mais particulares e emocionais no modo como Aulo se

69 HOPE, Valerie M. Remembering to mourn: personal mementos of the dead in Ancient Rome. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (org.). **Memory and Mourning: Studies on Roman Death**. Oxford: Oxbow Books, 2011. p. 177.

70 HOPE, Valerie M. Remembering to mourn: personal mementos of the dead in Ancient Rome. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (org.). **Memory and Mourning: Studies on Roman Death**. Oxford: Oxbow Books, 2011. p. 190-191.

71 Ibidem, p. 191.

lembra da amante. Ele rompe, simbolicamente, com o *modus operandi* masculino: pranteia o falecimento da amada e celebra o relacionamento a três em espaço público e sagrado.

Assim, as práticas mortuárias permitem a análise sobre a organização social, política, econômica e religiosa das sociedades mediterrânicas e propiciam, por exemplo, o entrelaçamento entre dimensões mais afetivas e o debate de gênero. Ademais, o estudo propiciou imprescindíveis diálogos acadêmicos no âmbito nacional e internacional. Logo, a instância institucional se tornou fulcral, uma vez que o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG) oportunizou os encontros entre pesquisadores e a oferta de disciplinas. Propusemos diversas delas sobre o campo mortuário, com debates historiográficos atuais e, em especial, discussões arqueológicas que são, de fato, essenciais às pesquisas sobre as experiências sociais da morte. Estimulamos também os discentes às pesquisas mortuárias. Podemos ressaltar a dissertação de Paulo Yoke Oliveira Arima,⁷² centrada no epitáfio de Augusto – *Res Gestae Divi Augusti* – e, atualmente, a sua tese de Doutorado, que tem como base documental o Mausoléu de Augusto, localizado no Campo de Marte em Roma.

Em se tratando de tramitações institucionais, entre 2015 e 2016, com o apoio incondicional de Ana Teresa Marques Gonçalves, eu, Luciane Munhoz de Omena, dediquei-me ao pós-doutoramento no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Paulo A.

72 ARIMA, Paulo Y. O. **O funeral de Otávio Augusto e a memória do *Princeps* nas obras de Tácito, Suetônio e Dion Cássio**. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

Funari. À época, desenvolvi o projeto intitulado “Memória e luto: a simbologia da morte no logos filosófico de Lúcio Aneu Sêneca em diálogo com os vestígios materiais” e fui contemplada com o financiamento da bolsa de pesquisa Fapeg/Capes. Ademais, com estágio pós-doutoral, pude ser incorporada ao Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte da Unicamp. Nesse laboratório, participei dos grupos de estudos e interagi com professores como a Dra. Nancy Vieira de Oliveira, arqueóloga e especialista em estudos mortuários. A pesquisadora atua como professora do Departamento de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordena o Laboratório de Antropologia Biológica do Instituto de Ciências Humanas (UERJ).

Assim, as atividades do pós-doutoramento envolveram pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais, que, alinhados com nossas pesquisas sobre memória e morte na Antiguidade Clássica e Contemporaneidade, disponibilizaram tempo e trabalho, brindando-nos com palestras e artigos. Ressaltamos a contribuição de José Remesal Rodríguez (Universidade de Barcelona), Cláudia Beltrão da Rosa (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio), Renata Senna Garraffoni (Universidade Federal do Paraná – UFPR), Darío N. Sánchez Vendramini (Universidades Nacionales de Córdoba y La Rioja), Maria Aparecida de Andrade Almeida (Pós-Doutoranda, Unicamp), Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG), Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES), Érica Cristhyane Moraes da Silva (UFES), Semíramis Corsi Silva (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM), Renato Pinto (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE), Dominique Vieira Coelho dos Santos (Fundação Universidade Regio-

nal de Blumenau - FURB), Ana Paula Pinto (Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de Braga/Universidade Católica Portuguesa), Fábio Cerqueira Vergara (Universidade Federal de Pelotas – UFPEL), Maria Elizia Borges (UFG) e Nancy Vieira de Oliveira (UERJ)).⁷³

Nesse percurso, podemos também destacar a organização de dossiês em periódicos científicos e coletâneas sobre as práticas mortuárias na Antiguidade. Citamos as seguintes: em 2014, organizamos, com o professor Pedro P. A. Funari, um dossiê sobre práticas mortuárias na Antiguidade, publicado na Revista Brasileira de Estudos Clássicos. Contamos com a participação dos professores Fábio Vergara Cerqueira (*Abordagens mitológicas na iconografia funerária da cerâmica OO Ática (510-450 a.C.): repensando a periodização*),⁷⁴ José Geraldo Costa Grilo (*Aquiles e Mêmnon face à morte: um estudo da cena da psicostasia na pintura da cerâmica Ática*),⁷⁵ Renato Pinto e Liszt Rangel (*Aspectos dos “bog bodies” e do “culto da cabeça decepada” na Bretanha pré-histórica e romana*),⁷⁶ Darío N. Sánchez Vendramini (*A morte de Aemilius Paullus em Cana. Fazendo de herói um general der-*

73 É importante ressaltarmos que vários desses autores participaram com capítulos nas duas coletâneas organizadas por Luciane Munhoz de Omena e Pedro P. A. Funari. São elas: *Práticas funerárias no Mediterrâneo Romano*, publicada pela Paco Editorial, em 2016, e *Experiências sociais da morte: diálogos interdisciplinares*, publicada também pela Paco Editorial, no ano de 2017.

74 CERQUEIRA, Fábio Vergara. *Abordagens mitológicas na iconografia funerária da cerâmica OO Ática (510-450 a.C.): repensando a periodização*. **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 1, p. 83-128, 2014.

75 GRILO, José Geraldo Costa. *Aquiles e Mêmnon face à morte: um estudo da cena da psicostasia na pintura da cerâmica Ática*. **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 1, p. 129-154, 2014.

76 PINTO, Renato; RANGEL, Liszt. *Aspectos dos “bog bodies” e do “culto da cabeça decepada” na Bretanha pré-histórica e romana*. **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 1, p. 155-184, 2014.

rotado (Polybius 3.112-117),⁷⁷ Ana Teresa Marques Gonçalves e Mariana Carrijo Medeiros (*Amor e alusão à morte: um estudo acerca das representações das Heroínas de Ovídio*),⁷⁸ Luciane Munhoz de Omena e Margarida Maria de Carvalho (*Morte e gênero em Sêneca: um diálogo com os vestígios da cultura material*),⁷⁹ Rafael A. Monpean e Pedro Paulo A. Funari (*Cartago e as transformações da topografia mortuária na Antiguidade Tardia (séc. IV-VII): em busca de conexões novas*)⁸⁰ e Júlio César Magalhães de Oliveira (*Morto pelas mãos do povo: rituais de execução e justiça popular na Antiguidade Tardia*).⁸¹

É necessário referenciarmos o dossiê *Narrativas sobre infância na Antiguidade*, organizado pelos pesquisadores Luciane Munhoz de Omena e Gilvan Ventura Silva, em 2020, no periódico Romanitas – Revista de Estudos GrecoLatinos. Ao analisarmos a infância na Antiguidade, deparamo-nos, em especial, com vestígios materiais e textuais associados aos costumes mortuários. No sítio arqueológico de Conimbriga, província da Lusitânia, escavações em necrópoles descortinaram artefatos que se vinculavam às experiências

77 SÁNCHEZ, Darío N. Vendramini. A morte de Aemilius Paullus em Cana. Fazendo de herói um general derrotado (Polybius 3.112-117). **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 1, p. 185-196, 2014.

78 GONÇALVES, Ana Teresa Marques; MEDEIROS, Mariana C. Amor e alusão à morte: um estudo acerca das representações das Heroínas de Ovídio. **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 1, p. 197-222, 2014.

79 OMENA, Luciane Munhoz de; CARVALHO, Margarida Maria de. Morte e gênero em Sêneca: um diálogo com os vestígios da cultura material. **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 1, p. 223-244, 2014.

80 MOMPEAN, Rafael A.; FUNARI, Pedro P. A. Cartago e as transformações da topografia mortuária na Antiguidade Tardia (séc. IV-VII): em busca de conexões novas. **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 1, p. 245-260, 2014.

81 OLIVEIRA, Júlio César Magalhães. Morto pelas mãos do povo: rituais de execução e justiça popular na Antiguidade Tardia. **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 1, p. 261-284, 2014.

educacionais e aos entretenimentos, como, por exemplo, casinhas (*simulacra domuum*), carrinhos (*plostella*), bonecas (*pupae*), soldados (*ducatus aut imperia*), entre outros mais.⁸² Para tal empreendimento, tivemos a participação dos pesquisadores Gillian Shepherd,⁸³ Ana Paula Pinto,⁸⁴ Alexandre Santos de Moraes e Fábio de Souza Lessa,⁸⁵ Luana Neres de Sousa,⁸⁶ Ana Teresa Marques Gonçalves,⁸⁷

-
- 82 Podemos, ainda, citar o artigo intitulado “Experiência social da morte em fragmento de sarcófago infantil: cortejo de cupidos dionisíacos em Isola Sacra - século II d.C.”. Os autores Luciane Munhoz de Omena e Pedro P. A. Funari analisaram um sarcófago encontrado em *Isola Sacra*. Nele, aparece um repertório dionisíaco que, segundo a proposta, “em espaços multiculturais, crianças se tornaram fontes de idealizações dos adultos e suas memórias. Na morte, transmitiram mensagens acerca de suas brincadeiras, educação, afetos e, em especial, como defendemos, sua relevância na organização social. Transformaram-se em veículos de negociação de *status* e da posição de seus progenitores. À beira da morte, essas crianças se imortalizaram” (OMENA, Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro P. A. Experiência social da morte em fragmento de sarcófago infantil: cortejo de cupidos dionisíacos em *Isola Sacra* – Século II d.C. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão (SE), v. 7, n. 18, p. 77-92, jan.-jun. 2021. p. 87).
- 83 SHEPHERD, Gillian. Narratives on child and childhood in Greek city-states: an interview with Gillian Shepherd. Entrevista concedida a Luciane Munhoz de Omena. **Romanitas – Revista de Estudos GrecoLatinos**, n. 16, p. 12-38, 2020.
- 84 PINTO, Ana Paula. A infância nos poemas homéricos. **Romanitas – Revista de Estudos GrecoLatinos**, n. 16, p. 36-60, 2020.
- 85 MOARES, Alexandre Santos de; LESSA, Fábio de Souza. Imagens da infância na Atenas Clássica. **Romanitas – Revista de Estudos GrecoLatinos**, n. 16, p. 61-80, 2020.
- 86 SOUSA, Luana Neres de. Jogos e brincadeiras infantis na educação ateniense do período clássico. **Romanitas – Revista de Estudos GrecoLatinos**, n. 16, p. 81-100, 2020.
- 87 GONÇALVES, Ana Teresa Marques. A juventude dos imperadores romanos Caracala e Geta: questões políticas, familiares e numismáticas. **Romanitas – Revista de Estudos GrecoLatinos**, n. 16, p. 101-120, 2020.

Thiago Eustáquio Araújo Mota,⁸⁸ Luciane Munhoz de Omena,⁸⁹ Gilvan Ventura da Silva⁹⁰ e Renan Frighetto.⁹¹

É também importante mencionarmos a coletânea intitulada *Narrativas e materialidades sobre a morte nas Antiguidades Oriental, Clássica e Tardia*, organizadas pelas professoras Margarida Maria de Carvalho e Luciane Munhoz de Omena.⁹² Nesse compêndio, o leitor deparar-se-á com temáticas sobre as viagens ao mundo dos mortos na Mesopotâmia, a simbologia da morte em contexto grego, questões sobre morte e enfermidades em Cipriano, entre outras perspectivas.⁹³

88 MOTA, Thiago E. A. O tema da infância heroica na 'Eneida' de Virgílio: os casos de Ascânio-Iulo e Camila, a rainha dos volscos. **Romanitas – Revista de Estudos GrecoLatinos**, n. 16, p. 121-141, 2020.

89 OMENA, Luciane Munhoz de. Entre brincadeiras e homenagens: a experiência social infantil em Isola Sacra (séculos I e II). **Romanitas – Revista de Estudos GrecoLatinos**, n. 16, p. 142-159, 2020.

90 SILVA, Gilvan Ventura. A formação educacional das crianças na Antiguidade Tardia: João Crisóstomo e a defesa da escola monástica. **Romanitas – Revista de Estudos GrecoLatinos**, n. 16, p. 160-189, 2020.

91 FRIGHETTO, Renan. Entre a caridade e o patrimônio: a oblação de crianças aos cenóbios e mosteiros no reino hispano-visigodo de Toledo do século VII. **Romanitas – Revista de Estudos GrecoLatinos**, n. 16, p. 190-207, 2020.

92 CARVALHO, Margarida M.; OMENA, Luciane Munhoz de. **Narrativas e materialidades sobre a morte nas Antiguidades Orientais, Clássica e Tardia**. Curitiba: CRV, 2020.

93 Tem-se a presença de nomes nacionais e internacionais. São eles: Germano Miguel Favaro Esteves, Gilvan Ventura da Silva, Margarida Maria de Carvalho, Carlos Augusto Ribeiro Machado, Ana Teresa Marques Gonçalves, Luciane Munhoz de Omena Pedro Paulo A. Funari, Edson Arantes Junior, Érica Cristhyane Moraes da Silva e Belchior Monteiro Lima Neto, Natália Frazão José, Maria José Ferreira Lopes, Thiago Eustáquio Araújo Mota, Claudia Beltrão da Rosa, Fábio Vergara Cerqueira, Maria Regina Candido, Fábio de Souza Lessa, Ana Paula Pinto, Katia Maria Paim Pozzer e Renan Frighetto. Luciane Munhoz de Omena integra, ainda, o projeto da professora Margarida Maria de Carvalho que se denomina "As mortes do imperador Juliano nos testemunhos de autores cristãos e pagãos do século IV d.C.". Deste projeto resultou a publicação de um artigo sobre o Mausoléu de Augusto no dossiê *Memórias e mortes de imperadores romanos (séculos I a.C. - IV d.C.)*, publicado na Revista História.

Para finalizarmos o capítulo, as pesquisas acerca dos vestígios mortuários na Antiguidade permitiram, sobretudo, o intenso diálogo entre pesquisadores. O encontro em eventos e em projetos ligados às publicações, seja em periódicos, seja em coletâneas, permitiu agregar reflexões críticas sobre os estudos mortuários no Mediterrâneo Ocidental e Oriental. Reforçamos a difusão das pesquisas sobre a morte, o morto e o morrer nos Programas de Graduação e Pós-Graduação no Brasil e em instituições internacionais. Além disso, viabilizamos análises em estudos vinculados à Antiguidade Clássica, bem como a produção de temas que se adéquem à realidade brasileira, desenvolvendo temáticas associadas à política, à sociedade, à economia, à memória e aos imaginários sociais, para construirmos uma História das representações mortuárias no Mediterrâneo romano mais inovadora e crítica.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em História pelo convite para participarmos desta coletânea e aos professores de Instituições Nacionais e Internacionais pelos constantes diálogos e trocas de ideias. Mencionamos o apoio institucional da UFG, Capes/Fapeg e CNPq. A responsabilidade pelas ideias se restringe às autoras.

A PRESENÇA DA LITERATURA

Maicon da Silva Camargo¹

Raquel Campos²

Há algumas décadas, já não se faz necessário justificar o interesse dos historiadores pela literatura, seja como fonte, seja como objeto. Trabalhados segundo múltiplas perspectivas teórico-metodológicas e diversas abordagens, os textos literários habitam de pleno direito o terreno da pesquisa histórica.

O PPGH oferece um ótimo testemunho dessa realidade. Entre todos os setecentos e treze trabalhos produzidos ao longo de seus cinquenta anos de existência, cerca de sessenta e cinco se debruçaram sobre a literatura ou se valeram dela como fonte. Esses números correspondem a aproximadamente 9% do total, um dado nada negligenciável – sobretudo quando se considera que ele poderia

1 Maicon Camargo é doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: maiconcamargo.msc@gmail.com

2 Raquel Campos é doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora da Faculdade de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Goiás. E-mail: raquelmcampos@ufg.br

ser ainda maior, caso se adotasse um critério de classificação mais aberto e maleável.

Essa flutuação se relaciona a uma primeira questão fundamental: a da historicidade da literatura. Quem quer que se proponha a discutir a presença de textos literários no ateliê dos historiadores deve levar em consideração o fato de que literatura é, como também a história, um conceito cujo sentido alterou-se significativamente entre meados do século XVIII e meados do século XIX. Antes desse período, “literatura” designava, preferencialmente, um saber erudito sobre as obras da tradição e incluía bem mais do que os gêneros poéticos, abrangendo medicina, astronomia, história, filosofia. No regime retórico-poético de produção dos textos e discursos, vigente desde a Antiguidade Clássica, inexistiam categorias como autoria e originalidade, propriedade literária e plágio, que estruturam a concepção moderna de literatura. A invenção era, aí, regida pelo princípio da imitação, significando não a produção do absolutamente novo, mas sim a rearticulação das formas da tradição, para se produzir a emulação. Do mesmo modo, os textos eram compostos antes para serem recitados, escutados e encenados do que escritos ou lidos. Assim, as modalidades de produção, circulação e recepção das obras eram profundamente distintas daquelas próprias de um regime literário, estabelecido por conta de uma série de mudanças ocorridas entre 1750 e 1850. A constituição desse regime associou-se a um processo de reinterpretação do passado, fazendo com que, em uma operação retrospectiva, obras e textos produzidos dentro do regime retórico-poético passassem a ser compreendidos e lidos como literatura, de tal forma que se criaram categorias como “literatura antiga” ou “literatura medieval”, que, rigorosamente consideradas,

são anacrônicas. Mas não se trata aqui de descartar essas categorias e as obras abrangidas por elas, e sim de chamar a atenção para a necessária distinção entre textos **produzidos** como literatura e textos **lidos** como literatura.

Em nosso levantamento, incluímos todas as teses e dissertações que trabalharam com textos lidos atualmente como literatura, como é o caso dos diversos gêneros poéticos desde a Antiguidade (epopeias, tragédias, comédias, canções de gesta medievais, etc.) e dos gêneros literários modernos (romances, contos, novelas, poesia lírica, etc.), os quais podem ser abrangidos pela categoria da ficção. Também foram contados os trabalhos a respeito do pensamento e da atuação de escritores e escritoras. Para além deles, foi igualmente considerada a literatura de testemunho, como os livros de Primo Levi, que não se enquadram naquela categoria. Ficaram de fora, desse modo, pesquisas fundadas exclusivamente na análise de biografias, autobiografias, diários, memórias e histórias em quadrinhos, mesmo que nelas esses textos tenham sido reivindicados como literatura.³

Com esse critério de seleção mais “restrito”, chegamos aos números expressivos mencionados acima, mais precisamente a um total de sessenta e quatro trabalhos. Tais números escondem, contudo, uma realidade desigual, em que se expressam particularidades do PPGH, bem como movimentos mais amplos da historiografia brasileira como um todo.

Fundado em 1972 e contando então apenas com o Mestrado em História, o PPGH teve sua primeira dissertação defendida em 1974. De lá para cá, apenas nos anos de 1979, 1983 e 1986 não houve defe-

3 Este grupo reúne treze trabalhos.

sas. Ao longo dessas cinco décadas, a Pós-Graduação em História da UFG contribuiu para o avanço científico e o desenvolvimento da historiografia profissional brasileira com 579 dissertações e 134 teses.

No âmbito dessa produção, a investigação sobre a literatura não se inaugurou de maneira imediata, tendo se iniciado apenas em 1978, com a dissertação *A sociedade agrária em Goiás (1912-1921) na literatura de Hugo de Carvalho Ramos*, de Maria Sônia França e Souza.⁴ Todavia, essa estreia não significou a abertura de um interesse sustentado e de longo prazo. Foi preciso esperar quase duas décadas para que a literatura voltasse a ter presença relevante em uma pesquisa. E, mesmo assim, em *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*, trabalho de 1997 sobre os papéis sociais femininos na antiga capital do estado, havia apenas um subcapítulo acerca de mulheres escritoras, parte do capítulo sobre a intelectual.⁵ Em seguida, o intervalo separando pesquisas sobre a literatura caiu significativamente, já que a terceira dissertação a se deter em textos literários foi defendida dois anos depois, em 1999. Contudo, estes desempenham um papel apenas secundário em *Imagens e mudança cultural em Goiânia*, estando limitados ao capítulo 6, que trata das representações literárias da cidade de Goiânia.⁶

4 SOUZA, Maria Sônia França e. **A sociedade agrária em Goiás (1912-1921) na literatura de Hugo de Carvalho Ramos**. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1978. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/souza_maria_sonia_franca1978_PARTE1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

5 BITTAR, Maria José Goulart. **As três faces de Eva na Cidade de Goiás**. 1997. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

6 OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. 1999. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

Apenas em 2003, trinta e um anos após a criação do Mestrado em História, a literatura voltaria a ser alçada à condição de protagonista de uma dissertação.⁷ A partir de então, aí sim é possível identificar um interesse consolidado pelo estudo de textos e obras literárias. Desde esse início da década de 2000, não se passou um ano sem que alguma dissertação tenha se voltado para eles. E os anos de 2012, 2014 e 2015 foram especialmente prolíficos, com não menos de cinco trabalhos de Mestrado, com essas características, defendidos em cada um deles.

Em termos globais, o curso de Mestrado em História da UFG deu origem a cinquenta e uma dissertações sobre literatura em seus cinquenta anos de existência. Isso representa aproximadamente 8,8% do total – um número significativo, distribuído, porém, de forma bem desequilibrada, conforme já assinalado: raros antes de 2003, os trabalhos com esse perfil concentram-se na última década (2010-2020), que conta pouco mais de 70% daquele total.

Uma realidade semelhante se apresenta no curso de Doutorado. Aberto em 2003, com ingresso da primeira turma em 2004, esse nível da pós-graduação teve sua primeira defesa em 2007. Já entre os trabalhos do ano seguinte, 2008, encontramos uma tese sobre a tradição épica e os Templários, que, abordando as canções de gesta, vincula-se à história da literatura medieval portuguesa.⁸

7 SANTANA, Márcio Antônio de. **Literatura e construção da comunidade imaginada haitiana**: uma leitura de Jacques Stephen Alexis e Jacques Roumain (1915-1971). 2003. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

8 SILVA, Ademir Luiz da. **Da Cruzada à demanda**: a tradição épica da Ordem dos Templários na baixa Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV). 2008. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

Quando se considera todo o intervalo entre 2004 e 2021, contam-se 13 teses sobre literatura no PPGH, e também aqui se constata uma concentração dos trabalhos na década de 2010, mais especificamente nos anos 2015-2018. Esse quadro indica que as pesquisas sobre literatura são um capítulo muito importante, mas recente, da história do PPGH.

Esses números e sua distribuição temporal podem ser compreendidos à luz, em primeiro lugar, de transformações ocorridas na historiografia brasileira desde a década de 1980. Naquele período, rompendo com a predominância das pesquisas sobre as estruturas socioeconômicas, o interesse dos historiadores pelos aspectos culturais da experiência humana tornou-se cada vez maior, o que levou a alterações, inicialmente, por dentro mesmo do marxismo, então a mais influente tendência teórica de análise. Data desse período a tradução, discussão e apropriação das obras dos grandes nomes do marxismo inglês, em particular de E. P. Thompson.⁹ Sua perspectiva de análise seria reivindicada em toda uma série de obras sobre a história do Brasil, como *1930: o silêncio dos vencidos* (1981), de Edgar de Decca; *Do cabaré ao lar* (1985), de Margareth Rago; *Campos da violência* (1988), de Silvia Lara; *Trabalho, lar e botequim* (1985) e *Visões da liberdade* (1990), ambos de Sidney Chalhoub.

Ao mesmo tempo, esse processo de renovação se fez por meio de uma abertura cada vez maior para a historiografia francesa vinculada à revista *Annales* e sua história das mentalidades, do imaginário, do cotidiano, da vida privada, que se tornara extremamente influente na década de 1970, rompendo a centralidade das análises

9 RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, p. 73-96, julho de 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6543/3895> Acesso em: 28 jul. 2021.

sobre as estruturas econômicas e sociais, própria das décadas de 1950 e 1960. A grande obra programática dessa geração de historiadores, *Faire de l'histoire* (1974), foi traduzida no Brasil já em 1976, sob o título de *História: novas abordagens, novos problemas, novos objetos*.¹⁰ Mas foi somente a partir de meados dos anos 1980 que ela passou a fomentar as pesquisas e a figurar entre os referenciais mais importantes da historiografia brasileira, sinal de uma inspiração vivamente buscada.¹¹ Um dos marcos dessa renovação foi a publicação, em 1986, de *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza, que reivindicava explicitamente aquela linhagem historiográfica ao se apresentar como um estudo de história das mentalidades. Na década seguinte, as modificações tornaram-se ainda mais visíveis e intensas, com a publicação de obras como a coleção *História da vida privada no Brasil*, cujo primeiro volume saiu em 1997.¹² Dois anos antes, a *Revista Brasileira de História* consagrara um de seus números ao dossiê “Representações”, cujo primeiro artigo intitulava-se “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”.¹³

Essas duas vertentes – a história social inspirada em E. P. Thompson e a história cultural de inspiração francesa – tiveram

10 LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos**. 3 volumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

11 VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

12 SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. Coleção dirigida por Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 1).

13 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

responsabilidade central na virada dos historiadores brasileiros em direção às fontes literárias.

Os pesquisadores ligados à linha de História Social da Cultura, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas, formaram um dos núcleos centrais de um grupo responsável por uma série de capítulos, artigos, dissertações, teses e livros voltados para o estudo da literatura brasileira, os quais vieram a lume a partir da segunda metade da década de 1990. Cabe mencionar, ao lado de obras coletivas, como *A história contada* (1998) e *História em cousas miúdas* (2005),¹⁴ sua participação ativa no projeto editorial de publicação de todas as séries de crônicas de Machado de Assis, iniciado em 2008 com *Comentários da Semana* (1860-1861), *Bons dias!* (1888-1889) e *Notas semanais* (1878).¹⁵ Isso sem contar as obras autorais, em que as fontes literárias desempenhavam um papel relevante e até protagonista, como no caso exemplar das pesquisas de Sidney Chalhoub, que já abordava textos machadianos em *Visões da Liberdade* (1990) e *Cidade Febril* (1996) e consagrou ao

14 CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza. **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

15 MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Comentários da Semana** (1860-1861). Organização, introdução e notas de Lúcia Granja e Jefferson Cano. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008; MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Bons Dias!** Introdução e notas de John Gledson. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008; MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Notas Semanais**. Organização, Introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. No ano seguinte, Leonardo Affonso de Miranda Pereira organizou o volume com as crônicas de "Histórias de quinze dias": MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **História de quinze dias**. Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

autor de *Quincas Borba* o primeiro livro sobre ele escrito por um historiador: *Machado de Assis, historiador* (2003).¹⁶

Grande nome da história cultural brasileira, tendo sido inclusive a primeira coordenadora do Grupo de Trabalho Nacional de História Cultural, da Associação Nacional de Professores de História (ANPUH),¹⁷ a historiadora Sandra Jatahy Pesavento desempenhou, nessa outra vertente de renovação da historiografia brasileira, um mesmo papel exemplar na promoção dos estudos sobre literatura. Desde meados da década de 1990, ela integrou, ao lado de outros historiadores e de críticos literários, o grupo Clíope, cuja denominação deriva do cruzamento dos nomes das deusas da História, Clio, e da Poesia, Calíope. De fato, nos anos que se seguiram, a historiadora gaúcha, em conjunto com outros membros do grupo, organizou ou colaborou em vários livros assentados na problemática de um cruzamento entre história e literatura: *Discurso histórico e narrativa literária* (1998), *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura* (2000), *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura* (2000), *Érico Veríssimo: o romance da história* (2001). Além disso, Sandra Pesavento publicou, também nesse momento, a obra *O imaginário da cidade: representações literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Nesse livro de 1999, a historiadora abordou os “imaginários sociais que os homens, ao longo de sua história,

16 CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

17 Fundado em 2001, o GT nacional secundou um GT regional, fundado em 1997 na seção gaúcha da ANPUH.

puderam construir sobre a cidade”,¹⁸ valendo-se da literatura como a fonte privilegiada da história. Por fonte privilegiada devia se entender não só a fonte mais importante, como também aquela que poderia oferecer o que os documentos mais comumente utilizados pelos historiadores não forneceria: a possibilidade de se compreender o “que se poderia chamar as sensibilidades ou a ‘sintonia fina’ de uma época, as características essenciais que estariam na raiz dos modos de pensar, sentir, agir e, sobretudo, de representar o mundo”.¹⁹ Em *História e história cultural* (2003), manual que fez muito sucesso em meados da década de 2000, Sandra Pesavento estabeleceu explicitamente uma relação entre o estudo do imaginário, considerado por ela o conceito central da História Cultural,²⁰ e a utilização de fontes literárias: “A Literatura [...] representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário”.²¹

Entre história social da cultura e história do imaginário, a literatura se viu alçada a objeto especial da atenção dos historiadores brasileiros, a partir da década de 1990. Esse movimento se intensificou nos anos finais daquele decênio e persistiu até pelo menos meados da década seguinte, como evidenciam as datas de publicação dos livros citados anteriormente.

No PPGH, a presença da literatura ainda era tímida até os finais da última década do século XX, conforme vimos; em apenas

18 PESAVENTO, Sandra Jatahy. A pedra e o sonho: os caminhos do imaginário urbano. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: representações literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. p. 8.

19 Ibidem, p. 13.

20 PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 31.

21 Ibidem, p. 56.

três dissertações defendidas até 2000 se recorria a fontes literárias, tendo sido uma delas concluída em 1978. Seria apenas na década de 2010 que se assistiria a uma ampliação expressiva do interesse de mestrandos e doutorandos do PPGH pelas obras literárias. Em outras palavras, participando de um movimento mais geral de promoção da literatura na história, a produção historiográfica oriunda da Pós-Graduação em História da UFG tem também sua dinâmica própria, traduzida nessa distribuição temporal ligeiramente distinta. Para compreendê-la, é necessário conhecer a história do PPGH.

Da fundação do Mestrado em História (1972) à abertura do Doutorado (2004), passando pela criação do Programa de Pós-Graduação em História

De maneira absolutamente inesperada, o Mestrado em História da UFG foi fundado em 1972, no próprio quadro da estruturação da pós-graduação no Brasil, iniciada um pouco antes. A própria Universidade Federal de Goiás tinha somente doze anos e o curso de História havia sido criado bastante recentemente, em 1965. Fruto de um convênio com a Universidade de São Paulo, o nascimento tão rápido do curso de Mestrado – e, ainda por cima, fora do eixo mais consolidado da produção intelectual no Brasil – se insere em uma história marcada por contingências, perspicácia e muito empenho.²²

22 SALOMON, Marlon J. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 19. Ver também o relato das professoras Gilka Vasconcellos e Lena Castello Branco, que procuraram pensar a história da Pós-Graduação em História da UFG à luz dos ciclos econômicos do país: SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 1-18, 1996.

Naquele momento inaugural, o curso não tinha uma área de concentração bem delimitada, mas ele já surgiu com alguns objetivos claramente definidos, conforme explicaram Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, uma de suas fundadoras, e Gilka Vasconcellos, a primeira mestre formada nele:

De forma realmente incomum, a partir de 1972, o recém-criado Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG começou a oferecer também os cursos de Mestrado em Letras e em História, este com o objetivo de formar pesquisadores e docentes, explorar e valorizar os arquivos regionais e contribuir para a reelaboração da História Regional e da História do Brasil.²³

Essa vinculação privilegiada com a História Regional revela-se já na primeira dissertação sobre literatura defendida no Mestrado em História da UFG, já que o trabalho de Maria Sônia França e Souza, de 1978, tomava a obra do escritor goiano Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921) como fonte para abordar a sociedade agrária em Goiás, no decênio entre 1912 e 1921. Esse é um traço importante, igualmente, das teses e dissertações sobre literatura defendidas nas últimas duas décadas. Voltaremos a esse aspecto adiante.

Incomum em seu aspecto metodológico e típica em seu recorte geográfico, a dissertação de Maria Sônia França e Souza pode ter se beneficiado, em certa medida, da abertura oferecida por um curso que se definia “como História do Brasil, *lato sensu*” e contava com

23 SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 5, 1996.

disciplinas e referências bastante heterogêneas.²⁴ De fato, segundo Gilka Salles e Lena Castello Branco, as dissertações produzidas na década de 1970 contemplavam diversos temas. Longe de ser tomada como sinal de vitalidade e força, essa diversidade passou a ser considerada como um problema pelos órgãos superiores, como a CAPES e o CNPq, que naquele momento passaram a regulamentar a Pós-graduação no Brasil. Em sua avaliação, “o curso mostrava-se incharacterístico, permitindo todos os temas possíveis, sem que se indicassem, de forma precisa, suas linhas norteadoras”.²⁵ A resolução dessa deficiência passou não só pela exigência de uma melhor delimitação da área de concentração do Programa, como também, e fundamentalmente, por um processo de homogeneização historiográfica da estrutura do curso.²⁶

Assim, em 1980, em reunião do Conselho de Professores do Mestrado, mudou-se a área de concentração para História das Sociedades Agrárias, *lato sensu*, “por corresponder às raízes

24 Segundo Marlon Salomon, que estudou cuidadosa e acuradamente a história do PPGH em *O inconsciente historiográfico*, essa abertura e essa heterogeneidade eram a tradução do “arranjo institucional que estruturou e formou essa primeira leva de pós-graduandos em Goiás” — um arranjo institucional que revela que a Pós-graduação, embora já regulamentada, não estava, então, normalizada. Assim, o discente ingressava no curso podendo tanto alcançar apenas o nível de especialização, caso completasse os créditos, quanto avançar até o Mestrado, defendendo uma dissertação que lhe garantiria a formação de tipo *stricto sensu*. Era possível, ainda, dar continuidade à essa formação, matriculando-se, para tanto, no Doutorado na USP. Ver SALOMON, Marlon J. Entre Braudel e o Anhanguera. In: **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 226-235.

25 SALLES; FREITAS, op. cit., p. 10.

26 SALOMON, Marlon J. Entre Braudel e o Anhanguera. In: **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 226.

econômicas regionais, bem como às do Brasil como um todo”.²⁷ Também se definiram, nesse momento, três linhas de pesquisa: 1) Movimentos sociais no campo; 2) História das relações de trabalho; e 3) Teoria e metodologia da História. Esperava-se, desse modo, estimular o desenvolvimento de pesquisas com determinado perfil, conforme explicaram as professoras Lena Castello Branco e Gilka Vasconcellos:

Esses trabalhos [sobre a sociedade rural], geralmente de cunho regional, não se esgotam, todavia, no fato rural – quer dizer, agrícola, limitado à produção e às técnicas de amanho do solo. Seu horizonte é mais amplo, incluindo o espaço geográfico, como cenário e como indutor das atividades que condicionam as estruturas; os indicadores sociais das estruturas modeladas pela relação com a terra; a própria especificidade dessas estruturas e estratificações sociais e assim por diante.²⁸

Se não se tratava apenas de história das técnicas e da produção agrícola, englobando-se também uma história social, buscava-se não menos fomentar pesquisas voltadas para o estudo das estruturas socioeconômicas, o que certamente não deixava muito espaço para as fontes literárias. Com efeito, nos anos seguintes, segundo as duas autoras, “a partir da definição da área de concentração como História das Sociedades Agrárias, em 1980, consolidou-se a tendência à regionalização das dissertações, ao

27 SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). *História Revista*, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 11, 1996.

28 Ibidem, p. 11.

mesmo tempo que passaram a predominar temas contemporâneos e/ou relativos aos dias atuais”.²⁹ De fato, ao longo do período em que essa nova configuração esteve vigente, entre os anos 1980 e 1993, nenhum trabalho sobre literatura foi defendido no PPGH. E mesmo a reorganização das linhas de pesquisa, em 1993,³⁰ não alterou significativamente esse quadro, já que não introduziu alterações na Área de concentração do curso de Mestrado, que permanecia fundamentalmente ligado ao campo das histórias econômica e social e, assim, pouco permeado pelas amplas modificações por que passava a historiografia brasileira já desde a década anterior. Não por acaso, enquanto se multiplicavam expressivamente as obras de historiadores brasileiros sobre a literatura, no período entre 1993 e 2002, apenas duas dissertações com esse perfil foram defendidas no Mestrado em Sociedades Agrárias. Por outro lado, mudanças iniciadas nesse momento seriam responsáveis por uma ampliação significativa do campo de estudos de que estamos tratando.

O início da década de 1990 ficou marcado, na história do PPGH, como um período dramático, que chegou a suscitar propostas internas de fechamento do curso e levou a uma mudança do próprio perfil do Mestrado em História, como muito bem discutido por Marlon Salomon em *O inconsciente historiográfico*. Segundo ele explica, em 1992, o PPGH sofreu um colapso sem precedentes, em decorrência de rápidas aposentadorias de seus docentes. Se no início de 1991 ele contava com oito professores, no final de 1992 restavam apenas dois deles. Todavia, essa crise, ao invés de levar à ruína – muito embora seu espectro tenha sido, então, bastante ameaçador

29 Ibidem, p. 14.

30 As novas linhas de pesquisa passaram a ser: 1) História e região; 2) História da terra e do trabalho; 3) História das relações cidade/Campo (Ibidem, p. 14).

– permitiu uma reorganização do curso, que passou a se denominar Programa de Pós-Graduação em História. A mudança terminológica não era casual. Não se tratou apenas de repor o quadro de professores, mas de se inserir em um processo de radical transformação do próprio papel da Pós-Graduação no Brasil, promovido então pela CAPES, em sintonia com os padrões internacionais de excelência acadêmica.³¹

De nível de formação destinado à capacitação de professores das Instituições de Ensino Superior (IES) ou à “mera reciclagem de antigos graduados”, a Pós-graduação no Brasil passava a objetivar produzir novos conhecimentos e formar “pesquisadores voltados à iniciação científica”, o que tornaria as universidades centros fundamentais de produção da ciência.³² Nesses termos, sem abandonar a capacitação docente, o PPGH passou por uma reestruturação que lhe permitiu incorporar o “novo espírito da pós-graduação” emergente no País.³³

Assim, a continuidade na área de concentração, entre 1980 e 2000, ocultava um processo de profundas transformações conceituais e institucionais, uma “revolução acadêmica ou espiritual na pós-graduação em História da UFG”, nos termos precisos de Marlon Salomon.³⁴ Foi a um Programa refundado que retornaram, no final da década de 1990, inúmeros docentes que haviam se afastado para

31 SALOMON, Marlon J. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 273-279.

32 Ibidem, p. 289.

33 Ibidem, p. 282-283.

34 SALOMON, Marlon J. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 282.

cursar o Doutorado. Trazendo em suas bagagens novas perspectivas teórico-metodológicas e formados já nesse “novo espírito da pós-graduação”, esses docentes se integraram a uma pós-graduação cuja novidade institucional se impusera resguardando, porém, sua compreensão historiográfica. A efetiva contribuição do Programa para a construção da ciência histórica já não podia se fazer, porém, dentro dos limites impostos por um recorte definido no início da década de 1980. Assim, durante a gestão 2000-2001, liderada pelo professor Noé Freire Sandes, o PPGH passou por uma total reestruturação, com a definição de uma nova área de concentração – “Memória, Regionalidades e Culturas de imigração” – e de novas linhas de pesquisa: “História, Memória e Imaginários Sociais”, “Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração” e “Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração”.³⁵ Três anos mais tarde, no processo de demanda pela abertura do curso de Doutorado, a área de concentração definiu-se como “Cultura, Fronteiras e Identidades”, sem alterações nas linhas de pesquisa.³⁶

Essas modificações beneficiaram de maneira expressiva a pesquisa sobre literatura no PPGH. No interior dessa nova Área, em plena consonância conceitual e institucional com o novo capítulo da pós-graduação em história no Brasil, foram defendidos 60 dos 64 trabalhos sobre literatura já produzidos no PPGH. Desde então, não se passou um ano sem que se defendesse pelo menos uma dissertação ou tese sobre literatura.

35 Ibidem, p. 294-295.

36 MAGALHÃES, Sônia Maria. A escrita da história em Goiás nos últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (org.). **Do passado para o futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011. p. 133.

Observada mais de perto, essa tendência geral de abertura e mesmo de incremento do interesse por obras e textos literários, da parte dos historiadores e historiadoras formados pelo PPGH, permite identificar alguns elementos e componentes fundamentais para a compreensão das diferenças e dinâmicas no interior desse campo de estudos, em especial nos últimos vinte anos.

A produção historiográfica sobre literatura no PPGH (2000-2020)

Se os dados totais sobre o número de dissertações e teses sobre literatura sugerem o papel da reconfiguração do PPGH naquela tendência de abertura, a consideração da distribuição interna dos trabalhos no interior das linhas de pesquisa, na primeira década de vigência da nova área de concentração do PPGH, fortalece essa hipótese. As linhas de “História, memória e imaginários sociais” e de “Identidades, fronteiras e culturas de migração” concentraram largamente os trabalhos sobre literatura, com a defesa, respectivamente, de oito dissertações e uma tese e sete dissertações e uma tese, entre 2000 e 2011. A linha de “Sertão, regionalidades e projetos de integração”, mais próxima, conceitualmente, do campo de “História das Sociedades Agrárias”, teve apenas duas dissertações sobre literatura defendidas no mesmo período.³⁷

Esse desequilíbrio se liga também a um dos traços marcantes da produção historiográfica sobre literatura, oriunda do PPGH. O interesse de seus mestrandos e doutorandos pela literatura, a partir dos anos 2000, foi marcado por uma estreita vinculação entre a promoção da história das representações coletivas e o uso de fontes

37 Para os dados completos a respeito da distribuição dos trabalhos nas diferentes linhas de pesquisa, ver as tabelas ao final deste capítulo.

literárias, com claro destaque para os estudos sobre a história dos imaginários e a da construção das identidades – campos em que podem ser situadas mais de duas dezenas de trabalhos. Foi, portanto, sobretudo por sua inscrição em certa vertente da história cultural, mais do que pela via da história social, que a literatura tornou-se objeto da atenção dos historiadores e historiadoras formados pelo PPGH.

Com a reestruturação das linhas de pesquisa, no início da década seguinte,³⁸ a nova linha de “Ideias, saberes e escritas da (e na história)” passou a ser o espaço privilegiado do estudo da literatura no PPGH: entre 2012 e 2020, mestrandos e doutorandos vinculados a ela defenderam um total de 17 trabalhos com esse perfil. Contudo, a linha de “História, memória e imaginários sociais” não perdeu sua enorme relevância, demonstrando desempenhar um papel consolidado na promoção de pesquisas com fontes literárias. A ela se vincularam nada menos do que dez dissertações e três teses, no mesmo período. Isso significa que, desde 2000, no quadro dessa linha foram produzidos vinte e dois, do total de sessenta e quatro trabalhos identificados em nosso levantamento. Nesse universo, a história dos imaginários sociais foi aquela que mais se destacou, superando largamente as discussões sobre literatura e memória.

Analisado em si mesmo, esse conjunto particular de vinte e duas dissertações e teses revela, em primeiro lugar, uma forte presença dos estudos sobre literatura antiga, em particular (mas não só) sobre tragédias, epopeias e poesias da Grécia antiga. Nesse campo

38 O PPGH passou a contar, então, com quatro linhas de pesquisa, que se mantêm até o presente: “História, memória e imaginários sociais”, “Fronteiras, interculturalidades e ensino de história”, “Ideias, saberes e escritas da (e na) história” e “Poder, sertão e identidades”.

se situam onze dissertações e duas teses. Cabe salientar, ainda, a existência de três trabalhos sobre literatura medieval e três sobre literaturas da Idade Moderna. Naquele campo encontram-se a tese, já citada, sobre a tradição épica da Ordem dos Templários,³⁹ uma dissertação dedicada às cantigas medievais portuguesas⁴⁰ e outra ao poeta Dante Alighieri.⁴¹ Neste, identificamos duas dissertações sobre literatura portuguesa seiscentista, mais especificamente sobre as obras de Manuel Bernardes (1644-1710)⁴² e D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666),⁴³ e uma sobre a literatura libertina do francês Marquês de Sade (1740-1814).⁴⁴

-
- 39 SILVA, Ademir Luiz da. **Da Cruzada à demanda**: a tradição épica da Ordem dos Templários na baixa Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV). 2008. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- 40 GONÇALVES, Hugo David. **Prática sexual e humor nas construções identitárias da nobreza portuguesa na corte Dionisina (1279-1325)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- 41 ROMERO, Mariana Amorim. **Dante Alighieri e a busca do paraíso**: de Florença a Ravena (1265-1321). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- 42 SARTIN, Philippe Delfino. **A tentação e a contemplação**: Manuel Bernardes (1644-1710) e o Oratório de Lisboa. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- 43 CAMARGO, Maicon da Silva. **D. Francisco Manuel de Melo, um intérprete do seu tempo**: o ser, o mundo e a vida no pensamento ibérico seiscentista. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- 44 BATISTA, Ana Carolina Rosa. **Filosofia da natureza em 120 dias de Sodoma**: uma leitura da estética da destruição em Marquês de Sade. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

Esse quadro auxilia a compreender o peso marcante da história dos imaginários sociais no âmbito dos estudos com e sobre literatura no PPGH, já que tal história foi extremamente influente, desde a década de 1970, nas historiografias antiga, medieval e moderna francesas, com as quais os historiadores e historiadoras brasileiros mantêm diálogo bastante estreito.

Constata-se, igualmente, a partir daquele quadro, que a produção historiográfica sobre literatura colocou-se como um fator bastante relevante de diversificação da inscrição geográfico-temporal das pesquisas produzidas no PPGH, contribuindo de forma decisiva para romper, a partir dos anos 2000, com o predomínio absoluto da História de Goiás ou do Brasil em sua produção científica. No que respeita à História Antiga, é possível afirmar até mesmo que as fontes literárias foram fundamentais para o desenvolvimento dessa área no PPGH. Voltaremos a tratar de aspectos metodológicos adiante.

Ainda no que diz respeito ao recorte geográfico dos trabalhos, já considerando a produção historiográfica do PPGH como um todo, chama igualmente a atenção, nos últimos vinte anos, uma presença expressiva de pesquisas sobre literaturas das Américas. Elas congregam nove trabalhos. Tal campo certamente se beneficiou, ao menos em um primeiro momento, do estabelecimento de um Centro de Estudos do Caribe no Brasil (CECAB), na Faculdade de História da UFG, em 1999, que contribuiu para o desenvolvimento de um núcleo importante de História da América no PPGH, ao qual se vinculou ao menos um terço da dezena de pesquisas aqui consideradas.

Não podemos deixar de mencionar a existência de uma dissertação e uma tese sobre literaturas africanas,⁴⁵ que contribuem para diversificar as pesquisas desenvolvidas no Programa. Ao mesmo tempo, elas revelam que a expressiva aproximação entre o Brasil e os países africanos, em especial de língua portuguesa, bem como a promoção do ensino de história da África na educação básica, desde a primeira metade dos anos 2000, tiveram reflexos ainda tímidos no que concerne ao estudo de suas literaturas por parte dos historiadores e historiadoras formados pelo PPGH.

E foi ainda preferencialmente para a história do Brasil e para a história de Goiás que estes se voltaram, ao fazer da literatura sua fonte preferencial ou seu objeto de pesquisa. Dos sessenta e quatro trabalhos identificados, um total de vinte e nove analisaram a literatura nacional ou a literatura goiana. Basta desmembrar esses números, por outro lado, para constatar que eles sugerem uma continuidade enganosa. Daquele total, dezoito se situam na área de História do Brasil e onze na de História Regional. Assim, a História de Goiás não ocupa nem o primeiro, nem o segundo, mas sim o

45 CAMPOS, Josilene Silva. **As representações da guerra civil e a construção da nação moçambicana nos romances de Mía Couto (1992-2000)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009; ABADIA, Danúbia Mendes. **As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Cabe destacar, também, a existência de um trabalho sobre literatura umbandista: NOGUEIRA, Léo Carrer. **Da África para o Brasil, de Orixá a Egum: as ressignificações de Exu no discurso umbandista**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

terceiro lugar em nosso levantamento, atrás da História Antiga, em que se inscrevem, recordemos, um total de quinze pesquisas.

A produção historiográfica sobre literatura coloca-se, portanto, em dupla descontinuidade em relação à história da Pós-Graduação em História da UFG. De um lado, a própria existência e a importância assumida pela área são elementos muito recentes, datados, principalmente, dos últimos vinte e até mesmo dez anos, como já discutimos. De outro, nela se identificam importantes novidades e rupturas em relação à tradição de pesquisas construída no Mestrado em História e mesmo nos primeiros anos do Programa de Pós-Graduação em História.

Em sua história do PPGH, Marlon Salomon destacou a vinculação estreita entre o estabelecimento da pós-graduação no Brasil, a partir da década de 1970, e a institucionalização da História Regional no País.⁴⁶ Em outras palavras, não foi por acaso, por falta de alternativas ou por qualquer razão “natural” que o Mestrado em História da UFG se constituiu tomando por objetivo a promoção da História de Goiás, segundo o processo recuperado anteriormente. Tratava-se da implementação, em Goiás e na UFG, de uma opção conscientemente adotada e promovida pelos órgãos federais, preocupados com a “desambientação” dos pesquisadores brasileiros e defensores da compreensão de que essa era a alternativa desejada para a produção historiográfica originada fora do eixo Rio-São Paulo.⁴⁷

46 SALOMON, Marlon J. Entre Braudel e Anhanguera. In: **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 206-255 (especialmente p. 231-232; 251-253).

47 Ibidem, p. 218-219.

O sucesso dessa opção pela “vocação identitária”⁴⁸ pode ser verificado por meio de uma análise dos temas de dissertação desenvolvidos pelos discentes do PPGH apenas cerca de uma década antes do período ora analisado. Entre 1990 e 1996, havia uma predominância absoluta de pesquisas sobre História de Goiás,⁴⁹ demonstrando que o processo de homogeneização empreendido a partir de 1980 e intensificado na década de 1990 colhia seus bons frutos.

Ora, o exame das pesquisas situadas de algum modo no campo das relações entre história e literatura permite sustentar que o PPGH já não é mais o mesmo. A História Regional não apenas deixou de ser absolutamente predominante; ela passou a sofrer uma concorrência cada vez maior de áreas para as quais uma Pós-Graduação em História, no Centro-Oeste do País, não era, há até pouco tempo, tida como vocacionada, como é o caso particularmente agudo da História Antiga e da História da América, mas também da História Medieval e da História Moderna. Certamente, estamos conscientes da limitação do quadro aqui retratado e da necessidade de corrigi-lo ou complementá-lo, considerando a totalidade das dissertações e teses defendidas no PPGH desde 2000. Não obstante, a comparação com o perfil dos trabalhos de-

48 Ibidem, p. 251-255. Ver, quanto à generalização dessa “vocação identitária” nos PPG em História Brasil afora, a passagem especialmente eloquente em que, tratando de sua formação no Mestrado em História da UFSC, Marlon Salomon cita o depoimento de Sanjay Subrahmanian a respeito do Departamento de História da UFMG: SALOMON, Marlon. Ensinar, pesquisar. In: SALOMON, Marlon J. Entre Braudel e Anhanguera. In: **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 381-384.

49 **PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA: informes gerais**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás: Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, 1996. p. 29-33.

envolvidos na primeira metade dos anos 1990, de que essas novas áreas estavam completamente ausentes, não deixa de apoiar nossas conclusões sobre as mudanças sofridas pela Pós-Graduação em História da UFG nas últimas duas décadas e sobre o lugar dos estudos com e sobre literatura nesse processo.

Possibilitados pela mudança na área de concentração do PPGH e vinculados preferencialmente a determinadas linhas de pesquisa, os trabalhos aqui considerados também revelam uma atuação indutora de certos docentes, uma vez que apenas cinco deles foram responsáveis pela orientação de um total de trinta trabalhos.

Professora e pesquisadora da área de História Antiga, Ana Teresa Marques Gonçalves destaca-se como a docente responsável pela orientação do maior número de trabalhos identificados em nosso levantamento. Docente da Faculdade de História desde 1995,⁵⁰ ela doutorou-se em História Econômica, na USP, em 2002, com uma tese sobre História da Roma Antiga.⁵¹ Três anos depois, concluiu sua primeira orientação no PPGH e, daí a dois anos, em 2007, presidiu a primeira banca de defesa de dissertação em História Antiga, com um trabalho sobre as representações do feminino no imaginário ateniense do século V a.C., que se detinha na obra de

50 **PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA: informes gerais.** Goiânia: Universidade Federal de Goiás: Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, 1996. p. 183, "Quadro de docentes da Faculdade de História em 2003".

51 MARQUES, Ana Teresa G. **Propaganda no período Severiano: a construção da imagem imperial.** 2002. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Eurípedes.⁵² Desde então, Ana Teresa Gonçalves já orientou cerca de quarenta e cinco teses e dissertações no PPGH,⁵³ das quais onze compõem nosso levantamento, o que significa que cerca de 25% dos trabalhos se situaram no campo das relações entre história e literatura – a maioria deles se servindo de obras consideradas “literárias” como fontes principais de suas pesquisas.

Docente do PPGH desde 2005, Marcos Antônio de Menezes orientou seis pesquisas, das quais quatro de Mestrado e duas de Doutorado. Ele próprio um pesquisador da literatura, tendo defendido, em 2004, a tese intitulada *Um flâneur perdido na metrópole do século XIX: literatura e história em Baudelaire*,⁵⁴ o docente tem orientado trabalhos que se distinguem por tomar escritores e obras literárias como objeto, e não apenas como fonte. Assim, seus mestrandos e doutorandos dedicaram-se a estudar as obras e a atuação de nomes como Jim Morrison, Pablo Neruda e Jorge Amado, além de terem recorrido a romances de Eli Brásiliense, do mineiro Pedro Nava e do desconhecido alferes goiano Manoel Cavalcante de Albuquerque como fontes para problematizar as representações

52 FARIA, Keila Maria de. **Medéia e Mélissa**: representações do feminino no imaginário ateniense do século V a.C. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

53 CV Lattes de Ana Teresa Marques Gonçalves. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7049736226460820>. Acesso em: 1º abr. 2022.

54 Currículo Lattes de Marcos Antônio de Menezes, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5906542748941462>. Acesso em: 1º abr. 2022.

literárias de Goiânia, de Belo Horizonte e da Guerra do Paraguai em Goiás, no século XIX.⁵⁵

Com a orientação de cinco dissertações, Cristiano Pereira Alencar Arrais ocupa o terceiro lugar em nosso levantamento. Sua atuação situa-se principalmente no campo da História Regional, em que se enquadram quatro dos cinco trabalhos orientados por ele, o que pode ser compreendido à luz do fato de que a História de Goiás e, especialmente, a História de Goiânia marcou sua formação enquanto pesquisador. Tendo analisado a construção da capital goiana a partir do conceito de fronteira, em seu mestrado, Cristiano Arrais doutorou-se pela UFMG, em 2008, com uma tese sobre as formas de representação e mobilização do tempo histórico na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília.⁵⁶ Ele é docente do PPGH desde 2009.

55 ABREU, Clarismar Gomes de. **História e literatura na cidade de Chão Vermelho**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010; ASSIS, Draulio Carvalho. **O mito e o trágico em Jim Morrison: a poesia como choque e redenção da história**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015; CARDOSO, João Eratostenes Doulgras. **Por entre ruas e memórias: a Belo Horizonte no Beira-mar** de Pedro Nava. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015; SOUSA, Daniel Alves. **Poesia e discurso político: Neruda e Allende, a luta contra a ley maldita em um Chile autoritário (1920-1950)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016; SOUZA FILHO, José Atanásio. **Cruzando os caminhos do passado: história, sociedade e literatura na participação de Goiás na Guerra do Paraguai**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018; PONTES, Matheus de Mesquita. **Jorge Amado: entre engajamento e militância comunista (1929-1956)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

56 Currículo Lattes de Cristiano Pereira de Alencar Arrais, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0048549261262609>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Libertad Borges Bittencourt e Fabiana de Souza Fredrigo orientaram, cada uma, quatro pesquisas no campo das relações entre história e literatura. Tendo ingressado na Faculdade de História entre meados e final da década de 1990,⁵⁷ as duas docentes compartilham também a formação em História da América, que, entretanto, não é um traço distintivo dos trabalhos orientados por elas e identificados em nosso levantamento. Fabiana Fredrigo orientou, desse rol, apenas uma dissertação a respeito da literatura latino-americana, ao passo que Libertad Bittencourt, duas. Os outros trabalhos dividem-se entre literatura inglesa, brasileira e italiana.⁵⁸ Em vista disso, mais correto seria dizer que a atuação destacada das duas docentes, no campo que estamos examinando, deve-se ao interesse, igualmente compartilhado por elas, por diferentes formas de escrita: biográfica e autobiográfica, memorialística, epistolar, literária. Esse interesse concretizou-se na oferta, pelas duas docentes e nos anos de 2010, 2012, 2014 e 2015, da disciplina “História(s) e escrita(s):

57 SALOMON, Marlon J. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 183.

58 BRANCO, Arturo Alejandro Gonzalez y Rodrigues. **O lobo e o morcego**: a cultura popular e o imaginário inglês no século XIX. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009; MOTA, Danyllo di Giorgio Martins. **O Brasil de Mr. Slang**: a República nas crônicas de Monteiro Lobato (1926-1927). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010; COELHO, George Leonardo Seabra. **O bandeirante que caminha no tempo**: apropriações do (e no) pensamento político de Cassiano Ricardo. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015; PACHECO, Juliana Sousa. **Aproximações entre história e psicanálise**: testemunho, trauma e sublimação em *É isto um homem?* e *Os afogados e os sobreviventes*, de Primo Levi. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

os documentos produzidos na intimidade e a literatura como orientadora das expectativas modernas – fontes e metodologias”.⁵⁹

Além desses professores, identificamos quatro docentes do PPGH (Olga Cabrera, Maria Amélia Garcia de Alencar, Luciane Munhoz de Omena e Armênia Maria de Souza) que orientaram três trabalhos cada uma; seis docentes orientaram dois trabalhos; e dez orientaram apenas um trabalho – considerando-se aqui todo o período de existência do PPGH.

O peso relativo desses orientadores explica a distribuição das dissertações e teses pelas linhas de pesquisa, uma vez que Ana Teresa Gonçalves, Luciane Omena e Armênia Maria de Souza pertencem à Linha de “História, memória e imaginários sociais”; Fabiana Fredrigo e Libertad Borges Bittencourt integraram, com Olga Cabrera, a linha de “Identidades, fronteiras e culturas de migração”, até se transferirem, em 2012, para a linha “Ideias, saberes e escritas da (e na) história”, em que também se encontra Cristiano Arrais. Marcos Menezes foi o docente responsável pela orientação de uma das duas dissertações da linha de “Sertão, regionalidades e projetos de integração”, existente até 2011. Os outros cinco trabalhos orientados por eles vincularam-se à linha “Poder, sertão e identidades”, no âmbito da qual Maria Amélia Alencar atuou, entre 2012 e 2014.⁶⁰

59 As disciplinas ministradas no PPGH-UFG a partir de 2000, desde a última redefinição de sua área de concentração, constam cadastradas no SIGAA-UFG (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), cuja lista pode ser solicitada na Secretaria do PPGH-UFG. Nessa lista é possível verificar o nome da disciplina, do docente, o semestre em que foi ministrada e a quantidade de discentes matriculados.

60 Antes de 2012, ela estava vinculada à linha “Sertão, regionalidades e projetos de integração”.

No que concerne ao recorte temporal de toda a produção historiográfica examinada aqui, observa-se uma ampla preferência pela contemporaneidade, em que pese a importância dos trabalhos sobre História Antiga. Se a esta se vincularam quinze pesquisas, na área de História Contemporânea se situaram três vezes mais trabalhos – quarenta e sete, dos quais a absoluta maioria (quarenta) se voltou para a literatura do século XX.

Nesse sentido, percebe-se que a predominância de pesquisas sobre a literatura brasileira, incluindo-se nela a literatura goiana, produz um conhecimento distribuído de maneira bastante desequilibrada, com a ausência absoluta de trabalhos sobre os séculos XVII e XVIII. Também chama a atenção a presença muito acanhada de estudos sobre a literatura oitocentista brasileira e goiana, analisadas em apenas quatro dissertações ao longo desses cinquenta anos.⁶¹ As outras três dissertações com recorte temporal no século XIX dedicaram-se à literatura europeia. Isso significa que as pesquisas sobre literatura do Brasil Imperial tiveram, no PPGH, até o

61 São elas: CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. **Entre ilustres e anônimos**: a concepção de história em Machado de Assis. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009; ALVES, Marcos Francisco. **Os romancistas da Abolição**: representação do escravo e discurso abolicionista nas obras de Bernardo Guimarães e Joaquim Manoel de Macedo. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012; SILVA, Einstein Augusto da. **Crônica e identidade nacional**: um esboço à Machado. Considerações sobre a identidade nacional nas crônicas de Machado de Assis. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2012. FILHO, José Atanásio Souza. **Cruzando os caminhos do passado**: história, sociedade e literatura na participação de Goiás na Guerra do Paraguai. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

momento, o mesmo peso que aquelas sobre a literatura medieval ou a literatura moderna, o que não deixa de ser surpreendente.

Em História de Goiás, esse quadro traduz igualmente a dificuldade de se romper com uma temporalidade tradicionalmente estabelecida, que enfatiza o século XX como ponto-chave de compreensão da história goiana, com a multiplicação de estudos sobre a modernidade e a construção de Goiânia e interesse muito reduzido pelo século XIX.⁶² De fato, das onze dissertações situadas no campo da História Regional, cinco se estruturam em torno das problemáticas da modernização e da transferência da capital goiana.

Esse recorte temporal tem seu correlato metodológico na absoluta predominância de pesquisas dependentes do objeto livro. Por um lado, foi certamente devido aos livros que se tornou possível desenvolver, em Goiás, as pesquisas em História Antiga, História Medieval, História Moderna e História da América. Por outro, é de se notar uma escassa preocupação com a consulta das primeiras edições das obras trabalhadas, o que pode sugerir pouca penetração dos postulados da história cultural sobre a bibliografia e sociologia dos textos ou sobre a materialidade das obras. Deve-se considerar, também, a precariedade das bibliotecas e dos acervos bibliográficos em Goiás, cujo impacto não era pequeno, em um período anterior à digitalização dos acervos. Para poder ter acesso àquelas edições, seria necessário deslocar-se no mínimo até Brasília ou, em busca de acervos mais completos, realizar estadias de pesquisa no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Contudo, nem mesmo em trabalhos

62 Sobre isso, ver as reflexões de Noé Freire Sandes e Cristiano Alencar Arrais a respeito da historiografia goiana, em particular no livro organizado por eles: ARRAIS, Cristiano Alencar; SANDES, Noé Freire (org.). **A história escrita: percursos da historiografia goiana**. Goiânia: Gráfica da UFG, 2018.

sobre a literatura goiana identifica-se um cuidado particular com a consulta das primeiras edições ou o desenvolvimento de pesquisas atentas à materialidade das obras ou ainda mais independentes da publicação em livro. Assim, faz figura de dupla exceção uma tese como *Cruzando os caminhos do passado: história, sociedade e literatura na participação de Goiás na Guerra do Paraguai*, de José Atanásio Souza Filho: além de se inscrever na história de Goiás oitocentista, este é um dos raros trabalhos que se dedicou a pesquisar a literatura publicada unicamente na imprensa, como foi o caso do romance *Os voluntários*, saído em 1880 e 1881 n'A *Tribuna Livre*, jornal editado em Vila Boa de Goiás no período entre 1878 e 1884.⁶³

Foram igualmente reduzidas as pesquisas que se valeram de textos de autores pouco conhecidos ou mesmo inteiramente desconhecidos, como o era o autor de *Os voluntários*, o alferes Manoel Cavalcante de Albuquerque. Constata-se, pelo contrário, uma ampla preferência por trabalhar com os grandes autores: Homero, Aristófanes, Sófocles, Eurípedes, Virgílio, Horácio, Ovídio, Dante Alighieri, Marquês de Sade, Honoré de Balzac, Alexandre Dumas, F. Dostoiévski, Primo Levi, Ernesto Sábato, Eduardo Galeano, Pablo Neruda, Gabriel García Marquez, Mia Couto, Machado de Assis, Bernardo Guimarães, Joaquim Manoel de Macedo, Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Pedro Nava, Vinicius de Moraes, Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis.

Essa preferência traduz-se, igualmente, em um desequilíbrio de gênero: dos sessenta e quatro trabalhos listados aqui, apenas cinco voltam-se para a produção literária de mulheres – em sua maioria,

63 SOUZA FILHO, José Atanásio de. **Cruzando os caminhos do passado**: história, sociedade e literatura na participação de Goiás na Guerra do Paraguai. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

autoras reconhecidas e consagradas, nacional ou regionalmente: Ana Miranda, Clarice Lispector, Maria Paula Fleury de Godoy.⁶⁴ Também nesse caso é possível identificar o peso da dependência em relação à publicação em livros e da pouca atenção concedida à literatura produzida nos jornais. Pesquisas nesse campo têm demonstrado que, muito atuantes na imprensa, sobretudo a partir do final do século XIX, um grande número das escritoras e mulheres de letras não entrou para os cânones nacionais e regionais, não teve seus textos editados em livros, não foi objeto de histórias literárias, não ingressou em instituições literárias,⁶⁵ de modo que seria preciso se desviar desses lugares habituais da consagração para torná-las

64 THIAGO, Diovana Ferreira Oliveira. **A concepção de história na ficção de Ana Miranda**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014; SOUZA, Talita Michelle. **A história de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017; CAMARGO, Maicon da Silva. **“Eppur, si mouve”**: o homem e o pensamento nos romances de Clarice Lispector. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. As exceções ficam por conta, em parte, das dissertações de Maria José Goulart e de Leidy Cardoso. A primeira recuperou a atuação de diversas mulheres vilaboenses na imprensa da antiga capital, no início do século XX, revelando nomes desconhecidos ao lado do de escritoras consagradas; a segunda abordou a literatura erótica de Cassandra Rios (1932-2002), uma autora de grande sucesso entre os anos 1950 e 1970, mas praticamente desconhecida hoje em dia: BITTAR, Maria José Goulart. **As três faces de Eva na Cidade de Goiás**. 1997. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997; CARDOSO, Leidy Carolina Diaz. **La literatura erótica de Cassandra Rios: O Bruxo Espanhol (1959) y Uma mulher diferente (1968)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

65 Ver, por exemplo, o grupo de pesquisa coordenado por Ana Cláudia Suriani da Silva (University College London) e Claudia Oliveira (UFRJ), “Mulheres na Imprensa Brasileira”, parte de um grupo de pesquisa maior, cadastrado junto ao CNPq e intitulado “O papel dos periódicos na circulação de ideias nos séculos XIX e XX”.

visíveis, o que permanece largamente por fazer, no caso da produção historiográfica oriunda do PPGH. A dissertação de Maria José Goulart, de 1997, também oferece uma excelente indicação desse potencial, por se deter nos textos de mulheres vilaboenses publicados em jornais, no início do século XX, revelando nomes de várias colunistas e autoras desconhecidas atualmente. Desde 2012, as condições efetivas para uma ampliação de análises dessa natureza melhoraram significativamente, com o surgimento da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que tornou plenamente acessível toda a coleção de periódicos da instituição, antes consultável apenas na seção respectiva, em sua sede no Rio de Janeiro.

Pouco visíveis enquanto autoras, as mulheres não figuraram de maneira destacada tampouco enquanto objeto de pesquisas inscritas em uma perspectiva de história das mulheres ou história do gênero. A essas áreas vinculam-se quatro dissertações, situadas no campo da História Antiga⁶⁶ e da História da América.⁶⁷

Dos livros aos jornais e destes à documentação primária, as lacunas são crescentes, já que são ainda mais raras as pesquisas

66 FARIA, Keila Maria. **Medéia e Méliissa**: representações do feminino no imaginário ateniense do século V a.C. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007; MATA, Gisele Moreira da. **Entre risos e lágrimas**: uma análise das personagens femininas atenienses na obra de Aristófanes (séculos VI e IV a.C.). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009; SILVA, Tatielly Fernandes. **As metamorfoses de Helena nas tragédias de Eurípedes** (século V a.C.). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

67 OLIVEIRA, Sandra Maria. **Las honradas e Las impuras**: identidade de gênero na literatura cubana de Miguel de Carrión. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

fundadas na análise de manuscritos, correspondências, diários ou documentos judiciais como inventários ou testamentos, que já foram bastante utilizados para se fazer uma história quantitativa do livro ou da leitura. No caso específico da História de Goiás, que seria mais propícia a esse tipo de investigação, sobretudo no período anterior à difusão de acervos digitalizados (isto é, antes dos anos 2010), pode-se conjecturar que o péssimo estado dos arquivos e a escassez dessa documentação ou a dificuldade de acesso a ela respondam, em parte, por essa raridade.

A tese de Souza Filho está inscrita, por outro lado, na maior normalidade do PPGH, por sua opção de fazer da literatura uma fonte, e não o objeto de sua pesquisa. Caso se volte para um romance publicado em folhetim, ele não o faz para estudar a história em Goiás dessa modalidade de publicação da literatura, por exemplo, mas sim para discutir a representação literária da Guerra do Paraguai construída pelo autor de *Os voluntários*. Já vimos como a maioria das pesquisas situa-se no campo da história dos imaginários sociais ou da construção das identidades. Há também um bom número de trabalhos vinculados à história urbana, em que são discutidas as representações literárias de cidades como Goiânia ou Belo Horizonte. Além disso, há pesquisas sobre as representações literárias do escravo, das mulheres, da pederastia, etc. Esse perfil não é especialmente surpreendente, considerando-se que se trata da produção científica de uma pós-graduação em História. Nesse universo, chamam a atenção, por seu caráter de exceção, trabalhos como o de Marcelo Miguel Souza, que, tanto em sua dissertação quanto em sua tese, se deteve nos aspectos poético-musicais das obras de Homero; ou o de Gabriel de Paula, que analisou a traje-

tória do escritor Bernardo Élis (1915-1997), tomando como um dos elementos de sua análise a constituição de um campo intelectual em Goiás. Além dele, apenas o trabalho de Fernando Costa e Silva, que discutiu a formação do campo literário goiano na década de 1950, tomando como ponto de partida o *Jornal Oio*, se inscreveu em uma perspectiva da sociologia da literatura. Essas duas dissertações permitem chamar a atenção para a ausência de trabalhos especificamente sobre instituições literárias, como o Gabinete Literário Goyano, fundado em 1864, a Academia Goiana de Letras, de 1939, ou a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG), de 1969,⁶⁸ para citar apenas algumas daquelas cujos arquivos são em princípio mais acessíveis.

O campo tradicional dos historiadores dedicados especificamente ao estudo da literatura, qualificado de “fora-do-texto”,⁶⁹ não tem sido, aliás, muito explorado pelos historiadores e historiadoras formados pelo PPGH: além das mencionadas história do livro e da leitura e da história das instituições literárias, a história social e política dos autores ou a das condições de publicação e da recepção das obras renderam relativamente poucos trabalhos. Por outro lado, é de se notar a coragem de alguns desses pesquisadores e pesquisadoras em romper com uma divisão tradicional do trabalho intelectual, que atribui aos estudiosos da área de Letras o papel de analisar os próprios textos. Abandonando as “margens”, Daniele

68 A AFLAG é objeto de rápida discussão na dissertação de SOUZA, Talita Michelle. **A história de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

69 ANHEIM, Étienne; LILTI, Antoine. *Savoirs de la littérature: introduction. Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, année 65, n. 2, p. 254, mars-avril 2010.

Maia Tiago⁷⁰ e Poliana Gabriel Oliveira,⁷¹ por exemplo, analisaram as estratégias narrativas dos autores discutidos por elas, e Maicon da Silva Camargo propôs uma interpretação sobre o homem e o pensamento nos romances de Clarice Lispector.⁷²

Considerações finais

Traçando aqui a história da produção historiográfica sobre literatura oriunda do PPGH, procuramos identificar suas grandes linhas, mensurar seus impactos no perfil do conhecimento histórico produzido pelos mestrandos e doutorandos em história da UFG, proporcionar a consciência dos caminhos percorridos, oferecer uma visão do (muito) que já foi alcançado. Mas, para além disso, temos também a ambição de que, oferecendo uma compreensão dessa história, estejamos igualmente contribuindo para apontar os desafios a serem enfrentados e, sobretudo, as diversas direções que podem vir a ser exploradas – na certeza de que balanços historiográficos, como este, adquirem sentido não só por dar conta de uma trajetória, mas, principalmente, ao oferecer consciência criadora para que se possa interferir no seu porvir.

70 TIAGO, Daniele Maia. **Estratégias narrativas nos testemunhos de Kertész, Pahor e Frankl**: memória, elaboração do passado e temporalidade. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

71 OLIVEIRA, Poliana Gabriel. **A constituição da identidade narrativa de Fiódor Dostoiévski em *Recordações da Casa dos Mortos***. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

72 CAMARGO, Maicon da Silva. **“Eppur, si mouve”**: o homem e o pensamento nos romances de Clarice Lispector. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

DISSERTAÇÕES E TESES NO PPGH SOBRE HISTÓRIA E LITERATURA		
DISSERTAÇÕES		
Autor e Título	Orientador	Ano e Linha*
SOUZA, Maria Sônia França e. <i>A sociedade agrária em Goiás (1912-1921) na literatura de Hugo de Carvalho Ramos</i>	Laima Mesgravis (UFGO-USP / ICHL)	1978 a
BITTAR, Maria José Goulart. <i>As três faces de Eva na Cidade de Goiás</i>	Lena Castello Branco Ferreira de Freitas	1997 a
OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. <i>Imagens e mudança cultural em Goiânia</i>	Luiz Sérgio Duarte da Silva	1999 a
SANTANA, Márcio Antônio de. <i>Literatura e construção da comunidade imaginada haitiana: uma leitura de Jacques Stephen Alexis e Jacques Roumain (1915-1971)</i>	Olga Cabrera	2003 c
JÚNIOR, Dornival Venâncio Ramos. <i>Cien años de soledad e o Caribe e o carnavalesco e o maravilhoso: um estudo histórico-cultural da obra de Gabriel García Márquez</i>	Olga Cabrera	2004 c
PAULA, Jason Hugo de. <i>Inventando o progresso: a construção de imagens e a modernização em Catalão (1959-1970)</i>	Ana Teresa M. Gonçalves	2005 d
SILVA, Kamilly Barros de Abreu. <i>História, memória e literatura em Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos</i>	Noé Freire Sandes	2006 d
SILVA, Idelma Santiago da. <i>Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)</i>	Olga Cabrera	2006 c
OLIVEIRA, Sandra Maria de. <i>Las honradas e Las impuras: identidade de gênero na literatura cubana de Miguel de Carrión</i>	Isabell Ibarra Cabrera	2007 c
FARIA, Keila Maria de. <i>Medéia e Méliッサ: representações do feminino no imaginário ateniense do século V a.C.</i>	Ana Teresa M. Gonçalves	2007 d
SOUSA, Luana Neres de. <i>A pederastia em Atenas no período clássico: relendo as obras de Platão e Aristófanes</i>	Ana Teresa M. Gonçalves	2008 d

DISSERTAÇÕES E TESES NO PPGH SOBRE HISTÓRIA E LITERATURA		
DISSERTAÇÕES		
Autor e Título	Orientador	Ano e Linha*
CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. <i>Entre ilustres e anônimos: a concepção de história em Machado de Assis</i>	Noé Freire Sandes	2009 d
BRANCO, Arturo Alejandro Gonzalez y Rodrigues. <i>O lobo e o morcego: a cultura popular e o imaginário inglês do século XIX</i>	Libertad Borges Bittencourt	2009 c
CAMPOS, Josilene Silva. <i>As representações da guerra civil e a construção da nação moçambicana nos romances de Mia Couto (1992-2000)</i>	Danilo Rabelo	2009 c
MATA, Gisele Moreira da. <i>Entre risos e lágrimas: uma análise das personagens femininas atenienses na obra de Aristófanes (Séculos VI e IV a.C.)</i>	Ana Teresa Marques Gonçalves	2009 d
MOTA, Danylo Di Giorgio Martins da. <i>O Brasil de Mr. Slang: a República nas crônicas de Monteiro Lobato (1926-1927)</i>	Fabiana de Souza Fredrigo	2010 c
ABREU, Clarismar Gomes de. <i>História e Literatura na cidade de Chão Vermelho</i>	Marcos Antônio de Menezes	2010 b
BARBOSA, Leandro Mendonça. <i>De selvagem a efeminado: as representações de Dionísio no imaginário ático (séculos VIII a V a. C.)</i>	Ana Teresa Marques Gonçalves	2010 d
BORGES, Adriana Evaristo. <i>Vinícius de Moraes: Cultura e história (1930-1970)</i>	João Alberto da Costa Pinto	2011 b
MOTA, Thiago Eustáquio Araújo. <i>Do Descensus à Consecratio: analisando os funerais heróicos na Eneida de Virgílio (I a.c)</i>	Ana Teresa Marques Gonçalves	2011 d
ALVES, Marcos Francisco. <i>Os romancistas da Abolição: representação do escravo e discurso abolicionista nas obras de Bernardo Guimarães e Joaquim Manoel de Macedo</i>	Maria Amélia Garcia de Alencar	2012 g
GARCIA, Eurimar Nogueira. <i>A representação de aspectos da cultura camponesa nos romances O Cura da Aldeia, O Médico Rural e Os Camponeses, de Honoré de Balzac</i>	Carlos Oiti Berbert Júnior	2012 f

DISSERTAÇÕES E TESES NO PPGH SOBRE HISTÓRIA E LITERATURA		
DISSERTAÇÕES		
Autor e Título	Orientador	Ano e Linha*
SILVA, Einstein Augusto da. <i>Crônicas e identidade nacional: um esboço à Machado. Considerações sobre identidade nacional nas crônicas de Machado de Assis</i>	Élio Cantalício Serpa	2012 d
SILVA, Tatielly Fernandes. <i>As metamorfoses de Helena nas tragédias de Eurípides (Século V a.c.)</i>	Ana Teresa Marques Gonçalves	2012 d
SOUZA, Marcelo Miguel de. <i>Os aspectos poético-musicais nas obras de Homero: métrica, ritmo e performance (Séc. VIII a.c.)</i>	Ana Teresa Marques Gonçalves	2012 d
NATAL, Rivaldene Rodrigues. <i>Uma arquitetura de sonho e permanência: a representação da decadência oligárquica em Crônica da casa assassinada</i>	Maria Amélia Garcia Alencar	2012 g
PINTO, Poliane de Paixão Gonçalves. <i>As representações de Hércules nas tragédias do período clássico em Atenas: uma releitura das obras de Sófocles e Eurípides</i>	Luciane Munhoz de Omena	2013 d
ARAÚJO, André Francisco Berenger. <i>Eduardo Galeano: devolver à história o alento, a liberdade e a palavra</i>	Elias Nazareno	2013 e
SARTIN, Philippe Delfino. <i>A tentação e a contemplação: Manuel Bernardes (1644-1710) e o oratório de Lisboa</i>	Armênia Maria de Souza	2013 d
THIAGO, Diovana Ferreira Oliveira. <i>A concepção de história na ficção de Ana Miranda</i>	Marlon Jeison Salomon	2014 f
GONÇALVES, Hugo David. <i>Prática sexual e humor nas construções identitárias da nobreza portuguesa na corte Dionisina (1279-1325)</i>	Armênia Maria de Souza	2014 d
SILVA, Luciano Oliveira. <i>Utopia e realismo: a construção narrativa sobre Goiânia na década de 1940</i>	Cristiano Pereira Alencar Arrais	2014 f
CAMARGO, Maicon da Silva. <i>D. Francisco Manuel de Melo, um intérprete de seu tempo: o ser, o mundo e a vida no pensamento ibérico seiscentista</i>	Armênia Maria de Souza	2014 d

DISSERTAÇÕES E TESES NO PPGH SOBRE HISTÓRIA E LITERATURA		
DISSERTAÇÕES		
Autor e Título	Orientador	Ano e Linha*
PAULA, Gabriel de. <i>Bernardo Élis: de Corumbá de Goiás ao mar</i>	Maria Amélia Garcia de Alencar	2014 g
ASSIS, Draulio Carvalho. <i>O Mito e o Trágico em Jim Morrison: a poesia como choque e redenção da história</i>	Marcos Antônio Menezes	2015 g
CARDOSO, João Eratostenes Doulgras. <i>Por entre ruas e memórias: a Belo Horizonte no Beira-mar de Pedro Nava</i>	Marcos Antônio Menezes	2015 g
GOMES, Erick Messias Costa Otto. <i>Relações de Patronato e amicitia no principado romano: uma leitura das representações de Augusto na obra lírica de Horácio (século I a.C.)</i>	Luciane Munhoz de Omena	2015 d
CAETANO, Elisa Silva. <i>O sertão do Brasil Central na Literatura de João de Minas</i>	Cristiano Pereira Alencar Arrais	2015 f
MEDEIROS, Mariana Carrijo. <i>Entre a ausência e o desejo: considerações acerca das representações das relações amorosas romanas em Epistulae Heroidum de Ovídio (I a.C/I d.C.)</i>	Ana Teresa Marques Gonçalves	2015 d
SOUSA, Daniel Alves. <i>Poesia e discurso político: Neruda e Allende, a luta contra a ley maldita em um Chile autoritário (1920-1950)</i>	Marcos Antônio Menezes	2016 g
SILVA, Elen Glauciene. <i>Chacina do duro: do evento à representação dos acontecimentos</i>	Cristiano Pereira Alencar Arrais	2017 f
OLIVEIRA, Poliana Gabriel. <i>A constituição da identidade narrativa de Fiódor Dostoiévski em Recordações da Casa dos Mortos</i>	Cristiano Pereira Alencar Arrais	2017 f
SOUZA, Talita Michelle. <i>A história de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias</i>	Ana Carolina Coelho Eiras Soares	2017 e
SANTOS, Eva Cristina Franco. <i>A modernidade sob o sol de Abaporu: imagens dos intelectuais desde a polifonia da nação à crítica ao Juspositivismo (1928-1929)</i>	Libertad Borges Bittencourt	2017 f

DISSERTAÇÕES E TESES NO PPGH SOBRE HISTÓRIA E LITERATURA		
DISSERTAÇÕES		
Autor e Título	Orientador	Ano e Linha*
BATISTA, Ana Carolina Rosa. <i>Filosofia da natureza em Os 120 dias de Sodoma: uma leitura da estética da destruição em Marquês de Sade</i>	Luciane Munhoz de Omena	2018 d
PACHECO, Juliana Sousa. <i>Aproximações entre história e psicanálise: testemunho, trauma e sublimação em É isto um homem? e Os afogados e os sobreviventes, de Primo Levi</i>	Fabiana de Souza Fredrigo	2018 f
SILVA, Fernando Costa. <i>O jornal Oiô na formação do campo literário goiano em 1957 e 1958</i>	Cristiano Pereira Alencar Arrais	2018 f
NOGUEIRA, Isabella. <i>Um conúbio intrigante na construção de um herói romântico: os caminhos da produção das Mémoires de Garibaldi (1860), de Alexandre Dumas</i>	Raquel Machado Gonçalves Campos	2018 f
OLIVEIRA, Amanda Alvarenga Fernandes. <i>Da crítica à modernidade ao encontro com a América Latina: a literatura de resistência do argentino Ernesto Sábato</i>	Libertad Borges Bittencourt	2018 f
CARDOZO, Leidy Carolina Diaz. <i>La literatura erótica de Cassandra Rios: O bruxo espanhol (1959) y Uma mulher diferente (1968)</i>	Fabiana de Souza Fredrigo	2018 f
MENDES, Bruna Alves Carvalho. <i>"Grito, logo existo": Reinaldo Arenas, o rebelde (1943-1990)</i>	Libertad Borges Bittencourt	2019 f

TESES		
Autor e Título	Orientador	Ano e Linha*
SILVA, Ademir Luiz da. <i>Da Cruzada à demanda: a tradição épica da Ordem dos Templários na baixa Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)</i>	Dulce Oliveira Amarante dos Santos	2008 d
MAGALHÃES, Luiz Ricardo. <i>Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950-1964)</i>	Luiz Sérgio Duarte da Silva	2010 c
MOTA, Thiago Eustáquio Araújo. <i>Deberri ad sidera tolli: as promessas de divinização na Eneida e a ancestralidade heróica dos IULII</i>	Ana Teresa Marques Gonçalves	2015 d

TESES		
Autor e Título	Orientador	Ano e Linha*
COELHO, George Leonardo Seabra. <i>O bandeirante que caminha no tempo: apropriações do (e no) pensamento político de Cassiano Ricardo</i>	Fabiana de Souza Fredrigo	2015 f
ROMERO, Mariana Amorim. <i>Dante Alighieri e a busca do paraíso: de Florença a Ravena (1265-1321)</i>	Dulce Oliveira Amarante dos Santos	2016 d
VASCONCELOS, Alex Donizete. <i>Identidades haitianas na história, na literatura e em discursos midiáticos do Haiti, da República Dominicana e dos Estados Unidos (2004-2014)</i>	Eugênio Rezende de Carvalho	2016 f
TIAGO, Daniele Maia. <i>Estratégias narrativas nos testemunhos de Kertész, Pahor e Frankl: memória, elaboração do passado e temporalidade</i>	Carlos Oiti Berbert Júnior	2017 f
SOUZA, Marcelo Miguel. <i>Os aspectos poético-musicais nas obras de Homero: multitextualidade e performance (Séc. VIII a.C)</i>	Ana Teresa Marques Gonçalves	2017 d
NOGUEIRA, Léo Carrer. <i>Da África para o Brasil, de Orixá a Egum: as ressignificações de Exu no discurso umbandista</i>	Leandro Mendes Rocha	2017 e
FILHO, José Atanásio Souza. <i>Cruzando os caminhos do passado: história, sociedade e literatura na participação de Goiás na Guerra do Paraguai</i>	Marcos Antonio de Meneses	2018 g
ABADIA, Danúbia Mendes. <i>As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974)</i>	João Alberto da Costa Pinto	2018 g
PONTES, Matheus de Mesquita. <i>Jorge Amado: entre engajamento e a militância comunista (1929-1956)</i>	Marcos Antonio de Meneses	2018 g
CAMARGO, Maicon da Silva. <i>“Eppur, si mouve”: o homem e o pensamento nos romances de Clarice Lispector</i>	Marlon Jeison Salomon	2020 f
TRABALHOS SOBRE DIVERSAS FORMAS DE ESCRITA		
Autor e Título	Orientador	Ano e Linha*
CARVALHO, Euzébio Fernandes de. <i>O Rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930)</i> [DISSERTAÇÃO]	Maria da Conceição Silva	2008 b

TESES		
Autor e Título	Orientador	Ano e Linha*
FONSECA, Sherloma Starlet. <i>Memórias de um constitucionalista: Paulo Duarte e a guerra civil de 1932</i> [DISSERTAÇÃO]	Noé Freire Sandes	2009 d
SOUSA, Cíntia Guimarães Santos. <i>“Quando falo Paulo Bruscky...” A nova História Biográfica e os sentidos de uma vida: os outros, o eu-outro, o nós e as relações entre historicidades e processos de criação artística</i> [TESE]	Márcio Pizarro Noronha	2011 d
GOMES, Marília Noletto. <i>Testemunho em quadrinhos: reflexões sobre a identidade Palestina na obra de Joe Sacco</i> [DISSERTAÇÃO]	Libertad Borges Bittencourt	2012 f
REIS, Danielli da Silva Borges. <i>Práticas de escrita e de arquivamento: o Memorial de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930)</i> [DISSERTAÇÃO]	Marlon Jeison Salomon	2013 f
ARAÚJO, Patrícia Simone de. <i>Vasculhando a vida alheia: o diário íntimo de José Vieira Couto de Magalhães (1880-1887)</i> [DISSERTAÇÃO]	Sônia Maria de Magalhães	2013 e
FILHO, Eduardo Barbaresco. <i>Entretempos do corpo e da voz na escrita de artista como história: testemunho e (des)construção de representações na escritura biográfica de Estêrcio Marquez Cunha (Goiânia, dos anos 1965 a 2013)</i> [TESE]	Márcio Pizarro Noronha	2015 d
ARABI, Marli Aparecida Carneiro. <i>A imagem do homem público em tempos de guerra: Getúlio Vargas e o olhar estrangeiro (1940-1945)</i> [DISSERTAÇÃO]	Noé Freire Sandes	2017 d
LIMA, Aline Alves. <i>O ressurgimento do sujeito pela escrita autobiográfica: o caso de Nikola Tesla (1856-1943)</i> [DISSERTAÇÃO]	Libertad Borges Bittencourt	2017 f
SANTOS, Janaina de Paula Espírito. <i>Segunda Guerra Mundial em Mangá: um estudo de cultura histórica</i> [TESE]	Maria da Conceição Silva	2018 e
MOTA, Danylo Di Giorgio Martins. <i>Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946): história, memória e escrita biográfica na construção de uma tradição política familiar</i> [TESE]	Raquel Machado Gonçalves Campos	2019 f

TESES		
Autor e Título	Orientador	Ano e Linha*
SOUZA, Karla Alessandra Alves. "A queda do céu": o pensar decolonial na obra de Kopenawa Yanomami (1990-2015) [DISSERTAÇÃO]	Elias Nazareno	2019 f
ARAÚJO, Patrícia Simone. <i>Metamorfoseando a vida: escrita autobiográfica de Hercúline/Abel Barbin (1838-1868)</i> [TESE]	Sônia Maria de Magalhães	2020 e

*LEGENDA: Linhas de Pesquisa

- a) Sem informações
- b) Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração (2000-2011)
- c) Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração (2000-2011)
- d) História, Memória e Imaginários Sociais (2000-atual)
- e) Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História (2012-atual)
- f) Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História (2012-atual)
- g) Poder, Sertão e Identidades (2012-atual)

ESTUDOS ÉTNICOS E INTERCULTURAIS

Ordália Cristina G. Araújo¹

Elias Nazareno²

Leandro Mendes Rocha³

Esse texto se propõe a analisar a produção de dissertações e teses vinculadas aos estudos étnicos da linha de pesquisa “Fronteiras, interculturalidades e ensino de História”, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Iniciada em 2010, a referida linha constituiu-se num espaço epistemológico de pesquisas em torno da etnicidade pelo viés da interculturalidade crítica nos termos do debate posto pelo coletivo de pesquisadores latino-americanos da Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (M-C-D) e da história ambiental, com ênfase

1 Graduada, mestre e doutora em História pela UFG; professora do curso de Licenciatura em História da UEG. E-mail: ordalia_c@hotmail.com

2 Doutor em Sociologia pela Universidade de Barcelona; professor da Faculdade de História, do curso de Licenciatura Intercultural e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG; bolsista Produtividade do CNPq. E-mail: eliasna@ufg.br

3 Doutor em História pela Universidade de Paris – Sorbonne; professor Titular aposentado da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. E-mail: leandromrochagyn@gmail.com

nos grupos subalternizados, povos indígenas, populações quilombolas e religiões de matriz africana.

O coletivo (M/C/D) surge nos anos 1990 como herdeiro da tradição do pensamento crítico latino-americano do século XX,⁴ fundando-se em fontes oriundas das teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade, do grupo sul-asiático de estudos subalternos, da teoria feminista, da teoria pós-colonial e da filosofia africana, ao promover um movimento epistemológico de renovação crítica das ciências sociais no século XXI nos termos de uma “radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de ‘giro decolonial’.”⁵ Por isso, o grupo desenvolveu um conjunto de conceitos-chave, sintetizado por Escobar, em 2000, a partir da contribuição de teóricos como Aníbal Quijano, com a categoria colonialidade do poder, que traduz a complexa estrutura de níveis entrelaçados na qual se encontra o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade e, por fim, o controle da subjetividade e do conhecimento.⁶ Ainda, estuda

4 De acordo com Escobar, na genealogia do programa de investigações do coletivo M/C/D estão “la Teología de la Liberación desde los sesenta y setenta; los debates en la filosofía y ciencia social latinoamericana sobre nociones como filosofía de la liberación y una ciencia social autónoma (e.g., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); la teoría de la dependencia; los debates en Latinoamérica sobre la modernidad y postmodernidad de los ochenta, seguidos por las discusiones sobre hibridez en antropología, comunicación y en los estudios culturales en los noventa; y, en los Estados Unidos, el grupo latinoamericano de estudios subalternos” (ESCOBAR, Arturo. *Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano*. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 53, ene.-dic. 2003).

5 ESCOBAR, op. cit., p. 51-86; CASTRO-GOMEZ, Santiago. **La poscolonialidade explicada a los niños**. Colômbia: Editorial Universidade del Cauca, 2005.

6 MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. p. 12.

o conceito de interculturalidade, tema em voga na América Latina desde os anos 1990, “visto estar presente nas políticas públicas e reformas educativas e constitucionais como resultado das lutas dos movimentos sociais ancestrais e suas demandas por reconhecimento e direitos”, que, por sua vez, está intrinsecamente ligada a projetos globais de poder, capital e mercado.⁷

Também no âmbito das Ciências Sociais ocorria, no mesmo período, um debate em torno do conceito de etnia. Criado pelo antropólogo Vancher de Lapouge no início do século XIX, ele compreendia, à época, “um agrupamento humano baseado em laços culturais compartilhados, de modo a diferenciar esse conceito do de raça (que estava associado a características físicas)”.⁸ Ampliado no século XX, passou a ser central na Antropologia, bem como na Etnologia, com múltiplas conceituações em torno de si. Uma delas seria o compartilhamento de uma crença originária comum (pela linguagem, por laços culturais ou por outro traço comum) por determinada comunidade, pautando essa definição por uma identidade artificial, visto ser criada pelo grupo.

Nos anos 1980, os debates envolvendo o conceito de etnia tornaram-se acirrados em virtude das revisões conceituais em torno do termo “raça”, não mais visto pela Antropologia como um conceito determinado biologicamente. “Hoje, raça significa a percepção das

7 WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia Decolonial: in-surgir, re-surgir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009; WALSH, Catherine; VIAÑA Jorge; TAPIA, Luis. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. Bolívia: Instituto Internacional de Integración, 2010.

8 SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2009. p. 124.

diferenças físicas pelos grupos sociais, e como essa percepção afeta as relações sociais, aproxima-se bastante da própria definição de etnia”.⁹ Embora ainda deficitário em suas definições, o conceito de “etnia” estaria envolto em controvérsias, dado o acentuado sentido etnocêntrico perceptível pelo seu uso “em substituição ao de Nação, para as ‘sociedades primitivas’, passando a ideia de Nação a pertencer exclusivamente aos ‘Estados civilizados’”.¹⁰

Da crítica inicial ao conceito de raça, o termo etnia passou também à crítica do conceito de tribo, geralmente vinculado aos povos ditos primitivos e, portanto, passíveis de processos evolutivos amparados em etapas lineares, como no modelo esquemático e interpretativo bandos-tribos-cacicados-estado, elaborado pelo antropólogo norte-americano Julian Steward, na década de 1940, para pensar a diversidade cultural do continente sul-americano às vésperas da conquista europeia.¹¹

A derivação do conceito de etnia trouxe para a Antropologia as discussões em torno da etnicidade, i.e., o sentimento de pertença a determinado grupo étnico e, por isso, próximo ao conceito de identidade, sobretudo porque, “desde a década de 1960, muitas reivindicações políticas no mundo se apresentam como étnicas, baseadas em crenças em uma identidade comum, contexto esse que motiva os cientistas sociais a continuarem refletindo sobre o conceito”.¹²

Percebe-se, então, que desde os anos 1960, as Ciências Sociais passam por revisões em seus processos de produção do conhecimento.

9 Ibidem, p. 125.

10 Ibidem, p. 125.

11 FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 67.

12 SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2009. p. 126.

No campo historiográfico, especificamente, a “virada” consistiu na revisão dos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos históricos relacionados aos povos indígenas, pois, em virtude das influências do evolucionismo, de caráter positivista ou marxista, acreditava-se na extinção deles face à expansão colonial. Por volta dos anos 1960 e 1970 constatou-se justamente a retomada do crescimento demográfico dos povos indígenas brasileiros, evidenciado pelos dados censitários de 1991, 2000 e 2010, uma constatação favorável à mobilização das lideranças indígenas, nas décadas seguintes, em 1970 e 1980, com vistas à reivindicação dos direitos de cidadania. O marco significativo desse contexto foi a garantia dos direitos à organização social e à terra (art. 231 e 232) e à educação (art. 210) pela Constituição Federal, promulgada em 1988, e por legislações decorrentes, como a Lei n. 11.645/2008. Esse contexto de visibilização crescente dos povos indígenas no cenário social e político brasileiro influenciou o interesse dos pesquisadores e reverberou na produção de estudos centrados nas trajetórias de contato, demandas e busca dos povos indígenas por reconhecimento étnico, linguístico, cultural e, sobretudo, protagonismo histórico na escrita historiográfica brasileira, possível em função da mudança paradigmática no campo historiográfico em virtude da postura interdisciplinar assumida pelos historiadores a partir do diálogo com a Antropologia e outras áreas do conhecimento.

Assim, seja no campo historiográfico, seja no antropológico, por estímulos oriundos do campo social em seus marcos reivindicatórios pautados pelas lutas étnicas afro-brasileiras ou indígenas, ampliaram-se as demandas de pesquisa *stricto Sensu*, tanto de mes-

trado quanto de doutorado, num contexto que recebeu fortes contribuições do debate posto pela interculturalidade.

Originária do contexto da educação escolar indígena, a interculturalidade prescreve e consolida, portanto, um campo de estudos inovador na América Latina e também no Brasil, ao contribuir de maneira singular para o reconhecimento da existência de pluriepistemologias e dar visibilidade aos conhecimentos outros, oriundos dos povos indígenas, africanos e afrodescendentes, com vistas à superação da perspectiva monotópica e monolíngue de classificação e hierarquização de conhecimentos. Daí o desdobramento dessa interculturalidade em três perspectivas distintas: a relacional, a funcional e a crítica.¹³

De maneira específica, a interculturalidade crítica avança, nos anos 2000, ao pautar-se por uma configuração conceitual para além do reconhecimento étnico. Significa que ela se fundamenta pelo lugar de enunciação étnica, ou seja, da perspectiva de indígenas, negros ou afrodescendentes, sujeitos subalternizados, hierarquizados racialmente e ocultados, para analisar as históricas realidades de dominação, exploração e marginalização que ocorreram e ocorrem no passado e no presente e são constitutivas da modernidade/colonialidade. Isso aponta para o pressuposto inicial desse coletivo de pesquisadores: propor uma reestruturação, decolonização ou pós-ocidentalização das Ciências Sociais, em que o conhecimento

13 WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia Decolonial: in-surgir, re-surgir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009; WALSH, Catherine; VIANNA Jorge; TAPIA, Luis. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. Bolívia: Instituto Internacional de Integración, 2010.

in-corporado, aquele encarnado em sujeitos atravessados por contradições sociais e lutas concretas, se torne evidente.¹⁴

Nesse sentido, a interculturalidade crítica representa a construção de um novo espaço epistemológico ao ter como referência os conhecimentos étnicos, sobretudo os indígenas, visto ser uma categoria que emergiu das lutas dos movimentos indígenas em países da América Latina, como Equador e Bolívia, com base em duas categorias fundamentais, a diferença colonial e a colonialidade do poder, propostas e manejadas pelo coletivo de pesquisadores latino-americanos, conhecidos pelo uso do enfoque decolonial e pela distinção epistemológica em relação às teorias culturais pós-coloniais.

A prática da interculturalidade pressupõe, assim, um caminho epistemológico desde e com a diferença colonial, constituindo, dessa forma, um “paradigma outro” que, dentre outros fundamentos, possibilita a visibilização da diferença colonial e a modificação das estruturas de poder da colonialidade, situando aí o seu caráter crítico.¹⁵ A interculturalidade foi, portanto, o critério de busca dos trabalhos étnicos defendidos na linha de pesquisa mencionada no período posterior a 2010 e disponíveis no Portal do PPGH, sendo o primeiro deles foi identificado em 2014, embora haja o reconhecimento da existência de estudos de caráter étnico no PPGH em outras linhas de pesquisa. Desde 2014, identificamos dezesseis traba-

14 CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores: Universidad Central: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana: Instituto Pensar, 2007. p. 19.

15 WALSH, Catherine. Interculturalidad e colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; Grosfoguel, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores: Universidad Central: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana: Instituto Pensar, 2007. p. 47-63.

lhos, sendo nove dissertações e oito teses orientadas e defendidas pelos seguintes professores: Alexandre Martins de Araújo, Elias Nazareno, Leandro Mendes Rocha e pela professora Sônia Maria de Magalhães, conforme os dados da tabela abaixo:

Tabela 1 – Tabela de orientadores e trabalhos defendidos na Linha de Pesquisa “Fronteiras, interculturalidades e ensino de História”, no período de 2010 a 2020

Professor(a)	Temáticas outras			Estudos étnicos		
	Dissertações	Teses	Total	Dissertações	Teses	Total
Elias Nazareno	9	5	14	4	4	8
Alexandre Martins Araújo	8	2	10	3	2	5
Leandro Mendes Rocha	5	1	6	1	1	2
Sônia Maria de Magalhães	7	2	9	1	-	1
Total	29	11	39	9	8	16

Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se a maior demanda de pesquisas *stricto sensu* para o nível de mestrado, dado o número duplicado de dissertações defendidas (vinte e nove) em relação às teses (onze) no índice geral (trinta e nove), enquanto os índices dos estudos étnicos apresenta um relativo equilíbrio (nove dissertações e oito teses). Por outro lado, há a proeminência de trabalhos orientados pelo professor Elias Nazareno, seguido pelos trabalhos orientados pelo professor Alexandre Martins de Araújo. Ambos são responsáveis pela maior parte dos estudos, interligados, teórica e metodologicamente, pelos pressupostos do coletivo de pesquisadores da modernidade, colonialidade e decolonialidade, fator que remete à discussão e ao debate mobilizado na linha de pesquisa “Fronteiras, interculturali-

dades e ensino de História”, do PPGH, a partir de categorias como a interculturalidade crítica, simultâneo à virada historiográfica resultante das demandas postas pelos movimentos sociais de negros, afro-brasileiros e indígenas desde os anos 1970. Assim, tanto os estudos referentes aos indígenas como aqueles pautados pelas temáticas afrobrasileiras circunscrevem oito trabalhos cada, perfazendo dezesseis ao todo. Eles foram agrupados em dois conjuntos temáticos, com vistas à análise de seu escopo investigativo, delimitação espaço-temporal e embasamento teórico-metodológico.

Estudos étnicos indígenas

No conjunto de trabalhos sobre os povos indígenas, sete foram orientados pelo professor Elias Nazareno e um pelo professor Leandro Mendes Rocha, entre 2014 e 2020, conforme exposto no quadro a seguir.

Quadro 2 – Estudos étnicos indígenas orientados pelos/as docentes da linha de pesquisa “Fronteiras, interculturalidades e ensino de História”, no período de 2014 a 2020

Orientador/a	Pesquisador/a	Tipo	Título
2014			
Elias Nazareno	Andre Egidio Pin	Dis	História do povo Javaé (Iny) e sua relação com as políticas indigenistas: da colonização ao estado brasileiro (1775-1960).
Elias Nazareno	Luciana Leite da Silva	Dis	Noções de passado, presente e futuro entre crianças indígenas (Javaé) e crianças não indígenas (Colégio Claretiano Coração de Maria).

Orientador/a	Pesquisador/a	Tipo	Título
2016			
Leandro Mendes Rocha	Lukas Magno Borges	Dis	As representações sobre os indígenas nas escolas públicas de Ceres: colonialismo e colonialidade (2010-2015).
2019			
Elias Nazareno	Karla Alessandra Alves Souza	Dis	"A queda do céu": o pensar decolonial na obra de Kopenawa Yanomami (1990-2015)
Elias Nazareno	Luciana Leite Silva	Tese	Aprendizagem histórica intercultural a partir dos contextos educacionais indígenas e não indígenas
Elias Nazareno	Ordália Cristina Gonçalves Araújo	Tese	Os javaé e o protestantismo: salvação e resistência (1896-1937)
Elias Nazareno	Patrícia Emanuelle Nascimento	Tese	Protagonismo indígena na capitania de goiás e suas estratégias e atuações frente às políticas indigenistas no Século XVIII
2020			
Elias Nazareno	Tamiris Maia Gonçalves Pereira	Tese	Saberes e fazeres Javaé: estudo das práticas tradicionais alimentares indígenas, da década de 1990 a 2020.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ambos os professores integram o corpo docente do Curso de Educação Intercultural Indígena (CEII) da UFG, cuja matriz curricular estrutura-se em torno de duas premissas básicas: a interculturalidade crítica e a transdisciplinaridade. Criado em 2007, o curso atende povos das regiões Araguaia-Tocantins e do Xingu nos estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, envolvendo os Apinajé, Canela, Gavião, Guajajara, Javaé, Juruna, Kalapalo, Kamaiurá, Karajá, Krahô, Krikati, Kuikuro, Mehinako, Tapirapé, Tapuia, Timbira, Xakriabá, Xambioá, Xavante, Xerente e Waura,

fato que possibilita aos mestrandos/as e doutorandos/as pertinentes experiências acadêmicas de conhecimento, conversação e proximidade com eles, condição que oportuniza proposições de revisão da escrita da história pelo viés da decolonialidade, além de uma interlocução institucional profícua ao reverberar em produção do conhecimento desde e com os povos indígenas.¹⁶

Assim, o primeiro trabalho foi defendido em 2014, por Andre Egidio Pin, *História do povo Javaé (Iny) e sua relação com as políticas indigenistas: da colonização ao Estado brasileiro (1775-1960)*, uma dissertação, como o nome indica, sobre as políticas indigenistas direcionadas a esse povo habitante da Ilha do Bananal, no estado do Tocantins, constituindo-se, portanto, numa pesquisa sobre as políticas indigenistas do período delimitado, mas também sobre

16 NAZARENO, Elias; FREITAS, Marco Túlio de Urzêda. Interculturalidade e práticas pedagógicas contextualizadas: uma perspectiva de-colonial para a formação de professores/as indígenas. In: PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro; BORGES, Mônica Veloso. **Educação Intercultural: experiências e desafios políticos pedagógicos**. Goiânia: Prolind/Secad-MEC/Funape, 2013. p. 113-131; NAZARENO, Elias. Revisitando o debate acerca da modernidade a partir da colonialidade do poder e da decolonialidade. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens**, v. 2, n. 2, p. 32-49, 2017a; NAZARENO, Elias. História, tempo e lugar entre o povo indígena Bero Biawa Mahãdu (Javaé): a partir da interculturalidade crítica, da decolonialidade e do enfoque enactivo. In: OLIVEIRA, Marcos de Jesus (org.). **Direitos humanos e pluriversalidade: conexões temáticas**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas Ltda., 2017b. p. 85-118; NAZARENO, Elias. Tempo, lugar e corpo: produção de conhecimentos desde a experiência no curso de Educação Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás – UFG. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SILVA, Maria da Conceição da; CAINELLI, Marlene (org.). **Formação e aprendizagem: caminhos e desafios para a pesquisa em Educação histórica e ensino de história**. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2019. p. 207-230; NAZARENO, Elias; ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves; PEREIRA, Tamiaris Maia Gonçalves. Tempo, lugar e interculturalidade na perspectiva dos estudantes indígenas do curso de Educação Intercultural – UFG. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 87-113, jan./jun. 2019.

a história deles. Nesse caso, é importante ressaltar as inúmeras lacunas ainda existentes em relação às histórias dos povos indígenas no Brasil no período da colonização até a atualidade, fato que elucida o potencial de pesquisas ainda por fazer nesse sentido. Na introdução do seu estudo, André Egídio Pin relata essa questão:

[...] seguindo as orientações do professor Elias no transcorrer da pesquisa passei a buscar documentos desde o período colonial sobre os Javaé, momentos em que me deparei com grandes dificuldades, sobretudo com a escassez de registros sobre este povo. Na verdade, as fontes escritas sobre os Javaé em arquivos disponíveis na rede mundial de computadores, nos arquivos públicos de Goiás e no Museu do Índio/RJ até a década de 1950 são escassas.

São raras, da mesma maneira, obras de viajantes, de etnógrafos e pesquisadores que passaram pela região do Rio Araguaia e do Rio Javaés antes da primeira metade do século XX, que tratem diretamente dos Javaé. A principal consequência disso em termos acadêmicos é que também não existem muitas pesquisas sobre o povo Javaé, fato que se agrava se nos detivermos à disciplina de história na qual não há nenhum estudo sobre esse povo, como será demonstrado mais adiante.¹⁷

17 PIN, André Egídio. **História do povo Javaé (Iny) e sua relação com as políticas indigenistas**: da colonização ao Estado brasileiro (1775-1960). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. p. 25.

Para além de pensar a história do povo Javaé especificamente, o que ressaltamos, nesse caso, é o fato de que, por muito tempo, os indígenas estiveram ausentes da discussão historiográfica que deixava a cargo da Antropologia os estudos dos povos considerados sem história, portanto, categorizados como povos “primitivos”. O reverberar dessa situação no PPGH levou André Egidio Pin a buscar fundamentação teórica em “trabalhos que tratam dos Javaé na disciplina de antropologia. Na área de antropologia, inclusive, estão inscritos os únicos trabalhos que trataram especificamente do povo Javaé”,¹⁸ com vistas à fundamentação teórica da análise crítica das fontes documentais elencadas em sua pesquisa, fato que remete à questão da renovação historiográfica.

A inexistência de estudos indígenas com perspectiva histórica entre os historiadores perdurou até aproximadamente os anos 1970. Por todo esse período, o distanciamento entre a História e a Antropologia proporcionou uma concepção teórica pautada pela ideia de aculturação, compreendida como um processo iniciado nas relações de contatos coloniais, nas quais os indígenas seriam assimilados à colonização e, gradativamente, perdiam não somente sua identidade étnica, mas, igualmente suas culturas, as possibilidades de resistência e, no limite, sua própria existência, a desembocar em um apagamento completo das pluriépistemologias no território brasileiro. Dessa forma, o estudo dos povos considerados a-históricos ficou a cargo da Antropologia, que centrava esforços na compreensão de culturas indígenas num enfoque sincrônico, ou seja, sem considerar as mudanças pelas quais elas passaram ao longo do tempo. A cultura, assim como a identidade, compunha um

18 Ibidem, p. 26.

arcabouço investigativo antropológico considerado fixo e estável. Contudo, a emergência dos movimentos indígenas contribuiu para a revisão dessas categorias até então usadas para se referir aos indígenas brasileiros, trazendo não apenas mudanças na compreensão de conceitos como aculturação, cultura, tradição e identidade, mas também a aproximação entre a História, a Antropologia e disciplinas afins.¹⁹

Desde então, a constatação de André Pin e a vinculação do professor Elias Nazareno ao Curso de Educação Intercultural da UFG, no qual atua como coordenador do Comitê Javaé, junto com o professor José Pedro Machado Ribeiro, colaborou para o desenvolvimento de mais pesquisas sobre o povo Javaé em diversas vertentes como a do ensino, da religião e da alimentação. Sobre essas duas vertentes falaremos adiante.

A dissertação e a tese de Luciana Leite da Silva, *Noções de passado, presente e futuro entre crianças indígenas (Javaé) e crianças não indígenas (Colégio Claretiano Coração de Maria)* e *Aprendizagem histórica intercultural a partir dos contextos educacionais indígenas e não indígenas*, defendidas em 2014 e 2019, respectivamente, reportam às demandas postas pelos movimentos indígenas nas últimas décadas, sobretudo a implementação da Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, que modificou o texto da Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas propostas curriculares da educação básica. Luciana Leite da Silva propõe, a partir de sua tese,

[...] a construção de uma aprendizagem intercultural que: avance para além de um

19 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

discurso multiculturalista funcional; valorize a importância de se compreender as ideias prévias dos alunos; reconheça a racialização do ser humano como fator constituinto nas e pelas relações de poder; que tenha como princípio de diálogo intercultural o diálogo interepistêmico; que desierarquize as diferentes formas de produção e transmissão dos saberes; que repense as relações entre homem e natureza e que estabeleça de forma coerente a relação entre diferentes racionalidades e sensibilidades.²⁰

Pensar a formação docente e a prática profissional do professor de História coloca-se como um motivador às pesquisas desenvolvidas no PPGH a partir da própria experiência das pesquisadoras Luciana Leite da Silva e Karla Alessandra Alves Souza:

Esta pesquisa se desenvolveu a partir de um lugar que marca meu ser e estar no mundo. Este lugar é a escola. Nele construí minha carreira profissional e é nele que dou continuidade a minha aprendizagem por meio desta pesquisa. Como lugar que converge conflitos políticos, epistemológicos e econômicos não há outra forma de apresentar esta pesquisa senão como uma tentativa de desenvolver uma proposta de aprendizagem que nos possibilite compreender o e no contexto do mundo que nos cerca.²¹

20 SILVA, Luciana Leite da. **Aprendizagem histórica intercultural a partir dos contextos educacionais indígenas e não indígenas**. 2019. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019, p. 15.

21 SILVA, op. cit., p. 11.

A história indígena ensinada nas escolas perpetua o silenciamento epistêmico, construído e mantido pela colonialidade do saber. Diante dessa problemática vivenciada em minha prática como professora de História na rede pública estadual, percebi a necessidade de aprimoramento profissional. Isso contribuiria para que eu pudesse desenvolver, de forma mais crítica, o meu papel social como educadora, tendo em vista que a maioria de nossos alunos possuem uma visão deturpada e preconceituosa acerca dos indígenas.²²

Karla Alessandra Alves Souza, na dissertação *“A queda do céu”: o pensar decolonial na obra de Kopenawa Yanomami (1990-2015)*, de 2019, não trata especificamente do ensino de História, e sim da autoria indígena a partir da análise da escrita de Davi Kopenawa Yanomami, com vistas “ao urgente fim do silenciamento indígena, visto em muitas páginas da historiografia nacional e internacional nas quais a participação indígena é sistematicamente ocultada e inferiorizada”.²³

Embora o exercício profissional docente tenha se tornado relevante quanto à justificação das pesquisas de cunho étnico com temáticas indígenas no PPGH, a questão do ensino de História e da produção de materiais didáticos voltados à educação básica também concedeu fortes motivos ao percurso investigativo de Lukas Magno Borges, orientado pelo professor Leandro Mendes Rocha.

22 SOUZA, Karla Alessandra Alves de. **“A queda do céu”**: o pensar decolonial na obra de Kopenawa Yanomami (1990-2015). 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. p. 17.

23 Ibidem.

Sua dissertação, intitulada *As representações sobre os indígenas nas escolas públicas de Ceres: Colonialismo e colonialidade (2010-2015)*, foi defendida em 2016, tendo como escopo

[...] a análise das representações sociais que escolares do ensino fundamental possuem acerca dos indígenas, a partir da investigação de dois dispositivos de informação que acreditamos serem centrais no processo de formação dos discentes: As representações de indígenas que aparecem nos livros didáticos de história em uso nas escolas do ensino fundamental, utilizados na cidade de Ceres nos anos de 2010 a 2015, e as representações veiculadas pela mídia televisiva, em específico, as programações direcionadas ao público infanto-juvenil, dentre eles, as séries de desenhos animados.²⁴

As pesquisas desenvolvidas pelo professor Leandro Mendes Rocha, voltadas às questões indígenas e indigenistas (1998/2003), contribuíram para a virada historiográfica no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, junto aos trabalhos, publicados à época, de Antônio Carlos de Souza Lima,²⁵ Manuela Carneiro da Cunha²⁶ e John Monteiro.²⁷ Na reverberação dessa virada historiográfica encontra-se a

24 BORGES, Lukas Magno. **As representações sobre os indígenas nas escolas públicas de Ceres: colonialismo e colonialidade (2010-2015)**. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. p. 16.

25 LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**. Poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

26 CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

27 MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

tese de Patrícia Emanuelle Nascimento, *Protagonismo indígena na capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente às políticas indígenas no século XVIII*, de 2019, sob a orientação do professor Elias Nazareno. Trata-se de um estudo que dialoga com a Nova História Indígena, ancorada na categoria protagonismo indígena, possibilitando uma revisão da historiografia regional concernente às histórias indígenas escritas até então. Para a pesquisadora,

[h]á uma necessidade de reescrever a história das relações de contato em Goiás que deem visibilidade a produções de outras memórias que fixem a ruptura com a unilateralidade do pensamento colonialista e com a subalternização da apreensão do mundo vinculada ao projeto de dominação do par Modernidade/Colonialidade. Isso porque: “A memória permite que os indivíduos lembrem de eventos do passado, ajuda a compreender o presente, fornece elementos para o planejamento do futuro”. As tendências etnocidas da colonização se debruçam sobre a produção de um passado em que, na sua escrita acadêmica, as memórias indígenas das relações de contato são apagadas, quando muito filtradas pelo olhar do colonizador.²⁸

Um protagonismo que

aparece no momento em que a documentação permite entrever as estratégias indíge-

28 NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. **Protagonismo indígena na capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente às políticas indígenas no século XVIII**. 2019. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. p. 18.

nas nas suas diversas formas de negociação, pacificação do branco, conciliações e resistências. Na polifonia da contingência, cada população indígena exerce suas dinâmicas próprias nas relações de contato e, mesmo dentro de uma mesma sociedade indígena, percebem-se clivagens nas atuações e nos interesses em seus diálogos com o projeto colonial.²⁹

Na confluência desse debate, as pesquisas pautadas pelos estudos da religião e da alimentação, *Os javaé e o protestantismo: salvação e resistência (1896-1937)* e *Saberes e fazeres Javaé: estudo das práticas tradicionais alimentares indígenas, da década de 1990 a 2020*, desenvolvidas por Ordália Cristina Gonçalves Araújo e Tamiris Maia Gonçalves Pereira e finalizadas, respectivamente, em 2019 e 2020, sob a orientação do professor Elias Nazareno, esclarecem como os estudos étnicos de cunho decolonial contribuem para a luta dos povos indígenas pela própria visibilização na atualidade, bem como para a delimitação da problemática investigativa, ao

analisar a postura decolonial do povo *Iny* Javaé do Vale do Araguaia, então Norte de Goiás, atual estado do Tocantins, frente aos processos de “salvação” e de “civilização” propostos pelos missionários protestantes, entre 1896 e 1937, por meio de atitudes de resistência.

Nesse sentido, consideramos que o povo Javaé,

[...] reconhecido como “subgrupo”, “primo” ou até mesmo como “povo Karajá”, portanto

29 Ibidem, p. 17.

“inexistente” perante a sociedade e a academia, [...] vêm, desde pelo menos o início do século XXI, negando tal acepção em defesa de uma auto percepção como povo único, com trajetória e histórias específicas, distintos, portanto, dos Karajá, embora faça parte, junto com os Xambioá, do povo *Iny*.³⁰

Para Tamiris Maia Gonçalves Pereira, o estudo sobre a

[...] alimentação viria como a abertura de possibilidade para conhecer as práticas e os saberes Javaé, em uma investigação que se propusesse a trazer visibilidade para esse povo. Buscaríamos compreender a relação do povo Javaé com o que eles consideram “saberes tradicionais”. O interesse pelo estudo e fortalecimento desses saberes originou-se no próprio povo Javaé, trazido como tema de pesquisa pelos estudantes indígenas do Curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. Afirmavam que os industrializados e processados entravam cada vez mais nas aldeias prejudicando não apenas o meio social e ambiental, mas também a saúde da população. Mediante essas questões decidimos colaborar com as investigações, tornando a temática da alimentação tradicional Javaé o eixo central da pesquisa.³¹

30 ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. **Os Javaé e o protestantismo**: salvação e resistência (1896-1937). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. p. 17.

31 PEREIRA, Tamiris Maia Gonçalves. **Saberes e fazeres Javaé**: estudo das práticas tradicionais alimentares indígenas, da década de 1990 a 2020. 2020. 382 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. p. 24.

Elucidados esses importantes trabalhos dos estudos étnicos indígenas e indigenistas do PPGH, ressalta-se, a partir da metodologia decolonial, o uso e a análise de fontes escritas (oficiais ou não) e não escritas na construção dessas pesquisas que recobrem uma delimitação espaço-temporal ampla, visto percorrerem períodos do século XVIII ao XXI. Muitas dessas fontes não são novas na historiografia, a diferença está na análise crítica, que busca a visibilização do protagonismo indígena a partir delas com o aporte de pesquisas de outras áreas de conhecimento, sobretudo da Antropologia.

Para os períodos colonial, imperial e republicano, as fontes compulsadas nas pesquisas são majoritariamente escritas e de cunho oficial, disponibilizadas em arquivos públicos de Goiás ou do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, onde se investigam relatórios de províncias ou do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ou, ainda, fontes escritas disponibilizadas em banco de dados *online*, como o da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, constituídas por periódicos de circulação local, regional ou nacional, além de obras de viajantes, missionários ou indigenistas que percorreram regiões do Vale do Araguaia e deixaram registros sobre os povos indígenas com quem entravam em contato. Entretanto, as fontes oriundas das narrativas indígenas estão presentes em todos os trabalhos compulsados, inclusive aquelas baseadas na oralidade e, para isso, aponta-se o uso de entrevistas ou questionários em pesquisas de campo com estudantes indígenas do Curso de Educação Intercultural Indígena ou sábios/as e anciãos/ãs das aldeias ou as escritas publicizadas no formato de livros como o de Davi Kopenawa e Bruce Albert. Essa análise crítica ancora-se na produção historiográfica de cunho nacional e regional e nos documentos oficiais produzidos

com vistas a nortear espaços como o da educação no Brasil (orientações curriculares e materiais didáticos consumidos pela comunidade escolar). Nesse sentido, percebe-se a proposta ética e política das pesquisas étnicas fundamentadas nas histórias indígenas, visto sua intencionalidade em ultrapassar os espaços acadêmicos ao dialogar com os movimentos sociais buscando a visibilização de sujeitos historicamente subalternizados e a transformação dessa realidade com a pertinente participação desses mesmos sujeitos. É o que veremos também em relação às pesquisas étnicas voltadas à temática afro-brasileira.

Estudos étnicos afro-brasileiros

Em relação aos estudos étnicos que têm como centralidade a questão afro-brasileira, computamos cinco dissertações e três teses, configurando oito ao todo, orientados proeminentemente pelo professor Alexandre Martins de Araújo:

Quadro 3 – Estudos étnicos afro-brasileiros orientados pelos/as docentes da linha de pesquisa “Fronteiras, interculturalidades e ensino de História”, no período de 2015 a 2020

Orientador/a	Pesquisador/a	Tipo	Título
2015			
Alexandre Martins de Araújo	Anderson Peçanha Nascimento	Dis	Devoção e negação: a festa de São Jorge no Rio de Janeiro e o “Belle Epoque” brasileiro (1880-1920).

Orientador/a	Pesquisador/a	Tipo	Título
Alexandre Martins de Araújo	João Marques Silva	Dis	“De onde nois vei, prá onde nois vai?”: Um estudo sobre o processo histórico da luta por reconhecimento ético e titulação das terras entre as populações do quilombo do Rio das Rãs durante o século XX.
2016			
Sônia Maria de Magalhães	Luciana Pereira Sousa	Dis	Congadas de Goiânia: história, memória e identidades negras (1940-2000)
2017			
Leandro Mendes Rocha	Leo Carrer Nogueira	Tese	Da África para o Brasil, de orixá a egum: as ressignificações de exu no discurso umbandista

2018			
Alexandre Martins de Araújo	Gleisson Ferreira	Dis	História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas “Cartas de Goiás” de Carlos Pereira de Magalhães (1919-1925)
Alexandre Martins de Araújo	Clarissa Adjuto Ulhôa	Tese	A cultura material no ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana: por uma pedagogia decolonial
Elias Nazareno	Victor Hugo Basílio Nunes	Dis	Ilê oju odê: políticas de resistência e territorialidades no candomblé de Goiás
2020			
Alexandre Martins de Araújo	Kalyna Ynanhia Silva Faria	Tese	“Ser quilombola é muito incrível”: identidades quilombolas das crianças Kalunga

Fonte: Elaborada pelos autores.

É importante ressaltar que, na sua trajetória acadêmica, o professor Alexandre Martins de Araújo, além de ser egresso do PPGH (sua dissertação *Trinidad na aventura do século XIX* e sua tese *Entre-jornadas: coolies e negros nas plantations de Trinidad (1845-1890)*), orientadas pela professora Olga Rosa Cabrera Garcia, foram defendidas em 2004 e 2007, respectivamente, na linha de pesquisa “Identidades, fronteiras e culturas de migração”), e integrou a primeira turma de doutorado do Programa, iniciada em 2004. Na dissertação, se debruçou sobre “o encontro entre a população negra e os imigrantes indianos contratados para o trabalho nas plantações de cana-de-açúcar” no século XIX com vistas à análise das “relações culturais entre Negros, Indianos e Elite local nas primeiras décadas da chegada dos imigrantes indianos contratados para as lavouras de cana-de-açúcar em Trinidad, precisamente nos anos de 1845 a 1870”³², numa perspectiva de crítica historiográfica, enquanto na tese a discussão proposta pautou-se nos “fenômenos históricos do deslocamento e de estabelecimento de imigrantes indianos nas plantations de Trinidad, tomando por base os processos culturais de relação, no que diz respeito ao intrincado convívio entre a população indiana e a afrodescendente.”³³ Na esteira dos estudos culturais, o professor Alexandre, no âmbito dos estudos do Cecab, contribuiu sensivelmente para os estudos étnicos, sobretudo aqueles relacionados aos afro-brasileiros da linha de pesquisa “Fronteiras,

32 ARAÚJO, Alexandre Martins de. **Trinidad na aventura do século XIX**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004. p. 12-13.

33 ARAÚJO, Alexandre Martins de. **Entre-jornadas: coolies e negros nas plantations de Trinidad, 1845-1890**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. p. 7.

interculturalidades e ensino de História”, conforme posto por ele por ocasião de seu doutoramento:

Este estudo que ora apresento, embora esteja longe de encerrar as questões acerca do processo histórico de relação entre as populações Negra e Indiana de Trinidad colonial, abre algumas inusitadas possibilidades metodológicas, que espero poder incentivar outros historiadores brasileiros a darem continuidade às pesquisas sobre os espaços coloniais caribenhos. Pois entendemos que pesquisas dessa natureza podem ampliar, sobremaneira, o entendimento da própria realidade brasileira, já que se trata de realidades históricas contíguas cujos processos de formação cultural passaram por circunstâncias similares.³⁴

Dito isso, o elenco dos estudos étnicos de caráter afro-brasileiro tem início em 2015, com as duas dissertações orientadas pelo professor Alexandre Martins de Araújo, sendo a primeira a de Anderson Peçanha Nascimento, *Devoção e negação: a festa de São Jorge no Rio de Janeiro e o “Belle Époque” brasileiro (1880-1920)*, com a investigação do “ambiente em que se constituía a festa de São Jorge, na capital da nascente república brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, aos fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX”,³⁵

34 ARAÚJO, Alexandre Martins de. **Entre-jornadas: coolies e negros nas plantações de Trinidad, 1845-1890**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. p. 1-2.

35 NASCIMENTO, Anderson Peçanha do. **Devoção e negação: a festa de São Jorge no Rio de Janeiro e a “Belle Époque” brasileira (1890-1920)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. p. 8.

embasado, principalmente, pelos estudos culturais pós-coloniais; e a segunda, de João Marques Silva, *“De onde nois veio, prá onde nois vai?”: Um estudo sobre o processo histórico da luta por reconhecimento étnico e titulação das terras entre as populações do quilombo do Rio das Rãs durante o século XX*, de 2015. Esse estudo reporta ao percurso de lutas por reconhecimento étnico e titulação das terras ancestrais da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, situada à margem direita dos rios São Francisco e das Rãs (que nomeia a comunidade), no município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, entre 1970 e 2015. Temática similar foi estudada por Kalyna Ynanhia Silva Faria em sua tese de doutoramento, defendida em 2020, *“Ser quilombola é muito incrível”: identidades quilombolas das crianças kalunga*. Nela, a pesquisadora busca

[...] compreender os processos de construção das identidades das crianças quilombolas da comunidade do Engenho II [localizada no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga no município de Cavalcante (GO)], levando-se em conta três dimensões onde são socializadas, a família, o ambiente escolar e a sociedade envolvente.³⁶

As contribuições epistemológicas dos estudos decoloniais são perceptíveis também nos estudos defendidos por Gleisson Ferreira, *História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas “Cartas de Goiás” de Carlos Pereira de Magalhães (1919-1925)*, e Clarissa Adjuto Ulhoa, *A cultura material no ensino da história e da*

36 FÁRIA, Kalyna Ynanhiá Silva de. **“Ser quilombola é muito incrível”**: identidades quilombolas das crianças Kalunga. 2020. 173 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. p. 17.

cultura afro-brasileira e africana: por uma pedagogia decolonial, ambos de 2018.

Os estudos decoloniais, que, dentre outras atitudes, pretendem romper com os estudos pós-coloniais anglo-saxônicos ao radicalizar a crítica ao eurocentrismo, fundamentam-se tanto no desprendimento epistêmico das bases ocidentais do conhecimento como na abertura para pensamentos e formas de vida outras, numa intrincada relação com as lutas sociais dos sujeitos submetidos a processos de subalternização, classificação racial, inferiorização de saberes e ocultação do ser, mas que empreende, reciprocamente, trajetórias de resistência epistêmica e ontológica. Esses espaços de luta constituem-se em cenários pedagógicos nos quais os participantes exercem suas pedagogias de aprendizagem, desaprendizagem, reaprendizagem, reflexão e ação, de cunho praxístico, nos termos de Paulo Freire.³⁷ No caso dos estudos citados, eles denotam espaços acadêmicos, mas de atuação no campo social, político e educacional brasileiro ao trazer para a cena contemporânea situações fortemente relacionadas às demandas de lutas dos afrodescendentes ancoradas nos processos e projetos de caráter, horizonte e intenção decolonial.³⁸

Gleisson Ferreira, em sua dissertação, evidencia os

[...] conflitos gerais que se desenvolveram, ressaltando a *agency* dos grupos subalternos ao dar voz às memórias coletadas na região no início do século XX, cujos significados ecoam na atualidade, como as narrativas

37 WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. 23-68. Serie Pensamiento decolonial.

38 Ibidem.

de ataques indígenas e fugas de escravos e a existência de quilombolas (canhamboras) na Mata de São Patrício. Esses são pontos cruciais para uma sustentação histórica das reivindicações de comunidades remanescentes de quilombo na região, contribuindo, assim, para a construção da identidade sociocultural dessas comunidades.³⁹

O contexto sociopolítico de lutas do movimento negro e, mais especificamente, os marcos legais postos pela Lei n. 10.639/2003 reverberam nos estudos desenvolvidos no PPGH, como na tese de Clarissa Adjuto Ulhoa, com vistas a

[...] contribuir para o processo de implementação da Lei 10639/2003, que tornou indispensável o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, propondo o uso da cultura material afro-brasileira e africana como fonte para o ensino dos temas previstos na mencionada lei e nos demais documentos a ela relacionados.⁴⁰

Inserido no contexto político e cultural, esse estudo remete também ao âmbito educacional brasileiro na contemporaneidade

39 FERREIRA, Gleisson. **História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas “Cartas de Goiás” de Carlos Pereira de Magalhães (1919-1925)**. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. p. 15.

40 ULHOA, C. A. **A cultura material no ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana: por uma pedagogia decolonial**. 2018. 239 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. p. 18.

ao perceber como a “cultura material tem sido abarcada (ou ignorada) no âmbito dos currículos e dos livros didáticos, bem como nas representações dos estudantes” como uma possibilidade de questionamento aos “limitadores discursos colonialistas”.⁴¹ Um estudo também fundamentado na trajetória profissional e de pesquisa de Clarissa Adjuto Ulhoa, seja “como professora de História em escolas públicas estaduais e municipais da cidade de Goiânia” e, também, “enquanto pesquisadora da história e da cultura afro-brasileira desde a licenciatura e desde o mestrado, ao que mais tarde se somou a experiência enquanto arqueóloga interessada na cultura material da diáspora”.⁴² Foi em sua dissertação de mestrado, defendida em 2011 e também orientada pelo professor Alexandre Martins de Araújo na linha de pesquisa “Identidades, fronteiras e culturas de migração”, que ela estudou “o processo histórico de chegada, de estabelecimento e de permanência do candomblé na cidade de Goiânia”,⁴³ a partir de problematizações como as postas a seguir:

Como se deu o processo de construção e de estabelecimento dos primeiros terreiros de candomblé em uma cidade nascida sob os auspícios do poderio católico e da modernidade eurocêntrica? O que antecedeu e o que motivou a sua chegada? Quem participou desse processo? Quais relações o candomblé estabeleceu com as outras religiões? Como

41 Ibidem, p. 18.

42 Ibidem, p. 33.

43 ULHOA, Clarissa Adjuto. **“Essa terra é de Oxum, Xangô e Oxóssi”**: um estudo sobre o candomblé na cidade de Goiânia. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2011. p. 23.

o candomblé se configurou no ambiente urbano goianiense?⁴⁴

Na esteira dessas indagações temos a dissertação de Victor Hugo Basílio Nunes, *Ilê oju odé: políticas de resistência e territorialidades no candomblé de Goiás*, orientada pelo professor Elias Nazareno e defendida em 2018, versando sobre as religiões de matriz africana a partir de um terreiro de candomblé da comunidade *Ilê Oju Odé*, situado na cidade de Aparecida de Goiânia – Goiás, buscando um enfrentamento na luta contra o racismo e a intolerância religiosa em Goiânia e região metropolitana. A atuação do terreiro é considerada, pelo próprio pesquisador, como “um movimento social e de luta contra opressões”, o que proporciona ao seu estudo o questionamento da

[...] herança colonial que dilui as identidades étnicas, africana e indígena, na perspectiva de uma sociedade brasileira, branca, patriarcal, eurocêntrica. A luta dos terreiros de candomblé pode ser compreendida como uma possível resposta aos discursos hegemônicos que inferiorizam as práticas culturais afrodescendentes.⁴⁵

Em 2017, Leo Carrer Nogueira defendeu a tese *Da África para o Brasil, de orixá a egum: as ressignificações de exu no discurso umban-*

44 ULHOA, Clarissa Adjuto. **“Essa terra é de Oxum, Xangô e Oxóssi”**: um estudo sobre o candomblé na cidade de Goiânia. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2011. p. 30-31.

45 NUNES, Victor Hugo Basílio Nunes. **Ilê Oju Odé**: políticas de resistência e territorialidades no candomblé de Goiás. 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. p. 12.

dista, sob a orientação do professor Leandro Mendes Rocha. Uma pesquisa estruturada na análise dos “inúmeros discursos utilizados pelos intelectuais umbandistas para explicar a existência de Exu e sua inserção nos rituais desta religião”, bem como dos “inúmeros discursos construídos a respeito de Exu ao longo dos últimos séculos”. Para o pesquisador, a

[...] constituição de Exu acabou se tornando um campo de disputa discursiva ao longo dos séculos XIX e XX entre a visão cristã ocidental, que o traduziu como o próprio Diabo, e a visão das religiões africanas e afro-brasileiras, que o consideram como uma divindade capaz de auxiliar à humanidade. Aos poucos, estas religiões vêm deixando para trás um estado marginal para conquistarem seu lugar entre as classes média e alta, fazendo com que, nos últimos anos, alguns segmentos se vissem mais diretamente envolvidos nestas disputas discursivas. É o caso das igrejas neopentecostais, que mantêm atualmente um longo histórico de perseguição a estas religiões e insistem cada vez mais numa discriminação dos cultos de origem afro.⁴⁶

Por fim, temos a dissertação de Luciana Pereira Sousa, orientada pela professora Sônia Maria de Magalhães e defendida em 2016

46 NOGUEIRA, Leo Carrer. **Da África para o Brasil, de Orixá a Egum**: as ressignificações de Exu no discurso umbandista. 2017. 410 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. p. 16.

com o título *Congadas de Goiânia: história, memória e identidades negras (1940-2000)*, com vistas a “contribuir para a desconstrução das interpretações sobre as congadas, uma vez que eram compreendidas meramente como sincretismo religioso das manifestações folclóricas regionais, como amplamente tratada pelos folcloristas e antropólogos”.⁴⁷ Nessa perspectiva, a pesquisadora se propõe a

[...] entender a relação entre a identidade e memória, ou seja, como a articulação de elementos africanos – presentes nos cantos, nos gestos, nas danças, na semântica dos cantos, danças, nas performances públicas dos cortejos – os elementos de ocidentalização, sobretudo, do catolicismo – as rezas, as novenas, as procissões e as promessas – proferem uma identidade negra congadeira, subalternizada e invisibilizada no circuito cultural da cidade; e como resistência aos processos de violência material e simbólica, por meio das condições de trabalho e luta pela dignidade humana na periferia de Goiânia.⁴⁸

Pautadas pelas discussões de identidade postas por Stuart Hall, os estudos de Luciana Pereira de Sousa e de Kalyna Ynanhia Silva Faria são representativos, pois se estruturam em torno da categoria identidade, porém, numa abordagem crítica ancorada nos estudos decoloniais, que

47 SOUSA, Luciana Pereira de. **Congadas de Goiânia: história, memória e identidades negras (1940-2000)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação de História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2016. p. 15.

48 Ibidem, p. 16.

[...] nascem nos anos de 1990 como uma crítica aos Estudos Subalternos de Guha e Spivak e aos estudos Pós Coloniais de Hall, Bhaba e Gilroy. Idealizado por Quijano, Mignolo e Grosfoguel, a principal crítica dos Estudos Decoloniais se dava ao fato de que para os decoloniais, os pós-coloniais e os estudiosos do subalterno não romperem com os autores eurocêntricos e permitindo em seus discursos a posição de poder de sujeitos por eles estabelecidos.⁴⁹

Como escopo epistemológico do coletivo de pesquisadores da M/C/D, os estudos decoloniais balizam as abordagens da História cultural de vertente pós-colonial, da História do Tempo Presente, da Arqueologia e da Sociologia da Infância, em interlocução com teóricos/as como Catherine Walsh, Munanga,⁵⁰ Bell Hooks,⁵¹ Hampatê Bá,⁵² Nilma Lino Gomes,⁵³ dentre outros/as, com o objetivo de analisar as fontes documentais. Assim,

[...] descolonizar refere-se também ao ponto de partida metodológico de proximidade e compromisso com o excluído, além de

49 FARIA, Kalina Ynanhia Silva. **“Ser quilombola é muito incrível”**: identidades quilombolas das crianças Kalunga. 2020. 173 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. p. 17.

50 MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **Movimento-Revista de Educação**, n. 12, 18 dez. 2013.

51 HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

52 HAMPATÊ BÁ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO (ed.). **História geral da África**. I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: Unesco, 2010.

53 GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Vozes, 2017.

novas formas de investigação cujo objetivo é a transformação da realidade partindo da noção de que a ciência ocidental já não tem mais o privilégio exclusivo de definir o outro. Acreditamos, portanto, que para além de descrever etapas e processos o mais importante é o nosso lugar de fala e o compromisso pelo direito de falar não ocidental, como nos mostra.⁵⁴

Nesse sentido, são referenciadas pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, pesquisa participante e pesquisa etnográfica, em que a observação e a obtenção de informações oriundas de fontes orais e escritas constituem o acervo empírico de estudos com temporalidades e contextos variados, sejam o nacional, o regional ou o local. As fontes orais advêm dos diversos depoimentos de sujeitos diretamente relacionados às abordagens feitas nos estudos, a partir de entrevistas elaboradas tendo como suporte metodológico a História Oral. Já as fontes escritas compõem-se de jornais de época, cartas publicadas no formato de livros e documentos oficiais destinados a orientação de políticas públicas da educação brasileira – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006) e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (2004), Base Nacional Comum Curricular (primeira

54 NUNES, Victor Hugo Basílio. **Ilê Oju Odé**: políticas de resistência e territorialidades no candomblé de Goiás. 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. p. 18.

e segunda versão) e Parâmetros Curriculares –, além de materiais didáticos consumidos em escolas brasileiras.

Na perspectiva da metodologia proposta pela decolonialidade para uso nas ciências humanas e, sobretudo, na História, as abordagens metodológicas da proximidade e conversação nos termos de Suarez-Krabbe⁵⁵ e Alejandro Haber⁵⁶ encontra reverberações nos estudos de cunho étnico afro-brasileiros, como se observa no trecho a seguir de Clarisse Adjuto Ulhôa:⁵⁷ “Desse modo, será possível se aproximar dos mais diversos símbolos e sentidos afro-brasileiros e africanos sem que discursos europeus atuem como mediadores, além da possibilidade de perceber formas outras, não ocidentais e não europeias, de se estar no mundo”.

Considerações finais

De fato, a academia, conforme representado nos estudos de cunho étnico da linha de pesquisa “Fronteiras, interculturalidades e ensino de História”, do PPGH, passa por importante momento de redefinição em seus pressupostos epistemológicos a partir da participação efetiva de sujeitos que, ao longo da história, foram silenciados e invisibilizados, mas que, na contemporaneidade, lutam por seu lugar na história e na historiografia do País. Essa realidade é

55 SUÁREZ-KRABBE, Júlia. En la realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales. **Tabula Rasa**, Bogotá-Colômbia, n.14, p. 183-204, enero-junio 2011.

56 HABER, Alejandro. Nometodología payanesa: Notas de metodologia indisciplinada. **Revista de Antropología**, v. 23, p. 9-49, 2011.

57 ULHOA, Clarisse Adjuto. **A cultura material no ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana: por uma pedagogia decolonial**. 2018. 239 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. p. 31.

possível pela pertinente e relevante contribuição dos debates postos pelo coletivo de pesquisadores do M/D/C para problematizar os contextos de tentativas de apagamento das histórias e dos sujeitos subalternizados nos âmbitos nacional e regional, a partir da escrita historiográfica pautada pelos estudos étnicos desenvolvidos no âmbito do PPGH. Uma contribuição, como vimos, retroalimentada pelas demandas dos movimentos sociais, seja dos movimentos indígenas, seja dos movimentos afro-brasileiros, o que fortalece gradualmente o caráter crítico e revisionista dos pressupostos que sustentam as Ciências Sociais ao trazer para as pautas de pesquisa o diálogo com sujeitos historicamente silenciados e invisibilizados, numa perspectiva de protagonismo, produção de conhecimentos, conversação e proximidade, com vistas a superar e a transformar estereótipos, preconceitos e racismos estruturais. Esse movimento revisionista encontra abertura nas práticas investigativas e de orientação de dissertações e teses dos/as docentes vinculados/as à linha referendada e reverberam substancialmente na discussão da interculturalidade crítica como um caminho alternativo à renovação acadêmica de cunho ético e político, com a finalidade de dar visibilidade a pluriepistemologias.

HISTÓRIA DAS MULHERES E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO (RE)CONSTRUINDO ALGUNS CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO (1990-2020)¹

Ana Carolina Eiras Coelho Soares²

Rogério Chaves da Silva³

-
- 1 Parte desse texto foi publicado na Revista de História da UEG: SILVA, Rogério Chaves da; SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Deslindando as pesquisas sobre história das mulheres e de gênero na produção historiográfica em Goiás (1990-2006). **Revista de História da UEG**, Porangatu, v. 5, n. 2, p.152-175, ago./dez. 2016. Não obstante, o texto foi atualizado como capítulo para esta versão comemorativa.
- 2 Doutora em História pela UERJ; professora da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG; ocupou, em 2021, a Cátedra Estudos Brasileiros/Estudos de Gênero pelo programa *International Fulbright* em UMass/Amherst. E-mail: hanaakif@hotmail.com
- 3 Graduado, Especialista, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Docente do Instituto Federal Goiano, Campus Avançado Hidrolândia. E-mail: rcmcbr@gmail.com

Introdução

A história do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás (UFG) foi iniciada com a criação do Mestrado em História, no ano de 1972. Nesse contexto, duas professoras foram fundamentais para o processo de constituição desse Programa no estado de Goiás: Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas e Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, à época, diretora e vice-diretora, respectivamente, do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da UFG. Desde o VI Simpósio Nacional de História da Anpuh, ocorrido em 1971, na capital goiana, essas docentes estreitaram um profícuo diálogo com o professor Eurípedes Simões de Paula, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com o objetivo de viabilizar a criação do curso de Mestrado em História na UFG, empreendimento concretizado em 1972.

Em 1974, a própria professora Gilka Vasconcellos Ferreira de Salles, que também foi aluna do curso, defendeu a primeira dissertação de mestrado do PPGH, com o trabalho intitulado *Adequação da teoria de Gaston Bachelard à historiografia*.⁴ No âmbito do Programa, porém, a primeira pesquisa situada no campo da história das mulheres só foi defendida em 1990, intitulada: “Mulher Gari: história e memória da força de trabalho feminina – Goiânia (1979-

4 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Adequação da Teoria de Gaston Bachelard à Historiografia**. 1974. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.

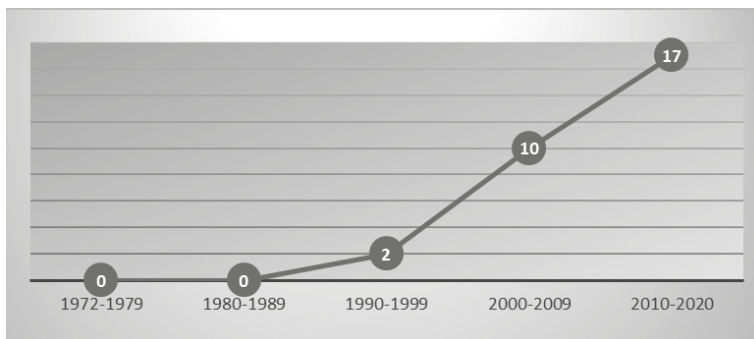
1988)”, de autoria de Maria Lúcia V. Tomazini,⁵ o que representou um marco para a historiografia regional.

Mapeando as pesquisas sobre história das mulheres, das relações de gênero produzidas no interior do PPGH entre 1990 e 2020,⁶ constatamos que foram elaborados 29 trabalhos que se dedicaram a essas temáticas, sendo 26 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. Observando o Gráfico 1 a seguir, é possível perceber que, desde os anos 2000, o interesse por esses temas vem recrudescendo no Programa.

5 TOMAZINI, Maria Lúcia V. **Mulher Gari**: história e memória da força de trabalho feminina – Goiânia (1979-1988). 1990. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

6 Embora o marco comemorativo dos cinquenta anos do PPGH aconteça em 2022, tal delimitação temporal reclama esclarecimentos. Como o primeiro trabalho sobre história da(s) mulher(es) no PPGH foi defendido em 1990, delimitamos esse ano como ponto de partida desta análise. Já o estabelecimento de 2020 como fronteira temporal derradeira se deve ao fato de que, quando da escrita deste texto, o *site* do Programa ainda não havia disponibilizado as dissertações e teses defendidas em 2021 e 2022 (PPGH – Programa de Pós-Graduação em História. **Sítio eletrônico**. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/>. Acesso em: 20 out. 2021).

Gráfico 1 – Número de dissertações e teses/História das mulheres e de gênero do PPGH/UFG



Fonte: Dados da pesquisa.

Para compreender essa questão, é preciso salientar que, a partir do alvorecer do século XXI, a produção do PPGH se alastrou por uma multiplicidade de territórios historiográficos. Uma nova área de concentração (“Culturas, fronteiras e identidades”), as modificações nas linhas de pesquisa (“História, memória e imaginários sociais”, “Sertão, regionalidades e projetos de integração” e “Identidades, fronteiras e culturas de migração”) e a consequente criação do doutorado concorreram para uma renovação historiográfica que já se desenhava no Programa desde o final da década de 1990.

Entretanto, esse processo de renovação ficou mais evidente ao longo da segunda década do século XXI. Embora a área de concentração tenha permanecido inalterada (“Culturas, fronteiras e identidades”), a reformulação das linhas de pesquisa (“História, memória e imaginários sociais”; “Fronteiras, interculturalidades e ensino de História”; “Ideias, saberes e escritas da (e na) História” e “Poder, sertão e identidades”), bem como o credenciamento de novos docentes, contribuíram não só para a expansão do PPGH, mas para o

desenvolvimento de pesquisas em outros domínios historiográficos, o que ocorreu com o campo de investigações sobre história das mulheres, das relações de gênero e das sexualidades.

Em uma breve análise acerca das pesquisas sobre história das mulheres e das relações de gênero que foram desenvolvidas ao longo dessa trajetória nesses cinquenta anos do Programa, pode-se afirmar que essas pesquisas estão concentradas, no PPGH, entre 1990 e 2020 e em curso. Este estudo ainda reflete sobre a importância que tais categorias analíticas adquiriram para a historiografia ao longo do final do século XX e início do século XXI e, do mesmo modo, examina alguns elementos teórico-metodológicos subjacentes às pesquisas em questão.

História das mulheres e das relações de gênero: breves considerações historiográficas

Embora não seja viável, neste estudo, um extenso trabalho de debate historiográfico sobre as categorias de análise “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexualidades”, pontuaremos alguns marcos⁷ que tornaram esses termos categorias analíticas nas ciências humanas, em especial na História.

A crescente preocupação feminista com as diferenças e desigualdades sociais, políticas e econômicas em meados do século XX resultou em um amplo debate acadêmico, no qual se discutia o apagamento da mulher e da participação feminina na História. Fruto desses debates foi o surgimento de trabalhos que buscavam “resgatar” – nos moldes da historiografia clássica de grandes heróis e grandes feitos – as grandes mulheres ao longo dos tempos. Além

7 Sobre este assunto ver: PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. **História**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

disso, começaram a surgir trabalhos que pensavam a participação feminina no âmbito do trabalho.

No entanto, os debates continuaram. A compreensão de que “mulher” não é um termo que contempla todas as clivagens possíveis para os femininos existentes – ou seja, a noção de que existem diferenças dentro da diferença – criou uma cisão na unicidade da categoria “mulher”, transformando-se na noção de “mulheres”. As investigações a partir dessa perspectiva buscaram perceber como determinados grupos específicos de mulheres existiram e atuaram nos contextos históricos. Ademais, o debate aprofundou-se no caminho de contestar uma História que não pensasse de maneira relacional as questões das diferenças entre os femininos e os masculinos existentes na sociedade. Joan Scott,⁸ em um artigo considerado pioneiro sobre o termo gênero – tal como ele é hoje compreendido –, aponta que gênero é a divisão primária de diferenças pelas quais os sujeitos são submetidos em sociedade. Os estudos de gênero na História, dessa maneira, vão buscar pensar as construções sociais do masculino e do feminino historicamente. A partir daí, surgiram também análises que pluralizam as diferenças, identificando diversos sentidos e significados políticos, sociais, econômicos e culturais de masculinos e femininos ao longo dos tempos e das sociedades.

Os debates sobre os usos do gênero são ainda intensos e demonstram a profunda vitalidade do termo para a historiografia. A partir das questões de gênero novas temáticas – tais como corpo, afetividades, desejos, envelhecimento e beleza – foram sendo colocadas como parte dos estudos históricos. Neste texto buscamos,

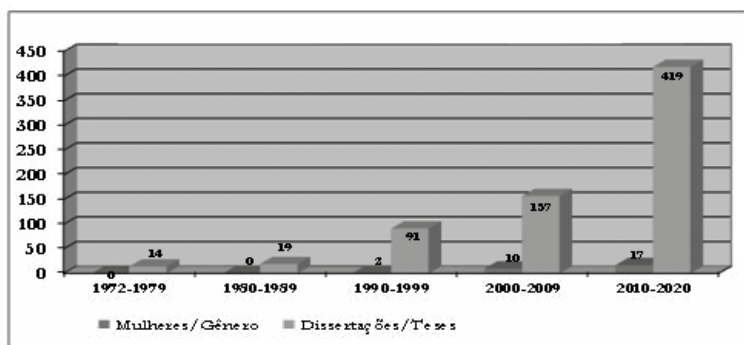
8 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

portanto, pensar em como tais debates influenciaram a produção historiográfica em Goiás e de que maneira essas categorias e noções foram apropriadas nas pesquisas sobre as quais nos debruçamos.

As pesquisas sobre história das mulheres e das relações de gênero no PPGH

Considerando a trajetória do PPGH, desde sua criação em 1972, é possível notar, fitando o Gráfico 2 a seguir, que, à cada década, houve um aumento exponencial do número de pesquisas, crescimento esse que acompanhou a própria expansão do PPGH, sobretudo nos dois últimos decênios. Do mesmo modo, é perceptível o avanço quantitativo das investigações voltadas para a história das mulheres e de gênero no Programa, notadamente, a partir da década de 2010.

Gráfico 2 – Número de trabalhos de História das Mulheres e Gênero/Total de dissertações e teses do PPGH-UFG



Fonte: Dados da pesquisa.

Em termos quantitativos, observa-se que houve um crescimento de trabalhos nesse campo historiográfico em questão, pois, entre

1990 e 1999, foram apenas duas (2) pesquisas. Já entre 2000 e 2009, esse número aumentou para dez (10) investigações, cinco vezes mais pesquisas sobre mulheres e gênero, o que já representou um indicativo positivo de crescimento em termos gráficos. No período de 2010 a 2020, o número de trabalhos com essa temática saltou para dezessete (17), o que representa quase o dobro de pesquisas com esse enfoque e demonstra a vivacidade daqueles estudos que se voltaram para essas categorias analíticas nesses últimos anos no PPGH.

Após inventariar essas pesquisas produzidas no Programa ao longo do período delimitado, elaboramos dois quadros (Quadro 1 e Quadro 2) que apresentam os trabalhos voltados para essas temáticas em pauta. A partir deles, buscamos refletir, de forma abreviada, sobre essa produção, destinando relevo sobre a forma como investigou e fez uso da(s) categoria(s) analíticas mulher(es) e/ou relações de gênero, a partir de seus recortes, tempos/espacos. Assim, será possível compreender como um PPGH incorporou, em seus quadros, novas formas de pesquisa, abordagem e mesmo aceita temas, objetos e fontes de pesquisa.

Quadro 1 – Dissertações de mestrado sobre história das mulheres e/ou de gênero no PPGH (1990-2020)

	Título da Dissertação	Autor(a)	Orientador(a)	Ano
1	Mulher Gari: história e memória da força de trabalho feminino – Goiânia (1979-1988)	Maria Lúcia V. Tomazini	Eliane G. Dayrell	1990
2	As três faces de Eva na Cidade de Goiás	Maria José Goulart Bittar	Lena Castello B. F. de Freitas	1997
3	A invenção das “vivandeiras”: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada	Maria Meire de Carvalho	Dulce O. Amarante dos Santos	2001

	Título da Dissertação	Autor(a)	Orientador(a)	Ano
4	As parteiras na cidade de Goyaz (século XIX)	Mônica de Paula Age	Dulce O. Amarante dos Santos	2003
5	A Princesa Infanta Joana (1452-1490)	Mayra Rúbia Garcia	Dulce O. Amarante dos Santos	2003
6	As fontes judiciais no estudo das mulheres transgressoras de Goiânia (1940-1960)	André Costa A. da Silva	Dulce O. Amarante dos Santos	2004
7	Da defesa da honra à defesa da vida: uma história da violência contra a mulher na cidade de Goiânia	Lívia Batista Costa	Marlon Jeison Salomon	2006
8	Medéia e Mélixa: representações do feminino no imaginário ateniense do século V a.C.	Keila Maria de Faria	Ana Tereza M. Gonçalves	2007
9	Las honradas e las impuras: identidade de gênero na literatura cubana de Miguel de Carrión	Sandra Maria de Oliveira	Isabel Ibarra Cabrera	2007
10	Direito e gênero: Rui Gonçalves e o estatuto jurídico das mulheres em Portugal	Giovanna Aparecida S. dos Santos	Dulce O. Amarante dos Santos	2007
11	“Entre risos e lágrimas”: uma análise das personagens femininas atenienses na obra de Aristófanes (século VI a IV a.C.)	Gisele Moreira da Mata	Ana Tereza Marques Gonçalves	2009
12	De “minhoca à beija-flor”: a participação feminina na política do sudoeste goiano (1930-1947)	Cláudia Graziela Ferreira Lemes	Maria Amélia Garcia Alencar	2009
13	O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz-MA	Raimundo L. dos Santos	Maria Amélia Garcia Alencar	2010
14	As metamorfoses de Helena nas tragédias de Eurípedes (século V a.C.)	Tatielly Fernandes Silva	Ana Tereza Marques Gonçalves	2012
15	O universo de Frida Kahlo à sombra da experiência revolucionária mexicana: pintura, corpo e identidades, das décadas de 1920 a 1950	Fernanda Rodrigues de Assunção	Fabiana de Souza Fredrigo	2013

	Título da Dissertação	Autor(a)	Orientador(a)	Ano
16	Senhoras de bens: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos guayazes (1760-1840)	Gabriel da Silva Pereira	Cristina de Cássia Pereira Moraes	2013
17	Mulheres na imprensa: representações femininas no Correio Oficial, Cidade de Goiás (1930-1936)	Sávia Barros Diniz	Dulce O. Amarante dos Santos	2013
18	A concepção de história na ficção de Ana Miranda	Diovana F. de Oliveira Thiago	Marlon Jeison Salomon	2014
19	“Goiás que a história guardou”: mulheres, ditadura e cultura nos anos 1960	Paulo Brito do Prado	Sônia Maria de Magalhães	2014
20	“Perdidos de amor?”: relatos de assassinatos de mulheres em Goiânia (1970-1984)	Neide Célia Ferreira Bastos	Ana Carolina Eiras Coelho	2017
21	A história de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias	Talita Michelle de Souza	Ana Carolina Eiras Coelho	2017
22	Mulheres nos livros didáticos de história: mudanças e permanências do discurso androcêntrico em salas de aulas goianas entre 2008-2013	Suellen Peixoto de Rezende	Ana Carolina Eiras Coelho	2018
23	Construindo o lar e conquistando a rua: discursos e práticas “femininas” no jornal “O Lar” (1926-1932), escrito por mulheres em Goiás	Danielle Silva Moreira dos Santos	Ana Carolina Eiras Coelho	2018
24	La literatura erótica de Cassandra Rios: O Bruxo Espanhol (1959) y Uma Mulher Diferente (1968)	Leidy Carolina Díaz Cardozo	Fabiana de Souza Fredrigo	2018
25	Redes de mulheres e o ativismo feminista no Facebook: uma análise histórica das fanpages “Não me Kahlo” e “Vamos Juntas?”	Maria Elisa de Magalhães Santos	Ana Carolina Eiras Coelho	2019
26	Mulheres criminosas e crimes contra mulheres: existências e resistência no sertão goiano (1909-1935)	Cleidiane Gonçalves França	Ana Carolina Eiras Coelho	2020

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 2 – Teses de doutorado sobre história das mulheres e/ou de gênero no PPGH (1990-2020)

	Título da Tese	Autor(a)	Orientador(a)	Ano
1	“Por que Vossa Alteza he ho próprio Rey e Senhor Nosso”: <i>gênero e poder nas representações e práticas políticas durante a regência de D. Catarina de Áustria (1557-1562)</i>	Giovanna Aparecida S. dos Santos	Dulce O. Amarante dos Santos	2019
2	<i>Grafites feministas: espaço de luta e resistência na arte urbana (2000-2018)</i>	Nathália de Freitas	Maria Elizia Borges	2019
3	<i>Concepção, esterilidade e saúde das mulheres na medicina medieval (Montpellier – sécs. XIII-VIV)</i>	Lidiane Alves de Souza	Dulce O. Amarante dos Santos	2020

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando panoramicamente esses quadros, alguns aspectos importantes merecem destaque. Ao largo desse período (1990 a 2020), algumas historiadoras do PPGH tiveram um papel fundamental para o desenvolvimento de pesquisas sobre história das mulheres e de gênero em Goiás, sobretudo no tocante à orientação de pesquisas com essa perspectiva de abordagem.

A professora Dulce O. Amarante dos Santos, por exemplo, que orientou oito (08) desses trabalhos, mesmo tendo como especialidade a História Medieval, desde que ingressou no Programa, na década de 1990, também trabalhou com investigações que tinham a(s) experiência(s) feminina(s) como objeto de pesquisa. Do mesmo modo, a entrada, durante o último decênio, da professora Ana Carolina Eiras Coelho Soares no PPGH, e sua proposta de orientação de dissertações sobre “História das mulheres e das relações de gênero”, contribuiu, sobremaneira, para aumentar a procura de projetos nos concursos de seleção sobre a temática, revelando uma demanda represada em Goiás de pessoas interessadas nessas pesquisas. Além disso, nos últimos anos, novas professoras e professores foram sen-

do incorporadas/os aos quadros do PPGH, o que colaborou para o recrudescimento de estudos e orientações de trabalho nesse campo historiográfico.

Lançando um olhar mais percuciente sobre esse exame historiográfico, é possível identificar que os primeiros trabalhos que se debruçaram sobre a(s) experiência(s) das mulher(es) foram confeccionados na década de 1990. Essa trajetória de pesquisas sobre história das mulheres foi iniciada por uma investigação sustentada a partir de base teórica marxista. “Mulher Gari: história e memória da força de trabalho feminina – Goiânia (1979-1988)”, de Maria Lúcia V. Tomazini, consiste em um estudo sobre as varredoras de ruas de Goiânia, conhecidas, popularmente, como “garis”.⁹

Analisando o trabalho da mulher sob o modo de produção capitalista no Brasil e em Goiás, Tomazini afirmou que o modo de produção capitalista não representou a gênese do processo de dominação “de classe e de sexo”, mas o intensificou. Operando, fundamentalmente, com perspectivas teóricas oriundas do marxismo,¹⁰ a concepção de classe se constituiu em um fio condutor que permeou toda a análise da autora. Trata-se, portanto, de um estudo que aborda a “história” e a “memória” da “mulher gari”, mas fortemente entrecortado pela preocupação em demonstrar as particularidades da força de trabalho dessa mulher no interior da classe trabalhado-

9 É preciso salientar que, no decorrer do texto, a autora utiliza o termo “mulher gari” sempre no singular.

10 Para Matos e Soler, com a emergência do tema “história das mulheres”, muitas pesquisas privilegiaram questões atinentes ao trabalho feminino. Essa maior visibilidade ao mundo do trabalho deve-se a uma vinculação inicial dessas investigações à tradição marxista (MATOS, Maria Izilda S. de; SOLER, Maria Angélica (org.). **Gênero em Debate**: Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997).

ra. Isso fica muito evidente quando percebemos o direcionamento dado pela autora às entrevistas feitas com os gestores das empresas de limpeza urbana e com os dirigentes sindicais.

Nesse sentido, essa pesquisa possui o caráter precursor, por ser a primeira investigação do PPGH que se preocupou efetivamente em refletir, debater e alocar espaços críticos para dar vozes às mulheres que, até então, estavam silenciadas pela historiografia de/em Goiás. Além disso, a investigação de Tomazini muito nos revela sobre o próprio panorama da produção historiográfica em Goiás naquele período. Ainda marcadas por uma forte presença de referenciais teóricos marxistas, as pesquisas históricas no estado, no início dos anos 1990, começavam a absorver novos elementos historiográficos que envolviam debates sobre memória, cotidiano, mentalidades e história das mulheres. É preciso realçar, por derradeiro, que a categoria “gênero” ainda não estava colocada para a pesquisadora em questão.¹¹

Atendo-se à trajetória dessas pesquisas no último decênio do século XX, constatou-se que essas investigações, ainda marcadas pela perspectiva de se fazer uma “história da mulher” ou “das mulheres” (vistas de forma generalizadas), foram abrigando, paulatinamente, outros aportes teóricos, como os conceitos sociológicos de Max Weber e, especialmente, categorias e abordagens oriundas da história cultural. Do mesmo modo, a repercussão dos textos da historiadora americana Joan Scott fez-se sentir nesses trabalhos, notadamente no que se refere ao uso da categoria “gênero”.

11 As especialistas, em sua maioria, assinalam o início dos anos 1990 como marco da absorção, pela História, da categoria gênero no Brasil, sobretudo a partir da repercussão do texto de Joan Scott intitulado “Gênero: uma categoria útil da análise histórica”. Como o trabalho de Tomazini foi defendido em 1990, provavelmente, àquela época, ainda não havia se inteirado desse debate.

A dissertação de Maria José G. Bittar, intitulada *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*,¹² propicia-nos condições de visualizar como esses novos elementos historiográficos estavam sendo incorporados às pesquisas no PPGH. Nessa pesquisa, a autora apurou os papéis sociais desempenhados pela mulher em diferentes momentos da história da Cidade de Goiás. Apoiando-se na concepção de tipo ideal de Max Weber, a autora afirmou que essas identidades se revelaram em papéis sociais como os de “concubina”, “matriarca” e “intelectual”. A primeira predominou desde o início do povoamento até as primeiras décadas do XIX, a “matriarca”, prevaleceu durante o século XIX, e a identidade da “mulher intelectual” surgiu em fins do século XIX e se prolongou pelas primeiras décadas do XX. A autora ressaltou que uma nova identidade social vivida pela mulher vilaboense não significava o abandono por completo daquela já vivenciada, pois aspectos de permanência também puderam observados.

Alicerçando sua análise na categoria de gênero, fica evidente a preocupação da autora em localizar os discursos femininos e masculinos contidos na imprensa escrita das três primeiras décadas do século XX. Procurou, ainda, romper com os estereótipos da reclusão, castidade, pureza e da exacerbada religiosidade, consagrados pela historiografia quando o tema é história das mulheres. Por isso, conferiu mais visibilidade às “faces de Eva” do que propriamente ao papel de “santas-mãezinhas” ao analisar as “mulheres vilaboenses”.

A partir dos anos 2000, seguindo a própria tendência de outros campos de pesquisa existentes no PPGH, que estabeleceram um

12 BITTAR, Maria José G. **As três faces de Eva na Cidade de Goiás**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

diálogo mais próximo com a história cultural e com o pós-estruturalismo, depreende-se o interesse por analisar experiências das mulheres e de gênero tendo como instrumental reflexivo categorias/conceitos como representações, memória, identidades, imaginário, discursos, sexualidades, subjetividades, sociabilidades, entre outras(os).

Maria Meire de Carvalho,¹³ por exemplo, defendeu a dissertação intitulada *A invenção das “vivandeiras”: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada*. Nela, a autora analisou a história das mulheres que vivenciaram a Coluna Prestes. Para tal empreitada, esquadrinhou seus papéis e experiências no decorrer da marcha, desvelando a construção da memória, os silêncios, os discursos e as representações construídas sobre essas mulheres que participaram da marcha. Ressaltando que não se tratava de um estudo sobre a história da Coluna Prestes, ela examinou a incorporação, a permanência e a atuação das mulheres que fizeram parte da Coluna, na tentativa de rever a invisibilidade histórica impostas às experiências das mulheres que estiveram nesse movimento.

Em *As parteiras na cidade de Goyaz (século XIX)*, Mônica de Paula Age,¹⁴ por sua vez, buscou retirar da invisibilidade histórica algumas personagens sociais que, por muito tempo, foram responsáveis pela saúde das mulheres em Goiás, mas foram esquecidas pela his-

13 CARVALHO, Maria Meire de. **A invenção das “vivandeiras”:** mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada. 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

14 AGE, Mônica de Paula da S. **As mulheres parteiras na Cidade de Goyaz (século XIX)**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

toriografia regional: as mulheres parteiras. Partícipes da história da medicina no estado, as parteiras, segundo Age, esquivaram-se das normas sociais colocadas, exerceram seus saberes, estabeleceram seus espaços de poder e sedimentaram laços de solidariedade feminina. A autora assinalou, ainda, que sua intenção era a de desmistificar visões sedimentadas acerca da condição submissa¹⁵ e de fragilidade da mulher, além de evidenciar os laços de solidariedade feminina existentes no passado. Dedicando-se à análise das imagens das parteiras construídas no decorrer do século XIX, a pesquisadora localizou, nos discursos masculinos eclesiásticos, literários e médicos, a predominância de representações que classificavam as mulheres parteiras como ignorantes, desqualificadas e criminosas. Eram construções discursivas relacionadas aos padrões morais estabelecidos sobre as mulheres e o corpo feminino no oitocentos.

Outra novidade desse período, mas do ponto de vista da delimitação temporal e espacial, foi trazida por Mayra Rúbia Garcia,¹⁶ na dissertação *A Princesa Infanta Joana (1452-1490)*. Dedicando-se a uma personagem portuguesa da baixa Idade Média, Garcia também inovou ao apresentar uma investigação com forte conteúdo biográfico. A autora estudou a vida da Princesa Infanta Joana, centrando sua interpretação na decisão tomada pela Princesa Jurada do Reino português por uma vida reclusa em um mosteiro mendicante. Pelo

15 Segundo Soihet, as historiadoras Michelle Perrot, Arlette Farge e Natalie Davis foram pioneiras nas abordagens que desmistificaram as concepções dominantes acerca da submissão e passividade feminina. No Brasil, ela destaca as análises de Maria Odila da S. Dias (SOIHET, Raquel. *História das mulheres e história de gênero: um depoimento. Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 11, p. 77-87, 1998.

16 GARCIA, Mayra Rúbia. *A Princesa Infanta Joana (1452-1490)*. 2003. Dissertação (Mestrado) –Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

fato de a Infanta ter negado o matrimônio e ter se entregado à vida religiosa, a pesquisadora entendeu que ela desafiou os princípios gerais dos comportamentos estabelecidos para uma família real do baixo medievo. No interior do mosteiro, viveu como uma religiosa, mas, por ser uma Princesa Jurada, não pôde jurar votos solenes e públicos, pois o casamento sempre estivera como uma possibilidade. Mesmo na vida monástica, praticou política no âmago de um ambiente recluso, tornando o mosteiro uma espécie de extensão da Corte de Avis. Quando morreu, mesmo não sendo uma religiosa professa, foi sepultada com o hábito da Ordem de São Domingos. Em suma, quando viveu no ambiente cortesão, em nome da vida religiosa, resistiu às escolhas que lhe foram feitas por sua família e pela nobreza; quando se encerrou no ambiente monástico, por sua condição de Princesa Jurada, transgrediu várias regras da ordem religiosa a qual se entregou.

Ficou perceptível que as pesquisas desse período, metodologicamente, avultaram o trato com os documentos oficiais, com os registros cartoriais, com os arquivos privados, com a iconografia, com os processos criminais, mas lidaram, especialmente, com periódicos e com as fontes literárias. Em *As fontes judiciais no estudo das mulheres transgressoras de Goiânia (1940-1960)*, por exemplo, o historiador André Costa A. da Silva¹⁷ analisou alguns processos judiciais instaurados contra mulheres, no intento de produzir um estudo sobre as transgressoras na cidade de Goiânia entre 1940 e 1960. A partir desses processos judiciais, examinou as transgressões femininas

17 SILVA, André Costa A. da. **As fontes judiciais no estudo de mulheres transgressoras em Goiânia (1940-1940)**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

mais praticadas nesse período, bem como as imagens difundidas sobre as mulheres que não obedeciam às leis vigentes.

Nessa pesquisa, Silva procurou superar a perspectiva que considera a mulher como vítima em potencial ou como rebelde. Além disso, recorreu à categoria de gênero que, por sua característica relacional, contribuiu para que o estudo não estivesse encerrado numa oposição entre os sexos, mas assentado em uma perspectiva atenta às diferenças existentes no interior do próprio universo feminino e, também, entre os homens. Esclareceu que todos esses discursos sobre as mulheres, contidos nos processos, tratavam-se de discursos masculinos sobre atitudes e vivências femininas. Ao mediar as versões das transgressoras, das vítimas e das testemunhas, por meio de uma linguagem jurídica, esses agentes públicos acabavam escamoteando as verdadeiras experiências dessas personagens históricas envolvidas nos processos. Cada agente se valia de determinado referencial social para emitir seu julgamento de como devia ser o comportamento feminino, geralmente um ideal de feminilidade emoldurado pela imagem da mulher honesta, dedicada à família, que se contrapunha à imagem descrita por eles sobre as mulheres envolvidas nesses processos.

Já na dissertação de mestrado de Lívia Batista da Costa,¹⁸ as experiências femininas enfocadas estiveram sob o signo da violência contra a mulher. Em *Da defesa da honra à defesa da vida: uma história da violência contra a mulher na cidade de Goiânia*, Costa pesquisou, em vários jornais goianos, notadamente entre os anos de 1940 e de

18 COSTA, Lívia Batista da. **Da defesa da honra à defesa da vida: uma história da violência contra a mulher na cidade de Goiânia**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

1980, enfatizando um período em que, gradativamente, a violência contra a mulher passou a ser discutida na sociedade goianiense como um problema social a ser combatido. A historiadora identificou que, a partir dos anos 1980, mudanças importantes aconteceram em relação à abordagem do fenômeno da violência contra a mulher. Os jornais, além de noticiarem os crimes passionais contra as mulheres que ocorriam, começaram a destinar espaço para o debate acerca das principais causas e origens sociais desse fenômeno.

Não por mera coincidência, foi nesse período que os primeiros grupos feministas e de valorização à mulher¹⁹ surgiram em Goiás. Registrando seus pontos de vista nos jornais, evidenciavam a importância destinada ao tema da violência contra a mulher (“agora” na perspectiva das próprias mulheres). Esses grupos demonstraram uma atuação bastante efetiva ao protestarem contra o alto índice de absolvições dos agressores e por alcançarem conquistas frente ao poder público.²⁰ Com o surgimento dos grupos feministas em Goiás, houve uma espécie de politização do debate acerca da violência contra a mulher.

Observando os últimos trabalhos elaborados na primeira década do século XXI, fica perceptível um arrefecimento das pesquisas com abordagem voltada para a história regional. Dessa forma, o que se nota é um recrudescimento de investigações, no campo da história das mulheres e de gênero, que trabalharam com outras delimitações espaciais e temporais como, por exemplo, no âmbito da história antiga e de medieval. Nos domínios de história antiga,

19 Destaque para o GFE (Grupo Feminista de Estudos) e para o Cevam (Centro de Valorização da Mulher).

20 Conquistas como a Delegacia Estadual de Defesa da Mulher, a Secretaria Estadual da Condição Feminina e as casas de abrigo para as vítimas de violência doméstica.

grande parte das pesquisas se dedicou ao estudo das representações sobre o feminino existentes no imaginário da cultura clássica, em especial a partir da análise de obras de poetas, filósofos e dramaturgos gregos. Na seara de história medieval, as pesquisas trafegaram, em sua maioria, em temas voltados para as relações entre gênero e poder. O desenvolvimento dessas pesquisas, em Antiga e Medieval, teve a contribuição fundamental das professoras Ana Tereza Marques e Dulce O. Amarante dos Santos, especialistas nessas áreas da historiografia e que orientaram essas investigações com esse recorte histórico.

A dissertação de Keila M. de Faria,²¹ *Medéia e Méliissa: representações do feminino no imaginário ateniense do século V a.C.*, por exemplo, foi a primeira pesquisa de história das mulheres e das relações de gênero feita no PPGH que se enveredou por esse período histórico: a Antiguidade Clássica. Amparada em obras de filósofos e dramaturgos gregos, a autora contrapôs dois modelos de representações elaborados sobre as mulheres e que povoaram o imaginário grego: o da Méliissa, esposa ideal do cidadão de Atenas, e o da Medéia, mãe poderosa, passional e sanguinária. Refletindo sobre essas representações antinômicas de mulher e de esposa existentes na Grécia, Faria buscou compreender o universo feminino e o papel da mulher no interior da pólis ateniense, bem como delinear a construção de um imaginário sobre as mulheres que se deu sob a ótica masculina, tendo em vista a inexistência de discursos femininos sobre si mesmo nessa quadra histórica.

21 FÁRIA, Keila M. de. **Medéia e Melissa**: representações do feminino no imaginário ateniense do século V a.C. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

Traçando um percurso historiográfico semelhante, Gisele M. da Mata,²² na dissertação *Entre risos e lágrimas: uma análise das personagens femininas atenienses na obra de Aristófanes (século VI a IV a.C.)*, também lança mão de obras de um teatrólogo grego, Aristófanes, para compreender as representações elaboradas sobre o feminino em Atenas durante o período clássico. Atenta ao potencial analítico da categoria de gênero, a autora se valeu de comédias de Aristófanes para pensar as identidades sexuais, políticas e sociais em Atenas, buscando identificar e compreender uma possível fluidez nessas identidades, sobretudo no que tocava à questão de uma cidadania de mulheres. Examinando personagens femininas existentes em algumas obras de Aristófanes, a pesquisadora refletiu sobre os limites da cidadania na democracia ateniense, notadamente acerca de uma possível presença feminina no cenário político e social da pólis.

Seguindo essa esteira analítica, Tatielly Fernandes Silva,²³ em *As metamorfoses de Helena nas tragédias de Eurípides (século V a.C.)*, analisou algumas representações sobre o feminino na Antiguidade Clássica a partir de outro grande nome do teatro grego, Eurípides. Tomando as narrativas míticas como narrativas de ordenamento do mundo, a pesquisadora examinou determinadas representações acerca da personagem Helena em obras do tragediógrafo grego em pauta. Para Tatielly Silva, Eurípides, através de representações de personagens míticas como Helena, acabava se comunicando com os

22 MATA, Giseli M. da. **Entre risos e lágrimas: uma análise das personagens femininas atenienses na obra de Aristófanes (século VI a IV a.C.)**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

23 SILVA, Tatielly F. **As metamorfoses de Helena nas tragédias de Eurípides (século V a.C.)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

espectadores dos concursos de tragédias ocorridos na pólis, assim como estabelecia e/ou fortalecia certas relações de poder existentes na sociedade ateniense. Assim como outras pesquisadoras citadas, a autora procurou problematizar a perspectiva que destinava centralidade à questão da submissão das mulheres aos homens na Antiguidade, em especial aquela que encara as mulheres, sobretudo as atenienses, como personagens sociais confinadas ao espaço privado e totalmente ausentes da vida social e da cidadania que se dariam nos espaços públicos.

Outro trabalho que se enveredou por caminhos convergentes entre história e literatura, mas a partir de expressões literárias hispano-americanas, foi o de Sandra M. de Oliveira,²⁴ *Las Honradas e Las Impuras: identidade de gênero na literatura cubana de Miguel de Carrión*. O objetivo precípuo da historiadora foi identificar e analisar a(s) identidade(s) de gênero presente(s) na literatura cubana entre o período de 1895 e 1919, tendo como base as obras *Las honradas* e *Las impuras*, de Miguel de Carrión. A partir desses romances de perspectiva naturalista, a pesquisadora refletiu sobre o papel da mulher e do movimento feminista na sociedade cubana dessa quadra temporal, atenta à relação de interlocução existente entre o autor e seu público feminino.

Ainda situadas na intersecção entre história e literatura, todavia ancoradas na produção literária de romancistas brasileiras contemporâneas, estiveram as pesquisas de Diovana Ferreira de

24 OLIVEIRA, Sandra M. de. *Las Honradas e Las Impuras: identidade de gênero na literatura cubana de Miguel de Carrión*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

O. Thiago,²⁵ *A concepção da história na ficção de Ana Miranda*, e a de Leidy Carolina D. Cardozo,²⁶ *La literatura erótica de Cassandra Rios: o Bruxo Espanhol (1959) y Uma Mulher Diferente (1968)*. A primeira se debruçou sobre os romances de Ana Miranda para pensar a concepção de história da autora, sobretudo a forma como ela tratou o lugar da mulher em suas narrativas que retratam a Colônia brasileira na América. Diovana Thiago salientou que, na ficção de Miranda, a mulher não está subsumida ao espaço doméstico, não se mostra submissa, mas subleva as normas sociais e adquire visibilidade a partir da transgressão. A segunda, por sua vez, dedicou-se à análise de duas obras de uma das romancistas brasileiras mais censuradas durante o regime militar: Cassandra Rios. Leidy Cardozo investigou importantes aspectos da vida pessoal e da trajetória literária de Rios, visando compreender questões relacionadas à sexualidade que foram abordadas pela autora em seus romances eróticos e acabaram sendo alvo da censura entre as décadas de 1950 e 1970. A novidade apresentada neste trabalho é que a dissertação foi toda escrita em língua espanhola.

Não só a produção literária, mas a produção artística, em especial a pictórica, também, constituiu-se em fonte de reflexão sobre questões atinentes à história das mulheres e das relações de gênero.

25 THIAGO, Diovana F. de O. **A concepção de história na ficção de Ana Miranda**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

26 CARDOZO, Leydi C. D. **La literatura erótica de Cassandra Rios: O Bruxo Espanhol (1959) y Uma Mulher Diferente (1968)**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

Seguindo essa trilha, a pesquisadora Fernanda R. Assunção²⁷ defendeu a dissertação *O universo de Frida Kahlo à sombra da experiência mexicana: pintura, corpo e identidades, das décadas de 1920 a 1950*. Assunção se debruçou sobre as obras autorreferenciais da pintora mexicana para compreender o campo de experiência artístico e cultural que se constituiu no México durante o período revolucionário, uma experiência que, segundo a historiadora, extrapolou o próprio México em se tratando de Frida Kahlo e sua ampla rede de sociabilidade.

A partir da segunda metade dos anos 2000, é possível cartografar, no interior do PPGH, trabalhos sobre história das mulheres e das relações de gênero que empreenderem um estreito diálogo com a “nova história política”. Alargando a dimensão do político para além dos aspectos administrativos e/ou partidários, esses “novos” estudos de história política convergiram para a análise das memórias, das ideias, das imagens e dos comportamentos políticos, das representações e da cultura política, além de evidenciar os enraizamentos de poder, sobretudo, nas relações de gênero, localizáveis em diferentes instâncias da vida humana.

Nessa seara de pesquisas encontra-se a dissertação de Giovanna Aparecida S. dos Santos,²⁸ *Direito e gênero: Rui Gonçalves e o estatuto jurídico das mulheres em Portugal*. Tendo como fonte histórica uma

27 ASSUNÇÃO, Fernanda R. **O universo de Frida Kahlo à sombra da experiência mexicana: pintura, corpo e identidades, das décadas de 1920 a 1950**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

28 SANTOS, Giovanna A. S. dos. **Direito e gênero: Rui Gonçalves e o estatuto jurídico das mulheres em Portugal**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

obra do jurista português Rui Gonçalves, a pesquisadora analisou o estatuto jurídico das mulheres no século XVI, em Portugal. Atenta às prerrogativas das mulheres contidas nesse dispositivo legal durante a regência de D. Catarina de Áustria, a historiadora refletiu sobre as heranças da tradição judaico-cristã nesse estatuto, principalmente no que tocava à proteção ao dote e às heranças das mulheres, consideradas seres frágeis que deveriam ser protegidos e tutelados.

Interessante é mencionar que, em 2019, Giovanna Santos²⁹ verticalizou sua pesquisa no doutorado, dando mais ênfase à experiência política de D. Catarina da Áustria na tese *Por que Vossa Alteza he ho próprio Rey e Senhor Nosso: gênero e poder nas representações e práticas políticas durante a regência de D. Catarina de Áustria (1557-1562)*. Nesse estudo, investigou, por meio da categoria gênero, as representações culturais, o imaginário e as práticas políticas envoltas na atuação de D. Catarina de Áustria durante sua regência (1557-1562) em Portugal.

Trafegando, também, em vias cruzadas entre história das mulheres e das relações de gênero com nova história política encontra-se o trabalho de Cláudia Graziela F. Lemes,³⁰ *De “minhoca à beija-flor”: participação feminina na política do sudoeste goiano (1930-1947)*. Nessa dissertação, a autora se dedicou ao estudo acerca das

29 SANTOS, Giovanna A. S. dos. *Por que Vossa Alteza he ho próprio Rey e Senhor Nosso: gênero e poder nas representações e práticas políticas durante a regência de D. Catarina de Áustria (1557-1562)*. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

30 LEMES, Cláudia G. F. *De “minhoca à beija-flor”: a participação feminina na política do sudoeste goiano (1930-1947)*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

experiências e participação feminina no cotidiano e, sobretudo, na política da região do sudoeste goiano. Tendo como recorte temporal o período de 1930 a 1946, quadra histórica em que Vargas e Pedro Ludovico comandaram, respectivamente, o executivo federal e estadual, Cláudia Lemes ressaltou a luta das mulheres por inserção social, por representação política, principalmente no que toca ao direito ao voto e de participação no cenário político.

Ainda nesse campo de investigações localiza-se a dissertação de Paulo Brito do Prado,³¹ *Goiás que a história guardou: mulheres, ditadura e cultura nos anos 1960*. Prado estudou as trajetórias de duas mulheres, Altair Camargo de Passos e Elina Maria da Silva, que vivenciaram o período do regime militar na cidade de Goiás. A primeira, que teve seu filho preso durante uma ação policial ocorrida na antiga capital, escreveu um memorial sobre o cárcere do filho que, segundo o historiador, representa uma leitura materna/feminina acerca das prisões em Goiás. A segunda, que também esteve presa, quando libertada, iniciou o projeto, juntamente com outros jovens que saíram da prisão, de valorização das tradições vilaboenses, o qual resultou na formação da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (Ovat). Prado afirmou que sua reflexão se concentrou nos “silêncios da história”, na medida que tencionou tirar da invisibilidade histórica essas duas mulheres que tiveram um destacado papel no debate político e cultural na cidade de Goiás durante a década de 1960.

No entrecruzamento entre história das mulheres e das relações de gênero com a história social, mapeou-se a pesquisa de Raimundo

31 PRADO, Paulo B. “**Goiás que a história guardou**”: mulheres, ditadura e cultura nos anos 1960. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

L. dos Santos,³² *O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz-MA*. Nela, o autor investigou a luta e as estratégias de organização social das quebradeiras de coco babaçu do povoado de Petrolina, localizado na zona rural de Imperatriz-MA. Tendo fundado uma associação para o combate da queima do coco inteiro, as “quebradeiras” lutaram em defesa da cultura tradicional do babaçu e do meio ambiente como forma de garantir alternativas de fonte de renda para as trabalhadoras extrativistas desse povoado.

A dissertação de Gabriel da Silva Pereira,³³ *Senhoras de bens: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos guayazes (1760-1840)*, foi outra que caminhou nas trilhas da história social, notadamente investigando a participação feminina em determinadas estratégias de sociabilidades existentes em Goiás do setecentos e oitocentos. Manuseando fontes históricas que possibilitaram o acesso às situações de viuvez e de solteirice, o pesquisador relativizou a importância do matrimônio na sociedade goiana dessa quadra temporal e resgatou experiências de grupos femininos que almejavam prestígio, enriquecimento, poder e, sobretudo, distinção social, se tornando partícipes do que, conceitualmente, chamou de “nobreza de aluvião”, uma nobreza peculiar que se constituiu na sociedade mineradora em Goiás nos séculos XVIII e XIX.

32 SANTOS, Raimundo. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz-MA**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

33 PEREIRA, Gabriel da S. **Senhoras de bens: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos guayazes (1760-1840)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

Sávia Barros Diniz,³⁴ por sua vez, debruçou-se sobre um periódico corrente na antiga capital, o *Correio Oficial*, para analisar determinadas representações femininas tecidas nas crônicas e artigos desse jornal goiano. Em *Mulheres na imprensa: representações femininas no Correio Oficial, Cidade de Goiás (1930-1936)*, trabalhou a partir da perspectiva das relações de gênero e examinou textos jornalísticos escritos, maiormente, por homens (médicos, religiosos, professores, intelectuais, entre outros) sobre as mulheres. O cerne da reflexão foi o de compreender de que forma esses discursos masculinos formularam representações sobre as mulheres vilaboenses, sobretudo no tocante à delimitação dos limites e singularidades das esferas do feminino e do masculino na antiga capital goiana.

Outra pesquisa que percorreu as alamedas da história social foi a tese de doutorado de Nathália de Freitas,³⁵ *Grafites feministas: espaço de luta e resistência na arte urbana (2000-2018)*. Considerando a arte urbana, em especial os grafites, como instrumento de protesto, de expressão e de resistência social, a autora analisou grafites produzidos por mulheres e que levantaram problemáticas presentes nas pautas feministas. Temas como a maternidade, a violência contra as mulheres, o empoderamento, a autonomia, a sororidade, além de marcos legislativos, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio, representados nos grafites analisados, constituíram-se em questões cruciais para se refletir sobre o protagonismo, a

34 DINIZ, Sávia B. **Mulheres na imprensa:** representações femininas no *Correio Oficial*, Cidade de Goiás (1930-1936). 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

35 FREITAS, Nathália de. **Grafites feministas:** espaço de luta e resistência na arte urbana (2000-2018). 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

luta e a resistência das mulheres na história e para dar visibilidade à diversidade existente no movimento feminista.

Lidiane A. de Souza,³⁶ por sua vez, investigou como o pensamento médico no medievo entendia e explicava o processo de geração da vida humana. Na tese de doutorado *Concepção, esterilidade e saúde das mulheres na medicina medieval (Montpellier – sécs. XIII-XIV)*, a historiadora se enveredou por um conjunto de tratados médicos (de ginecologia e de obstetrícia) produzidos por estudiosos ligados ao *studium* de medicina de Montpellier, durante os séculos XIII e XIV, para compreender como eram os cuidados médicos destinados às mulheres e ao corpo feminino, visto como lugar, por excelência, da reprodução humana.

Em 2017, uma safra de orientações provenientes de uma série de formações de base na graduação – Iniciações Científicas de todas as modalidades –, bem como a procura de demais instituições do estado de Goiás pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero (Gepeg) da Faculdade de História/CNPq, coordenado pela Professora Ana Carolina E. C. Soares, que promove reuniões mensais de leituras prévias de textos sobre a temática, fez com que a referida docente estivesse atuante como orientadora principal exitosamente em seis defesas de dissertações (ademais de sua participação ativa nas bancas de qualificação e defesa de teses e dissertações de colegas no PPGH outrora citada).

36 SOUZA, Lidiane A. **Concepção, esterilidade e saúde das mulheres na medicina medieval (Montpellier – sécs. XIII-VIV)**. 2020. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

Em “Perdidos de amor”: relatos de assassinatos de mulheres em Goiânia (1970-1984), Neide Célia Ferreira Barros³⁷ realiza uma análise de processos criminais de assassinatos ou tentativas de assassinatos de mulheres por parte de homens em Goiás, na mescla dos discursos da modernidade e da vida “tradicional” brasileira. Em um total de dezesseis casos, a baixa punibilidade e a pouca responsabilização do poder público, além do escrutínio de cada caso, revela a historicidade da estrutura das violências contra as mulheres e de gênero. Ainda sobre crimes cometidos em Goiás, em 2020, Cleidiane França³⁸ produziu uma dissertação intitulada *Mulheres criminosas e crimes contra mulheres: existências e resistência no sertão goiano (1909-1935)*, sobre as mulheres da cidade de Jataí nas primeiras décadas do século XX e as violências sofridas e cometidas por elas. Seu intuito foi pesquisar a maneira como a imprensa e o Judiciário eram produtores de discursos julgadores sobre as violências cometidas dentro da ordem de gênero, capazes de “fabricar” ordens discursivas alicerçadoras de argumentos tanto para a absolvição quanto a condenação, a depender de sua desqualificação/benevolência. França argumenta que, mesmo assim, as mulheres criminosas fizeram uso, muitas vezes a seu favor, desses discursos, tendo em vista sua condição de mulheres, subvertendo a ordem das forças de gênero no sertão goiano.

37 BARROS, Neide C. F. **Perdidos de amor?**: relatos de assassinatos de mulheres em Goiânia (1970-1984). 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

38 FRANÇA, Cleidiane G. **Mulheres criminosas e crimes contra mulheres: existências e resistência no sertão goiano (1909-1935)**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

Em 2018, Suellen Peixoto Rezende,³⁹ diligentemente, defendeu a pesquisa *Mulheres nos livros didáticos de história: mudanças e permanências do discurso androcêntrico em salas de aulas goianas entre 2008-2013*, no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação e Colégio da Polícia Militar Hugo de Carvalho Ramos, que apresenta dados estarrecedores de falta de representatividade e que a existência da imagem ou de um pequeno texto sobre uma mulher em um capítulo de livro didático de História estão longe de ser equidade de gênero no ensino de História. A permanência do androcentrismo como fio condutor das narrativas destes livros em TODOS os capítulos mantém as mulheres como anexos e adendos da História, em uma falta de protagonismo que apenas reforça a importância da categoria analítica das relações de gênero para a História.

As três dissertações a seguir tem como fio condutor mulheres escritoras, seus protagonismos e suas produções: *A história de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias*, de Talita Michelle de Souza,⁴⁰ defendida em 2017; *Construindo o lar e conquistando a rua: discursos e práticas “femininas” no jornal O Lar (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás*, de Danielle Silva Moreira dos Santos,⁴¹ defendida em 2018, e *Redes de mulheres e o ati-*

39 REZENDE, Suellen P. **Mulheres nos livros didáticos de história: mudanças e permanências do discurso androcêntrico em salas de aulas goianas entre 2008-2013**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

40 SOUZA, Talita M. **A história de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

41 SANTOS, Daniele S. M. **Construindo o lar e conquistando a rua: discursos e práticas “femininas” no jornal “O Lar” (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

vismo feminista no Facebook: uma análise histórica das fanpages “Não me Kahlo” e “Vamos Juntas?”, de Maria Elisa de Magalhães Santos,⁴² defendida em 2019.

O Jornal *O Lar*, pesquisado por Santos, foi produzido por mulheres e, embora produza e reproduza discursos e determinados valores de religiosos, médicos e políticos, ao mesmo tempo defendia a educação das mulheres e o exercício dos direitos políticos das mulheres, sendo protagonizado por mulheres que estavam nas ruas, para dizerem como *O Lar* Moderno deveria ser construído. Esse novo de discursos paradoxais, que envolvem atuações públicas e a atuação intelectual de mulheres, foi a hipótese comprovada pelas fontes, pois, sob a égide da construção da nação moderna, surgia também a participação de algumas mulheres nesse cenário público.

No cenário virtual das redes comunicativas dos ativismos feministas do *Facebook*, Santos concentrou seus esforços para compreender as pautas, demandas, postagens e dinâmicas de duas páginas, “Não me Kahlo” e “Vamos Juntas?”, extremamente populares entre os movimentos feministas. O mapeamento das novas práticas, atuações e formas de discursos foram fundamentais para a construção da pesquisa sobre os ativismos feministas e as mídias digitais contemporâneas.

Retornando à Goiás, Talita Michelle de Souza, de maneira competente e acurada, adentra na pesquisa sobre as obras de Maria Paula Fleury de Godoy: *Nós e Elas* (1969); *A Longa Viagem* (1968) e *Sombras* (1966) e, no seu aprofundamento sobre a autora e suas obras, se

42 SANTOS, Maria E. M. **Redes de mulheres e o ativismo feminista no Facebook: uma análise histórica das fanpages “Não me Kahlo” e “Vamos Juntas”**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

debruça sobre a vida da mãe de Maria Paula, D. Augusta de Faro Fleury Curado e suas obras *Do Rio de Janeiro à Goiás 1896 (A viagem era assim)* e *Devaneios* (1981). O resultado foi uma dissertação comprometida com a História e as relações de gênero, tendo como fontes de análise a literatura e as mulheres goianas como protagonistas.

Considerações finais

É preciso uma vontade inabalável e uma luta diária para se manter na direção da construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No ofício do fazer histórico, isso implica reiteradamente insistir em um sentido de passado onde todas as pessoas apareçam na História.⁴³

Percorrer essa trajetória dos trabalhos sobre história das mulheres e das relações de gênero produzidos no interior do PPGH foi, de certo modo, visitar a própria história dessa instituição, pois essas pesquisas reverberaram alguns dos caminhos trilhados pelo Programa ao longo desses cinquenta anos de existência. Uma trajetória que foi iniciada, nos anos 1990, por um trabalho dirigido a partir de base teórica marxista, mas prosseguida por pesquisas voltadas para as relações de gênero e que se aproximaram dos pressupostos da história cultural. Do realce destinado aos reflexos das injunções econômicas sobre o trabalho feminino buscou-se, em seguida, evidenciar as formas de resistência e as transgressões femininas, as estratégias de memória, os espaços de solidariedade e sociabilidades femininas.

43 SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; SILVA, Murilo Borges (org.). **História das mulheres, relações de gênero e sexualidades em Goiás**. São Paulo: Paco Editorial, 2021.

A proeminência emprestada às mentalidades foi substituída pela importância dada aos imaginários, às representações construídas sobre e pelas mulheres. Na busca por indícios que transpusessem a invisibilidade imposta ao passado das mulheres, recorreu-se, preferencialmente, à abordagem do cotidiano. Enfocando as esferas pública e privada, ou prestando mais atenção nesta última, recuperaram papéis informais, aclararam situações ordinárias, pincelaram ocasiões excepcionais, tudo na tentativa de se rastrear, nesse espaço produtor de história, fragmentos do feminino no passado.⁴⁴

Havia, no limiar do século XXI, um esforço em diluir certas perspectivas já sedimentadas pela historiografia tradicional e, por conseguinte, descortinar experiências femininas que foram silenciadas ou assentadas às margens da história. Proposições como “dar voz aos esquecidos da história”, “resgatar as mulheres do silêncio”, “desvelar a trajetória silenciada” e “trazer à tona um sujeito histórico negligenciado pela historiografia” constituíram-se em verdadeiras epígrafes desses trabalhos.

Nessa tentativa por revelar como a história e a historiografia acabaram eclipsando determinadas experiências femininas e certas relações de gênero entranhadas nos fenômenos humanos, outros espaços e delimitações temporais, que não só a perspectiva regional, sorveram o interesse das(os) historiadoras(es). A Antiguidade Clássica e a Idade Média, por exemplo, foram bastante visitadas.

44 Na concepção de Perrot, existem “[...] muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, ‘esqueceu’ as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento” (PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2005. p. 9).

Nas últimas duas décadas, o interesse por gênero como categoria de análise, inegavelmente, recrudesciu. Com isso, a importância destinada a essa categoria foi aparecendo tanto centralmente quanto tangencialmente, em pesquisas que investigaram, de alguma maneira, as mulheres ou as relações de gênero experienciadas em diferentes espaços e períodos históricos.

Nesse percurso, foi possível notar a efervescência de algumas temáticas nos trabalhos elaborados no PPGH: o imaginário feminino, as identidades, as sexualidades, as subjetividades, as sociabilidades, os discursos (femininos e masculinos), as práticas políticas femininas, as representações femininas (sobretudo, na literatura e nas artes), o(s) erotismo(s), os ativismos feministas, o ciberfeminismo, entre outras.

Esses textos produzidos ao longo desses cinquenta anos do PPGH nos ajudam a compreender que, insubmissas e inquietas, mulheres e pessoas diversas fizeram parte da História, ocuparam espaços, tiveram papéis em diferentes cenas da vida, fizeram e estão (estarão) fazendo história. Muitos novos caminhos ainda estão por vir nesse campo da historiografia e oxalá permitam que o gráfico do livro de cem anos do Programa de Pós-Graduação em História da UFG seja tão grande que não caiba em um texto apenas de tantas novas possibilidades, abordagens, categorias e discussões. Dessa maneira, construímos uma História cuja balança de poderes se desestabiliza em suas narrativas: “anexos, “adendos” e “coadjuvantes”, estes lugares ferem a dignidade humana e, portanto, são uma ofensa a qualquer pessoa, de tantas que ainda a História insiste em silenciar. E esse é mais um capítulo que já está sendo enfrentado no século XXI. Avante!

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE SAÚDE E DOENÇAS

Sônia Maria de Magalhães¹

Rildo Bento de Souza²

Tiago Santos Almeida³

Introdução

O objetivo do presente capítulo é analisar a produção historiográfica sobre saúde e doenças do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás a partir de três perspectivas: “medicina e práticas de curar”, “instituições hospitalares, asilares, e de pesquisa”, e “normal e patológico; saúde e doença”. A análise contemplou 29 trabalhos (18 dissertações de mestrado e 11 teses

1 Doutora em História pela Unesp; professora da Faculdade de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da UG. E-mail: soniademagalhaes@ufg.br

2 Doutor em História pela UFG; professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. E-mail: rildo_bento@ufg.br

3 Doutor em História Social pela USP; foi professor colaborador e bolsista do PNPd/Capes junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG; professor do Instituto de História da UnB. E-mail: tsalmeida@ufg.br

de doutorado), defendidos entre 1985 (data do primeiro trabalho sobre o tema) e 2021.

Medicina e práticas de curar

O ampliamiento dos olhares para a História da Saúde e das Doenças tem feito emergir vários agentes a serviço da cura no Brasil. No Brasil do final do Oitocentos, diversas práticas de cura conviviam com a medicina oficial do Império, que se julgava científica. O longo processo de institucionalização significou a ruptura com uma prática de muitos séculos, durante os quais vigorou o atendimento curativo prestado por curandeiros, herbanários, seguidores dos conhecimentos empíricos dos indígenas, africanos e jesuítas, ou por práticos. O discurso médico científico se impõe e define os espaços de atuação dos médicos diplomados em detrimento dos não diplomados, considerados charlatães pelos primeiros. A divisão entre a medicina oficial, chancelada pelas autoridades, e a medicina popular, praticada sem licença, é esquemática para entendermos a dinâmica das contendas entre os interesses de um grupo médico em concepção durante o século XIX e a resistência de curandeiros com grande prestígio entre a população. Nesse processo, cabe ao pesquisador ampliar seu olhar e contemplar as várias artes de cura, a medicina científica e popular, pois estas não se contrapõem; na verdade, se cruzam e entrecruzam.⁴

As investigações recentes também têm trazido à tona as dores dos pacientes, outrora excluídos na historiografia, atendendo o

4 MAGALHÃES, Sônia Maria de. Batalha contra o charlatanismo: o processo de institucionalização da medicina científica na província de Goiás. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1095-1109, 2011.

coro do historiador Roy Porter.⁵ Em “The patient’s view: doing medical history from below: theory and Society”, o autor incentiva o pesquisador a escrever uma história “vista de baixo”, considerando práticas e praticantes diversos da medicina, como autênticas expressões da cultura. A convocação de Porter assentou os pacientes na categoria de outros grupos costumeiramente sub-representados. Ao alçá-los à categoria de sujeitos dentro do fazer da medicina, o historiador tornou visível uma gama de experiências, passíveis de reflexão no campo da história e inerentes à própria construção histórica das práticas médicas.

As pesquisas realizadas no PPGH têm apreendido essas tendências contemporâneas, captando as percepções em torno das doenças e das possibilidades de curas de certos segmentos sociais, outrora ocultados em narrativas. O triunfo da medicina científica é relativizado, mostrando os vários personagens envolvidos nas artes de curar. Dos nove estudos relacionados na parte “Medicina e práticas de curar”, dois são sobre a Europa Medieval e sete sobre a História de Goiás.

A história da medicina e práticas de curar na medievalidade é contemplada nas teses de Maria Dailza da Conceição Fagundes⁶ e Lidiane Alves de Souza,⁷ ambos os trabalhos orientados por

5 PORTER, Roy. The patient’s view: doing medical history from below. **Theory and society**, v. 14, n. 2, p. 175-198, 1985.

6 FAGUNDES, Maria Dailza da Conceição. **Saber médico e poder: as relações entre Arnaldo de Vilanova e a Coroa Aragonesa (séculos XIII-XIV)**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2014.

7 SOUZA, Lidiane Alves de. **Concepção, esterilidade e saúde das mulheres na medicina Medieval (Montpellier – séc. XIII a XIV)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Maria Dailza da Conceição Fagundes, em *Saber médico e poder: as relações entre Arnaldo de Vilanova e a coroa Aragonesa (Séculos XIII-XIV)*, averigua as relações entre o saber médico e o poder, por meio da trajetória do físico, mestre e intelectual Arnaldo de Vilanova e de sua atuação médica nos cuidados com a saúde do rei Jaime II de Aragão e com a de sua família. O personagem influenciou sua época por meio de escritos médicos e religiosos. Em uma análise minuciosa na biblioteca de Vilanova, Fagundes conseguiu identificar as matrizes antigas e árabes da dietética, tendo como base os estudos de Hipócrates, Galeno, Rasis e Avicena. Inspirado por esses estudos, Arnaldo de Vilanova compôs o *Regimen* para a conservação da saúde do rei, buscando adequar os saberes dessas *auctoritates* com a individualidade de seu paciente. As prescrições médicas fornecidas por Vilanova demonstram uma interferência do saber médico preventivo na vida de seu paciente e na de todos os que estavam a ele ligados. Os regimentos de saúde, escritos nos últimos anos de vida do físico Arnaldo de Vilanova, refletem que a saúde – definida a partir da ideia de equilíbrio humoral, alcançado por via da harmonia entre as coisas naturais e as coisas não naturais – dependia não apenas do melhor conhecimento do corpo humano, mas também do ambiente no qual as pessoas viviam e dos alimentos consumidos.

Em *Concepção, esterilidade e saúde das mulheres na medicina medieval (Montpellier – sécs. XIII-XIV)*, Lidiane Souza, por sua vez, analisa o pensamento médico medieval e a concepção/procriação da vida humana, contemplando o papel desempenhado por ambos os genitores. A mulher, contudo, é percebida no centro do debate por intermédio dos seus corpos, *locus* da reprodução, interpretados em

suas dimensões fisiológica, anatômica e patológica. Ao examinar os tratados de conteúdo ginecológico e obstetrício produzidos por mestres e estudiosos vinculados ao *studium* de medicina de Montpellier – *Compilacio de conceptione*⁸ e *Interrogaciones in cura sterilitate*,⁹ atribuídos a Arnaldo de Vilanova; e os anônimos *Tractatus de sterilitate mulierum*,¹⁰ *Tractatus de conceptu*¹¹ e *Tractatus de sterilitate*¹² – a autora constata que, contrapondo o conhecimento produzido pela historiografia clássica, no Ocidente medieval, a ideia de que os **assuntos médicos femininos** eram um campo de atuação exclusivo das mulheres contrapôs-se a uma realidade mais diversa e complexa. Os mestres e estudiosos do baixo medievo latino produziram conhecimentos (teóricos e práticos) e atuaram no âmbito das condições médicas femininas.

O estudo pioneiro de Leny Caseli Anzai, *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)*, dissertação orientada por Janaina Amado, investiga as manifestações que abrangem comportamentos, saberes cotidianos, trabalhos, crenças e outros aspectos

-
- 8 ARNALDO DE VILANOVA. *Compilacio de Concepcione* apud MONTERO CARTELLE, Enrique; HERRERO INGELMO, María Cruz. *Arnaldi de Villanova Compilacio de conceptione*. Estudio y edición crítica. **Minerva**, v. 23, p. 197-227, 2010.
 - 9 ARNALDO DE VILANOVA. *Interrogaciones in cura sterilitatis* apud MONTERO CARTELLE, Enrique; HERRERO INGELMO, María Cruz. *Las Interrogaciones in cura sterilitatis en el marco de la literatura médica medieval*. **Faventia**, v. 25, n. 2, p. 85-97, 2003.
 - 10 TRACTATUS DE STERILITATE MULIERUM apud MONTERO CARTELLE, Enrique; CONDE-PARRADO, Pedro Pablo, HERRERO INGELMO, María Cruz. **Tractatus de conceptu**. *Tractatus de sterilitate mulierum*. Edición crítica. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1999.
 - 11 TRACTATUS DE CONCEPTU apud MONTERO CARTELLE; CONDE-PARRADO; HERRERO INGELMO, op. cit.
 - 12 TRACTATUS DE STERILITATE ANONIMO DE MONTPELLIER (Atribuido a A. de Vilanova, R. de Moleris y J. de Turre). **Edición crítica de E. Montero Cartelle**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1993.

dos trabalhadores rurais do município de Goiás no período de 1888 a 1930. A parte da escrita dedicada à análise dos aspectos relacionados à “vida e morte, religião e práticas curativas” é essencial para a compreensão dos personagens e dos tratamentos em tempos de enfermidades. Na ausência de médicos formados, a tarefa de se manterem vivos, curando-se dos vários tipos de doenças muitas vezes contraídas devido à má alimentação ou a hábitos deficientes de higiene, cabia aos próprios trabalhadores. Estes desenvolveram uma medicina popular que, por tratar com questões fundamentais para o ser humano, como a vida e a morte, acabou por envolver-se com a religião, fosse a oficial ou a popular. De um modo geral, essas pessoas eram grandes conhecedoras da flora e da fauna medicinais. A prática orientava a seleção das substâncias e as formas de manipulá-las. As simpatias, a magia e a religião também cumpriam papel fundamental na eficácia dessa medicina rústica.¹³

Em *As parteiras na Cidade de Goyaz (século XIX)*, **Mônica de Paula Age, sob a orientação de Dulce Oliveira Amarante dos Santos, recupera a história das mulheres parteiras na Cidade de Goiás no Oitocentos, valendo-se de “fontes documentais, orais e iconográficas”. Por meio dos discursos normatizadores eclesiástico e médico, descortinou as “representações, memórias e discursos” elaborados sobre as parteiras e a importância delas para a saúde da mulher vilaboense. A partir de uma relação conflituosa, mas de complementaridade com o discurso médico da época, as mulheres parteiras conseguiram preservar sua tradição na memória coletiva da família vilaboense. As fontes documentais também mostram**

13 ANZAI, Leny Caselli. *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)*. 1985. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1985.

que grande parte delas resistiu e persistiu nas suas práticas, técnicas e formas de partejar. Dentro do seu exercício, faziam uso de várias técnicas, reconhecidas não somente das parturientes, mas também dos médicos, que empregavam esses conhecimentos empíricos. As parteiras tradicionais que atuavam em comunidade, ajudando familiares e pessoas próximas ou, ainda, as que exerciam o ofício sem legalizar continuaram com ele durante todo o século XIX. Com o advento da República e o fortalecimento do discurso médico, a medicalização do parto se torna mais emergente. As parteiras continuaram a ter espaço legal para atuarem, como nos hospitais, desde que adquirissem formação a partir de pressupostos da medicina acadêmica.¹⁴

Leicy Francisca da Silva, em *Saúde pública e medicina popular em Goiás*, orientada por Heliane Prudente Nunes, e defendida em 2003, adentra a dinâmica existente entre as políticas de saúde apresentadas em âmbito federal e sua implementação no estado de Goiás no período de 1930 a 1945. A autora se ateve à investigação das especificidades inerentes à realidade rural do estado e aos hábitos médicos populares comungados pela população por meio da interpretação de documentos históricos escritos à época, como relatórios do interventor, relatórios e ofícios do Departamento Sanitário e recortes de jornais e da análise de bibliografia existente sobre o tema. A investigação mostra que, durante o governo Pedro Ludovico Teixeira, houve um desenvolvimento das práticas e políticas sanitárias em conformidade com o que ocorria em âmbito federal, mas as novas práticas médicas tiveram de impor-se diante das

14 AGE, Mônica de Paula. **As parteiras na cidade de Goyaz (século XIX)**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

práticas populares fortemente presentes na região, criando regulamentos e, mesmo assim, convivendo com dificuldades de trabalho especialmente nas regiões do interior do estado.¹⁵

Mesmo com o avanço e a consolidação da medicina científica no Brasil e em Goiás, as práticas orientadas para a cura não se perderam no tempo, como mostra Allyne Chaveiro Farinha na sua pesquisa intitulada *As transformações da prática de benzimento em Anápolis (1979-2004)*, orientada por Maria da Conceição Silva, que identificou as transformações e permanências na prática das mulheres benzedeiras da cidade de Anápolis entre 1979 e 2004. A autora recorreu aos depoimentos dessas mulheres que, por meio de suas histórias de vida e experiências com o benzimento, revelaram os aspectos integrantes desse ritual de cura religiosa que exhibe a postura ativa de seus praticantes diante da religião, sobretudo no sentido de refazer e reinterpretar práticas da Igreja Católica. A tradicional prática oriunda do meio rural adquiriu na cidade novos contornos, haja vista que as benzedeiras passaram a enfrentar a concorrência das demais ofertas de cura religiosa. Com a chegada do movimento carismático na cidade, essas mulheres reagiram, ora incorporando novos elementos, ora retirando alguns instrumentos, procurando, assim, um meio de sobrevivência mesmo estando na subalternidade.¹⁶

Fernanda Soares Rezende, em sua dissertação de 2017 intitulada *Médicos estrangeiros em Goiás no século XIX: Johann Emmanuel*

15 SILVA, Leicy Francisca da. **Saúde pública e medicina popular em Goiás (1930-1945)**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

16 FARINHA, Alyne Chaveiro. **As transformações da prática de benzimento nem Anápolis (1979-2004)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell, orientada por Sônia Maria de Magalhães, estuda as condições de existência dos goianos no século XIX, atentando, sobretudo, para a construção regional de Goiás pela perspectiva de seu cenário nosológico, utilizando como referência a visão de três viajantes estrangeiros com formação médica, Johann Emanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell. As principais patologias reinantes na região eram o bócio, as febres, a sífilis ou *morbus gálico*, a hidropisia, ataques catarrais com inflamação, gota, apoplexias nervosas, elefantíase, doenças nutricionais e doenças oculares. Dentre os casos inabituais estavam a morfeia e o pêfnigo. Do mesmo modo, suas narrativas viabilizam o acompanhamento da questão sanitária, mediante as reformas no prédio e do regulamento do Hospital de Caridade, as campanhas de vacinação, os estudos de fontes de águas termais e a construção do cemitério público na cidade. Ademais, se traduzem enquanto mananciais de informações, pois procuram descrever e compreender o ambiente físico, como era a fauna, a flora e a geografia goiana, quais eram os tipos de doenças mais frequentes e os hábitos da população com a qual se depararam. Isso possibilitou a abertura para o estudo de temas que versam para além da história regional de Goiás, a exemplo do *status* angariado pela literatura de viagem no Oitocentos, a multiplicidade de visões sobre a mesma região e a importância da formação médica dos viajantes para analisar as particulares terapêuticas de dada localidade. Essas questões podem

lançar bases para pesquisas posteriores, colaborando para o preenchimento de determinadas lacunas na historiografia goiana.¹⁷

Após investigar a Gripe Espanhola no mestrado, Leandro Carvalho Damascena Neto recuou um pouco no tempo e defendeu, em 2019, a interessante tese de doutoramento *As 'artes de curar' nos Guayazes: o Real Hospital Militar de Vila Boa (c. 1770–c. 1827)*, também sob a orientação de Cristina de Cássia Pereira Moraes. O autor analisa “a criação, administração, funcionamento, as doenças e as ‘artes de cura’ presentes” no Real Hospital Militar (HRM) da então Vila Boa. A tese ancora-se na ideia de que o RHM era uma instituição para assistência à saúde, mas, como foi alicerçada numa sociedade com traços de Antigo Regime e escravista, o nosocômio funcionou como lógica de mercê para o administrador que arrematava os editais da administração do Hospital e para a Companhia dos Dragões e Companhia de Pedestres, que tinham o privilégio dos tratamentos dos seus contingentes militares no estabelecimento. Uma instituição hierarquizada que mantinha as reciprocidades desiguais pautadas na cor e na qualidade. Entre as várias questões abordadas na tese, Damascena descortina o universo das terapêuticas em Goiás, dominado por cirurgiões e outros práticos residentes na região. Examina as doenças tratadas no RHMVB, os tratamentos e as terapêuticas presentes nos “Tratados de Medicina” e “Farmacopeias”. Aproxima as doenças de outrora, comparando-as com as doenças atuais no sentido de construir uma historicidade das doenças, seus tratamentos atuais, as permanências e rupturas.

17 REZENDE, Fernanda Soares. **Médicos estrangeiros em Goiás no século XIX:** Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

O autor mostra que as terapêuticas e os tratamentos ministrados pelos cirurgiões nos enfermos tratados no hospital HRMGO faziam parte da “medicina mestiça”, presente nos “Tratados de Medicina” e “Farmacopeias” publicados e traduzidos para o português nos séculos XVII ao XIX. Essa medicina compunha-se de saberes e plantas provenientes dos indígenas, africanos, asiáticos e europeus. Na percepção do autor, a pluralidade cultural, presente na capitania, fomentou as mestiçagens e hibridizações dos saberes, das culturas e dos povos. A capitania de Goiás era uma sociedade baseada nas mestiçagens, composta por brancos, pardos, mulatos, pretos, crioulos, cabras, bastardos e indígenas.¹⁸

Heliel Carvalho, na sua tese *A medicina missionária pioneira e o papel da União Evangélica Sul-Americana (Uesa) em Goiás, na primeira metade do século XX*, orientada por Sônia Maria de Magalhães, constrói uma tipologia própria, contando com a experiência de agentes de saúde envolvidos na medicina científica e motivados pela fé cristã protestante a partir da União Evangélica Sul-Americana. Investiga a vida de médicos missionários do século XIX em diferentes regiões do mundo, marcada pela ausência de cuidados na área da saúde e educação, dentre outros quesitos imprescindíveis para o desenvolvimento social das comunidades locais. Defende a premissa de que suas ações foram fundamentadas na espiritualidade que impulsionou um agir em regiões consideradas inóspitas. Examina a situação sanitária de Goiás até a chegada dos membros da Uesa, em 1911, atentando para o estabelecimento de hospitais, leprosários, espaços de saúde e permanência dos médicos licencia-

18 DAMACENA NETO, Leandro. **As “artes de curar” nos Guazazes: o Real Hospital Militar de Vila Boa (1770-1827)**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

dos. Defende o argumento de que a precária e complexa situação da saúde pública no estado constituiu-se em ambiente ideal para a atuação dos agentes de saúde com o *ethos* da medicina missionária pioneira. Evidencia como a Escócia foi o centro irradiador da medicina científica, a função da Conferência Missionária Mundial em Edimburgo, em 1910, seus posicionamentos sobre a medicina aplicada às missões e sua visão sobre a América Latina. A pesquisa comprova, também, que a cidade de Anápolis, Goiás, foi uma espécie de centro irradiador da Medicina Missionária Pioneira no Brasil. Os agentes de saúde e instituições por eles criadas possibilitaram à cidade tornar-se a referência na medicina científica, com multiplicação de ações em Goiás, especialmente a partir da década de 1920 até 1943, período essencial nessa investigação embasada na pesquisa realizada no Centro de Estudos do Cristianismo Mundial, da Universidade de Edimburgo.¹⁹

Instituições hospitalares, asilares e de pesquisa

Quando nos referimos a instituições de saúde, o primeiro espaço que nos vem à mente é o hospital, que, de acordo com o historiador britânico Roy Porter, “está para a medicina como a catedral para a religião e o palácio para a monarquia”.²⁰ Embora tenha se constituído ao longo do século XX como uma instância primordial no trato à saúde, nem sempre tiveram essa importância ou mesmo essa função. É provável que os primeiros hospitais tenham surgido

19 CARVALHO, Heliel Gomes de. **A medicina missionária pioneira e o papel da União Evangélica Sul-Americana (UESA) em Goiás, na primeira metade do século XX**. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

20 PORTER, Roy. **Das tripas coração**. Uma breve história da medicina. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 165.

no início do século IV, logo após a conversão do imperador Constantino; e se constituíam em “fundações devotas, em geral ligadas a ordens religiosas que se dedicavam a servir a Deus e aos homens”.²¹ Na Idade Média, ele proliferou, assemelhando-se, contudo, a uma “simples casa de acolhimento, um espaço para morrer, ou um verdadeiro estabelecimento de cuidados, representando, na cidade, um papel sanitário e profilático”.²² Ademais, se pareciam muito com os asilos, ou seja, “lugares que ofereciam refúgio e proteção”.²³

Nesse sentido, o desenvolvimento do hospital está intrinsecamente ligado a “dois valores cardeais da sociedade medieval, que são a caridade (*caritas*) e as enfermidades (*infirmas*)”. A *caritas* deriva da fraternidade humana, que, por sua vez, decorre do elo entre o amor paternal de Deus e os homens, uma vez que a Igreja Católica ensinava que “para amar Deus, é preciso amar nosso irmãos”. A *infirmas*, por sua vez, está ligada à fraqueza do corpo e à sua dependência, sendo, por isso, “mais socialmente desvalorizada”, tornando-se paulatinamente a condição de todos os homens frágeis, pois assinalava o pecado original. A *caritas* e a *infirmas* serão as alavancas para o “nascimento do hospital medieval, lugar público e gratuito de caridade”.²⁴

Por essa razão, Michel Foucault preconizava que o “personagem ideal” do hospital até o século XVIII, “não é o doente que precisa curar, mas o pobre que está morrendo”. Ou seja, é “alguém que deve

21 Ibidem, p. 166.

22 SAUNIER, Annie. A vida quotidiana nos hospitais da Idade Média. In: LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985. p. 193.

23 PORTER, op. cit., p. 166.

24 LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 118.

ser assistido material e espiritualmente, alguém a quem se deve dar os últimos cuidados e o último sacramento. Esta é a função essencial do hospital”.²⁵ Entretanto, utilizando a expressão de Michel Mollat, os hospitais medievais não estão impregnados “exclusivamente de sentimentalismo e religiosidade”.²⁶ Apesar de serem instituições de assistência aos pobres, eram, de acordo com Foucault, “também de separação e exclusão”. O hospital, portanto, seria uma instituição que visava tanto recolher o pobre quanto “proteger os outros do perigo que ele encarna”, pois o “pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso”.²⁷

Na produção historiográfica do PPGH é possível perceber essas mudanças conceituais do que é o hospital em alguns trabalhos com estudos bem interessantes. Nesse tópico, porém, nosso foco não é somente as instituições hospitalares, mas qualquer outra que tenha sido criada sob o discurso da saúde, da higiene, da salubridade e da medicina, tais como asilos, orfanatos, preventórios e instituições de pesquisa e memória. Nesse sentido, encontramos sete trabalhos que versam sobre essas instituições em diversas épocas e lugares. A ordem da análise é temporal, mas não o da produção do trabalho acadêmico, e sim do tema que ele aborda. Dessa forma, nos aprofundaremos no Hospital Nossa Senhora do Pópulo de Portugal, entre os séculos XVI e XVII, no Hospital Real Militar da Cidade de Goiás, entre 1746 e 1827, no Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, também da Cidade de Goiás, entre 1835 e 1843, no Asilo

25 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993. p. 101.

26 MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campos, 1989. p. 141.

27 FOUCAULT, op. cit., p. 101.

São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás, entre 1909 e 1935, no Orfanato São José da Cidade de Goiás, entre 1922 e 1958, no Preventório Afrânio de Azevedo, entre 1942 e 1950, e, por fim, nas instituições criadas pelo governo estadual após o acidente com o Césio-137, que ocorreu em Goiânia em 1987.²⁸

Defendida em 2015, como tese de doutoramento, o trabalho de André Costa Aciole da Silva, intitulado *“Queremos e mandamos (...) que o dito hospital (...) cure os enfermos (...)”*: Poder e medicina no Hospital Nossa Senhora do Pópulo (Portugal, séculos XVI-XVII), orientado por Dulce Oliveira Amarante dos Santos, teve o objetivo de analisar o processo de criação do referido hospital e a “sua relação com o processo de centralização do poder monárquico português em fins da Idade Média”.²⁹ Para além disso, o trabalho enfoca a organização do hospital e o seu reflexo no tratamento dos pacientes, bem como esquadrinha a medicina da época, herdeira da terapia espiritual e corporal, fundamentada nos preceitos hipocrático-galênicos e na prática da terapia dos banhos. Por falar nos banhos, a referida instituição é pioneira na prática em Portugal. A tese é dividida em quatro capítulos: o primeiro retoma as origens da centralização da assistência da saúde pública portuguesa, o segundo centra-se na estrutura e no funcionamento do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, o terceiro analisa a terapia balnear na medicina antiga e

28 Em outros momentos desse capítulo aparecerão outras instituições, tais como o Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho, a Colônia Santa Marta e o cemitério.

29 SILVA, André Aciole da. **“Queremos e mandamos (...) que o dito hospital (...) cure os enfermos (...)”**: Poder e medicina no Hospital Nossa Senhora do Pópulo (Portugal, séculos XVI-XVII). 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. p. 10.

medieval e, por fim, o quarto se aprofunda nas terapias e na cura na instituição.

Em *O Hospital Real Militar: saúde e enfermidade em Villa Boa de Goyaz (1746-1827)*, tese de doutoramento de 2014 também orientada por Dulce Oliveira Amarante dos Santos, Monica de Paula Age reconstrói, a partir de uma ampla e rica documentação, a história do Hospital Real Militar (HRM) de Villa Boa de Goyaz, no período de 1746 a 1827. A criação dessa instituição se insere numa política maior advinda do Reino português para ser implantada em diferentes capitanias do Brasil. Esses hospitais, mantidos pelo erário real, tinham como função tratar os militares doentes ou feridos. Em localidades nas quais não havia HRM, as Santas Casas de Misericórdia asseguravam o tratamento dos militares através de contratos estabelecidos com a Coroa. A tese encontra-se dividida em cinco capítulos: o primeiro enfoca a legalização e a fiscalização da prática médica no período, por meio, inicialmente, dos Regimentos dos Ofícios de Saúde do Reino, que destrincha o papel do Físico-Mor, do Cirurgião-Mor e do Boticário, a atuação deles no Brasil e termina com a consolidação dos Hospitais Reais Militares; no segundo capítulo, a autora analisa a criação e a administração do HRM de Vila Boa de Goiás; no terceiro capítulo, o foco é na Botica do HRM; no quarto se investiga a assistência hospitalar aos enfermos, aprofundando-se nas enfermidades, nas medidas profiláticas e terapêuticas e nas dietas dos doentes; e, por fim, o quinto capítulo centra-se na manutenção e no encerramento das atividades do HRM.³⁰

30 AGE, Mônica de Paula. **O Hospital Real Militar: saúde e enfermidade em Villa Boa de Goyaz (1746-1827)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

Em 1995, Cristina de Cássia Pereira Moraes defendeu a dissertação, orientada por Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, intitulada *As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás – 1835-1843*. A partir de uma vasta documentação até então inexplorada pela historiografia, a autora se propôs a “perseguir algumas pistas sobre a formação de estratégias que se auto-representam estruturadas sobre o pressuposto da salubridade”, tendo como cenário a Cidade de Goiás.³¹ A dissertação está dividida em três capítulos: no primeiro, a autora esquadrinha, a partir da análise de historiadores, arquitetos e viajantes, a vida pública que se desenvolvia nos espaços físicos, principalmente nas ruas e praças; no segundo, o foco é nas estratégias sanitárias conduzidas pelo Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, que a autora denomina como “laboratório de experiências higienistas e de disciplina incidindo sobre o trabalhador”;³² e, por último, o terceiro capítulo enfoca a resistências dos trabalhadores a essas estratégias sanitárias.

Intitulada *Pobres, doentes e desvalidos: o Asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909-1935)*, a dissertação de mestrado de Rildo Bento de Souza, foi defendida em 2010 sob a orientação de Cristina de Cássia Pereira Moraes. A partir dos milhares de documentos do arquivo do asilo, o autor buscou compreender como o discurso da caridade foi utilizado para segregar os indesejáveis da sociedade (indigentes, doentes, pobres, inválidos, abandonados) em um lugar “higiénico e aprazível”, mas longe o suficiente da vista dos moradores da cidade. Dividida em três capítulos, o trabalho enfoca,

31 MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **As estratégias de purificação dos espaços na capital da província de Goiás (1835-1843)**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995. p. 11.

32 Ibidem, p. 16.

no primeiro, a estruturação da Sociedade São Vicente de Paulo, em Goiás, e o seu trabalho inicial, a ideia da construção do asilo e como e porque ele foi edificado; no segundo capítulo, o foco é nos internos da instituição, suas doenças, seus dramas, e suas histórias, contadas a partir de um grande mosaico de fontes que, ao serem confrontadas, permitem **ouvir** as vozes dessas pessoas; e, por fim, o terceiro capítulo centra-se na rede de assistência desenvolvida em torno de asilo, com as Irmãs Dominicanas que gerem internamente a instituição, os empregados diversos, a alimentação, a rouparia e os cuidados médicos.³³

Em 2017, Lara Alexandra Tavares da Costa defendeu sua dissertação, intitulada *Pela moral e os bons costumes: um Asylo para Órphãs Desvalidas. Cidade de Goiás (1898-1958)*, também sob a orientação de Cristina de Cássia Pereira Moraes. O trabalho examinou o papel desempenhado pelo Orfanato São José, por meio da atuação das Irmãs Dominicanas, no amparo e na educação das meninas desvalidas. Dividida em três capítulos, no qual o primeiro delinea a personalidade do médico José Netto de Campos Carneiro, que, em testamento, doou a própria casa para a criação de um orfanato para meninas pobres e pôde se realizar após a sua morte; no segundo, a autora analisa a estruturação do orfanato e a sua administração; e,

33 SOUZA, Rildo Bento de. **Pobres, doentes e desvalidos**: o Asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909-1935). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

ao final, o terceiro capítulo analisa a infância pobre na Cidade de Goiás, com foco nos órfãos, e o impacto da instituição na cidade.³⁴

A dissertação de mestrado defendida por Kalyna Ynanhiá Silva de Faria, em 2014, e também orientada por Cristiana de Cássia Pereira Moraes, intitulada *Da dignificação dos filhos de Lázaro: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia, 1942-1950*, investiga “os discursos construídos sobre a necessidade do isolamento dos pais em colônias e na ‘prevenção’ do contágio da lepra/hanseníase aos filhos nos preventórios”.³⁵ Em Goiânia, a Colônia Santa Marta e o Preventório Afrânio de Azevedo representavam medidas institucionais de combate à lepra. Uma vez isolados dos pais, então internados na Colônia, os filhos recebiam assistência e educação nos preventórios, até os 18 anos, para meninos, e 21, para meninas. Intitulados, respectivamente, “A doença”, “A convalescência” e “A cura”, os três capítulos do trabalho enfocam: no primeiro, a rede de assistência aos doentes de lepra/hanseníase e os discursos eugênicos e as práticas médicas higienistas que marcaram essa relação, também aprofunda-se na questão da assistência à infância; no segundo, o estudo analisa as construções de Leprosários e Preventórios pelo Brasil com foco no Preventório Afrânio de Azevedo, em Goiânia; por fim, no terceiro, a pesquisa analisa o ensino profissionalizante no Brasil e na instituição objeto do estudo.

34 COSTA, Lara Alexandra Tavares da. **Pela moral e os bons costumes**: um asylo para órfãs desvalidas. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

35 FARIA, Kalyna Ynanhia Silva de. **Da dignificação dos filhos de Lázaro**: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo (Goiânia, 1942-1950). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. p. 8.

Encerrando este tópico, trazemos a recente dissertação de mestrado de Larissa Medanha Cabral, intitulada *Narrativas diversas, memórias em disputa: as instituições (Funleide, Suleide e C.A.RA) criadas pelo governo do Estado de Goiás após o acidente com o Césio-137 (1988-2011)*, defendida em 2020 sob a orientação de Jiani Fernando Langaro. O trabalho examinou as relações entre história e memória presentes nos desdobramentos do acidente com o elemento radioativo Césio-137, ocorrido na cidade de Goiânia, em setembro de 1987. Trata o tema sob novo prisma, com foco no período posterior à tragédia e nas memórias que cercam as instituições criadas pelo governo de Goiás para servir de apoio às vítimas do acidente, quais sejam, Fundação Leide das Neves (Funleide), Superintendência Leide das Neves (Suleide) e Centro de Assistência aos Radioacidentados (C.A.RA). Cabe ressaltar que se trata de apenas uma instituição, que foi mudando de nome e de objetivos ao longo dos anos. A problemática central da pesquisa indaga como diferentes memórias narram a atuação das instituições estaduais goianas e quais relações de poder e/ou lutas por direitos expressam e ajudam a constituir. O trabalho é dividido em três capítulos: no primeiro, a autora analisa os trabalhos acadêmicos produzidos sobre o acidente com o Césio-137 em diversas áreas do conhecimento; no segundo, o foco é o momento posterior ao acidente, com a institucionalização do atendimento às vítimas pela Funleide; e, por fim, no terceiro capítulo o objetivo é analisar as várias memórias sobre o pós-acidente

e a assistência prestada pelo governo de Goiás por meio dessas instituições ao longo do tempo.³⁶

Normal e patológico; saúde e doença

Em fevereiro de 1984, a revista francesa **Le Matin** publicou uma entrevista com Michel Foucault intitulada “Le style de l’histoire” [O estilo da história]. Foucault lamentou que o diálogo entre as duas principais tendências historiográficas francesas do século XX – *Annales* e *Épistémologie historique* – tenha se iniciado tão tarde. O problema, segundo ele, é que, para os *Annales*, “tudo aquilo que não podia ser considerado como análise de uma sociedade não era história”. Assim, comparando os gêneros de estudos produzidos por uma e outra tendência no campo da história da medicina, criticava o fato de que, para os primeiros, “a história do recrutamento da população de médicos é história, mas as próprias transformações do conceito de normal não eram”.³⁷

De fato, devemos a Canguilhem e ao próprio Foucault a elaboração de uma forma de problematização de certas categorias e fenômenos referentes ao corpo que, durante muito tempo, foram ignorados pelos historiadores, por serem considerados sem história ou porque não reconhecíamos que eles tinham uma história própria. Não se tratava, eles defendiam, de encontrar a tradução no discurso médico das condições e exigências econômicas, políticas ou sociais

36 CABRAL, Larissa Mendanha. **Narrativas diversas, memórias em disputa:** as instituições (Funleide, Suleide e Cara) criadas pelo governo do Estado de Goiás após o acidente com o Césio-137 (1988-2011). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

37 FOUCAULT, Michel. Le style de l’histoire. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits II (1976-1988)**. Paris: Quarto Gallimard, 2001. p. 1473.

do século XVIII, por exemplo. Ao tematizar, apoiado em Canguilhem, o problema do processo saúde-doença das populações, Foucault mostrou a existência, a partir do século XVII, de uma “soma-tocracia”, quer dizer, “um regime para o qual uma das finalidades da intervenção estatal é o cuidado do corpo, a saúde corporal, a relação entre a doença e a saúde”.³⁸ A partir desse momento, Foucault continua, abriu-se uma nova dimensão de possibilidades médicas à qual deu-se o nome de *bio-história*: o fato de que “o médico e o biólogo não trabalham mais no nível do indivíduo e de sua descendência, mas começam a fazê-lo no nível da própria vida e de seus acontecimentos fundamentais”.³⁹ Foi graças a essa linha de investigação que eles trouxeram o problema das **normas** para a historiografia da saúde e das doenças.

A história do conceito de normal, escrita por Canguilhem em seu clássico *O normal e o patológico*, de 1966, é a história de uma “ideologia médica”, a emergência de uma medicina e de uma patologia experimentais que, para se afirmarem como científicas, reduziram todos os fenômenos do corpo doente a uma simples variação de intensidade de fenômenos fisiológicos normais, que seriam conhecidos pelos cientistas a partir de uma média dos mesmos fenômenos no conjunto da população. Assim, reduzia-se “normal” e “patológico” e “saúde” e “doença” a meros estados biológicos, naturais, ainda que decorrentes da vida em sociedade. Crítico ferrenho dessa perspectiva, em *O normal e o patológico*, Canguilhem afirmou

38 FOUCAULT, Michel. Crise da medicina ou crise da antimedicina? In: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Trad. de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 381.

39 Ibidem, p. 383.

a consubstancialidade entre o biológico e o social, inserindo os fenômenos da vida na história a partir da noção de **norma**.⁴⁰

Seguindo esse rastro, Foucault enfatizou que as “normas” permitiam evitar a armadilha da escrita da história da medicina e dos saberes sobre o corpo e a saúde como meros apêndices da história do capitalismo. Para isso, fez, em diferentes ocasiões, a demonstração histórica do conceito de **normalização** apresentado por Canguilhem em seu livro, onde também encontrou um conjunto de ideias metodologicamente fecundas sobre o poder. Foucault⁴¹ explicou que a primeira dessas ideias diz respeito ao que seria um processo geral de normalização social, política e técnica que estaria em curso no século XVIII e que se manifestaria nos locais frequentemente associados ao poder disciplinar, isto é, a escola, o hospital, a indústria, o exército etc. A segunda é a ideia de que uma norma se define pelo papel de exigência e de coerção que ela exerce, daí ele ter dito que a norma é o elemento que funda e legitima um exercício de poder. A terceira e mais importante ideia é o princípio de qualificação presente em toda a norma. De acordo com Canguilhem, “depreciando tudo aquilo que a referência a ela própria impede de considerar normal, a norma cria, por si mesma, a possibilidade de uma inversão dos termos”.⁴² A norma, portanto, não exclui somente, ela está sempre ligada a técnicas positivas de intervenção e transformação que exigem, como condição de exercício, a formação de um saber.⁴³

40 CANGUILHEM, Georges. **Le normal et le pathologique**. Paris: PUF, 2006.

41 FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. p. 61-65.

42 CANGUILHEM, op. cit., p. 212.

43 FOUCAULT, op. cit., p. 64.

Desde esse encontro entre Canguilhem e Foucault, nos anos 1960, o questionamento da relação que as sociedades modernas estabeleceram com a verdade se tornou uma das grandes tarefas assumidas pela historiografia dos saberes e práticas sobre os pares saúde/doenças e normal/patológico. Tratava-se, a partir de então, de entender como puderam ser aceitos como verdadeiros e, portanto, dotados de poder, certos discursos e práticas que foram, na origem ou no final, produtores, mesmo que de modo colateral, de diferentes formas de violência. As consequências provocadas pelas estratégias de intervenção política sobre o processo saúde-doença das populações e pela partilha entre normal e patológico a partir de indicadores de sexo, raça e comportamento na medicina, nos saberes “psi” e na criminologia, constituem os principais exemplos.

Para dar conta daquele questionamento, foi necessário elaborar um conjunto de postulados e técnicas historiográficas que passavam pelo reconhecimento das doenças como construções discursivas orientadas para práticas terapêuticas que não se desenvolvem alheias às exigências e condições do seu contexto. O interesse que o aparecimento de disciplinas como a Psicologia Social ou a Higiene tem para a história, portanto, não vem necessariamente do fato de que elas são técnicas políticas voltadas para as populações, estratégias de majoração das forças produtivas em sociedades capitalistas, mas do fato de que, enquanto estratégias de preservação das doenças e de criação de indivíduos normais ou saudáveis, elas precisaram incitar verdadeiros programas de investigação científica. Ao ganharem um estatuto de verdade, elas legitimaram o exercício de certo tipo de poder sobre a vida e sobre o corpo. Como disse Foucault naquela entrevista em 1984, poucos meses antes de sua morte, “é preciso lembrar,

com Max Weber, que a racionalidade não é apenas o produto de uma sociedade, mas um fator constitutivo da história”.⁴⁴

Se os trabalhos atuais dos historiadores da saúde e das doenças se afastaram metodologicamente da abordagem de Canguilhem e Foucault, eles ainda se beneficiam daqueles *êthos*, postulados e técnicas e, sobretudo, da sua capacidade de criação de novos objetos, respeitando a sua historicidade e a sua geografia específicas, bem como dos saberes que os conformam e os fazem agir na constituição social. Não foram poucas as vezes que pesquisas desenvolvidas no âmbito do PPGH forneceram o testemunho dessa preocupação com o normal e o patológico, com a saúde e a doença e com a constituição dos saberes e práticas dedicadas a esses fenômenos. Uma preocupação aprofundada, atualizada e estendida a temporalidades e espacialidades não cobertas ou imaginadas pela epistemologia histórica francesa a partir do encontro com outras vertentes historiográficas, entre as quais os *Annales*, conduzindo à superação da falsa distinção entre o racional e o social denunciada à exaustão por Canguilhem e Foucault. Seria negligente não apontar também, nos trabalhos apresentados a seguir, os traços de um estilo de investigação histórica sobre as doenças que remetem aos trabalhos de outro representante da epistemologia histórica, porém na Polônia, o médico Ludwik Fleck, cujo trabalho sobre “a gênese e o desenvolvimento” das teorias e práticas de conhecimento e terapêuticas sobre a sífilis é bem familiar aos pesquisadores da área.

Com o sugestivo título *Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás, 1822-1889*, Danilo Rabelo defendeu, em 1997, sua pesquisa sob a orientação de Olga Rosa Cabrera

44 FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. p. 1474.

Garcia. Avançando na trilha aberta pelo trabalho de Cristina Moraes, o autor pondera sobre a incidência dos discursos médico, jurídico, moral e religioso sobre os espaços público e privado na então capital da Província de Goiás e a resistência por parte das “camadas populares” e da “elite dominante” a esse controle. Ao longo da pesquisa, foram analisadas as relações econômicas, sociais, políticas e culturais estabelecidas pela comunidade em confronto com novas práticas discursivas que foram se inserindo ou sendo impostas.⁴⁵

Na sua dissertação de mestrado intitulada *O Brasil-Central e suas potencialidades na “Revista A Informação Goyana” (1917-1935)*, Andreia Silva Lisboa, sob a orientação de Cristina de Cássia Pereira Moraes, analisa a questão da saúde em Goiás por meio do discurso do referido magazine. A autora também ressalta o embate travado entre os editores da revista e a repercussão do relatório dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, em 1916. A imagem de um estado doente, insalubre e atrasado promovido pelo relatório dos médicos de Manguinhos causou intensa reação por parte dos editores da revista que, escrita do Rio de Janeiro por intelectuais goianos, visava a divulgação das potencialidades de Goiás. “Nesse sentido, identificamos ainda na **A Informação Goyana**, artigos, escritos por médicos goianos, que refutam a ideia de que o interior brasileiro era um vasto hospital”.⁴⁶

Defendida em 2011, a tese de doutorado de Eduardo Sugizaki, intitulada *Uma história da doença de Carrion. Clínica e bacteriologia*

45 RABELO, Danilo. **Os excessos do corpo**: a normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889). 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

46 LISBOA, Andreia. **O Brasil-Central e suas potencialidades na “Revista a Informação Goyana” (1917-1935)**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. p. 58.

(1842-1913), é aquela que apresenta de modo mais evidente sua filiação ao estilo francês de história das doenças. Esse **ar de família** é facilmente pressentido já pelos vínculos institucionais associados à pesquisa, orientada, no Brasil, por Marlon Salomon, em cotutela com a Universidade da Picardia Jules Verne, sob a orientação de François Delaporte, ele mesmo um declarado discípulo de Canguilhem e Foucault. A filiação francesa não poderia ser expressa de modo mais claro do que fez o seu autor: “Esta tese doutoral é uma investigação **histórica e epistemológica** da idade clínica da doença de Carrión (1842-1885) ao início da idade bacteriológica de seu estudo (1885-1913)”.⁴⁷

Como se comportaram, na Cidade de Goiás, as mulheres e os homens que enfrentaram, entre 1918 e 1920, a pandemia de H1N1 provocada pelo vírus influenza, popularmente conhecida como Gripe Espanhola? É a partir desse questionamento que Leandro Carvalho Damacena Neto orienta a sua dissertação *A “Influenza Espanhola” de 1918/1919 na Cidade de Goiás*, defendida em 2011 e orientada por Cristina de Cássia Pereira Moraes. Revisitar esse trabalho em 2021, em plena pandemia, traz uma inquietante familiaridade: as incertezas, a angústia, o medo, a espera, a supressão dos ritos fúnebres, a desconfiança dos diagnósticos, os tratamentos experimentais, o pedido de socorro financeiro dos estados à União, o papel da im-

47 O trabalho de Sugizaki recebeu o prêmio de melhor tese de doutorado em ciências humanas defendida na UFG no concurso “Expressão Acadêmica” (SUGIZAKI, Eduardo. **Uma história da doença de Carrión. Clínica e bacteriologia (1842-1913)**. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Grifo nosso).

prensa para conscientizar a população quanto à higiene pessoal e o afastamento social.⁴⁸

No mesmo ano, Éder Mendes de Paula defendeu a dissertação *Os sons do silêncio: o louco e a loucura em Goiás*, sob a orientação de Élio Cantalício Serpa, que abordou, a partir da micro-história, as representações do louco e da loucura e a construção dos padrões de comportamento considerados normais e anormais em Goiás, tendo como cenário o Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, de Goiânia, no início da Ditadura Militar. Essas questões foram analisadas por meio das pistas de um polonês radicado de guerra, Pawel Gutko, e de seu envolvimento com o ex-governador Mauro Borges.⁴⁹

Em sua tese de doutoramento *A (re)invenção do fim: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX*, defendida em 2012, Deuzair José da Silva, orientado por Maria Elizia Borges, inquire, a partir dos registros de testamentos e óbitos, os ritos de morte praticados em Goiás. Usando como modelo investigativo o estudo serial, por evidenciar “os pontos de continuidade e de intersecção”, o autor pôde vislumbrar as práticas mortuárias desenvolvidas pela população, “centrando o debate nas atitudes dos testadores e nas particularidades recorrentes na elaboração dos testamentos”.⁵⁰

Na tese *“Eternos Órfãos da Saúde”: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)*, Leicy Francisca da Silva, orientada

48 DAMACENA NETO, Leandro Carvalho. **A “Influenza Espanhola” de 1918/1919 na Cidade de Goiás**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

49 PAULA, Éder Mendes de. **Os sons do silêncio: o louco e a loucura em Goiás**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2011.

50 SILVA, Deuzair José da. **A (Re)invenção do fim: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX**. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

por Marlon Salomon, analisou o processo de construção da lepra em Goiás no período entre 1830 e 1962. Os principais documentos utilizados foram os relatórios de médicos-viajantes, revistas médicas goianas, relatórios dos governos provinciais/estaduais e jornais locais. A hipótese defendida é que ocorre em Goiás, na década de 1920, uma transformação na forma de conceber a doença. A morfeia, que no século XIX era vista como possivelmente curável e cujos doentes conviviam nos espaços urbanos com os sadios, dá lugar à lepra, uma doença contagiosa, que se expandia pelos espaços pobres e “sem civilização”, e exigia ações do Estado para sua contenção. Essa transformação se faz contextualizada no aumento do interesse pelo espaço do interior do Brasil e na disputa discursiva com respeito à mudança da capital federal para Goiás. Os discursos construídos em torno dessa questão apresentam um espaço e uma população caracterizados pela doença e pela ausência do poder público.⁵¹

Éder Mendes de Paula, na tese *Da (in)visibilidade à categorização: o louco infrator em Goiás (1930-2010)*, de 2016, orientado por Élio Cantalício Serpa, prossegue no estudo do louco infrator como uma incógnita durante a História de Goiás, cuja imagem esteve sempre relacionada diretamente aos presidiários, não havendo uma categorização desses homens e mulheres. Ele traça a trajetória do louco infrator, da sua invisibilidade, diluído em meio a outra categoria de exclusão à sua categorização, realizada a partir da luta antimanicomial em Goiás. Nos meandros desse período histórico que compreende o século XX, são abordadas questões como o coronelismo e a violência na tentativa de compreender como a sociedade goiana

51 SILVA, Leicy Francisca da. **Eternos órfãos da saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)**. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

relaciona o crime e a loucura. Busca, nos processos criminais, subsídios para indagações e respostas às suas inquiuições.⁵²

Em sua dissertação de mestrado de 2018, Juliana Souza Pacheco aborda, pelo viés psicanalítico, um tema cada vez mais caro à historiografia contemporânea: a relação trauma- memória-literatura. Em *Aproximações entre psicanálise: testemunhos, trauma e sublimação*, a autora analisa a “literatura de testemunho” de Primo Levi, poeta e químico italiano preso pelos nazistas e levado a um campo de concentração em 1944. Nessa pesquisa, orientada por Fabiana de Souza Fredrigo, a obra literária de Levi – notadamente *É isto um homem?*⁵³ e *Os afogados e os sobreviventes*⁵⁴ – é analisada a partir do arsenal freudiano com o objetivo de mostrar o meio pelo qual o método psicanalítico pode “alcançar a história e, mais particularmente, examinar as doenças e alterações culturais, pensando-as a partir do universo mental”.⁵⁵

Sylnier Moraes Cardoso, em *As permanências e rupturas da Reforma Psiquiátrica nas instituições de atenção à saúde mental em Goiânia (1966-2018)*, orientada por Ana Carolina Eiras Coelho Soares, aborda a Reforma Psiquiátrica nas instituições de atenção à saúde mental em Goiânia, realizando um percurso histórico desse processo social complexo, e mostra as mudanças e permanências dentro das

52 PAULA, Éder Mendes de. **Da (in)visibilidade à categorização: o louco infrator em Goiás (1930-2010)**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

53 LEVI, Primo. **É isso um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

54 LEVI, P. (1986). **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas e as impunidades**. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

55 PACHECO, Juliana Souza. **Aproximações entre psicanálise: testemunhos, trauma e sublimação em E isto um homem e os afogados**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. p. 57.

instituições psiquiátricas ao longo do tempo. O recorte temporal escolhido se dá a partir de 1966, quando iniciou-se o fortalecimento da psiquiatria de viés biomédico e a substituição dos asilos públicos por hospitais privados, e se estende até o ano de 2018, com o pleno funcionamento dos novos dispositivos em assistência psiquiátrica em Goiânia (Residências Terapêuticas, Caps, Gerarte e o Centro de Convivência e Cultura Cuca Fresca), que visam garantir o acesso a um tratamento mais humanizado, a reinserção social do usuário e o desenvolvimento de sua autonomia e cidadania.⁵⁶

Em 2020, Natan Magalhães Silva defendeu, sob a orientação de Dulce Oliveira Amarante dos Santos, a dissertação de mestrado *A produção de textos médicos sobre a enfermidade do amor hereos (séculos XI a XIV)*. Aqui, vale a pena notar aquela multiplicidade temporal e espacial das pesquisas em história da saúde e das doenças sobre a qual falamos páginas atrás, ao mesmo tempo em que reconhecemos a fecundidade e o valor das pesquisas sobre a medicina medieval desenvolvidas no PPGH. A partir de documentos como o texto traduzido do árabe e adaptado por Constantino, no século XI, *Viático dos peregrinos (Viaticum peregrinantis)*,⁵⁷ os comentários médicos atribuídos a mestres escolásticos de Paris, Montpellier e Siena do século XIII acerca do mal na obra constantiniana, ou o *Tratado do amor heroico (Tractatus de amore heroico)*,⁵⁸ de 1285, atribuído ao

56 CARDOSO, Synlier Moraes. **As permanências e rupturas da Reforma Psiquiátrica nas instituições de atenção à saúde mental em Goiânia (1966-2018)**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

57 CONSTANTINO AFRICANO. **Viaticum peregrinantis**. Traduzione e note de Lucia Lo Russo. [S. l.]: Editora independente, 2019. [latim-Italiano].

58 ARNALDO DE VILANOVA. *Tractatus de amore heroico*. In: MCVAUGH, Michael R. (org.). **Arnaldi de Villanova Opera Medica Omnia**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1985. p. 43-54.

mestre e físico catalão Arnaldo de Vilanova, essa pesquisa mostra, nas palavras do autor, como as representações sobre o *amor hereos* foram “elaboradas tomando como base a tradição médica antiga e árabe, sobretudo por meio das obras de Galeno e Avicena, e os discursos a respeito do amor cortês presentes na literatura vernácula e latina do período”.⁵⁹

Vitor Anderson Gonçalves de Oliveira, em dissertação de mestrado defendida em 2020, também sob a orientação de Dulce Oliveira Amarante dos Santos, intitulada *Saúde, erotismo no Speculum Al Joder (século XV)*, estuda um manual sobre o coito, escrito em língua árabe e traduzido para o catalão, repleto de práticas dietéticas e terapêuticas, apoiado na teoria humoral hipocrático-galênica. Nas palavras do autor, esse documento médico sobre a prática sexual “buscava evitar que a doença se estabelecesse no indivíduo, pois preservar a saúde era mais fácil do que curar-se de uma doença”.⁶⁰ Assim como a dissertação de Natan Magalhães Silva, essa pesquisa mostra como o reconhecimento das doenças não como um fato natural, mas como um fenômeno discursivo, se enraizou na historiografia.

Começamos, nesta parte do capítulo, por Canguilhem e Foucault, e terminamos com eles, pois a tese *Metamorfoseando a vida: a escrita autobiográfica de Herculine/Abel Barbin (1838-1868)* encontra-se amplamente apoiada nos dois filósofos-historiadores franceses, a quem sua autora, Patrícia Simone de Araújo, sob a supervisão de Sônia Maria de Magalhães, recorre para estudar questões de sexo,

59 SILVA, Natan Magalhães. **A produção de textos médicos sobre a enfermidade do amor hereos (séculos XI a XIV)**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

60 OLIVEIRA, Vitor Anderson Gonçalves de. **Saúde, erotismo no Speculum Al Joder (século XV)**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

gênero e sexualidade sob a ótica do par normal/patológico. Esse exame é feito partir da análise da escrita autobiográfica de Barbin, cujas memórias foram publicadas pela primeira vez por Foucault, que explicou:

O livro *Herculine Barbin* é um documento dessa estranha história do verdadeiro sexo. Ele não é o único, mas é bastante raro. É o diário, ou melhor, são as memórias deixadas por um desses indivíduos a quem a medicina e a justiça do século XIX perguntavam obstinadamente qual era a verdadeira identidade sexual.⁶¹

Na tese, Patrícia Simone Araújo estuda um processo de construção da identidade na contramão do violento processo de normalização social conduzido pelas tecnologias do corpo e da vida no século XIX. Desse modo, faz aparecer uma Barbin “corajosa, que não se submeteu aos padrões de sua época na forma de conceber o seu corpo e lugar no mundo”.⁶²

Considerações finais

Dividido em três tópicos, o objetivo deste capítulo foi analisar a produção historiográfica do Programa de Pós-Graduação em His-

61 FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Trad. de Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 4-5. Sobre a história da publicação desse tipo de documento arquivo no percurso intelectual de Foucault, cf. SALOMON, Marlon. “Isso não é um livro de história”: Michel Foucault e a publicação de documentos de arquivo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 229-252, jan.-abr. 2019.

62 ARAÚJO, Patrícia Simone. **Metamorfoseando a vida**: a escrita autobiográfica de Herculine/Abel Barbin (1838-1868). 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

tória da UFG a partir de três perspectivas: “medicina e práticas de curar”, “instituições hospitalares, asilares, e de pesquisa” e “normal e patológico; saúde e doença”. Esperamos que novos estudos surjam nessa temática, na trilha já aberta por essas pesquisas.

QUEM PESQUISA PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA HISTÓRIA? UMA BREVE LEITURA SOBRE OS TRABALHOS DO PPGH NOS ÚLTIMOS 50 ANOS

Yussef Daibert Salomão de Campos¹

Introdução

O Programa de Pós-Graduação em História, que completa 50 anos e já foi Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da então Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, hoje é um Programa *stricto sensu* da Faculdade de História da UFG. Teve área de concentração em “História das relações entre cidade e campo”; hoje é em “Cultura, fronteiras e identidades”.

Muitos trabalhos foram defendidos em espectros dos mais distintos: História Antiga, Medieval, Brasil, América, Moderna, Contemporânea, Teoria da História, etc. Não obstante, quantos

¹ Doutor em História pela UFJF; professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. E-mail: yussefcampos@ufg.br

trabalhos se voltaram para o patrimônio, seja ele adjetivado por **histórico, cultural, artístico**, entre outras tantas definições? Como e o que abordaram? Quais foram os/as orientadores/as e os/as orientandos/as?

Para tentar responder a essas perguntas, já adiantando parte do resultado, separei os trabalhos encontrados (todos eles disponíveis no sítio eletrônico do PPGH²), nessas cinco décadas, em três grupos:³ os cinco que tiveram o patrimônio como tema e objeto de problematização, e que por isso tiveram uma maior atenção dispensada, estando a palavra “patrimônio” presente no título, resumo ou ficha catalográfica (com a exceção de uma dissertação, que se apoiou no patrimônio para interpelar outro conceito, o de “identidade”; mesmo nesse caso, “patrimônio” foi imprescindível para a inteligência da pesquisa); os que se apoiaram no patrimônio para fundamentação de suas pesquisas, desenvolvendo debates e estudos de casos em itens e subitens dos textos de conclusão (7 pesquisas); e, por fim, os que apenas utilizaram-se de alguma historiografia do patrimônio para revisões bibliográficas (21 trabalhos).

2 Os trabalhos avaliados são aqueles disponíveis no sítio até o momento da escrita deste texto, em agosto de 2021: de 1974 a 2020. O autor evitou pesquisa em arquivo por conta da pandemia do novo Coronavírus. Pede, desde já, por conta da impossibilidade de pesquisar em arquivo, alguma possível omissão quanto a outros trabalhos.

3 Os seguintes trabalhos, com potencialidade para tornarem-se objeto deste capítulo, não entraram em nenhuma das classificações, pois não foi possível ter acesso às suas integralidades: MOURA, Edna Aparecida Santana. **História dos Planos Diretores de Goiânia (1933-1995)**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003; BARRETO, Roseli de Fátima Brito Neto. **As estratégias da memória em Goiás. Política cultural e a criação do Museu Pedro Ludovico**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

No entanto, antes de apresentar essas teses e dissertações, refletamos um pouco sobre a relação entre historiografia e patrimônio. Sendo a memória matriz da história, a partir de Ricœur,⁴ e o patrimônio um lugar de memória, para Nora,⁵ já que elegemos lugares quando a memória não mais está viva, considerarei o patrimônio como uma metamemória, segundo o que ensina Catroga.⁶ Diz o historiador português que o signo é uma sobreposição de significantes.⁷ Tomando de empréstimo essa definição e, aliando-a à análise que José Reginaldo Santos Gonçalves⁸ faz desse patrimônio, a partir de Mauss, podemos interpretá-lo como fato social total, ou seja, dotado de vários contornos semânticos. Ou um signo! Para Revel,⁹ práticas sociais. Para Pomian, semióforo, um símbolo visível de algo invisível.¹⁰ Isso para dizer o óbvio: que o patrimônio é campo no qual o/a historiador/a tem ampla competência e, em alguns casos, dever de mirar suas investigações.

-
- 4 RICŒUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- 5 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.
- 6 CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- 7 Ibidem, p.62.
- 8 GONÇALVES, José Reginaldo S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos – Revista do PPGAS da UFRGS**, v. 11, n. 23, jan.-jun. 2005.
- 9 REVEL, Jacques. **Proposições: ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- 10 POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: GIL, Fernando (org.). **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

Títulos, fichas catalográficas e palavras-chave

Quatro dissertações e uma tese tiveram, como objeto e/ou como sustentáculo teórico, o patrimônio cultural, defendidas a partir de 2000. Cronologicamente, são as dissertações: *A festa do Divino: Romanização, Patrimônio e Tradição em Pirenópolis (1890-1988)*, defendida em 2000; *Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias*, de 2005; *'De peneira e batêia só se consegue tutaméia': as identidades e a Comissão Goiana de Folclore (1948-1978)*, de 2008; e, por fim, *Karatê entre o Japão e Okinawa: as disputas na construção e afirmação da identidade okinawana por meio do karatê*, de 2020. A tese, defendida em 2017, é a intitulada *Muito além das telas douradas: Cidade e tradição em Goiandira do Couto (1960 a 2001)*. “Patrimônio” está presente no título dos dois primeiros trabalhos de mestrado, como se pôde notar; no terceiro, é encontrada na apresentação do resumo; e na última dissertação faz parte do arcabouço teórico, ancorado no conceito de “identidade”. Na tese, consta da ficha catalográfica, bem como do resumo e de suas palavras-chave. Isso indica o protagonismo do patrimônio nesses trabalhos.

Na primeira dissertação, de 2000, de Mônica Martins da Silva, orientada pela professora Dra. Dulce Amarante O. Santos, a patrimonialização da Festa do Divino, na cidade goiana de Pirenópolis, é o tema abordado, em amplo recorte, desde o processo de romanização e de redefinições da Igreja Católica no Brasil até o processo de patrimonialização do festa. A banca foi composta pelos professores doutores – além da presidente e orientadora – Jaime de Almeida (Universidade de Brasília), Noé Freire Sandes (Universidade Federal de Goiás), tendo como suplente Nasr Nagib Fayad Chaul, também da UFG. Elaborada em quatro capítulos (“A festa do Divino em Pi-

renópolis”, “As fronteiras da romanização nos domínios da festa”, “Patrimonialização e folclorismo: caminhos cruzados de um mesmo tempo” e “Tradições (re)inventadas”, pude notar que a autora preocupou-se em descrever e expor ao leitor relevantes particularidades do bem cultural avaliado, apresentando os autos, as danças e contradanças, a festa dos Santos Pretos, Cavaleiros e Mascarados, as diversas festas dentro da festa, a religiosidade e o controle da festa por parte da Igreja Católica, ademais da patrimonialização da festa a partir do conceito de “tradições inventadas”, de Hobsbawm e Ranger.¹¹ A partir disso, afirma que

[a] cavalhada tornou-se um dos símbolos da festa do Divino em Pirenópolis, e isso aconteceu pelos diversos motivos apontados. Ela demonstrou como as tradições podem ser modificadas e ao mesmo tempo continuar dando sentido para o grupo envolvido, fazendo adaptações nas quais se conservam os velhos costumes em condições novas, ou se usam velhos modelos para novos fins.¹²

Outros aportes teóricos relevantes para a construção do trabalho foram “memória coletiva”, de Halbwachs,¹³ “comunidades imaginadas”, de Anderson,¹⁴ dentre outros.

11 HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra/História, 1984; HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

12 SILVA, Mônica Martins da. **A festa do Divino: romanização, patrimônio e tradição em Pirenópolis (1890-1988)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. p. 159.

13 HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

14 ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1986.

A segunda, *Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias*, defendida por Keley Cristina Carneiro, em 2005, foi orientada pelo professor Dr. Élio Cantalício Serpa, contando com a banca formada pela professora Dra. Libertad Borges Bittencourt e pelo professor Dr. Marlon Jeison Salomon, tendo como suplente o professor Dr. Noé Freire Sandes, todos da UFG. Segundo a autora,

[a] finalidade desse estudo é compreender por que parte da população da cidade de Goiás, após a transferência da capital para Goiânia, tornou-se ressentida e por que algumas pessoas pertencentes a determinadas entidades ou associações ou instituições amenizaram seus ressentimentos, buscando uma valorização do seu passado histórico e de suas tradições a ponto de tornar a cidade Patrimônio da Humanidade. É, também, objetivo desta pesquisa mostrar uma das grandes festas de Goiás, que atrai inúmeros turistas, a Procissão do Fogaréu, inserida nos rituais da Semana Santa. Os resultados obtidos mostraram que não é a cidade toda que se tornou Patrimônio da Humanidade, mas apenas o “centro histórico”, enquanto outras partes da cidade ficam à deriva. E, também, como conclusão desta pesquisa, percebem-se as vozes dissonantes no que se refere às tradições. Goiás se apresenta, diante do mundo, como Patrimônio da Humanidade, contudo, há uma outra história, não-dita pela história oficial.¹⁵

15 CARNEIRO, Keley Cristina. **Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005. p. 8.

Halbwachs¹⁶, Hobsbawm e Ranger voltam a aparecer nesse trabalho, com as mesmas obras citadas pelo trabalho anterior. A autora utiliza também o conceito de “lugar de memória”, de Pierre Nora,¹⁷ para descrever o reconhecimento da cidade de Goiás como patrimônio mundial. Cumpre destacar que ela problematiza tal ação, demonstrando como esse processo inviabilizou aqueles e aquelas que não estavam (e não estão) circunscritos ao perímetro que passou a ser inscrito sob a égide de “centro histórico”. Talvez o autor que mais tenha contribuído para apoiar o posicionamento de Keley seja Pollak,¹⁸ em trabalho que contrapõe conceitos ambivalentes, como memória e esquecimento.

Guilherme Talarico de Oliveira, em seu trabalho de mestrado defendido em 2008, analisou a trajetória da Comissão Goiana de Folclore e como, transversalmente, debates sobre folclore e cultural popular, a inserção do “patrimônio imaterial” no ordenamento jurídico brasileiro e o registro desses bens alteraram o *ethos* de detentores, antropólogos e folcloristas. Presidida pela orientadora de Guilherme, profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo, a banca foi composta pelo profa. Dra. Libertad Borges Bittencourt (UFG), pelo Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa, da Faculdade de Educação da UFG, tendo como suplente o Prof. Dr. Carlos Oiti Berbert Júnior (UFG).

16 “A redescoberta da obra de Maurice Halbwachs pelos historiadores franceses foi tardia, como sabemos: ela é contemporânea da adoção da memória como objeto da história no último quarto do século XX” (REVEL, Jacques. **Proposições:** ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 67-68).

17 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.

18 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

A História Cultural,¹⁹ análises antropológicas e a literatura são prementes para o trabalho. Destacam-se Canclini,²⁰ Chartier,²¹ Fonseca²² e, novamente, Halbwachs²³ e Hobsbawm e Ranger, em edição de 2002, o que demonstra como perscrutar a dimensão coletiva da memória e a perspectiva de um ideal por uma identidade proto-nacional são imprescindíveis na apreciação da invenção das identidades nacional e regionais. Para ilustrar, cito o autor:

Na escolha de determinadas manifestações culturais locais, como o Fogaréu, as Cavalhadas e outras festas religiosas de determinada comunidade, como formas de representação de uma cultura goiana, a CGF amplia uma identidade local, transformando-a em manifestação de uma totalidade de indivíduos bastante disformes culturalmente, como é o caso das diferentes comunidades culturais, praticamente

-
- 19 “[...] o cultural parece ter se tornado hoje a chave de leitura privilegiada dos historiadores.” (REVEL, Jacques. **Proposições**: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 97).
- 20 CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n. 23, p. 94-115, 1994; CANCLINI, Néstor García. **A cultura popular no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981; CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. Estratégias para entender e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. (Ensaio Latino-Americanos 1).
- 21 CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.
- 22 FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- 23 HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

dísparos se focadas geograficamente de sul a norte, que compõem o território goiano.²⁴

A última dissertação desse item é a de Gustavo Oliveira Brito dos Santos, defendida em 2020, sob minha orientação, em banca presidida por mim e formada pelos professores doutores Lúcio Menezes Ferreira (Universidade Federal de Pelotas) e Jiani Fernando Langaro (UFG). Nesse trabalho, o candidato buscou “demonstrar como o Karatê Tradicional de Okinawa tem se tornado um elemento de afirmação identitária do povo okinawano frente ao Japão”²⁵ e, para isso, procurou expor as nuances de uma disputa identitária, inflamada por possível patrimonialização “em torno do karatê e demonstrar as especificidades históricas da comunidade okinawana em relação ao Japão, bem como apresentar as ideias de tradição em torno do karatê de Okinawa e do karatê do Japão”.²⁶ Fazendo uma breve, mas eficiente genealogia da legislação japonesa sobre a preservação de seus patrimônios culturais, da investigação de datas celebrativas e da participação de agências internacionais, ele afirmou que:

[...] [o] discurso “tradicionalista” se volta à Okinawa como uma “Meca” de onde poderia irradiar um “verdadeiro espírito do karatê”.

24 OLIVEIRA, Guilherme Talarico de. **‘De peneira e batêia só se consegue tuta-méia’**: as identidades e a Comissão Goiana de Folclore (1948-1978). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. p. 150.

25 SANTOS, Gustavo Oliveira Brito dos. **O Karatê entre o Japão e Okinawa**: as disputas na construção e afirmação da identidade okinawana por meio do karatê. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. p. 9.

26 SANTOS, Gustavo Oliveira Brito dos. **O Karatê entre o Japão e Okinawa**: as disputas na construção e afirmação da identidade okinawana por meio do karatê. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. p. 9.

Mas mesmo as entidades reguladoras do karatê em Okinawa realizam competições e ainda apoiam de Okinawa a entrada do karatê nas Olimpíadas. Esse apoio dado por meio do Dia do Karatê visa principalmente o reconhecimento do karatê de Okinawa como Patrimônio Imaterial da Humanidade. De certa forma a campanha pelas Olimpíadas está sendo encarada como uma forma a mais de chamar atenção para demanda por patrimonialização e de apresentar o karatê como uma legítima expressão cultural okinawana.²⁷

Canclini²⁸ reaparece para dar suporte ao trabalho quanto à “construção imaginária do nacional”, bem como Nora²⁹ e seus “lugares de memória”, além do onipresente Halbwachs.³⁰ Também são citados, Hall,³¹ através da relação entre identidade e cultura, Lowenthal³² e o nacionalismo presente nas políticas de patrimonialização, dentre outros.

27 Ibidem, p. 79.

28 CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n. 23, p. 94-115, 1994; CANCLINI, Néstor García. **A cultura popular no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981; CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. Estratégias para entender e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. (Ensaio Latino-Americanos 1).

29 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.

30 HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

31 HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

32 LOWENTHAL, David. Why Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism. **International Journal of Cultural Property**, Cambridge, v. 12, n. 3, p. 393-423, ago. 2005.

A tese *Muito além das telas douradas: cidade e tradição em Goiandira do Couto (1960 a 2001)*, de Raquel Miranda Barbosa, orientada pela professora Dra. Heloisa Selma Fernandes Capel, foi defendida em 2017, tendo como examinadores os professores/as doutores/as Eduardo Gusmão de Quadros (Pontifícia Universidade Católica de Goiás), Ademir Luiz da Silva (Universidade Estadual de Goiás), Cristina de Cássia Pereira Moraes (UFG) e Sônia Maria de Magalhães (UFG). Nela, volta a surgir a cidade de Goiás, patrimônio mundial, contudo, tendo uma personagem como protagonista. Segundo Raquel, os rastros de Goiandira do Couto se legitimaram, “no advento do século XXI, entre os lugares de memória da cidade-patrimônio, com a fundação do Espaço Cultural Goiandira do Couto, um lugar destinado à musealização da trajetória público-privada desta notável artista e guardiã das memórias vilaboenses, ainda, em vida”.³³ Complementa, dizendo que, nas telas da artista plástica, a valorização dos “símbolos da memória oficial inspirou a criação de uma cidade-ideal que, mais tarde, tornar-se-ia cidade-patrimônio apregoando o enredo das oficialidades, conforme se vê no Dossiê de Goiás, documento que formalizou a candidatura da Cidade de Goiás ao título de patrimônio mundial, homologado em 2001”.³⁴ Nessa tese, “a constituição imagética da Cidade-Ideal” é pedra fundamental para a narrativa que transforma Goiás em patrimônio, assim como a monumentalização da casa e das memórias de Goiandira do Couto. A desconstrução de um imaginário enges-

33 BARBOSA, Raquel Miranda. **Muito além das telas douradas**: Cidade e tradição em Goiandira do Couto (1960 a 2001). 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. p. 12.

34 Ibidem, p. 12.

sado de tradição volta a surgir através dos textos de Hobsbawm e Ranger,³⁵ como a História Cultural de Roger Chartier,³⁶ e os “lugares de memória”, de Nora.³⁷ A história da arte obviamente é pautada no exemplo de argumento de autoridade de Didi-Huberman.³⁸ A partir dele, profere Barbosa:

Mas, como essas testemunhas capacitaram o historiador a aproximar-se da experiência do real a fim de dar-lhe sentido? Basta que entendamos as imagens como representações que não professam o absoluto e, portanto, para saber mais daquilo que elas dizem por meio da aparência, é preciso imaginar.³⁹

Esses cinco trabalhos foram os que, em cinco décadas de PPGH, debruçaram-se sobre o patrimônio, tendo-o ora como objeto, ora como pauta para problematizações acerca da memória coletiva ou da identidade nacional.

Fundamentação e argumentação – itens e subitens

Nessa classificação foram encontrados sete trabalhos, lembrando que o método de classificação se deu após o levantamento de

35 HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra/História, 1984.

36 CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

37 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.

38 DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da imagem**. Tradução de Paulo Neves. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2013; DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Portugal: Editora KKYM, 2012. (Coleção Imago).

39 BARBOSA, op. cit., p. 195-196.

quantos trabalhos apresentavam a palavra “patrimônio”. São cinco dissertações e duas teses. Dentre as primeiras estão *Centralismo político e tradição histórica: cidade de Goiás (1930-1978)*, de 1999; *A educação em litígio: Gustavo Capanema, conciliação e reforma nos anos de 1930*, de 2006; *AGEPEL: políticas públicas de cultura no estado de Goiás – um intelectual no poder (1999-2006)*, de 2010; *Cidade polissêmica: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia*, de 2013; e *Imaginária religiosa de Goiás: o reconhecimento de Veiga Valle e o anonimato dos santinhos goianos (1820-1940)*, de 2016. Entre as teses, *A cultura material no ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana: por uma pedagogia decolonial*, de 2018, e *Saberes e fazeres Javaé: estudo das práticas tradicionais alimentares indígenas, da década de 1990 a 2020*, de 2020.

A primeira dissertação, de Cristina Helou Gomide, foi orientada pela profa. Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos e examinada pelos professores/as doutores/as Nasr Nagib Fayad Chaul (UFG) e Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP), com a suplência de Noé Freire Sandes (UFG). Tratando da transferência da capital de Goiás da Vila Boa para Goiânia, Gomide organizou, em um capítulo, argumentações a partir do patrimônio que acabam por demonstrar como o reconhecimento de Goiás como patrimônio pode ser visto como uma tentativa de suturar a ferida, ainda presente nos vilaboenses, causada pela transferência da capital. Segunda a autora:

Esse processo de transformação reflete o movimento da cidade. As várias memórias da cidade de Goiás tornam-se parte de um contexto urbano em movimento, constituindo um todo, um sentido coletivo de perceber o espaço da cidade. Em constante

transformação, o ambiente urbano abriga, ao longo da história, também as mudanças conceituais dentro da sociedade. O conceito de preservação e patrimônio cultural da cidade de Goiás, que emerge na década de 40, sem um caráter definido, tende, após 1950, a constituir-se de forma a acoplar no seu, o sentido institucional do Patrimônio Cultural reconhecido pelo SPHAN [Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]. No decorrer dos anos, foi se edificando gradativamente um conceito que mesclava as necessidades locais às ações do órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural da cidade. Ao mesmo tempo, da década de 40 até a atualidade, permaneceu a carência de reconhecimento da tradição histórica, política/cultural, de iniciativa dos grupos antimudancistas da cidade de Goiás.⁴⁰

A segunda, de Luiz Carlos Bento, teve como orientador o professor Dr. Noé Freire Sandes, examinada pelos professores Drs. Antônio Almeida Oliveira (Universidade Federal de Uberlândia), Élio Cantalício Serpa (UFG) e José Antunes Marques (UFG/Faculdade de Educação). Apesar de o trabalho ter como foco a educação no período Capanema, indubitável foi ter que, ao menos superficialmente, ainda que tomando boa parte do último capítulo, tecer reflexões sobre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que teve como timoneiro o próprio Capanema, junto a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que presidiu o SPHAN de 1937 a

40 GOMIDE, Cristina Helou. **Centralismo político e tradição histórica:** cidade de Goiás (1930-1978). 1999. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999. P. 188.

1967. Segundo Bento, além das questões diretamente relacionadas à educação, “não devemos esquecer foi também nessa época que se definiu uma política de preservação do patrimônio cultural do país, que culminou na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)”.⁴¹

O terceiro trabalho de mestrado, de Adriana Pereira Batista, teve como orientadora a profa. Maria Amélia Garcia de Alencar, em banca formada pelos professores Drs. Danilo Rabelo (UFG) e Luiz Sérgio Oliveira (Universidade Federal Fluminense), com a suplência de Sônia Maria de Magalhães (UFG). Por tratar da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (Agepel), então responsável pela gestão da cultura em Goiás, sob a gestão do historiador Nasr Chaul, já citado aqui, a autora precisou dedicar parte de seu segundo capítulo ao patrimônio, no qual o reconhecimento da cidade de Goiás como patrimônio mundial foi um dos pontos de destaque. Batista destaca que

[a] patrimonialização da Cidade de Goiás, em 2001, abre com “chave de ouro” os oito anos da gestão de Nasr Chaul e do governo Marconi Perillo à frente do estado de Goiás. Fazendo uma remissão histórica com a cidade, alvo de forte crítica no século XIX, no período pós-mineratório, especialmente pelos viajantes europeus como Saint’Hilaire

41 BENTO, Luiz Carlos. **Educação em litígio**: Gustavo Capanema, conciliação e reforma nos anos de 1930. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006. p. 64.

(1975), Joahann Emmanuel Pohl (1975) e Castelnau (1949).⁴²

Já a dissertação de Raquel Simão Victoi foi orientada pelo prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva. Quanto aos avaliadores, não foi possível identificá-los, pois não há, no arquivo disponibilizado por Raquel, a lista referente à banca. Disperso entre os capítulos, o patrimônio eventualmente alimenta o diálogo que a autora faz com suas fontes e com suas referências bibliográficas. Partindo de Fontanezi, Victoi diz que

[...] o que se encontra privilegiado na narração da autora é uma cidade vivida, como as experiências reveladas nos depoimentos dos eventos marcantes da história da cidade, tais como a Primeira Missa e o Batismo Cultural. Além das experiências do cotidiano dos moradores, como o encontro dos jovens nas ruas do centro da cidade e dos homens e suas famílias no Grande Hotel. A autora também analisa o estilo arquitetônico que conferiu uma forte expressão de modernidade a vários edifícios do centro. Descreve a história da casa do Interventor e posteriormente governador Pedro Ludovico Teixeira que se transformou no fim da década de 80 em Museu Pedro Ludovico. Além de outros patrimônios materiais da cidade

42 BATISTA, Adriana Pereira. **Agepel**: políticas públicas de cultura no estado de Goiás – um intelectual no poder. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. p. 82-83.

como o: Grande Hotel, coreto, relógio da Avenida Goiás e o Cine Teatro Goiânia.⁴³

O último trabalho de conclusão de mestrado elencado nesse item é o de Raquel de Souza Machado, dirigido pela Profa. Dra. Maria Elízia Borges e aferido pelos professores Drs. Danilo Rabelo (UFG) e Márcio Pizarro Noronha (UFG), com as suplências de Lêda Guimarães (UFG) e Sônia Maria de Magalhães (UFG). Assim como no trabalho antes indicado, o patrimônio perpassou a escruta da autora ao discorrer sobre o reconhecimento da obra de Veiga Valle. A título de exemplo, ao descrever a importância da imagem de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, do artista plástico estudado:

Seguindo a tradição, ainda hoje são realizadas as comemorações da Semana Santa, com a Procissão do Fogaréu, as festas de Nossa Senhora do Rosário e do Natal. A Cidade de Goiás é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como patrimônio histórico, artístico e cultural da humanidade e todos os anos atrai turistas de vários estados que vêm conhecer um pouco da história da cidade que herdou muito dos colonizadores europeus católicos. Rafael Lino Rosa (2012) assinala que a Irmandade dos Passos e o culto ao Senhor Bom Jesus dos Passos estão muito ligados à identidade cultural dos vilaboenses e, graças à atuação de irmandades como essa, foram preservadas as

43 VICTOI, Raquel Simão. **Cidade polissêmica**: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. p. 92.

encenações religiosas trazidas pelos padres portugueses e espanhóis para Goiás.⁴⁴

Quanto às teses, a primeira, de Clarissa Adjuto Ulhôa, com a direção do Professor Doutor Alexandre Martins de Araújo, foi avaliada pelos/as profs./as Drs./as Anderson Ribeiro Oliva (UnB), Camila Wichers (Faculdade de Ciências Sociais, UFG), Eliesse Sca-ramal (UFG) e Danilo Rabelo (UFG). O patrimônio foi importante vetor na escrita da candidata ao doutoramento, pois, no intento de conceituar e exemplificar seu objeto de estudo, recorreu à cultura material afro-brasileira e africana como fonte, sendo grande parte dela patrimonializada. Ao discorrer sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dispõe Ulhôa que,

[n]o caso do protótipo da Base Nacional Comum Curricular (2015) de História, o que se constatou foi a presença do conceito de cultura material em dois tópicos e a presença do conceito de patrimônio material em outros três momentos do texto. Já na última versão deste documento, destinado ao Ensino Fundamental, o conceito de cultura material é usado em dois tópicos e em outras quatro rápidas referências. Também foram analisados os parâmetros curriculares estaduais pertencentes a dez unidades federativas brasileiras, dentre os quais apenas aqueles pertencentes ao Distrito Federal e a São Paulo apresentam referências pontuais à materialidade. E o que todos os

44 MACHADO, Raquel de Souza. **A imaginária religiosa de Goiás: o reconhecimento de Veiga Valle e o anonimato dos santinhos goianos (1820-1940)**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

documentos estudados têm em comum é o fato de não reservarem um momento para discutir o conceito de cultura material de forma minimamente aprofundada, conforme ocorre no caso das fontes escritas e orais. Portanto, no que se refere aos currículos e aos demais documentos normatizadores do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, foi possível notar que a cultura material não recebe o mesmo tratamento que outros tipos de fonte: foi posta às margens das possibilidades de construção do conhecimento histórico.⁴⁵

Por fim, a última tese, orientada pelo professor Dr. Elias Nazareno e inquirida pelos profs./as Drs./as José Ramón Flecha García (Universitat de Barcelona), Wanessa Asfora Nadler (Universidade de Coimbra), Sibeli Viana (PUC-Goiás) e Mônica Veloso Borges (UFG), foi defendida pela candidata Tamiris Maia Gonçalves Pereira. Os suplentes externos eram a Profa. Dra. Ordália Cristina Gonçalves Araújo (UEG) e o Prof. Dr. Alexandre Ferraz Herbetta (UFG). Ao trabalhar com os saberes e fazeres Javaé, Pereira, em momentos variados e distintos, abordou adjetivações díspares do patrimônio, como **alimentar, imaterial, arqueológico, cultural** e, conseqüentemente, parte da bibliografia que baliza o debate. Ao analisar o México, expõe:

O milho e a cozinha tradicional mexicana passaram a ser considerados Patrimônio Imaterial Nacional. As manifestações de

45 ULHÔA, Clarissa Adjuto. **A cultura material no ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana**: por uma pedagogia decolonial. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. p. 157.

religiosidades, as histórias, os modos de fazer e todos os saberes relacionados a este grão foram coletados e protegidos pela Unesco, tomando como exemplo principal as práticas pré-coloniais vivas nas cozinhas de Michoacán, Oaxaca e Puebla (UNESCO, 2005). Essa ação foi de extrema importância para a valorização e o reconhecimento da culinária e modo de vida milenar indígena, que demonstrou resistência e força, uma vez que, mediante toda subalternização secular, a continuidade dos saberes orais passados de geração para geração foi possível.⁴⁶

Passemos às citações, para cumprir esta breve revisão dos trabalhos do PPGH.

Citações

Nesse terceiro e último momento, me limitarei a indicar trabalhos cujas revisões bibliográficas tocaram o tema, certamente determinante para afastar dúvidas, mas não incisivas o suficiente para o desenvolvimento das escritas, já que essas pesquisas apenas tangenciaram o patrimônio. Essa lista tem por justificativa demonstrar como o patrimônio, apesar de pouco presente nas pesquisas de conclusão de curso de mestrandos/as e doutorandos/as, é frequentemente lido pelos/as pesquisadores/as. Sentiu-se o cheiro do café, mas ainda não haviam encontrado a porta da cozinha.

46 PEREIRA, Tamiris Maia Gonçalves. **Saberes e fazeres Javaé**: estudo das práticas tradicionais alimentares indígenas, da década de 1990 a 2020. 2020. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. p. 176-177.

Dentre as dissertações:⁴⁷ *A singularidade da obra de Veiga Valle*, por Heliana Angotti Salgueiro (1982); *Quilombos do Brasil central: séculos XVIII e XIX (1719-1888): introdução ao estudo da escravidão*, de Martiniano José da Silva (1998); *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições*, de Antônio César Caldas Pinheiro (2003); *Brasília, a utopia do centro*, de Luiz Ricardo Magalhães (2004); *Experiência moderna nas artes plásticas em Goiás: fronteira, identidade, história (1942-1962)*, por Marcela Aguiar Borela (2010); *Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz-MA*, de Raimundo Lima dos Santos (2010); *Na praça passa uma linha. Na praça, tudo passa. Memória e objetos de Olho d'Água-GO*, por Paula Groehs Pfrimer Oliveira Stumpf (2013); *História sobre o povo Javaé (Iny) e sua relação com as políticas indigenistas: da colonização ao Estado brasileiro (1775-1960)*, de André Egídio Pin (2014); *O lugar das identidades, as identidades do lugar - 1995-2010*, por Eliete Barbosa de Brito Silva (2014); *A história de Goiás segundo Zoroastro Artiaga*, de Enderson Medeiros (2016); *Congadas de Goiânia: história, memória e identidades negras (1940-2000)*, de Luciana Pereira de Sousa (2016); *Revisitando o velho modelo de decadência em Goiás*, por Augusthus Luiz de Souza Barbosa (2017); *A imagem do homem público em tempos de guerra: Getúlio Vargas e o olhar do estrangeiro (1940-1945)*, por Marli Aparecida Carneiro Arabi (2017); *Ilê Oju Odé: políticas de resistência e territorialidades no Candomblé de Goiás*, de Victor Hugo Basílio Nunes (2018); e *'A queda do céu': o pensar de-colonial na obra de Kopenawa Yanomami (1990-2015)*, de Karla Alesandra Alves de Souza (2019).

47 Eximo-me de indicar as dissertações e teses ao final deste capítulo por se tratarem de textos que cumprem uma tarefa mais ilustrativa.

Dentre as teses: *Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar* (1933/1973), de Wilton de Araújo Medeiros (2010); Jales Guedes Coelho Mendonça, com *O outro lado da mudança da capital de Goiás*, (2012); Rogério Chaves da Silva, em 2015, doutorou-se com *Reflexões sobre o fazer histórico: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990)*; *Desnudando a masculinidade: representações de nudez e Seminudez na estatuária funerária paulistana (1920-1950)*, em 2016, por Maristela Carneiro; Jacqueline Siqueira Vigário tornou-se doutora com o trabalho *Diante da sacralidade humana: produção e apropriações do moderno em Nazareno Confaloni (1950-1977)*, em 2017; já Givaldo Ferreira Corcínio Junior defendeu, em 2020, *Arte e devoção: ex-votos pictóricos do Divino Pai Eterno (Trindade/GO, séculos XX e XXI)*.

Notas Finais

Por ser intrinsecamente multidisciplinar, o patrimônio cultural encontra, não poucas vezes, certa rejeição em campos consolidados como a História. Mesmo que o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás esteja prenhe de História Cultural, o patrimônio passa à margem do núcleo duro de trabalhos defendidos nas áreas tradicionais.

Entretanto, a presença da linha de pesquisa “História, memória e imaginários sociais” abre espaço para o aumento de trabalhos a serem desenvolvidos que tenham o patrimônio como seu tema, seu objeto ou, até, sua área.

Ramos apregoa que “antes de ‘lugares de memória’, o que se precisa é da construção de ‘lugares de história’. Monumentos? Museus? Talvez não, mesmo com a boa vontade das muitas e várias renova-

ções. Talvez sim, se as maneiras de indagar saírem de certas amarras”.⁴⁸ Esse é um bom ponto de partida para que historiadores e historiadoras reflitam sobre o patrimônio para além de seus apelos estéticos, artísticos e arquitetônicos. Um patrimônio não historicizado está fadado ao fetichismo.

Se “o patrimônio é, está claro, um recurso para tempos de crise”,⁴⁹ aproveitemos a maior delas, que submerge nessa terceira década do século 21 como colapso econômico, social, político e sanitário, para solidificarmos o patrimônio no âmbito das pesquisas históricas e historiográficas.

48 RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Tentação do tempo**: a máquina museológica na fabricação do passado. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. p.109.

49 HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. p. 45.

TRAJETÓRIA DOCENTE, FORMAÇÃO ACADÊMICA E REDES DE PESQUISA: CAMINHOS DOS ESTUDOS EM HISTÓRIA DA AMÉRICA¹

Fabiana de Souza Fredrigo²

Ivan Lima Gomes³

1 Os autores agradecem a João Roberto Vilela, monitor da disciplina História das Américas 3 durante o primeiro semestre de 2021, pelo levantamento e organização de dados relativos às dissertações e teses em História da América. Igualmente, agradecemos ao professor Leandro Mendes Rocha, pela disponibilização de documentação referente a projeto de pesquisa (Erena/CNPq) desenvolvido no âmbito do PPGH. E, por fim, um agradecimento muito especial dirigimos à professora Libertad Borges Bittencourt, que, gentilmente, nos confiou seu depoimento em uma agradável tarde de março de 2022. Juntos e animadamente, visualizamos o capítulo que ora apresentamos.

2 Doutora em História pela Unesp; professora da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. E-mail: fabianafredrigo@ufg.br

3 Doutor em História pela UFF; professor da Faculdade de História, do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. E-mail: igomes2@ufg.br

Diálogos introdutórios

A ideia de que a história é a expressão do que faz o homem quando atua sobre o tempo é um, não o único, dos significados atribuídos à palavra história. Ciência, conhecimento, saber e disciplina são expressões que multiplicam os problemas em torno do significado, expondo conflitos que clamam por historicização. A partir dessa primeira ideia ou concepção, outras significações foram se incorporando à palavra que designa um campo, reforçando, a propósito, um truísmo: o de que o tempo, por não ter existência como sujeito, subordina-se à expectativa da ação humana. Nesse caminho de interrogações disciplinares entre homem e tempo foi se colocando a escrita. Desse conjunto – sujeito, tempo e escrita – ampliou-se o sentido histórico, permitindo a explicitação de um problema: a bipartição da história.

A divisão entre uma história que se vive e outra que se narra impôs/impõe a reflexão sobre a escrita histórica, imputando o sentido do acontecimento à narrativa. Desse debate intelectual há muito conhecido alcançamos uma espécie de consenso: o de que a escrita da história, como operação intelectual, não se encontra separada da experiência, que, porventura, assumiria novas e variadas perspectivas, a depender das correntes historiográficas. Essa reflexão consensual é, sobretudo, uma compreensão contemporânea. No centro de seu anúncio vige o reconhecimento de que, a despeito de a bipartição não existir, há alusões operacionais a ela, por alegados motivos metodológicos. Consequentemente, deduzimos que a bipartição deve ser ponderada porque segue implícita, em função das particularidades da escrita da história. Importa perceber que tal movimento expressa uma reivindicação da história por um campo

voltado a investigar a **história da história**, a escrita, a historiografia. Aqui, tratamos de um movimento verticalizado, a demandar um campo de estudo sobre a história da historiografia.

Como é possível inferir dessa breve introdução, a historiografia corresponde, hoje, a uma das mais dinâmicas e originais formas de reflexão crítica desenvolvida nas universidades brasileiras. De vida relativamente recente se comparada a outras escolas históricas, como a francesa e a alemã,⁴ o estabelecimento institucional dos cursos de História no Brasil alcançou legitimidade acadêmica própria. Trata-se de uma leitura impressionista, mas que se sustenta em ações ligadas ao desenvolvimento científico em História. Malgrado os percalços da ciência brasileira nos últimos anos, nota-se, por exemplo, a internacionalização de historiadores e historiadoras como um esforço para estabelecer uma marca no campo da historiografia internacional.⁵ Acompanhando a disciplinarização em âmbito universitário e o estabelecimento acadêmico da área de História,⁶ as revistas especializadas têm dedicado espaço em editoriais para refletir sobre as condições de produção científica na área,

4 KEYLOR, William. **Academy and community**: the foundation of the French historical profession. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

5 SALOMON, Marlon; MAGALHÃES, Marcelo. Circulação internacional de pesquisadores brasileiros: o caso da área de história. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 1079-1111, dez. 2021.

6 FREIRE, Diego. Para além de uma História única. A RBH, a Anpuh e o processo de profissionalização da historiografia brasileira (1950-1980). In: OHARA, João Rodolfo Munhoz; SANTOS, Wagner Germiniano dos (org.). **40 anos da Revista Brasileira de História**: a historiografia em revista. Vitória: Editora Milfontes, 2021. p. 69-94.

num contexto de ataque ao conhecimento.⁷ Por fim, a presença de historiadores e historiadoras no debate público é indicativo da relevância social atribuída a essa formação específica. Assistimos a intervenções nas mais diversas mídias ou na elaboração e gestão de políticas públicas, apesar de ainda proporcionalmente distantes de nossas elevadas expectativas.

Mais recentemente, como sublinhado, a reflexão sobre as condições de escrita da História alcançou notável projeção. Seja por meio dos debates em torno da arqueologia do conhecimento sugeridos por Michel Foucault, seja pelas ponderações formalistas de um nome como Hayden White, o fato é que a historiografia já demanda, a esta altura, uma história. Torna-se possível discernir as condições analíticas acerca da historicidade, ou melhor, sobre a forma como se configuram determinadas experiências de tempo em contextos históricos específicos a partir da história da historiografia.⁸

É o que procuramos desenvolver, tomando como recorte para este capítulo a produção desenvolvida no interior dos estudos em História da América junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG (PPGH). Longe de pretender abarcar toda a história do Programa ou, ainda, a produção em História da América presente

7 Uma busca nas edições publicadas de revistas como *Revista Brasileira de História*, *História da Historiografia*, *Varia História*, entre outras, permite constatar o estabelecimento, entre fins da década de 2010 e o início da década de 2020, dos editoriais de revistas de História como espaços de reflexão sobre as condições de produção do conhecimento histórico no país. Caberia um exame mais substancial e de conjunto sobre o tema, que, entretanto, não poderá ser realizado por fugir da proposta deste capítulo. Todavia, o argumento é mais do que uma hipótese, abrindo campo a futuras pesquisas, voltadas, por exemplo, a identificar a relação entre os periódicos especializados e os temas que comportam e assumem uma tendência hegemônica a orientar o debate em suas respectivas áreas de estudo.

8 ARAÚJO, Valdei. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 34-44, 2013.

no conjunto de programas de pós-graduação em História no âmbito nacional, o recorte assumido por este capítulo pretende lançar duas questões. A primeira delas: há uma especificidade na produção acadêmica do PPGH em relação ao conjunto da historiografia brasileira entre os anos 1970 e 2020? A segunda: qual é o lugar da História da América nos debates nacionais e de que maneira as redes intelectuais constituídas (regional-nacional) expressam as dinâmicas desse campo de conhecimento no âmbito do PPGH?

Partimos do pressuposto de que a análise da reflexão acadêmica no campo da História da América nos permite compreender, sincreticamente, a história do PPGH no interior da história da historiografia brasileira e as condições de cognoscibilidade atuantes no programa, além de sugerir um exame específico sobre o lugar e os desafios dos estudos em História da América no Brasil. Nesse sentido, o conjunto de teses e dissertações defendidas e aprovadas no Programa não é tomado como evidência única ou definitiva, apesar de ser, sim, um indício de como se aproxima, se verifica, se apreende e se desenvolve um campo no PPGH. Não há como tratar os trabalhos finais como expressão cabal da conformação de uma área porque o próprio sentido de área – no caso, a História da América – se vê atravessado, na pós-graduação, por outros elementos, tais como a interdisciplinaridade, a área de concentração e suas respectivas linhas e, ainda, os projetos de pesquisa encampados por docentes e discentes. Fundamentalmente, como uma resultante, avultam as trajetórias acadêmicas, reveladoras de interesses e encaminhamentos ulteriores aos projetos de pesquisa. Assim ocorre porque uma trajetória se constitui em relação a outras, decorrendo de interações institucionais e afinidades eletivas. Como argumen-

taremos, os elementos assinalados circunscrevem particularidades do desenvolvimento do PPGH, ao mesmo tempo em que apontam o vigoroso trabalho de historiadores e historiadoras em busca de um espaço para os temas americanos. Tendo em vista que os produtos de um campo de formação dependem de uma configuração organizacional-corporativa,⁹ na qual os docentes são figuras centrais, defendemos que trajetórias individuais – que se destacam apenas sob a condição de serem observadas no interior de redes constituídas com outros pesquisadores – contribuem para delinear os caminhos da História da América no PPGH.

Diante do exposto, o presente texto associa a crítica historiográfica à abordagem de uma trajetória em particular. Junto à hipótese concebida, assumimos a escolha do agente,¹⁰ Libertad Borges Bitencourt, a partir do qual construímos nosso capítulo, atentando a um fato incontestável: o nome da professora é indissociável da área de História da América no PPGH. Conhecida por sua profunda dedicação à docência e à pesquisa na graduação e na pós-graduação, o rigor acadêmico é uma marca dos 25 anos em que atuou na UFG.

9 Cabe também usar “lugares de produção”, uma vez que as conexões se tornam, dia a dia, uma exigência da prática historiográfica. A implementação das regras institucionais estabelecidas – internas e externas, posto que as regulamentam as Pró-Reitorias, os órgãos de fomento e os variados conselhos encarregados das políticas de pós-graduação nacionais – são, essencialmente, de responsabilidade dos docentes, no interior dos seus respectivos programas. Os professores credenciados, como corpo (motivo do termo organizacional-corporativo), participam das instâncias consultivas, deliberativas e administrativas em seus PPGs. Não casualmente, a produção docente, sua capacidade de formação e seu constante aperfeiçoamento tornaram-se elementos fundamentais para a avaliação dos programas de pós-graduação.

10 Assim como campo e trajetória, agente é apreendido em concordância com BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Sempre disposta a incorporar novos temas e objetos ao seu repertório historiográfico, suas pesquisas representaram um ponto de inflexão a favor da afirmação do continente americano como um espaço privilegiado para a reflexão historiográfica no PPGH.

Desde já, reforçamos não ser nossa pretensão produzir uma biografia histórica, um relato de experiência, um memorial ou qualquer outra escritura desse tipo. Interessa-nos, neste capítulo, lançar novos olhares à historiografia das Américas, tomando por base uma trajetória acadêmica, sem, todavia, deixar de cotejá-la a indícios acessíveis nos arquivos institucionais do Programa. Com isso, a expectativa é de que nossa investigação sobre o lugar da área de América no PPGH sugira caminhos teórico-metodológicos pouco, ou recém, explorados na esfera da historiografia brasileira. Ainda mais: assumimos a particularidade da trajetória de vida como uma chave para desvendar processos históricos mais amplos.

Escalas: de Goiás para as Américas – diálogos conexos

Merecem destaque dois aspectos que, presentes na trajetória acadêmica da docente-agente, contribuem para demarcar o lugar da História da América no PPGH. Em primeiro lugar, tratamos de um momento em que a área de História, e em particular a de América, encontrava-se em vias de amadurecimento acadêmico. Estamos na virada dos anos 1980 para os 1990, circunstância em que a historiografia brasileira incorporou a experiência da redemocratização enquanto horizonte historiográfico, sem priorizar de forma exclusiva um único recorte temporal:¹¹

11 SOUSA, Francisco. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. **Anos 90**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 46, p. 159-181, dez. 2017.

I – Você chega ao Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, em 1992, para começar os seus estudos de Mestrado. Eles tratavam de que tema?

L – Sim. História de Goiás. Era uma organização belga que financiou uma pesquisa e a UFG entrou junto com o IFAS e a CPT. Nessa grande pesquisa, o Estado foi dividido em mesorregiões e eu queria me envolver nessas pesquisas sobre agricultura familiar. E, na verdade, a minha intenção era História Medieval, já estava fazendo até latim.

L – Ah, mas nas conversas de alunos, fazendo as disciplinas, a gente começava a falar sobre Revolução Mexicana e, para além do Pancho Villa e do Zapata, pouco se sabia e eu falava das divisões do Norte...

I – Isso você diz, então, quando das disciplinas do Mestrado...

L – Sim. E chegou um professor da Fundação Fulbright, ele era da Universidade da Geórgia, casado com uma brasileira, de Minas Gerais.

I – Lembra o nome dele?

L – David McCreery.

I – Ah, sim, sim, escreveu sobre Goiás, não foi?

L – Sim. E, a certa altura, a professora Eliane Manso me disse que a professora Ledonias Franco Garcia estava se aposentando. [Por isso] iam fazer uma seleção informal entre os alunos da pós-graduação para substituir a professora Ledonias, pois não havia professores.

I – Então, nesse momento, digamos assim, não tinha uma especialização precoce, né?

L – Não, não tinha, não tinha. Todo mundo estava assim improvisando nas mais diversas áreas¹².

O relato de Libertad Borges Bittencourt, então pós-graduanda, nos sugere um estimulante ambiente intelectual na Goiânia do início dos anos 1990: interessada em História Medieval, ela se envolve com pesquisas sobre História de Goiás e, acompanhando disciplinas com professores brasileiros e estrangeiros, demonstra um vivo interesse pela História da América. Esse dinamismo também pode ser pensado a partir do caso da professora Ledonias Garcia, cujo doutorado em História Social na USP, sob a orientação da professora Maria Lígia Prado, teve por título “Goiaz: uma província do sertão. Entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento”. Já uma referência nos estudos de América, a própria professora Maria Lígia Prado concluíra um doutorado (1982) sobre imprensa que tinha por recorte a história local, qual seja, a de São Paulo entre

12 Entrevista de Libertad Borges Bittencourt, concedida a Ivan Lima Gomes e Fabiana de Souza Fredrigo. Goiânia, 6 de abril de 2022. Arquivo particular.

os anos 1920 e 1930.¹³ Sobre a relação entre as professoras Maria Lígia Prado e Ledonias Franco Garcia, respectivamente orientadora e orientanda, e os frutos de tal relação, via construção da tese, é fundamental apontar que, ao apresentar o projeto, o propósito de Ledonias era produzir uma comparação entre a ideia de sertão no Brasil (em Goiás) e na Argentina. Pelos caminhos tortuosos da pesquisa, a comparação não esteve presente no trabalho final, o que não obscurece ou torna menor o dado de que tal propósito de pesquisa colocou-se no horizonte das relações acadêmicas entre as pesquisadoras.¹⁴

Logo, não é de causar estranhamento a relação entre Goiás e a América. A professora Heliane Prudente Nunes, integrante da área

13 Atentemos para a diferença entre historiografia e recorte de pesquisa. Não é possível perder de vista que a história de São Paulo, à época, não se configurava história local ou regional. Já é conhecida a análise que atribui à historiografia paulista apelo nacional, não apenas por seus expoentes, mas pelos temas e por seus encaminhamentos metodológicos. Assim, a História do Brasil, conformada a uma leitura apegada aos ciclos econômicos (exemplos: cana de açúcar mineração, café), vai conhecer um movimento de ampliação, nos anos 1990, exatamente a partir de duas mudanças: (1) a formação e profissionalização associada às pós-graduações; (2) a descentralização dos estudos históricos, que altera os elementos constitutivos do poder historiográfico. Por tudo isso, não deve causar espanto o fato de que se vincula a história de São Paulo à história da República no Brasil, ainda durante os anos 1980, num processo anterior à reivindicação pela história regional ou local. Para compreender tais caminhos historiográficos, o artigo de Ferreira e Pinto, mesmo que particularize a literatura produzida entre 1950 e 2000 e tocante ao tema das oligarquias na Primeira República Brasileira (1889-1930), deixa entrever a hipótese mencionada, qual seja: o atributo nacional à história e à historiografia paulista, mormente, antes da descentralização dos estudos históricos. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 421-442, set./dez. 2017.

14 Cf. informação da professora Maria Lígia Prado, cedida à professora Fabiana de Souza Fredrigo.

de História da América (Colonial) na UFG, nos anos 1990, confirma essa tendência, tendo se aproximado da História do Brasil, abordando a História Local. Sua dissertação, *O transporte rodoviário em Goiás: impactos na área urbana e rural (1930-1961)*, foi apresentada em 1985, no PPGH. Por sua vez, a tese, elaborada entre 1992 e 1996, foi defendida no Programa em História Econômica da USP e tinha como objeto a imigração árabe em Goiás, analisada entre os anos 1880-1970.¹⁵ Torna-se bastante sugestivo, a partir dos casos das professoras Heliane Prudente, Ledonias Garcia, Libertad Borges e Lígia Prado, refletir sobre os entrecruzamentos de escalas e a circulação para além de fronteiras – sejam elas nacionais, sejam de mundos tão diferentes quanto Goiás, São Paulo e o “sertão” argentino.¹⁶ Podemos pensar, aqui, a relevância do mundo rural e da história indígena enquanto eixos que permitem explicar o diálogo entre História da América e História Local, no âmbito do PPGH.¹⁷

15 Ver Currículo na Plataforma Lattes, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1646676717277955>. Acesso em: 10 jun. 2022.

16 A discussão aponta para a relevância historiográfica dos estudos comparados, das histórias conectadas e da abordagem transnacional para a história da América Latina, conforme desenvolvidos em artigo por Maria Lígia Prado. Ver: PRADO, Maria Lígia. América Latina: história comparada, histórias conectadas, história transnacional. **Anuario Digital/UNR**, v. 24, n. 3, p. 9-22, 20131. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/3719/201-807-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jun. 2022.

17 Para tratarmos dessa relação de modo ampliado, tendo como amparo uma reflexão transnacional, retomaremos o projeto Erena (Etnicidade, Região e Nação), que envolveu um grupo de docentes do PPGH. Sob a liderança do professor Leandro Mendes Rocha, o grupo buscou estabelecer, entre outras, a relação da história local com a história da América, confluindo à formulação e à consolidação de uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da UFG, especialmente com a criação do Doutorado, em 2003. Dentre muitos objetivos do projeto, tratava-se de “renovar o olhar sobre os espaços periféricos e coloniais”. Cf. ROCHA, Leandro Mendes. **Relatório final do ERENA ao CNPq**. [S.l.]: [s.n.], 2006, p. 3. Cópia digital, arquivo privado.

Um segundo elemento a ser destacado trata do lugar da produção sobre as Américas no interior da historiografia brasileira. O levantamento realizado por José Luis Bendicho Beired nos oferece relevantes ponderações para estabelecer o diálogo sobre esse tema. Presentes desde os anos 1930, ou seja, desde o início das pesquisas universitárias que acompanharam os primeiros cursos de História, os estudos americanistas conhecem uma retomada em fins dos anos 1960, seguida por um aprofundamento ao longo da década imediatamente posterior. Eram os anos em que a história econômica e a história social nutriam uma à outra, o que comprova uma tese como a de Hector Bruit, sobre comércio e conflito hispano-peruano na segunda metade do século XIX.¹⁸ Apesar do forte apelo econômico presente nas teses defendidas na área de América, a confluência com a história social já se fazia notar. Nesse ínterim, mais particularmente em 1972, o curso de mestrado em História da UFG somava-se aos da UFPR e da PUC-SP. Integrando uma lista seleta, os três cursos uniam-se aos Programas em História Social e História Econômica na USP, inaugurados no ano anterior. Fica patente que os estudos em América seguiam o movimento rumo à especialização da historiografia brasileira, do mesmo modo que o então Mestrado em História das Sociedades Agrárias viabilizava a efervescência intelectual em Goiás, em sintonia com o cenário nacional.¹⁹

18 Cf. BEIRED, José Luis Bendicho. A pesquisa de História da América no Brasil durante as últimas décadas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Dossiê Especial, p. 50-72, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127170>. Acesso em: 7 jun. 2022.

19 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**, Goiânia, v. 1, n. 2, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10930/7233>. Acesso em: 7 jun. 2022.

É seguro afirmar, portanto, que a consolidação da pesquisa em História da América é tributária da pesquisa em História na pós-graduação. Na UFG não seria diferente, muito embora essa consolidação atenda a ritmos e demandas próprias da reflexão que ia se configurando no mestrado em História. É de 1978 a dissertação de mestrado de Zildete Inácio de Souza Martins, intitulada *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai*. Fruto de cinco anos de investigação de uma ingressante da primeira turma do programa, o trabalho dialogava com os estudos de história local e regional, prenunciando sua vitalidade na produção historiográfica do PPGH e aprofundando suas perspectivas para interpretar um dos processos políticos mais importantes da política do Cone Sul do século XIX.

Professora da educação básica,²⁰ Zildete Martins ingressaria, ainda durante o mestrado, como docente de ensino superior na então Universidade Católica de Goiás (UCG), atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), reforçando a vocação do PPGH para a formação de quadro docente qualificado desde suas primeiras turmas.²¹ Já sua orientação ficou a cargo da professora Laima Mesgravis – assistente de Sérgio Buarque de Hollanda e uma referência para os estudos sobre o Brasil colonial –, responsável também, naqueles anos, pela disciplina História da América,

20 SALOMON, Marlon. **O inconsciente historiográfico**. Memorial acadêmico. Apresentado como requisito parcial para a promoção docente a professor titular. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 2021. p. 218.

21 BORGES, Simone. **Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

na USP.²² A presença da professora da USP nos quadros da pós-graduação em História da UFG foi resultado do convênio entre ambas as instituições, que regulamentou e criou diversos cursos de formação *stricto sensu*, dentre os quais o de História.

É preciso lembrar que a produção historiográfica à qual aludimos, desenvolvida ao longo da década de 1970, esteve marcada pela atmosfera coercitiva da ditadura civil-militar brasileira. Na primeira metade dessa década, a repressão avançara duramente sobre os movimentos de luta armada contra o regime. Seriam naturalizados os obstáculos à formação na área de estudos americanos. Às orientações inspiradas numa leitura dos processos revolucionários que se desenrolavam em localidades como China e Vietnã somava-se o imaginário da experiência cubana. A Revolução Cubana foi, seguramente, o mais vibrante acontecimento político para as esquerdas latino-americanas da segunda metade do século XX. O *Movimento Revolucionário 26 de Julho* e o posterior estabelecimento de um regime (autointitulado) de matriz socialista contribuíram para configurar uma perspectiva latino-americana de transformação social, que reescrevia a história das relações hegemônicas e desiguais e situava um pequeno país da América Central no centro da geopolítica mundial, mais do que apenas latino-americana. Logo, deslocava o protagonismo histórico atribuído a si pelos Estados Unidos, sugerindo a possibilidade de novos arranjos políticos que estabelecessem a utopia revolucionária como horizonte possível.

22 Mais tarde, na década de 1990, a professora Laima Mesgravis atuaria como docente (e como coordenadora e vice do programa de pós-graduação em duas gestões, respectivamente, 1993-1995 e 1997-1999) na Universidade Estadual Paulista, no Campus de Franca. Registramos a confluência entre Brasil e América, em suas pesquisas e docência.

Porque o tema importa à historiografia latino-americana dos anos 1960, frisemos que uma perspectiva assumidamente terceiro-mundista se distingue, incluindo em seu eixo o então denominado mundo colonial, que atravessava específicos processos de descolonização. A morte de Che Guevara na Bolívia, em 1967, depois de ter passado pelo Congo, em 1965, reforça esse ideal, ao contrário de arrefecê-lo. Afinal, as ações políticas engendradas na Ilha e exportadas ao contexto terceiro-mundista, além de parecerem revelar um efetivo projeto latino-americano de transformação social, anunciavam-se como factíveis aos oprimidos de outras pátrias. Assim analisadas hoje, as ligações entre os continentes americano e africano ampliam a história da Revolução Cubana e permitem revisar um marco temporal e conceitual, tal como a “Guerra Fria”. De todo modo, o acontecimento revolucionário não pode ser dispensado em uma análise sobre a produção historiográfica na área, sobretudo ao longo do século XX, pois “produziu querelas ideológicas que remodelaram o sentido das reflexões a respeito das identidades nacionais e do latino-americanismo”.²³

Cabe um rápido parêntese para salientar duas relações constantemente perseguidas pelos estudos americanos. Uma, indubitavelmente marcante à experiência historiográfica na área, efetua-se entre a história e a política. Em constantes revisões historiográficas, esse vínculo assumiu, ao longo dos anos, muitas facetas teórico-metodológicas, entre elas: as representações políticas, o imaginário político, a história social, a história conceitual do político, a história política e econômica. Outra, opera-se por uma

23 DEMENECH, Pedro. Compromisso e autonomia: uma guerra fria entre a Revolução Cubana e Ángel Rama. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, p. 3-4, maio/ago. 2021.

busca, cujo propósito é ir ao encontro dos pesquisadores da área de História do Brasil. Pesquisar e ensinar História da América, a partir do Brasil, frequentemente, traz à tona “inquietações de natureza política e cultural a respeito do lugar de nosso país na América e da construção de relações com as demais nações do continente”.²⁴ Na área, vários especialistas valem-se repetidamente de diferentes discursos, com o mesmo pressuposto: estabelecer o diálogo entre o Brasil e a América, explorando ênfases sincrônicas, capazes de lidar com o desafio de pensar a América do Brasil e o Brasil na América – além, é claro, dos espaços de fronteira e/ou dos espaços ibero-americanos, afro-americanos, euro-americanos, transatlânticos etc.

Retomando o peso da Revolução Cubana e a associação entre história e política, não é surpreendente que a ambiência dos regimes militares afetasse o saber histórico desenvolvido em âmbito acadêmico. Remetendo-se aos marcos da ditadura militar e à vivência em uma atmosfera política sufocante, Maria Lígia Prado afirma:

É importante lembrar que trabalhar com a História da América Latina nos séculos XIX e XX, naqueles anos de ditadura militar, era também uma forma de posicionar-se politicamente. Os temas latino-americanos eram considerados “muito perigosos”. Não se podia fugir das referências às ditaduras na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Paraguai. Uma palavra especial sobre Cuba. Cuba era tabu! Era como se Fidel Castro não existisse. Desse modo, o curso sobre a história da Re-

24 Cf. BEIRED, José Luis Bendicho. A pesquisa de História da América no Brasil durante as últimas décadas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Dossiê Especial, p. 50, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127170>. Acesso em: 7 jun. 2022.

volução Cubana, ministrado por Florestan Fernandes, no primeiro semestre de 1979, na PUC de São Paulo – depois transformado em livro – foi um marco.²⁵

Guardemos da citação, outrossim, a referência a um campo que se tornará conexo aos estudos em América, a Sociologia. Em razão das reflexões acerca das ditaduras no Cone Sul, cabe mencionar também a Ciência Política, o que confirma a relação supracitada, materializada em um futuro e vigoroso subcampo na área, a história política. Tais debates conduzem-nos a outro tema, que reverberaria em Goiânia, entre os anos de 1970 e 1990. Não obstante ser possível encontrar trabalhos com um recorte especialmente centrado no continente americano, ou ao menos partindo dele para refletir sobre temas em História do Brasil, tal presença não permitia configurar um território historiográfico para as Américas na pós-graduação. Em diálogo com Libertad, ela confirma essa realidade acadêmica na UFG, nos anos 1990:

I – Você chegou a entrar em contato com trabalhos anteriores produzidos em história da América ou lembra de alguém falar disso?

L – Não, de História da América, a Ledonias ainda foi clara para mim: não tinha [...].

I – Eu perguntei isso porque, em levantamento inicial de teses e dissertações sobre América no PPGH, foi possível encontrar alguma produção em história da América.

L – Sim, bem esparsa.

I – É, mas para além dessa relativa escassez, seria também pensar se essas foram

25 JUNQUEIRA, Mary Anne; SILVA, Vitória Rodrigues e. Entrevista com Maria Ligia Coelho Prado. **Diálogos**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 68-69, 2004.

produções marcantes ou se elas chegaram a configurar uma área ou a pautar um debate no entorno da área.

L – Não, não.²⁶

No campo da História da América e suas adjacências, o cenário mudaria, ainda modestamente, ao longo da década, no que se refere ao mestrado do PPGH. Para compreendermos essa mudança, dois elementos tornam-se fundamentais: uma tímida renovação no quadro docente da então Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF) e a interlocução estabelecida com a Universidade de Brasília (UnB). Entrelaçando o local ao nacional, nos anos 1990, os estudos americanistas, no interior da pós-graduação brasileira, rumam em direção à consolidação. Tais vínculos adquirem relevância para as pretensões deste texto, pois evidenciam que o trabalho desenvolvido no PPGH interage com a produção historiográfica nacional, corroborando-a.

26 Entrevista de Libertad Borges Bittencourt, concedida a Ivan Lima Gomes e Fabiana de Souza Fredrigo. Goiânia, 6 de abril de 2022. Arquivo particular.

Décadas 1990-2010: em busca de diálogo regional e nacional – formação e pesquisa

Nos anos 1990, um propósito agrupa a área de América na UFG:²⁷ a aproximação com a UnB, visando a parcerias. Para os pesquisadores da UFG, uma necessidade se colocava, a de construir a área de América no Centro-Oeste. Muito rapidamente, percebeu-se que tal

27 Na década de 1990, o quadro na área de História da América assim se apresentava: em 1992, Olga Rosa Cabrera se efetivara na UFG, mas desenvolvia seu trabalho exclusivamente no PPGH. Em 1995, uma vaga de concurso para América foi aberta e ocupada por Tarcísio Rodrigues Botelho, enquanto Libertad Borges Bittencourt trabalhava como professora substituta e finalizava o mestrado. No segundo semestre de 1995, a docente se efetivaria em América (Independente), ocasião em que Heliane Prudente (Colonial), concursada anteriormente na área, encontrava-se de licença para o doutoramento. Ledonias Garcia, já mencionada, aposentara-se. Eugênio Carvalho de Rezende incorporou-se à América (Contemporânea) em 1996. Em 1998, Tarcísio Botelho encerrou seu vínculo com a UFG, retornando para Minas Gerais. Também data de 1998 um debate sobre o decréscimo das disciplinas de América no curso de História, o que acabou por ser aprovado pelo conselho do Departamento de História. Vale ressaltar, uma vez que tratamos dos anos 1990, a chegada de Fabiana de Souza Fredrigo, que se efetivou na UFG no segundo semestre de 1998, entretanto, via concurso em História Contemporânea. Seu tema de mestrado (1997) encaixava-se em ambas as áreas, América e Contemporânea. O destaque à docente, em tal contexto, se deve à parceria que, a partir de então, seria desenvolvida entre ela e a professora Libertad Borges Bittencourt, rendendo frutos, mais tarde, no PPGH. Tendo defendido seus respectivos doutorados, ambas foram admitidas na linha “Identidades, fronteiras e culturas de migração” (Borges, em 2003; Fredrigo, em 2005), onde já se encontravam os professores Eugênio Rezende de Carvalho, Leandro Mendes Rocha, Olga Cabrera, Luiz Sérgio Duarte da Silva, entre outros. Ou seja, essa era a linha que abrigava a maioria dos especialistas em temas latino-americanos e caribenhos, além de colegas advindos de outras áreas, cujo perfil se aproximava das temáticas identitária e fronteiriças. Voltaremos a tratar do tema referente à linha de pesquisa no PPGH. Por ora, nosso interesse é ressaltar a importância da relação entre os cursos de graduação e pós, no âmbito da FCHF (a Faculdade de História, FH, foi criada em 2009). Cf. informações retiradas da entrevista de Libertad Borges Bittencourt, concedida a Ivan Lima Gomes e Fabiana de Souza Fredrigo. Goiânia, 6 de abril de 2022. Arquivo particular. Complementariamente, foram pesquisados os currículos disponíveis na Plataforma Lattes.

ação passava, inclusive, pela resolução de uma carência, identificada a partir das aulas ministradas na graduação. Admitida em 1995 para América (Independente), assim Libertad Borges relata sua experiência com a elaboração dos primeiros programas de curso:

L – [...] Eu comecei a sentir a carência absoluta, da pesquisa, você imagina sustentar aulas de quatro horas, assim, sem bibliografia, sem uma fundamentação teórica e, aí, a UnB salvou. Que a biblioteca da UnB, todo mundo comentava isso na época – isso foi até, porque como ela era uma fundação em Brasília –, foi, digamos, a que menos sofreu impacto de restrição de verba, isso lá os próprios professores nos diziam, no período da ditadura militar. Lógico que sofreu as restrições, as limitações, tudo o que a gente conhece, mas a UnB, foi um pouco mais favorecida, então, ela tinha uma biblioteca mais atualizada...

[...]

L – Nessas férias de 95, eu já fui percorrer embaixada em Brasília, todas as embaixadas, América Central, Estados Unidos, Fundação Thomas Jefferson e, um ano depois, essa... do Canadá, do Canadá... aluno tinha muito, até hoje, tem muito interesse pelo Canadá...

I – É...

L – Foi quando eu consegui um livro lá sobre se o Canadá é ou não é independente... os alunos adoram essa aula! E, aí, eu recebi duas caixas de livros, traduzidos em português, sobre a história dos Estados Unidos.

I – Essa peregrinação pelas embaixadas era, então, em busca de bibliografia?

L – Em busca de bibliografia, de tudo que... tinha que telefonar, manter contato, telefone fixo, aquela dificuldade, uns nem queriam nos receber, outros recebiam...

L – Mas do México tinha muita coisa... Caribe tinha muita coisa interessante em espanhol...

L – Não existia internet, não existia esse tipo de pesquisa, celular, nada...²⁸

A citação nos presenteia com pistas que podem ser enlaçadas pelo tema da formação, docente e discente concomitantemente. A partir das palavras de Libertad, evidenciamos a preocupação com o curso de América na graduação; o empenho pelo aperfeiçoamento docente, vislumbrando o trabalho a ser desenvolvido no PPGH; e, ainda, a busca por interlocução, uma tônica dos anos seguintes. A dispersão caracterizava a área nacionalmente, não era uma prerrogativa única do Centro-Oeste. Afinal, era difícil o acesso a trabalhos especializados, em uma ambiência de divulgação restrita, em que a *internet* ainda não estabelecera uma aldeia global conectada em tempo instantâneo. Tal dispersão, que dificultava a formação especializada em locais que não os centros do Sudeste, logo seria minorada pela dedicação dos professores-pesquisadores. A emergência de duas Associações transformaria o panorama dos estudos americanos: uma, nascida itinerante, fixaria sede em São Paulo, referimo-nos à Associação Nacional de Pesquisadores e Professores em História

28 Entrevista de Libertad Borges Bittencourt, concedida a Ivan Lima Gomes e Fabiana de Souza Fredrigo. Goiânia, 6 de abril de 2022. Arquivo particular.

Latino-Americana e Caribenha, a ANPHLAC;²⁹ outra, seria fundada em Goiânia em 1999, o Centro de Estudos do Caribe, o Cecab.

Dirigido pela professora Olga Rosa Cabrera Garcia, entre 1999 e 2008, o Cecab realizaria os Simpósios Internacionais, bienalmente. Também a Revista Brasileira do Caribe, a partir de 2001, integraria esse projeto. Nas palavras de sua fundadora, o Cecab diferenciava-se da anteriormente fundada Anphlac:

Por la década de los 80, una profesora de la Universidad Fluminense de Niteroi, Río de Janeiro, Zilá Bernd, había iniciado sus primeros trabajos sobre la literatura del Caribe francófono, de cuya iniciativa ha nacido un interesante grupo vinculado al Centro de Estudios del Caribe en Brasil (CECAB). Éste, fue fundado por mí conjuntamente con dos o tres entusiastas colaboradores en el año 1999. El CECAB se proyectó desde los primeros momentos como centro de investigación centrado en los simposios internacionales (el V se efectuará en Salvador, Bahía en setiembre-octubre de 2008) y en la realización de una revista, la Revista Brasileira do Caribe (el número 15 está siendo editado). A diferencia de la Asociación Nacional de Pesquisadores e Historiadores de América Latina y el Caribe (ANPHLAC), fundada 5 años antes que el Centro, éste se proyectaba internacionalmente en la discusión, el debate y las relaciones con los especialistas mediante los cuales vislumbramos la

29 A fundação da ANPHLAC foi fruto de reuniões realizadas em São Paulo e em Mariana, nos anos 1992 e 1993. Na página da Associação, encontra-se disponível material sobre os encontros, do primeiro ao décimo quarto. Disponível em: <https://www.anphlac.org/encontros>. Acesso em: 8 jun. 2022.

superación del vacío en estos estudios. Además, el nacimiento de MERCOSUR había inclinado a los asociados de ANPHLAC hacia las temáticas que comprendían los países vecinos del sur, haciendo de los estudios del Caribe algo menos que la nota al pie de que hablaba Trouillot para referirse a Haití.³⁰

A distinção com a ANPHLAC parece ser elemento fundante para Cabrera. Na sequência deste capítulo, ficará evidente como tais associações marcariam os trabalhos desenvolvidos no PPGH (igualmente, o quadro anexo explicita tais marcas³¹). Isso demonstra que a diferença não se resume a uma menção ou à distância temporal das fundações. Antes, temas e abordagens próprias qualificariam o trabalho das associações e estabeleceriam os espaços de reconhecimento a cada uma delas. Também o grau de comprometimento com o ensino em História da América e a ação voltada à comunicação externa demarcariam territórios à ANPHLAC e ao Cecab.

Sem dúvida, um exame cuidadoso revela abordagens e trabalhos distintos, propostas e caminhos paralelos e espaços de reconhecimento às vezes conexos, outras vezes não. No espaço deste ca-

30 CABRERA, Olga. Caribe-Brasil: una relación en debate. **Memorias – Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe**, Barranquilla, año 4, n. 8, nov. 2008, p. 23. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=85540806>. Acesso em: 9 jun. 2022.

31 Segue anexado um quadro, que apresenta a produção do PPGH na área de História da América, entre as décadas de 1970 e 2020. Embasou a elaboração do material um apontamento registrado no início deste texto: uma área na pós-graduação tem seu caráter disciplinar ampliado, em decorrência de problemas e abordagens conexas. Outrossim, apresentamos os títulos dos trabalhos finais desacompanhados dos resumos (embora esses também tenham sido examinados), pois entendemos que, em face da análise historiográfica realizada, os títulos convertem-se em indicadores precisos. Ver Anexo A – Quadro de trabalhos desenvolvidos no PPGH, Temas América – O PPGH-UFG em cores e décadas.

pítulo, porém, o exame das associações deve se circunscrever à ação dos agentes eleitos e suas trajetórias acadêmicas. De toda maneira, os objetivos dos projetos permitem-nos perceber características peculiares, que marcariam as produções e suas afiliações. Assim, adiante, Cabrera, conclusivamente, enuncia como e por quais bases seriam construídas as relações com o Brasil:

La creación del Centro de Estudios del Caribe en Brasil, el único centro de estudios caribeños en Brasil, ha intentado salir de las visiones que han invisibilizado también en Brasil estos estudios y desestimado las discusiones en torno a los procesos interculturales para descubrir el papel del negro en ellos. La insistencia en el estudio del proceso, en el dinamismo del venir a ser de la cultura y no en el resultado acabado y estático, permitiría entrever las múltiples facetas de una historia inacabada y que aún espera para ser escrita. Brasil es también Caribe no apenas porque fue uno de los espacios privilegiados de la diáspora africana, sino también por la perspectiva que ofrece el estudio de los similares o disímiles procesos en los cuales idénticas etnias y culturas africanas participaron.³²

Ao longo de três décadas, 1990-2010, os docentes dedicados aos estudos em História da América, desde a UFG, manteriam contatos com São Paulo, porém, conjuntamente, se aproximariam da capital federal, Brasília. O Departamento de História da FFLCH, centro vigoroso no que se refere à formação e pesquisa em História da

32 CABRERA, op. cit., p. 27.

América no Brasil, estabeleceria relações com os estados brasileiros (e países da América Latina, além dos Estados Unidos), por meio da ANPHLAC, cujo histórico e objetivos expressam vivaz capilaridade:

Os estudos latino-americanos, caribenhos e americanistas, num sentido continental, são condição indispensável para abrir caminho a um intercâmbio acadêmico e intelectual mais efetivo, do qual o Brasil só poderá se beneficiar. Para a consolidação desse intercâmbio, é fundamental identificar as conexões do nosso processo histórico com o dos outros países do continente. Finalmente, acreditamos que, só a partir de iniciativas institucionais mais abrangentes, poderá ser alterado o nível de conhecimento existente no Brasil sobre a região. Nesse sentido, diversos(as) professores(as) de História das Américas articularam um processo de organização que teve início, depois de algumas primeiras tentativas, com a criação da Comissão Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha (CONAPHLAC), em 25 de janeiro de 1992, em São Paulo.³³

É sintomático e relevante que o segundo Congresso da Associação, realizado em 1996, tenha ocorrido em Brasília, sucedendo o primeiro evento sediado no Rio de Janeiro, em 1994. Capiteado pelo Departamento de História da UnB, o II Encontro da ANPHLAC foi organizado pelo professor Jaime de Almeida, Presidente da Associação no biênio 1995-1996, que, mais tarde, viria a ser o orientador de

33 **HISTÓRICO ANPHLAC.** Disponível em: https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=409. Acesso em: 12 jun. 2022.

doutorado dos professores Libertad Borges Bittencourt (1998-2002) e Eugênio Rezende de Carvalho (1996-2000).

Cabe destacar a pluralidade da área de América na UnB, uma vez que as conexões na Fundação ocorriam pelo contato entre os Departamentos de História e Relações Internacionais, especialmente. Uma vez mais, mencionemos Jaime de Almeida, que se fazia acompanhar por Geralda Dias Aparecida, na História. Já no curso de Relações Internacionais, sublinhemos o trabalho de Flávio Sombra Saraiva (que atuaria entre História da América e História Contemporânea) e Amado Cervo. É importante registrar a concordância com o argumento de que, em tempos de consolidação da área de América, em Brasília, na ambiência do Departamento de História, um lugar de proa seria reservado às Relações Internacionais. A presença das embaixadas e outros órgãos afins na capital – assim como as bibliotecas, já mencionadas pela professora Libertad Borges Bittencourt, que abrigavam, inclusive, coletâneas de documentos valiosos – viabilizaram a aproximação. Assim,

[a] maior parcela dos trabalhos da UnB dos anos 90 trata das relações políticas, econômicas e diplomáticas do Brasil, predominando os estudos sobre as relações com os países sul-americanos, em especial do Prata. A política exterior do Brasil para a Argentina foi tomada sob inúmeros aspectos, que vão das ações do Império ao conflito Malvinas/Falklands, passando pela atuação do Barão do Rio Branco e pelas experiências de integração econômica e por contenciosos como o de Itaipu. Pesquisas se dedicaram às relações com o Paraguai, Bolívia e Cuba tanto na dimensão política quanto econômica e

o pensamento americanista foi discutido à luz das idéias de José Martí e Domingo Faustino Sarmiento.³⁴

Recorrer ao ambiente acadêmico brasiliense, tendo como ponto de partida o Departamento de História, propicia-nos ressaltar a autonomia que os pesquisadores goianienses adquiririam, em consonância à paulatina consolidação da área de América no PPGH. Nesse sentido, curioso será notar que os caminhos em Goiás mostrar-se-iam peculiares. Via Cecab e Erena, o Departamento de Antropologia da UnB se tornaria interlocutor privilegiado dos projetos encaminhados às agências de fomento.

Dito isso, indagamos: como ocorrem os deslocamentos e mantêm-se as confluências? Como as ligações internas à área posicionam o PPGH e nele reverberam? Orientando-nos por essas indagações, objetivamos, como sugerido, demonstrar que os docentes da UFG realizaram, na década de 1990, um duplo movimento. Por um lado, fortaleceram-se regionalmente, buscando parcerias com a UnB. Por outro, garantiram presença nacional, cultivando o contato, especialmente e não apenas, com São Paulo, via Associação Nacional de Pesquisadores em História Latino-Americana e Caribenha.

De 1996 (ano do primeiro congresso da ANPHLAC no Centro-Oeste), passando por 1999 (ano de fundação do Cecab) e alcançando 2010, um destaque: o IX Encontro Internacional da ANPHLAC, sediado em Goiânia. A escolha do local para o evento demarca que a

34 BEIRED, José Luis Bendicho. A pesquisa de História da América no Brasil durante as últimas décadas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Dossiê Especial, p. 58, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127170>. Acesso em: 7 jun. 2022.

produção na área de América, abrigada no PPGH, encontrara lugar nacionalmente. Congregando em escala ascendente pesquisadores de várias partes do País e das Américas, a ANPHLAC aportaria em Goiânia, a partir da ação conjunta das professoras Fabiana de Souza Fredrigo e Libertad Borges Bittencourt, respectivamente, Presidente e Primeira Tesoureira da Associação, no biênio 2009-2010. Na UFG, as docentes viabilizaram a ocorrência do Encontro, firmemente apoiadas pelos demais membros da Diretoria da ANPHLAC. O IX Encontro foi especialíssimo por dois motivos bem concretos: (1) abriu o debate sobre as comemorações das independências na América Hispânica, tema cativo à área; (2) homenageou a professora Maria Lígia Prado, referência responsável pela formação de gerações de pesquisadores americanistas.

Seguindo suas sendas, desde o PPGH, o Cecab afiançaria projetos como o supracitado Erena, sob a liderança do professor Leandro Mendes Rocha, interessado, bem antes de sua chegada na UFG, nos estudos indigenistas.³⁵ Esse interesse era compartilhado pela professora Libertad, cujo tema de doutorado, ao longo de seu desenvolvimento, foi considerado um “estranho no ninho da História da América”:

E aí fui no VII Foro São Paulo das esquerdas em Porto Alegre... em 97. E daí fui participar de um debate e fiquei muito impressionada vendo a discussão de indígenas do mundo todo, incluindo aí Canadá, Estados Unidos

35 Entre as décadas de 1980 e (os princípios de) 1990, o professor Leandro Mendes Rocha manteve vínculo com a Fundação Nacional do Índio (Funai); como servidor, assumiu cargos e atividades variadas neste órgão. Cf. Currículo na Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4966746368315442>. Acesso em: 10 jun. 2022.

e Austrália, um discurso muito semelhante, muito parecido, inclusive com palavras de ordem. Fiquei muito impressionada! Foi a primeira vez que eu ouvi academicamente o termo *cyber space*, espaço cibernético, você via em televisão, via em programa, via em debate, mas academicamente não. Fiquei muito impactada com aquilo, voltei com a ideia fixa de pesquisar que fenômeno era esse, inclusive com indígenas. E daí onde buscar? [...] Numa ANPHLAC, eu encontrei com o Tom, o Tom se especializou em história indígena da América Latina.³⁶

O projeto Erena foi apresentado ao CNPq em 2004 e manteve-se em vigor até 2006. Contextualmente, não devemos deixar de mencionar a abertura do curso de Doutorado no PPGH, em 2003, quando, na linha “Identidades, fronteiras e culturas de migração”, agrupar-se-iam os docentes interessados nos temas americanos. Tais perspectivas e desafios aparecem mapeados no relatório do Erena:

Este Programa de Estudos prevê o reforço de parcerias e cooperação científica intra e inter-regional entre grupos de pesquisadores associados a programas de pós-graduação não-consolidados, como é o caso do Programa de Mestrado e Doutorado em História da UFG; do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Susten-

36 A tese intitulou-se *As organizações indígenas na América Latina: Brasil/México – 1970-2002*. O docente, a quem Libertad se refere e de quem se tornou amiga, nas fileiras da Anphlac, é Antônio Carlos Amador Gil, sócio-fundador da Anphlac, pesquisador e professor da área de América da Ufes, localizada em Vitória. Entrevista de Libertad Borges Bittencourt, concedida a Ivan Lima Gomes e Fabiana de Souza Fredrigo. Goiânia, 6 de abril de 2022. Arquivo particular.

tável do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará e dos pesquisadores da Universidade Federal do Amapá UNIFAP. O grupo de pesquisadores vinculados à programa de pós-graduação consolidado é constituído pelos pesquisadores do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Prevê ainda o diálogo com pesquisadores estrangeiros que possibilitará o desenvolvimento de atividades de atualização, cooperação e abertura de novas possibilidades de pesquisa explorando novos objetos e abordagens. Permitirá também a troca de experiências com outras escolas historiográficas/etnográficas através da cooperação originada de pesquisas interdisciplinares que envolvem historiadores, linguistas e antropólogos, possibilitando dessa forma um maior diálogo e uma maior atualização dos Programas envolvidos em relação aos recentes avanços historiográficos/etnográficos alcançados por centros do exterior.³⁷

Ainda sobre esse projeto, a equipe vinculada nos dá a medida das relações com o Departamento de Antropologia da UnB. Entre os quatro professores da UnB listados no relatório, três deles eram antropólogos reconhecidos: José Jorge de Carvalho, Stephen Grant Baines, Rita Segato. Erena e Cecab interagiam via perspectiva étnica, identitária, intercultural, como explicitamos anteriormente.

37 ROCHA, Leandro Mendes. **Relatório final do ERENA ao CNPq**, 2006, p. 3. Cópia digital, arquivo privado.

Vincular as ações do Cecab,³⁸ do Erena, da ANPHLAC e a produção da professora Libertad Borges Bittencourt serve-nos para registrar a confluência de temas, que, a bem da verdade, ampliaram/ampliam os estudos americanos no PPGH. Igualmente, reforça uma hipótese delineada no início deste capítulo, qual seja: a relevância do mundo rural e da história indígena enquanto eixos que permitem explicar o diálogo entre História da América e História Local, no âmbito do PPGH. Como a trajetória da professora Libertad nos permite desvendar, não é pouco enfatizar que a área dos estudos americanos, em Goiânia, teve de ser construída a partir de um vazio incômodo, começando pela tarefa de se restabelecer da improvisação causada pela série de aposentadorias nos anos 1990.

O vazio — ou a ausência — é potente porque, ao mesmo tempo em que pode causar desânimo, abre espaço a criações singulares, *novedosas*. Argumentamos que este é o caso do PPGH abrigado na FH, na cidade de Goiânia. Desde os primeiros tempos, não era possível desconsiderar ou deixar de descobrir, em temas locais, ampliações teórico-metodológicas que estabelecessem histórias conectadas — ainda quando essa definição inexistia teoricamente. Em nossa compreensão, essa busca é longa para os estudos americanos. Nos anos noventa, prosseguiram nela as professoras Ledonias Garcia, Olga Cabrera, Libertad Borges Bittencourt, Heliane Prudente e os professores Eugênio Rezende, Leandro Mendes Ro-

38 A propósito, a dissertação e a tese do professor Eugênio Carvalho de Rezende tratam de temática consagrada tanto no âmbito dos estudos caribenhos, como defendia o Cecab, quanto no da história política (e das ideias) latino-americana, aos moldes preconizados pela ANPHLAC. Os títulos dos trabalhos assim evidenciam; seguem, respectivamente, mestrado e doutorado: “O projeto utópico da Nuestra América’ de José Martí” e “América para humanidade: o americanismo universalista de José Martí”. Ver em currículo na Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6512128178979996>. Acesso em: 10 jun. 2022.

cha e Luiz Sérgio Duarte. Também deram sustentação à trajetória institucional os mestrandos e os doutorandos que defenderam seus trabalhos na UFG, durante esse período.³⁹

No PPGH, a parceria entre Libertad Borges Bittencourt e Fabiana de Souza Fredrigo floresceu a partir de 2006. Adveio da graduação e, ainda antes da ANPHLAC, visto que as docentes se encontraram, pela primeira vez, em Brasília, no II Encontro. Contudo, em 1996, Fabiana era uma mestranda que não imaginava se tornar professora da UFG dali a dois anos. Essa parceria profícua terminou, na FH e no PPGH, quando Libertad se aposentou em 2020. Não obstante, a vida, que é maior do que a universidade, as mantém unidas. Em função do número de páginas e do temário que embasa a argumentação neste capítulo, o exame dessa parceria terá de ser feito em texto futuro. Mesmo assim, salientamos que uma busca inicial em documentação pertinente permitirá encontrar: (1) disciplinas compartilhadas no PPGH; (2) material de congressos (organizados e frequentados como expositoras); (3) artigos em parceria; (4) bancas de qualificação e de defesa realizadas conjuntamente no PPGH (e fora da UFG); (5) orientações coletivas; e (6) dossiês em periódicos. Vale ressaltar um dossiê datado de 2008, publicado na *História Revista*, por duas razões: o trabalho de organização radiografa a área de América de então, a partir da UFG; os artigos do dossiê manifestam as redes de pesquisa construídas, sobretudo no âmbito da

39 Destacamos egressos formados no PPGH, que, atualmente, atuam como docentes na FH, são eles: Eliesse Scaramal (Área de concurso: Didática e Prática do Ensino de História, ênfase História da África), Alexandre Araújo Martins (Área: América, ênfase Colônia) e Rafael Saddi Teixeira (Área de concurso: Didática da História). Esse último professor encontra-se também credenciado no PPGH. Ver Anexo A. Quadro de trabalhos desenvolvidos no PPGH, *Temas América – O PPGH-UFG em cores e décadas*.

ANPHLAC, que reverbera, nacionalmente, a considerar as distintas IES representadas.⁴⁰

Diante do exposto até este momento, é certo que o percurso deste capítulo não poderia se restringir ao levantamento e à exposição analítica de teses e dissertações. Entretanto, o exame dos trabalhos finais (e em andamento) referenda a historicidade de nossa reflexão. Uma atenta observação do quadro permite apreender a movimentação dos agentes no campo, visibilizando as redes de pesquisa que consolidaram os estudos americanos no PPGH. Antes de encerrar este item, destacamos alguns aspectos apreendidos da elaboração do quadro: (1) como campo formador e lócus disciplinar, a graduação orienta discentes e docentes no que se refere à busca dos temas a serem pesquisados (a convergência fica demonstrada, bastando relacionar temas, orientadores, orientandos e docentes concursados e responsáveis pela área na graduação); (2) a partir dos anos 2000, a maioria dos orientadores que atuava na área (e/ou com ela estabelecera conexões) integrava a linha “Identidades, fronteiras e culturas de migração”, emergente com a criação do Doutorado, em 2003, e que seria reformulada em 2012; (3) a presença acadêmico-formativa do Cecab e da ANPHLAC, em Goiânia, evidencia-se nos títulos e nas abordagens dos trabalhos finais; (4) a criação do Doutorado, a reformulação das linhas nesse mesmo processo, o aperfeiçoamento e a renovação do quadro docente produziram,

40 Ver: BITTENCOURT, Libertad Borges; FREDRIGO, Fabiana de Souza (org.). Dossiê Temático: História da América. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 287-510, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/issue/view/694>. Acesso em: 10 jun. 2022. As Revistas Eletrônicas da ANPHLAC e do Cecab merecem estudo detalhado e aprofundado, que está por ser feito. Com certeza, tal estudo ampliaria a reflexão acerca da história da historiografia na área de América.

especialmente na segunda década dos anos 2000, um aumento visível do número de trabalhos na área de América, qualificando, mormente, esse campo de conhecimento.

Considerando o recorte temporal estabelecido e as redes traçadas, uma síntese desse item pode ser assim descrita: em três décadas, o PPGH, especialmente na área de América, mas não apenas nela, partiu em busca de interlocução e chegou ao encontro de um lugar de reconhecimento no cenário historiográfico nacional. O duplo movimento que viemos traçando, local-regional e nacional, repercutiria problemas históricos, objetos e metodologias de pesquisa. Dessa maneira, as questões indígenas, o universo caribenho, as perspectivas étnicas e identitárias, os processos políticos, os imaginários e as representações, a história intelectual e das ideias desfilariam como temas centrais para os estudos americanos no PPGH.

Diálogos contemporâneos e novas escalas – o PPGH e as histórias conectadas

Inicialmente dedicado a refletir sobre o lugar dos estudos em História da América no PPGH, este capítulo ultrapassou seu propósito. A um só tempo, demonstramos o dinamismo de um campo que articula, de forma original, o local ao transnacional e se integra às políticas de qualificação profissional na área de História, em nível de pós-graduação. Talvez esses dois aspectos estejam mais próximos do que imaginamos, na medida em que os jogos de escala apresentados põem à mostra particularidades e sensibilidades locais, sem perder de vista a constituição de amplas redes acadêmicas. Nesse sentido, a trajetória da professora Libertad Borges Bittencourt é exemplar. Por meio dela, foi possível mapear

os lugares da História Local e da História Indígena na configuração de lógicas espaciais que escapam ao recorte nacional que, historicamente, marcou parte da historiografia durante os séculos XIX e XX. Além disso, sua formação sinaliza diálogos institucionais (com a USP e a UnB, por exemplo), preconizando, sincronicamente, a diversidade dos centros de referência em América e a construção de um território próprio para tais estudos no PPGH.

Da terceira década do século XXI, os historiadores e as historiadoras mostram-se atentos aos desafios colocados à prática historiográfica, enunciados, conforme nossa análise, na produção mais recente da área.⁴¹ Atualmente, os professores responsáveis pelas disciplinas de História das Américas, na graduação da Faculdade de História da UFG, são: Ivan Lima Gomes e Renata Fernandes (recém-concursada, ainda não credenciada no Programa).⁴² Os temas de pesquisa de ambos passam pelos estudos comparados, histórias conectadas, estudos visuais. Diante disso, os docentes lidam,

41 Ver último bloco do Quadro anexo.

42 Docente concursado na Área de América, tal como informado, Alexandre Martins Araújo tem desenvolvido trabalhos voltados à história indígena e ambiental, em outros espaços institucionais. Enquanto integrou o corpo docente do PPGH, concluiu uma orientação sobre cinema e EUA, em 2020. Ver Quadro Anexo.

outrossim, com campos em ascensão, como a História Pública⁴³ e a História Digital.⁴⁴

Vislumbrando a área de estudos americanos no PPGH, além do professor Ivan Lima Gomes, que estabelece a ponte entre graduação e pós, cabe-nos registrar outros três nomes, todos com orientações em andamento: Fabiana de Souza Fredrigo,⁴⁵ Elias Nazareno (atual coordenador do PPGH) e Leandro Mendes Rocha. Para o caso dos dois últimos docentes, colocam-se as temáticas relacionadas à interculturalidade, à decolonialidade, à história indígena e à história comparada. Seguindo, chama a atenção a manutenção do diálogo com o Brasil, via história do cinema, como comprova uma orientação em andamento, sob a responsabilidade do professor Roberto Abdala. Aliás, outros colegas, de áreas conexas, orientaram

43 A tese de doutorado do professor Ivan Lima Gomes foi premiada no 28º HQMix, na categoria “Melhor Tese de Doutorado”. Trata-se de um prêmio voltado para produtores e críticos de HQs, incluindo aí uma avaliação de trabalhos acadêmicos, sob a organização de uma comissão de acadêmicos especializados nos estudos de quadrinhos.

44 O professor Ivan Lima Gomes conta com a aprovação recente em um edital da Funape de financiamento para desenvolver um projeto de pesquisa e de extensão voltado à elaboração e organização de uma plataforma digital sobre quadrinhos latino-americanos. Com o título prévio de “Gibipedia”, a proposta visa a articular História Pública e História Digital, com vistas a mapear itinerários biográficos e escolas artísticas relacionadas aos quadrinhos na América Latina. Já a professora Renata Fernandes desenvolve, em parceria com pesquisadores da Unifesp e da Universidade Autónoma de Lisboa, um projeto voltado às humanidades digitais, intitulado “Circuitos oceânicos”, que visa a elaborar um banco de dados acerca dos circuitos comunicacionais luso-brasileiros, nos marcos do processo de independência, e a expandir as hipóteses para o mundo hispano-americano.

45 Referência nos estudos sobre as emancipações e Simón Bolívar, no Brasil, o livro premiado, originado da tese e publicado em 2010, é bibliografia obrigatória para os cursos de História da América II. Ver: FREDRIGO, Fabiana de Souza. **Guerras e escritas**: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830). São Paulo: Editora Unesp, 2010.

dissertações e teses nos campos das artes, bem como mantiveram acesa a associação entre História Local e História da América.⁴⁶

Como pudemos acompanhar, todos mantêm uma produção de excelência e em profunda articulação com a graduação, afirmando serem esses procedimentos fundamentais para o contínuo enriquecimento da área de História da América no PPGH, de certo modo mantendo as orientações sugeridas pela trajetória de Libertad Borges Bittencourt. Resta-nos, por fim, desejar vida longa e produtiva ao Programa de Pós-Graduação em História! Que o futuro reserve aos envolvidos com pesquisa e formação contínuos intercâmbios, em variados níveis, e caminhos abertos às descobertas historiográficas e às afinidades eletivas.

Quadro de trabalhos desenvolvidos no PPGH – Temas América PPGH em cores e décadas

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO (1978-2020) – Área de América e conexões		
AUTOR E TÍTULO DO TRABALHO FINAL	ORIENTADOR	ANO
MARTINS, Zildete Inácio Oliveira. A participação de Goiás na Guerra do Paraguai.	Laima Mesgravis	1978 (M)
PEREIRA, Eliane Martins Camargo Manso. O realismo maravilhoso de Siron Franco: uma arte crítica à mentalidade dominadora na América Latina.	Eliane G. Dayrell	1990 (M)
CARVALHO, Eugênio de Rezende. O projeto utópico da Nuestra América de José Martí.	Olga Cabrera	1995 (M)
LOPRESTTI, Mitzi Virginia Segovia. A política indigenista da Unidade Popular (1970-1973). O problema Mapuche, um problema de todos os chilenos.	Cyro Lisita	1996 (M)

46 Registramos: Ana Carolina Eiras Coelho, Carlo Patti (docente da Faculdade de Ciências Sociais), David Maciel, Heloísa Selma Fernandes Capel, Joana Fernandes Silva (docente da Faculdade de Ciências Sociais), Marcos Antônio Menezes e Maria Amélia Alencar.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Da construção do olhar europeu sobre o Novo Mundo ao (re) descobrimento do Reino Tropical.	Nasr Chaul	1997 (M)
ALMEIDA, Leila. A identidade latino-americana em José Carlos Mariátegui.	Horácio Gutierrez	1999 (M)
SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. Caça aos bruxos: o fenômeno da repatriação dos imigrantes haitianos na República de Cuba (1913-1933).	Olga Cabrera	2000 (M)
COUTO, Kátia Cilene do. Relações interétnicas nos centrais açucareiros cubanos (1913-1933).	Olga Cabrera	2002 (M)
BATISTA, Raul Pedro de Barras. Os canários em Cuba: uma cultura de migração e de trabalho erigindo a revolução do açúcar (década de 80 do século XIX à década de 30 do século XX).	Olga Cabrera	2002 (M)
MEDEIROS, Izabel de. Assim na terra como no céu: o caso de Asas de Socorro no Brasil e no México (1945-2001).	Leandro Mendes Rocha	2002 (M)
OLIVEIRA, Emerson Divino Ribeiro de. Transculturação: Fernando Ortiz, o negro e a identidade nacional cubana (1906-1940).	Olga Cabrera	2003 (M)
SANTANA, Márcio Antônio de. Literatura e construção da comunidade imaginada haitiana: uma leitura de Jacques Stephen Alexis e Jacques Roumain (1915-1971).	Olga Cabrera	2003 (M)
RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio. <i>Cien años de soledad</i> e o Caribe e o carnavalesco e o maravilhoso: um estudo histórico-cultural da obra de Gabriel García Márquez.	Olga Cabrera	2004 (M)
ARAÚJO, Alexandre Martins de. Trinidad na aventura do século XIX.	Olga Cabrera	2004 (M)
BORGES, Andréia Vasques. O ideal de nação do movimento autonomista cubano e da elite açucareira ocidental expresso em seus discursos e ações de incentivo à imigração (1878-1898).	Eugênio Rezende de Carvalho	2004 (M)
TEIXEIRA, Rafael Saddi. A dominação carismática de Fidel Castro (1952-1960).	Luiz Sérgio Duarte da Silva	2004 (M)
SANTOS, Luciano dos. O projeto identitário latino-americana de Leopoldo Zea.	Eugênio Rezende de Carvalho	2005 (M)

MARTINS, Reinaldo Lima. 1933 em Cuba: o labirinto derretido - o governo revolucionário dos 100 dias.	Luiz Sérgio Duarte da Silva	2005 (M)
DARCIE, Bethoven Soares. Os discursos políticos de Eduardo Chibás como constitutivos do projeto nacional-reformista do Partido do Povo Cubano.	Luiz Sérgio Duarte da Silva	2005 (M)
RABELO, Maria Martha Luíza Cintra. Cultura e política em Cuba sob o prisma da revista "Encuentro de la Cultura Cubana".	Isabel Cabrera Ibarra	2006 (M)
OLIVEIRA, Giselle Garcia de. O antilhanismo de Eugênio Maria de Hostos (1863-1903).	Eugênio Rezende de Carvalho	2006 (M)
OLIVEIRA, Sandra Maria de. Las honradas e las impuras: identidade de gênero na literatura cubana de Miguel de Carrión.	Isabel Cabrera Ibarra	2007 (M)
BARBOSA, Luciana Coelho. Uma perspectiva sobre a identidade mexicana na obra de David Alfaro Siqueiros (1920-1959).	Libertad Borges Bittencourt	2009 (M)
NEVES, Cleiton Ricardo das. O projeto de identidade latino-americana de Manoel Bomfim na obra A América Latina: Males de Origem (1905).	Eugênio Rezende de Carvalho	2010 (M)
VASCONCELOS, Alex Donizete. A Minustah e a alteridade – representações e identidades haitianas nos discursos da ONU e da Folha de São Paulo (2004-2010).	Libertad Borges Bittencourt	2010 (M)
LIMA, Elda Cássia. A correspondência jesuítica: na construção de um Novo Mundo: evangelizar, classificar, informar (1553-1596).	Fabiana de Souza Fredrigo	2010 (M)
SILVEIRA, Lorena Burjack da. Ditadura e desterro: trajetórias de exilados brasileiros do golpe de 1964 nos Estados Unidos (1964-1979).	Libertad Borges Bittencourt	2010 (M)
SILVA, Maurineide Alves da. Guerra, nação e cinema: uma leitura filmográfica sobre as motivações norte-americanas para a ação beligerante.	Libertad Borges Bittencourt	2011 (M)
ZANCOPE, Tiago Ciro Moral. A refundação da nação e o conceito de bolivarianismo nos discursos de Hugo Chávez Frías de 1999-2000.	Libertad Borges Bittencourt	2012 (M)

ASSUNÇÃO, Fernanda Rodrigues. O universo de Frida Kahlo à sombra da experiência revolucionária mexicana: pintura, corpo e identidades, das décadas de 1920 a 1950.	Fabiana de Souza Fredrigo	2013 (M)
DIAS, Stefanny Soares. A expressão do ser mexicano em el perfil del hombre y la cultura em Mexico, de Samuel Ramos (1934).	Libertad Borges Bittencourt	2013 (M)
OLIVEIRA, Euller Gontijo. Arqueologia da ausência um processo privado de elaboração da perda em audiovisuais de familiares de desaparecidos na ditadura argentina (1976-1983).	Libertad Borges Bittencourt	2013 (M)
MIZIARA, Vitor Gomez. As festas cívicas mexicanas e a potencialização da identidade nacional (1910-2010).	Libertad Borges Bittencourt	2013 (M)
ARAUJO, André Francisco Berenger. Eduardo Galeano: devolver à história o alento, a liberdade e a palavra.	Elias Nazareno	2013 (M)
SÁ, Roger dos Anjos de. A Revolução Sandinista: do triunfo à derrota (1979-1990).	David Maciel	2014 (M)
RIBEIRO, Roberta do Carmo. Woody Allen Cineasta-Historiador: ironia e identidade judaica em filmes sobre o período entreguerras.	Heloísa Selma Fernandes Capel	2014 (M)
ASSIS, Draulio Carvalho. O Mito e o Trágico em Jim Morrison: a poesia como choque e redenção da história.	Marcos Antônio Menezes	2015 (M)
GOULAO, Tobias Dias. Mais fúria e mais titãs: observações sobre o uso da narrativa mítica e do mito do herói a partir dos filmes Fúria de Titãs (1981-2010).	Ana Carolina Eiras Coelho	2015 (M)
PEREIRA, Fernanda Linhares. Quem é o sujeito dos Direitos Humanos, na Declaração Universal e na autobiografia de Eleanor Roosevelt (1950-1960).	Fabiana de Souza Fredrigo	2016 (M)
SOUSA, Daniel Alves. Poesia e discurso político: Neruda e Allende, a luta contra a ley maldita em um Chile autoritário (1920-1950).	Marcos Antônio Menezes	2016 (M)
TELES, Gustavo Borges. A Besta e o Filho Vermelho: Representações do Comunismo nos Quadrinhos de Superman e Batman (1988-1990 e 2003).	Libertad Borges Bittencourt	2016 (M)
SANTOS, Luciano Rodrigues. A evolução social e política proposta por Justo Sierra para o México (1900-1911).	Libertad Borges Bittencourt	2017 (M)

CARDOSO, Tatiana Cristina. Americanismo e cinema hollywoodiano no filme A felicidade não se compra.	David Maciel	2018 (M)
OLIVEIRA, Amanda Alvarenga Fernandes. Da crítica à modernidade ao encontro com a América Latina: a literatura de resistência do argentino Ernesto Sábato.	Libertad Borges Bittencourt	2018 (M)
MONTEIRO, Mariah Freitas. A trajetória do parlatino: um parlamento regional simbólico (1964-2017).	Libertad Borges Bittencourt	2018 (M)
MENDES, Bruna Alves Carvalho. “Grito, logo existo”: Reinando Arenas, o rebelde (1943 - 1990). (Dissertação de mestrado, 2019).	Libertad Borges Bittencourt	2019 (M)
ALMEIDA, José Eustáquio Leandro Assis Cavalcanti. Sociologia histórica crítica: o neoliberalismo na América Latina e Brasil do Século XXI.	Luiz Sérgio Duarte da Silva	2019 (M)
SILVEIRA, Ludmila Carneiro. O Giro Ambiental e o Cinema Hollywoodiano: um estudo de caso a partir do filme Avatar.	Alexandre Martins Araújo	2020 (M)
AZARA, Tulio Almeida. Educação, Revolução e Experiência: a Cruzada Nacional de Alfabetização e a Revolução Sandinista (1980). (Dissertação de mestrado, 2020).	Luiz Sérgio da Silva	2020 (M)
ASSIS, Jamilu Silva. A deterioração das relações Brasil/ Estados Unidos e a missão Albino Silva (outubro 1962).	Carlo Patti	2020 (M)
OLIVEIRA, Leidiana Marinho Souza. Resistência e autonomia do discurso zapatista: “A nossa arma é a palavra” (1992-2005).	Libertad Borges Bittencourt	2020 (M)
TESES DE DOUTORADO (2007-2022) – Área de América e conexões		
ANO E TÍTULO DO TRABALHO FINAL	ORIENTADOR	ANO
ARAÚJO, Alexandre Martins de. Entre-jornadas: coolies e negros nas plantations de Trinidad (1845-1890).	Olga Cabrera	2007 (D)
TEIXEIRA, Rafael Saddi. O ascetismo revolucionário do movimento 26 de julho: o sacrifício e o corpo na Revolução Cubana (1952-1958).	Luiz Sérgio Duarte da Silva	2009 (D)
SILVA, Giovani José da. A presença camba-chiquitano na fronteira do Brasil-Bolívia (1938-1987): identidades, migrações e práticas culturais.	Joana Fernandes Silva	2009 (D)

OLIVEIRA, Emerson Divino Ribeiro de. Gilberto Freyre e Fernando Ortiz: cultura, identidade nacional e história (1906-1948).	Luiz Sérgio Duarte da Silva	2012 (D)
PRADO, Luiz Fernando Silva. Itinerários acadêmicos da História da América no Brasil: a configuração de um campo (1934-2011).	Libertad Borges Bittencourt	2012 (D)
GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. Emergências latino-americanas: arquitetura contemporânea (1991-2011).	Luiz Sérgio Duarte da Silva	2013 (D)
OLIVEIRA, Vitor Hugo Abranche. <i>Milonga para que el tiempo vaya borrando fronteras</i> - uma reflexão acerca da fronteira como transformadora de identidade musical no sul do Brasil.	Maria Amélia Garcia de Alencar	2015 (D)
BORGES, Rafael Gonçalves. Como o Oeste se perdeu: representação, nação e modernidade no novo Western (1969-2012). (Tese de doutorado, 2015).	Libertad Borges Bittencourt	2015 (D)
MELO, Erica Isabel. A Sociedade Mexicana de Eugenesia e o gerenciamento da sexualidade e da reprodução na primeira metade do século XX.	Eugênio Rezende de Carvalho	2016 (D)
VASCONCELOS, Alex Donizete. Identidades haitianas na história, na literatura e em discursos midiáticos do Haiti, da República Dominicana e dos Estados Unidos (2004-2014).	Eugênio Rezende de Carvalho	2016 (D)
WITEZE JUNIOR, Geraldo. O bom governo de México e Michoacán: Vasco de Quiroga e a colonização utópica da Nova Espanha (1531-1565).	Heloísa Selma Fernandes Capel	2016 (D)
SOUZA FILHO, Jose Atanasio. Cruzando os caminhos do passado: história, sociedade e literatura na participação de Goiás na Guerra do Paraguai.	Marcos Antônio de Menezes	2018 (D)
PEREIRA, Fernanda Linhares. A História não contada da declaração universal dos Direitos Humanos: os caminhos do protagonismo latino-americano entre 1946 e 1948.	Fabiana de Souza Fredrigo	2021 (D)
Leonardo de Oliveira Souza. Nas tramas da redemocratização chilena: a memória histórica das violações humanas nos Informes das Comissões da Verdade Rettig e Valech (1990-2005).	Fabiana de Souza Fredrigo	2022 (D)

TRABALHOS EM ANDAMENTO – Área de América e conexões Terceira década do século XXI (Anos 20)		
ANO E TÍTULO DO TRABALHO FINAL	ORIENTADOR	NÍVEL
SILVA, Luan Frederico Paiva da. Contribuições mariteguianas para o giro epistemológico no Sul Global.	Elias Nazareno	M
BRITO, Mario Eugenio Evangelista Silva. Historiografias do Sul no séc. XX: a escrita da história entre os primeiros historiadores acadêmicos não europeus.	Elias Nazareno	D
TEIXEIRA. Davi Ebenezer Ribeiro da Costa. Apenas um rapaz latino-americano. O movimento Tropicália como prática cultural brasileira e sua relação histórica com a América Latina.	Elias Nazareno	D
REIS, Lucas Henrique. Uma leitura decolonial de John Ford: Western, visualidade e colonialidade.	Elias Nazareno	D
LIMA, Aline Alves. Entre a vida e a ciência: em busca de um lugar para o pensamento de Nicola Tesla.	Fabiana de Souza Fredrigo	D
ASSUNÇÃO, Fernanda. O corpo feminino em Frida Kahlo e María Izquierdo: alegorias da nação mexicana.	Fabiana de Souza Fredrigo	D
CHIMITI, Joshua Almeida. Uma análise das representações traumáticas em obras de Art Spiegelman.	Ivan Lima Gomes	M
SANTOS, Renata Alves dos. Imaginando o futuro: distopia na obra de H.G. Oesterheld (1957-1977).	Ivan Lima Gomes	M
NASCIMENTO, Leonardo Pires. Oesterheld e a edição de quadrinhos na Argentina dos anos de 1950 e 1960.	Ivan Lima Gomes	M
ZORZI, Reynaldo. A política educacional superior no Brasil e na Argentina: um estudo comparativo.	Leandro Mendes Rocha	D
Juliana Barros Pettersen da Costa Vidal. Cinema e expectativa de futuro: cultura histórica e as representações de futuro no cinema hollywoodiano.	Roberto Abdala Jr.	M

DA ESCRAVIDÃO À VIDA DOS ESCRAVOS: PERCURSOS ACADÊMICOS

Maria Lemke¹

Este capítulo aborda os trabalhos acadêmicos voltados à escravidão produzidos no Programa de Pós-Graduação em História que, neste ano de 2022, completa 50 anos. Não posso deixar de manifestar certa tristeza pelo fato de o tema despertar pouco interesse; ao mesmo tempo, não deixa de ser desafiador traçar um enredo sobre essa produção. Como toda pesquisa, expressam vertentes historiográficas, opções teórico-metodológicas, recortes espaço-temporais e, evidentemente, determinado contexto de produção. No que concerne ao critério para incluir as dissertações ou teses, optei por aqueles que têm em seu título ou em algum capítulo referência à escravidão.² Enquanto o elaborava, ocorreu-me: quantos, afinal, se dedicaram à instituição da escravidão ou à organização escrava em meio aos interditos? Nesta primeira seção, o leitor constatará que

1 Doutora em História pela UFG; professora na Faculdade de História da UFG. E-mail: marialemke@ufg.br

2 Também optei por citar, em notas de rodapé, as pesquisas em outras instituições que estudam a escravidão em Goiás.

poucas são as pesquisas e o campo ainda é aberto. Por isso, no segundo momento sugiro questões-tema que ainda estão à espera de pesquisas. Afinal, há muito mais coisas que desconhecemos acerca da vida dos escravos do que até agora foi escrito.

Aos inícios

Em 1971, o então Instituto de Ciências Humanas de Letras da UFG sediou o VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, cujo tema era “Trabalho livre e trabalho escravo”. O Curso de Graduação em História fora criado anos antes, tendo a conclusão de sua primeira turma ocorrido em fins de 1968; o Programa de Pós-Graduação em História ainda estava em gestação. Não obstante, naquele simpósio, os primeiros docentes já apresentavam suas pesquisas. Foram dez apresentações voltadas à História de Goiás, das quais metade dedicou-se à escravidão e à liberdade.

Luiz Palacín apresentou “Trabalho escravo: produção e produtividade nas minas de Goiás”; Gilka Salles, “O trabalhador escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX”; Maria Augusta Santana Moraes dissertou sobre “O abolicionismo em Goiás”; Modesto Gomes, “A literatura goiana e o trabalho livre”; Sérgio Paulo Moreyra e Dulce Helena Ramos apresentaram “Arrolamento de fontes: livros de receitas de sizas de escravos ladinos na Capitania de Goiás (1810-1822)”.³ Importante destacar que essa primeira geração teve, tanto em suas respectivas apresentações como nas pesquisas futuras, sistemático zelo com o uso de fontes. Por isso, o arrolamento dos arquivos, fontes manuscritas e impressas, objeto das demais expo-

3 PAULA, Eurípedes S. de (org.). Trabalho livre e trabalho escravo. In: **Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. v. 1. São Paulo: 1973.

sições, aponta para o compromisso em escrever uma história enfatizando as questões regionais. 1972, portanto, é o marco de fundação da profissionalização do conhecimento histórico em Goiás. A esta primeira geração devemos muito, mas também é evidente que, ao longo das décadas, aportes teóricos, interpretações e metodologias de análise mudaram. Com as trilhas que abriram, pudemos aprofundar um pouco esse vasto campo.

Essa geração, a partir do uso intensivo de fontes, lança-se sobre a desconhecida história de Goiás. Quase todos aqueles professores estudaram os dois primeiros séculos de ocupação lusa e dificilmente poderiam ignorar a escravidão. Mas é também inegável que vivenciavam um contexto historiográfico no qual muitos temas ainda permaneciam inéditos. Na ocasião do Simpósio da Anpuh, Palacín anotou que a bibliografia sobre escravidão era escassa e um aporte para sua pesquisa sobre produtividade escrava ainda era mais raro.⁴ Por isso, provavelmente, dedicou-se mais à produção aurífera e à organização social do que à escravidão em si.

Tanto no contexto historiográfico relativo à escravidão quanto no ambiente acadêmico uspiiano vigoravam as pesquisas cujo escopo era a economia. Esse referencial pode ser observado no doutoramento de Gilka Salles, *Economia e escravidão em Goiás colonial*,⁵ cuja orientadora foi Suely Robles de Queiroz. Entre aqueles professores – salvo melhor juízo –, Salles foi quem mais atenção deu ao tema. Como sói ser em trabalhos acadêmicos, não é raro alguma

4 PALACÍN, Luiz. Trabalho escravo: produção e produtividade nas minas de Goiás. In: **Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Goiânia: ANPUH, 1971. Publicado em São Paulo, 1973.

5 Defendida em 1980, foi publicada na década seguinte. SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão em Goiás colonial**. Goiânia: Editora da UFG, 1992.

mudança no objeto. Assim, logo na primeira página de seu livro, Salles informa que, inicialmente, seu objetivo visava o estudo “do trabalho escravo na exploração do ouro em Goiás”. Por compreender, porém, que a mão de obra escrava estava lastreada em todos os campos, o foco foi alterado para “um panorama geral da economia goiana no período colonial, destacando nela a participação do escravo”.⁶ Desde sua participação no Simpósio da Anpuh, em 1971, sua ênfase recai nos aspectos econômicos associados à escravidão.

A tese de Salles, como boa parte dos trabalhos que abordam a escravidão, está situada em consonância com a perspectiva historiográfica que insere a escravidão como parte do sistema capitalista mercantil. Entre as várias fontes, merece menção especial para o uso dos relatos dos viajantes que forneceram “subsídios valiosos por terem presenciado, ‘ao vivo’, a faina escravista colonial.”⁷ Assim, Salles seguiu a trilha de vários historiadores da sua época e de pesquisas mais recuadas que tomaram os relatos dos viajantes como fonte mais fidedigna.⁸

6 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão em Goiás colonial**. Goiânia: Editora da UFG, 1992. p. 11.

7 Idem, p. 12.

8 Ainda que com interpretações diferentes sobre o Brasil, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Candido tomaram os relatos de viajantes como uma das fontes mais fidedignas para se conhecer a história do Brasil.

Aquela sociedade – refiro-me aqui à incorporação do território como parte da América lusa⁹ –, organizada a partir da descoberta do ouro, tinha na escravidão um de seus pilares, mas, obviamente, o escravo não era um simples bem usado para trabalhar até a exaustão. Se assim fosse, qual interpretação daremos aos mais de quatro mil escravos que ainda havia em Goiás por ocasião da abolição, em maio de 1888? Certamente, a posse de um cativo significava muito mais do que mão de obra. Significava *status*.

Em que pese o árduo trabalho de pesquisa com fontes que ainda não estavam organizadas espalhadas Goiás afora, também é evidente que tais historiadores davam mais ênfase à economia do que à escravidão e ao *status* que ter um escravo conferia. A bem da verdade, muitas pesquisas se desdobravam em aspectos econômicos e sociais e, em algum momento, enveredavam pela temática da decadência, mote da historiografia. Tanto Palacín quanto Salles viram na retração da entrada de novos escravos um indicativo da decadência econômica. Assim como toda pesquisa, a de Gilka Salles sobre

9 A América lusa é compreendida, aqui, como parte do reino português a cujas normas de Antigo Regime (catolicismo, monarquia e autogoverno) acresceu-se a escravidão. Resumidamente, com variações espaço-temporais, incluiu, além de escravos e senhores, indígenas e aqueles com (ante)passado escravo. Ver: FRAGOSO, João. **La guerre est finie**: notas para a investigação em História Social na América lusa entre os séculos XVI e XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. (orgs.). **O Brasil colonial (ca. 1443 – ca. 1530)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 7-40; FRAGOSO, João. Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos para as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno G. (orgs.). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 49-100; FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna**: monarquia pluricontinental e Antigo Regime. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

economia e escravidão não fugiu à regra. Mais à economia e menos à escravidão, a autora articulou a economia de Goiás às estruturas econômicas, à exploração da colônia pela metrópole. Nesse sentido, o referencial uspiano deixou marcas historiográficas que podem ser observadas até na segunda geração que estudou a escravidão.

Tal é o caso da pesquisa de Edna Lima Siqueira.¹⁰ Embora tenha, em sua proposta teórica, Ciro Cardoso e Jacob Gorender, a autora situa toda sua argumentação a partir da escola sociológica paulista. Vale lembrar que Ciro Cardoso foi um dos primeiros historiadores a rechaçar interpretações esquemáticas, segundo a qual a América lusa nada mais era do que um grande canavial, mero apêndice da economia europeia. Ao contrário da voga historiográfica, Cardoso¹¹ alertou que compreender aquela sociedade seria possível a partir de sua lógica interna, suas relações sociais, sem se esquecer, evidentemente, da dinâmica entre a América lusa e as demais conquistas. Apesar de seu trabalho não focar na problemática da escravidão, trouxe à baila a existência do trabalhador livre no contexto escravista, sugerindo várias transformações na sociedade pós-aurífera, inclusive a queda do número de escravos em vários pequenos arraiais. Em meio ao contexto escravista, quantos destes eram egressos do cativeiro? Quantos se tornaram senhores de gentes?

Mas voltemos mais uma vez a Palacín. Em *O século do ouro em Goiás*, e na apresentação da Anpuh, Palacín, amplamente fundamentado em documentação administrativa, enfatizou as más con-

10 SIQUEIRA, Edna L. **O trabalhador livre em Goiás (830-1850)**. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1982.

11 CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987; CARDOSO, Ciro F. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

dições dos escravos. Assim como outros historiadores, referiu-se à tentativa de levante que ocorreu no arraial de Pilar durante a festa de Pentecostes que, efetivamente, não ocorreu. A brutalidade seria responsável pela baixa expectativa de vida (no máximo doze anos), mas também a principal causa das fugas, servindo para difundir a ideia de que a existência de tantos quilombos seria a prova contundente das más condições de vida escrava nas minas dos Goyazes.¹²

“Não há arraial sem a sombra de um quilombo”. Quiçá esta seja uma das frases mais conhecidas e reproduzidas em estudos voltados aos quilombos que existiram em Goiás. O primeiro governador, Dom Marcos de Noronha, a proferiu, referindo-se aos vários quilombos que teriam existido ao redor dos arraiais. Acerca dos quilombos é importante lembrar-se de que, após a Guerra contra Palmares, um ajuntamento de menos de dez escravos já era classificado como quilombo, como notou Karash.¹³ Tal definição visava a coibir a emergência de comunidades que pudessem alcançar a proporção de Palmares.¹⁴ Ora, os governantes de Pernambuco, durante a existência de Palmares, mascaravam o fracasso das incursões de extermínio superestimando o quantitativo de escravos

12 PALACÍN, Luis. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822**, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 4. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

13 KARASH, Mary. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, João J.; GOMES, Flávio dos S. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 240-262.

14 Continua válida, a meu ver, a pergunta – e a proposta interpretativa – feita por Rafael Marquese: Por que não houve outros Palmares na história do Brasil? (MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 74, p. 107-123, 2006. Sobre Palmares, ver: LARA, Sílvia H. O território dos Palmares: cartografia, história e política. **Afro-Ásia**, v. 64, p. 12-50; LARA, Sílvia H.; FACHIN, Phablo R. M. (org.). **Guerra contra Palmares**. O manuscrito de 1678. São Paulo: Chão Editora, 2021.

fugidos. A justificativa gerava cifras que variavam de vinte a trinta mil aquilombados.¹⁵ É possível que esse discurso tenha sido usado tanto por Dom Marcos de Noronha quanto por Luís da Cunha Menezes, governador de Goiás entre 1778-1783, pois a documentação de Goiás é difusa acerca dos quilombos, principalmente quanto ao contingente de fugitivos.

No que tange à produção historiográfica sobre quilombos, o primeiro trabalho foi publicado nos idos de 1974. “Sombra dos quilombos”¹⁶ deu origem à dissertação de mestrado *Quilombos do Brasil Central: séculos XVIII e XIX*, defendido por Martiniano José Silva, em 1998.¹⁷ Seu referencial historiográfico passa por, entre outros, Marx, Clóvis Moura e Roger Bastide. De corte cronológico amplo, Silva chega ao século XX tentando identificar a procedência dos escravos a partir da comunidade remanescente de Furnas da Boa Sorte, no Mato Grosso do Sul. Negando qualquer tipo de relações entre escravos e senhores que não fosse unicamente a violência, a fuga e os assassinatos, tomou os quilombos como a expressão máxima de resistência. Profundamente influenciado por Clóvis Moura – e pelo próprio Movimento Negro Unificado do qual fazia parte – defende

15 REIS, João J. Quilombos e revoltas escravas no Brasil – “nos achamos em campo a tratar da liberdade.” *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez./fev. 1995/1996.

16 SILVA, Martiniano J. *Sombra dos quilombos*. Goiânia: Cultura Goiana, 1974.

17 SILVA, Martiniano J. *Quilombos do Brasil Central: séculos XVIII e XIX (1719-1888)* – introdução ao estudo da escravidão. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998. Esta dissertação foi publicada em 2003. SILVA, Martiniano J. *Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava*. Goiânia: Kelps, 2003.

que a resistência escrava estava na negociação, no conflito e até no silêncio, levando ao esvaziamento do conceito de resistência.¹⁸

Para Silva, a quilombagem é um componente de identidade, sobretudo política. Nesse caso, o problema do conceito de identidade é o caráter estático conferido pelo autor aos remanescentes de quilombos. A ideia de uma “herança africana” é encontrada em todo o trabalho, mas como pensar uma identidade ou herança africana preservada “tal como foi” em meio à escravidão? Trata-se, pois, de uma evidente contradição. Ademais, como avaliar a herança africana nos séculos XVIII e XIX a partir de documentos administrativos, sem ter em relevo que a travessia e a transformação do cativo em escravo alterariam para sempre sua cultura, sua vida?¹⁹ Negar isso é desprezar a própria humanidade dos escravos. Entretanto, como afirmei nas páginas iniciais, são pesquisas datadas historiograficamente.

Assim como os quilombos, pesquisas que problematizam as alforrias são poucas. No ano de 2000, Clara Duran Leite defendeu a

18 Uma pertinente crítica ao esvaziamento da noção de resistência escrava está em: MARQUESE, Rafael de B. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 74, p. 107-123, 2006; ASSUNÇÃO, Mathias R. A resistência escrava nas Américas: algumas considerações comparativas. In: LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Júnia F. (orgs). **Trabalho livre e trabalho escravo**. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 335-361; SOARES, Marcio de S. A promessa da alforria e os alicerces da escravidão na América Portuguesa. In: GUEDES, Roberto. (org.). **Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (séculos XVII-XIX)**. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011. p. 35-50; GUEDES, Roberto. Prefácio – Mulheres escravas: conservadorismo e desigualdade social. In: SOARES, Moisés P. **Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social, Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga (Rio de Janeiro: 1780-1870)**. Curitiba: Appris, 2022.

19 Também sobre quilombos em Goiás, ver KARASH, Mary. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, João J.; GOMES, Flávio dos S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 240-262.

dissertação *Tecendo a Liberdade; as alforrias em Goiás no século XIX*.²⁰

No trabalho, Leite analisa os padrões de alforria no século XIX tendo como fonte as cartas de alforria existentes nos livros de notas no Cartório do Primeiro Ofício da Cidade de Goiás. Vale ressaltar que seu trabalho não abrangeu a região norte da província – atual Tocantins –, e sim Vila Boa, Meia Ponte, Santa Cruz, Jaraguá e Corumbá. Em que pese as novas abordagens historiográficas, sua orientação ainda tomava o contexto econômico assentado na tese do Antigo Sistema Colonial, de Fernando Novais. Assim, o primeiro capítulo dedica-se a inserir o escravo no contexto pós-mineração. Sua pesquisa permite apreender o pequeno número de escravos em algumas localidades, como em Corumbá e Bomfim. Respectivamente, em 1851, havia 457 escravos no total de 5.025 habitantes; e 646 cativos entre 4.087 habitantes. A pergunta que sua pesquisa suscita é: como nessas vilas – com população diminuta – se moldavam as relações entre escravos e senhores? Ao final do século XIX, Leite constatou que, após a criação das sociedades de emancipação, muitos senhores concederam a alforria a seus escravos mediante indenização. Seu trabalho suscita, portanto, várias questões: uma delas é se nessas pequenas localidades a escravidão foi afetada pela Lei de 1850 ou se, de sociedade escravista, ordenou-se como sociedade com escravos? Em 1888, ainda haveria escravos nessas localidades?

Também dedicado às alforrias, e recentemente defendida, está a dissertação de Igor Alencar,²¹ cujo recorte temporal está circunscrito

20 LEITE, Clara D. **Tecendo a liberdade: alforrias em Goiás no século XIX**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

21 ALENCAR, Igor F. **A larva, a crisálida e a borboleta: as cartas de liberdade em Goiás (1800-1824)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

aos anos de 1800 a 1824. Assim como Clara Leite, Alencar compreende a alforria como um aspecto da resistência escrava. Embora cite uma bibliografia ampla e com diferentes interpretações sobre a concessão da alforria, conclui que esta era produto exclusivo da agência escrava. Importa destacar que os autores criticados por Alencar não negam a agência escrava nesse processo, mas atentam para o fato de que, legalmente, era prerrogativa senhorial concedê-la ou não. A interferência do Estado nas relações escravistas ocorreu apenas a partir da Lei Rio Branco – mais conhecida como Lei do Ventre Livre, em 1871, que contribuiu para minar a autoridade moral dos senhores. Se o escravo “tudo podia”, que tipo de escravidão vigorava? Ao final, seu trabalho deixa entrever quanto ainda há por ser pesquisado. Por exemplo, qual era o papel dos libertos na manutenção da instituição da escravidão, como libertos que se tornaram senhores de cativos alforriavam? As cartas de alforria eram, de fato, apenas uma das formas de registrar a manumissão.

Uma pesquisa que cruzasse as cartas de alforria e os livro de registro de batismo de escravos e o livro de registro dos livres e libertos poderia elucidar algo sobre as relações de compadrio e amizade tecidas no cativeiro. Clara Leite, já referenciada, trouxe à tona as alforrias testamentárias que ainda não estavam totalmente disponíveis. Se, por um lado, é bem provável que nos últimos anos muita documentação tenha se perdido pela incúria e desinteresse do poder público, por outro, eventualmente surgem pequenas coleções que podem contribuir com nossa compreensão do passado.²²

22 Refiro-me à coleção dos livros de notas disponíveis à pesquisa no Arquivo do Museu das Bandeiras na Cidade de Goiás. Vale destacar que alguns livros notariais também se encontram no Arquivo Frei Simão Dorvi, na antiga capital, e outro no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central – IPEHBC –, em Goiânia.

Em 2008, tracei os primeiros passos em direção ao movimento dos escravos.²³ Assim, no primeiro capítulo de minha dissertação, apresentei as possíveis rotas de entrada de pretos novos na capitania de Goiás. Naquela ocasião, aventei que a maioria dos cativos novos continuava a ser trazida via Bahia em face da proximidade e da própria geografia. O segundo capítulo voltou-se à resistência escrava – a parte fora da vila (o quilombo) e a parte dentro da vila (a irmandade); nesse aspecto, a crítica que fiz acima à noção de resistência também é pertinente. No terceiro capítulo, enfatizei a trajetória de Joanna, uma preta mina que, em suas várias fugas, tentara pleitear a interferência do então governador dom João Manuel de Menezes. Na ocasião, começou a se delinear a importância das teias de amizade e bom comportamento escravo. Joanna, após fugir várias vezes, afirmou que, embora fugisse, era boa escrava e fazia todo o trabalho que seu sexo feminino permitia.

Em 2012, defendi a tese *Trabalho, família e mobilidade social*, na qual o tema do quarto capítulo voltou-se à escravidão. A partir dos registros de batismos de escravos, trouxe à tona a organização das famílias no século XVIII. De um lado, a dos senhores que incorporavam filhos ilegítimos tidos com escravas; *pari passu*, cativos assumiam o nome de seu senhor. Em consonância com a historiografia, que, atenta para a (re)produção de hierarquias no interior dos grupos, constatee que libertos, como Thereza Gomes de Oliveira, voltavam ao plantel onde haviam sido escravos apadrinhando cativos.

23 LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias Atlânticas, percursos para a liberdade: africanos e descendentes na Capitania dos Guayazes**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Em 2009, a dissertação concorreu ao prêmio Expressão Acadêmica e ficou em primeiro lugar, levando à publicação de **Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2009. (Coleção Expressão Acadêmica).

Ainda, indicando que a escravidão era uma instituição cujos valores eram disseminados em toda sociedade, demonstrei a mobilidade social a partir das trajetórias de egressos do cativeiro que se tornaram senhores de escravos. Além de Thereza Gomes de Oliveira, Vitória da Roza destacou-se: ela, parda forra, filha de uma preta (ou seja, escrava trazida d'África), tornou-se, por seu trabalho, senhora de mais de 25 escravos, vários deles, inclusive, pretos mina.²⁴

Jason Hugo de Paula,²⁵ a partir de um estudo utilizando extensa diversidade documental, identificou que muitos cativos e senhores mantinham relações de compadrio, ainda que assimetricamente na condição de senhores e escravos. Em perspectiva comparada, problematizando as mestiçagens, dois capítulos enfocaram a escravidão. Um refere-se à entrada de escravos em Santa Luzia. Ao apresentar o curioso caso de João crioulo, escravo de José Alvares, responsável pelas carregações para o capitão Antônio da Costa Pinto, apresenta a própria complexidade da escravidão: escravos fugiam bem menos do que uma parte da historiografia tem tentado demonstrar. Além disso, a formação das famílias, suas extensas teias de amizade e compadrio com seus senhores, com outros forros, com outros escravos, deixa entrever os arranjos e as adaptações em locais sem grande pujança econômica. Reconhecer que se moviam em meio aos interditos não significa tornar a escravidão

24 LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social** – notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770 – c. 1847. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

25 PAULA, Jason H. de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes, 1746-1800. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

branda. Significa, antes, como afirmou João Fragoso,²⁶ que escravos tinham mais de dois neurônios que, desde algum tempo, a historiografia tem demonstrado. Muito além da resistência, é preciso identificar as refinadas estratégias para sair do cativeiro.

Questões em aberto

Os Cunha Menezes – Luís da Cunha, Tristão e João Manuel – governaram Goiás desde 1778 a 1803. Sua governança pautou-se na interferência em assuntos civis e eclesiásticos, mas, para o tema em apreço, vale a indicação da interferência dos três em vários pleitos de alforria. Evidentemente, isso não os alça à categoria de abolicionistas *avant la lettre*. Para chegar aos governadores, os escravos precisavam de redes de amizade e compadrio. Para tanto, o bom comportamento era fundamental. Para além de questões relacionadas à sua governança, essa situação deixa entrever as fissuras sociais e, mais importante, apesar das hierarquias, apesar da escravidão, aquela sociedade se relacionava. Poderá ser argumentado que as alforrias concedidas por aqueles governadores seja resultado de suas perseguições contra seus desafetos. Isso, entretanto, seria rejeitar a agência e o *savoir faire*, o aprendizado de se mover nas agruras do cativeiro. Quantos foram esses cativos que tiveram a carta de alforria concedida pelos governadores e quem eram seus senhores poderá ajudar, entre outros temas, a compreender como se governava uma capitania nos sertões. Sobre isso, a documentação do AHU está à espera de quem se debruce sobre a atuação dos governadores em assuntos de foro privado como era a escravidão.

26 FRAGOSO, João. Prefácio. In: GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social** (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. p. 11-16.

De igual modo, permanecem à espera de pesquisadores os processos de reescravização que ocorreram ao longo do século XIX. Infelizmente, a documentação do século XVIII é escassa sobre isso e não permite sequer inferir se houve esse tipo de demanda. Insisto que tais pesquisas ajudariam a responder à questão: a província de Goiás, sobretudo na segunda metade do século XIX, era uma sociedade escravista ou com escravos?

Ao longo da explanação, torna-se evidente que vários eixos ainda merecem pesquisas. O que sabemos sobre a configuração assumida pela instituição em regiões nas quais a sanha aurífera não moldou a economia? Nos arraiais do norte, atual Tocantins, qual é o percentual de escravos voltados às fazendas de gado? Comparar as diferenças – se as havia – entre o sul e o norte da capitania/província e a proveniência dos escravos. Há quase quinze anos aventei a hipótese de que a maioria dos escravos novos – pretos d'África – foi trazida via Bahia. Fica, contudo, a questão: como eram seus processos de organização religiosa? No extinto arraial de São Joaquim de Cocal, os pretos cativos de Nossa Senhora das Mercês elaboraram dois belíssimos compromissos de sua irmandade, ornados, inclusive, com ouro em pó. Afirmando-se “os mais fiéis vassalos de Sua Majestade”, pleitearam proteção real contra os abusos dos padres que, sem amor à religião, cobravam muito pelas missas em favor das almas dos defuntos, sem entretanto, “as dizer”.²⁷ Qual é o papel dessas associações religiosas na obtenção das alforrias? Seu papel seria maior ou menor com o avanço dos abolicionismos?

Composta por dez artigos e 34 parágrafos, a Lei Rio Branco, ou Lei n. 2.040/1871, é mais conhecida como Lei do Ventre Livre e

27 Os dois compromissos da Irmandade estão sob a guarda do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, situado em Goiânia.

trouxe alterações significativas para a escravidão e para a vida dos escravos. A mais conhecida refere-se à determinação da liberdade aos filhos de mulheres cativas. Para além da dubiedade quanto à efetiva liberdade aos recém-nascidos, os efeitos da referida lei ainda são pouco conhecidos em Goiás. A documentação cartorária, pouco explorada, poderia elucidar se houve violações ao direito de acumular pecúlio. De igual modo, nada sabemos sobre quais os efeitos do artigo 7º. Importante destacar que, não obstante a luta dos escravos pela alforria, a concessão da alforria era prerrogativa senhorial. A partir de 1871, o Estado podia intervir nas ações de liberdade. Isso significa o lento dismantelamento da escravidão; afinal, pela primeira vez, um terceiro interferia numa relação de foro privado. Quantos escravos, afinal, se valeram desse direito? Mais, a lei alterou as relações entre senhores e escravos? Houve aumento de fugas após 1871?

Atestando a relação entre Igreja e Estado, a referida lei determinava que os párocos tivessem livros específicos para registrar nascimento e óbitos dos filhos de mães cativas a partir dessa data. Segundo Gilka Salles,²⁸ um ano após a Lei do Ventre Livre, existiam, em Goiás, 10.652 cativos, que perfaziam 7% da população de 149.743 habitantes. Quantas paróquias efetivamente cumpriram essa determinação, ou, ainda, em quantas paróquias ainda havia escravos para serem registrados?

Tomando em relevo que o estudo das classificações sociais contribui para a compreensão do passado, alguns pontos podem servir para pesquisas futuras: o que sabemos acerca das classificações sociais existentes nos livros paroquiais espalhados em Goiás? Trata-

28 SALLES, Gilka. A escravidão negra na província de Goiás: 1822-1888. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 47, 1988.

-se, pois, de um campo ainda em aberto. Há, ainda, uma questão anterior: o que sabemos a respeito das famílias escravas do século XIX? Quais são os arranjos familiares, suas teias de compadrio: quem escolhia os padrinhos e as madrinhas? Quais e como as hierarquias eram (re)produzidas no interior dos grupos?²⁹ Como ocorria a distribuição cativa nos plantéis? Durante o auge da mineração, historiadores afirmam que havia senhores com mais de cem escravos. Nessa conta, qual é a média de escravos entre os pequenos senhores e, destes, quais eram egressos do cativeiro?

Em 1881, Antônio, de nação nagô, iniciou um auto cível de liberdade – a partir de seu curador – alegando que fora trazido a Goiás após “a Lei”. Referia-se, obviamente, à Lei de 1850, que tornava libertos escravos trazidos ao Brasil após essa data. Permanece desconhecido o final de sua desventura. Quais teias de amizade contribuíram para que chegasse diante da justiça apelando por sua liberdade? De igual modo, o que sabemos sobre escravos como Jesuína Gomes de Oliveira, que, em abril de 1888, intentou contra sua “pretensa senhora” com quem havia acordado a alforria por coartação³⁰ em quatro anos?³¹

29 Sobre hierarquias na senzala ver FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil colonial, 1720-1821**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 241-306.

30 Forma parcelada da manumissão. Segundo Paiva, o tempo destinado à obtenção do pagamento total variava conforme negociação entre escravo e senhor (PAIVA, Eduardo F. Alforrias. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio S. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018. p. 92-98).

31 Na ocasião em que encontrei os processos, ainda estavam sob a guarda do Cartório do Primeiro Ofício da Cidade de Goiás. Há aproximadamente cinco anos passaram à guarda do Arquivo do Museu das Bandeiras.

Igualmente importante é lembrar-se de que, embora a população cativa às vésperas da abolição (1887) constasse de 4.549 – 1,78% dos 250.735 habitantes –, ainda há muito para saber sobre se e como as leis reorganizaram as relações entre escravos e seus senhores. Se sobre a escravidão, a atuação das confederações abolicionistas, a organização feminina na campanha abolicionista sabemos algo, dos escravos sabemos pouco: se tinham família constituída, por exemplo. Estudos que problematizem trajetórias, ainda que lacunares, podem trazer mais acerca das estratégias de organização familiar, inclusive compadrio. Como se moviam naquela sociedade hierárquica, ciosa de suas desigualdades, valendo-se das fraturas em meio a interditos e proscritões? Nos anos finais da escravidão, a imensa província de Goiás permanecia uma sociedade escravista ou uma sociedade com escravos?³² Qual, enfim, o alcance das sociedades abolicionistas que tomavam fôlego nos últimos vinte anos da escravidão?

As ideias de liberdade, sobretudo as que emergem nas rodas de intelectuais da época, chegariam de fato aos lugarejos mais afastados das vilas e municípios? Evidentemente, as pesquisas que enfocam os movimentos abolicionistas são extremamente relevantes, pois apontam para a forma como ideias de liberdade chegaram e foram difundidos em Goiás. Insisto que uma pesquisa capaz de problematizar a existência dos 4.549 escravos que viviam em Goiás pouco antes de 1888 poderia indicar, por outro lado, o apego ao significado do que era ter escravos: hierarquia, *status*. Quem eram seus senhores e a quais atividades os escravos eram destinados? Para isso, entrar em arquivos é fundamental.

32 Sobre essa diferença, ver FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

Há cinquenta anos, quando os primeiros estudos sobre a escravidão afluíam, sobretudo com Gilka Salles e Luís Palacín, os desafios eram enormes. Recursos computacionais, programas como SPSS³³ e o velho Excell praticamente não existiam. De lá para cá, muita coisa mudou. Acervos, antes dispersos, agora – embora não na totalidade – estão agrupados; alguns contam com instrumentos de pesquisas e estão organizados. Em tempos em que arquivos começam a disponibilizar seus acervos no formato digitalizado; em tempos em que é possível fotografar mais de 500 imagens num dia, os desafios de estudar escravidão e a vida dos escravos são bem menores.

Quem sabe o leitor, por curiosidade, por fascínio ao desconhecido, possa trazer à tona novos números e muitos nomes, relações de amizade, compadrio, crimes e fugas. Como, enfim, em lugares onde aparentemente nada acontece, reverberam as transformações da “grande história”. Fica o convite.

33 **Statistical Package for the Social Sciences.** O aplicativo permite análise estatística e gráfica e volta-se ao estudo das ciências humanas e sociais.

PARTE III

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

CINQUENTA ANOS DE HISTÓRIA

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas¹

Origens

A Universidade Federal de Goiás foi criada em 1959, através de decreto assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek durante comício realizado na Praça Cívica de Goiânia, sendo ele candidato a senador pelo estado de Goiás.

Doze anos depois realizou-se, nesta capital, o VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, promovido pela Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH). O evento teve centenas de participantes e contribuiu para despertar o interesse pelos estudos históricos.

Iniciavam-se, no Brasil, os cursos regulares de mestrado e doutorado, regulamentados pelo Conselho Federal de Educação, colegiado do qual fiz parte. Na Câmara de Ensino Superior, acompanhei de perto os processos de autorização e de reconhecimento dos primei-

¹ Doutora em História pela USP; professora titular aposentada da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG; foi diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras (1969-1973).

ros cursos desse nível. Como diretora do ICHL (Instituto de Ciências Humanas e Letras), depois de certificar-me da conveniência e das vantagens que ofereciam, levei o assunto à Congregação, que aprovou a criação dos mestrados de Ciências Humanas e de Letras.

Como não dispúnhamos de docentes com a titulação acadêmica exigida para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, buscamos e conseguimos o apoio do professor doutor Eurípedes Simões de Paula, então diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Para dar cumprimento à decisão da Congregação do ICHL, propus à Reitoria a celebração de convênio entre a UFG e a USP, o que tornou possível a vinda de professores titulados de São Paulo para lecionar nos cursos de Mestrado em Ciências Humanas e em Letras. Os professores doutores Luiz Palacín Gómez (UFG) e Cidmar Theodoro Paes (USP) foram, respectivamente, os primeiros coordenadores desses cursos. Na área de Ciências Humanas, seriam oferecidas disciplinas ministradas pelos professores visitantes, dentre outros: Fernando A. Mourão, Shozo Motoyama, Fernanda Pacca de Almeida, Laima Mesgravis, Maria Beatriz Nizza da Silva, Manuel Nunes Dias; proferiram palestras Sérgio Buarque de Holanda, Luis Iglésias e Nícia Vilela Luz, além dos *maîtres de conférence* Frédéric Mauro e Raymond Aron.

Na área de Letras, aqui estiveram Sylvio Elia, Leodegário de Azevedo, Bernard Pottier, Albert Audubert, Paul Ginestier, Roland Barthes e Jacques Emorine; de igual modo, Sarah Walker e Edward Moss, do *British Council*. Do teatro, recebemos para encontros memoráveis os atores Paulo Autran e Fernanda Montenegro. De língua alemã, espanhola, romena e italiana vieram visitantes

igualmente renomados. Em 1971, como parte integrante do curso de Língua e Civilização Francesa, alunos e professores visitaram as Antilhas Francesas.

O convênio com a USP teve a vigência de dois anos, durante os quais docentes do ICHL concluíram e defenderam dissertações de mestrado, as primeiras apresentadas em Goiás. Os que o desejassem, poderiam dar continuidade aos estudos, com a possibilidade de aproveitamento dos créditos em nível de doutorado, na Universidade de São Paulo.

De outra parte, professores que cursavam o doutorado em outras universidades do País e do exterior retornaram à UFG e, gradativamente, passaram a ministrar as disciplinas programadas, bem como assumiram a orientação das dissertações e a coordenação dos cursos de mestrado.

Paralelamente, organizavam-se Semanas de História, Seminários de Inglês, Semanas de Estudo de Comunicação, Seminários de Literatura e Linguística etc. Lembro-me de que proferiram palestras ou ministraram cursos o jornalista Francisco Campanella Neto, premiado em Fotojornalismo; Charles Charboneau, da Universidade de Toulouse, que participou de mesa-redonda com o professor Luiz Palacín sobre “O barroco brasileiro”; Tvetzan Todorov, do *Centre National de Recherches Scientifiques* (CNRS); Abraham Moles, da Universidade de Estrasburgo; Raymond Cantel, da Universidade de Poitiers; e outros de igual renome.

O Museu Antropológico data, também, dos anos iniciais do ICHL: através de ofício à Reitoria propus sua criação, em 1969. Anteriormente, sugeri à Chefe do Departamento de Antropologia e Sociologia, Professora Maria Luiza Centeno, que designasse uma

Comissão para entrar em contato com o Dr. Acary de Passos Oliveira, sertanista de reconhecida experiência e colecionador de artefatos indígenas, com vistas a obter sua colaboração na organização do Museu. A iniciativa teve êxito; o Museu foi inaugurado em dependências do ICHL, em novembro de 1970, com ampla cobertura da imprensa local e nacional.

Objetivos

Tínhamos como objetivo atuar em três vertentes: na de História, visando à formação de professores e historiadores, bem como a valorização dos arquivos regionais; na de Letras, para a formação de docentes e pesquisadores na área da Língua Portuguesa, ferramenta básica para a comunicação e a expressão; a área de Antropologia impôs-se pela existência, na região, de valioso e inexplorado material de interesse para estudos antropológicos e etnográficos.

Como visto, em um primeiro momento, foi criado o Mestrado em Ciências Humanas, que atendeu a variada gama de docentes e estudiosos das áreas de História, Filosofia, Sociologia e Antropologia; posteriormente, firmou-se como Mestrado de História, *lato sensu*. Mais adiante, viria a ser Mestrado em História das Sociedades Agrárias; na atualidade, o Programa de Pós-Graduação em História da UFG oferece cursos de mestrado e doutorado, além de qualificar estagiários de pós-doutorado. Na área de Letras e Linguística o percurso foi similar, estando o respectivo Programa de Pós-Graduação a cargo da Faculdade de Letras, desmembrada que foi do ICHL.

A iniciativa, que parecia temerária, revestiu-se de êxito, a despeito dos atropelos da mediocridade, que afinal foram irrelevantes.

O importante é que se dilataram as fronteiras do conhecimento, com a produção de pesquisas e trabalhos acadêmicos de reconhecida relevância, muitos dos quais vinculados à temática regional.

Investimentos na estrutura física da UFG

Paralelamente à implantação da Reforma Universitária deu-se a construção dos *campi* universitários em todo o País. Era a época do assim denominado “milagre econômico”, com elevadas taxas de crescimento e destinação de verbas vultosas para a educação. Na UFG, foi retomada a ideia da construção do Campus II – atual Campus Samambaia –, cujos primeiros edifícios datam do início da década de 1970.

Devido a problemas estruturais (rachaduras nas paredes), o prédio que abrigava o ICHL, no Setor Universitário, fora interditado e essa unidade passara a funcionar em vários lugares, inclusive no antigo Seminário Santa Cruz, conhecido como Centro de Treinamento de Líderes. A normalidade das aulas não foi afetada, graças à compreensão e à disposição dos alunos, professores e funcionários administrativos. O corpo docente do ICHL era composto por professores jovens, entusiastas e idealistas; havia *esprit de corps* e orgulho de pertencer àquela instituição que se destacava pela atuação educacional, científica e cultural.

O ICHL foi a primeira unidade da UFG a instalar-se no Campus Samambaia – inclusive o Mestrado em História. Fora prevista a conclusão de alguns prédios para o começo do primeiro semestre de 1973. O atraso das obras, contudo, fez com que o início das aulas fosse adiado para o mês de maio. Como estavam inconclusos os

edifícios destinados ao ICHL, foram-nos destinados dois blocos do Instituto de Química e Geociências (IQG), um deles inacabado.

Três datas foram sucessivamente marcadas, sendo finalmente iniciada a mudança do ICHL para o Campus II às 7 horas da manhã do dia 17 de maio de 1973. Caminhões despejaram carteiras, mesas, armários e demais móveis e equipamentos no pátio dos blocos do IQG; na falta de pessoal designado para tal fim, diretores, professores e funcionários do ICHL limparam e carregaram esse material para as salas de aula, ficando a diretoria e a secretaria alojadas em espaços exíguos. No dia 19, por determinação superior, as carteiras foram retiradas e levadas para o local onde se realizaria a sessão solene de instalação do Campus II.

Finalmente, depois de outra maratona de trabalho braçal, as aulas de todos os cursos do ICHL puderam ter início no Campus II, na manhã de 23 de maio de 1973, exceção feita às disciplinas oferecidas no período noturno, que passaram a ser ministradas no prédio recuperado do Campus I, agora destinado à Faculdade de Educação.

Nas novas instalações, o primeiro impacto era de carências e desconforto: havia buracos nos caminhos abertos há pouco, muita poeira, mosquitos e aqueles macaquinhos da mata, que ainda estão lá. Os telefones funcionavam precariamente, os ônibus eram irregulares, alguns banheiros não tinham água, lâmpadas queimavam, tomadas elétricas não funcionavam.

De outra parte, os pavilhões que nos foram cedidos pareciam (parecem?) um misto de galpões de construção com campo de concentração. Feios, pesados, inadequados, exigiam (exigem?) iluminação e refrigeração artificial, quando lá fora a luminosidade ofusca os olhos e os ventos do planalto correm soltos.

Hoje em dia, é de bom tom falar-se na década de 1970 como “anos de chumbo”, tempo de sofrimentos e de obscurantismo – o que expressa apenas uma parte da realidade. Não há como negar os excessos que foram perpetrados no meio político; nem há como deixar de condenar o recurso ao extermínio e à tortura na guerra civil que acontecia no País, ainda que não fosse formalmente declarada. Entretanto, lembrando aqueles tempos iniciais da Universidade Federal de Goiás no Campus II, a memória registra dificuldades e improvisações, mas também uma sensação de pioneirismo, de começar algo voltado para um futuro melhor. No dia a dia da vida acadêmica do ICHL, vivia-se um clima de generosidade e de esforço, quando foram desenvolvidas as atividades normais do Instituto no Campus II: aulas, seminários, palestras, pesquisas, semanas de estudo etc.

Expirado o convênio com a Universidade de São Paulo, os cursos de mestrado passaram a funcionar com docentes recém-titulados da UFG e alguns convidados. As primeiras dissertações foram defendidas: a semente lançada começava a germinar.

Missão cumprida, continuei como conselheira do Conselho Federal de Educação até 1976.

Administração e diferentes atuações

Nesse meio tempo, fui requisitada para assessorar, na área de ensino e pesquisa, o primeiro Sub-reitor, professor José Cruciano de Araújo, durante o mandato do Reitor Paulo de Bastos Perillo. Acompanhei e participei de providências voltadas para a reestruturação interna da UFG e para a correção de rumos de sua política administrativa e docente. Em 1974, teve lugar o I Seminário de Currículos da UFG, com vistas a adequar a estrutura curricular dos

cursos às determinações legais e às necessidades de formação profissional atualizada.

Durante o reitorado do professor José Cruciano de Araújo, continuei como sua assessora e colaboradora, inclusive na redefinição do Mestrado de História das Sociedades Agrárias, denominação proposta pelo professor Luiz Palacín. Cooperei na instalação da Coordenadoria de Pós-Graduação da UFG, presidida pela Professora Dra. Nancy Ribeiro de Araújo e Silva; em 1977 e 1978, estive em licença para finalmente realizar o curso de doutorado em História, na Universidade de São Paulo, quando me transferi para a capital paulista. Por motivos supervenientes, somente em 1986 defendi tese e obtive o título de Doutor.

Reassumi minhas funções docentes na UFG, depois de concluir as disciplinas do doutorado e obter os respectivos créditos. Na sequência, estive em visita a diversas universidades norte-americanas, em viagem oficial, com vistas a dar início a atividades de intercâmbio internacional – do que apresentei detalhado Relatório à Reitoria. No ano seguinte, fui cursar a Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro; em 1982, voltei ao Departamento de História do ICHL, do qual me afastei para, atendendo a convite da ministra Esther Figueiredo Ferraz, assumir a Direção-Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), no Ministério de Educação, em Brasília.

Residi na capital federal durante quase 15 anos. Depois de dois anos à frente do Inep, passei a exercer cargo de confiança na Secretaria-Geral do Ministério da Cultura. Foi uma das experiências mais enriquecedoras de minha vida profissional, quando atuei como Coordenadora Geral do Grupo de Trabalho de Alcântara. Vin-

culado à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e à Fundação Nacional Pró-Memória, esse GT, de caráter interdisciplinar, tinha o objetivo de proceder à restauração e revitalização da secular cidade de Alcântara, no Maranhão. Foi um trabalho gratificante, que se estendeu de 1985 a 1991, quando me aposentei.

Na década de 1990, já aposentada, a velha paixão pela nunca esquecida UFG – à qual tanto devo – levou-me a atuar como professora visitante do Programa de Pós-Graduação, até 2008.

Memórias, amizades

Aceitar o convite para prestar o presente depoimento sobre os primeiros tempos da UFG e do ICHL teve o condão de me fazer reviver lembranças, reencontrar pessoas, ressuscitar emoções. Onde se depositara a poeira do tempo, brasas recobertas de cinzas ganharam calor e vida; a velhice, entretanto, permite distanciamento e relativa isenção ao encarar o passado.

Vultos emergem nessas lembranças e, com eles, emoções e afeições. Como não lembrar as pessoas presentes naqueles anos trabalhosos – e que se tornaram amigos queridos? Dentre todas, e em primeiro lugar, a Professora Doutora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles: objetiva, competente, sempre disposta a vencer dificuldades com bom senso e empatia pessoal. Sua tese de doutorado voltou-se para o estudo da escravidão em Goiás; de todos os docentes da pós-graduação, foi ela quem maior número de dissertações orientou. À Professora Gilka expresseo o reconhecimento de que, não fora ela, o nosso mestrado teria sido extinto, como o desejaram (e trabalharam para isso) alguns equivocados dirigentes da UFG.

E a professora Doutora Dalísia Elizabeth Martins Dolles? Mato-grossense de origem, deu início à busca de especialização e aperfeiçoamento na Universidade de São Paulo, da qual era ex-aluna. Valorizou sobretudo a pesquisa documental e fez valiosos levantamentos dos arquivos públicos de Goiás, além de abrir caminho para estudos sobre as hidrovias goiano-tocantinenses e o coronelismo.

Teve como companheira de viagens e de inquietação intelectual a Professora Doutora Maria Augusta Santana de Moraes, que felizmente ainda prossegue em seus trabalhos de pesquisadora e é autora de estudos seminais sobre as oligarquias e a história da medicina em nosso estado. Lembremo-nos de que vigorava o sistema de doutoramento mediante defesa direta de tese – tal como o fez a Professora Doutora Marivone Mattos Chein, que estudou os indígenas goianos, aqueles dos quais se diz que são (quase) ausentes da historiografia goiana.

Referência especial há de ser feita ao Padre Doutor Luiz Palacín Gómez, o jesuíta espanhol que se goianizou: teólogo pela Universidade de Salamanca, doutor em História pela Universidade Complutense de Madri, foi o mestre de todos nós: sua tese de livre-docência marcou o início de novos tempos na historiografia goiana. Foi publicada sob o título de *O século do ouro em Goiás* e está em sua 12.^a edição. Muitas outras obras publicou o mestre poliglota e filósofo, além de historiador e poeta.

Haveria bem mais a lembrar: tal como, em dias menos distantes, a Professora Doutora Janaína Amado e o Professor Doutor José Antônio Rodrigues de Camargo, que reformulou e consolidou o Mestrado em História, com disciplina, rigor e competência.

Éramos poucos e éramos amigos, o sucesso de um era o sucesso de todos. Nós nos visitávamos uns aos outros, nossas casas esta-

vam abertas aos colegas, nossas famílias se frequentavam. Tantos anos passados, na perspectiva do tempo transcorrido, e temos a certeza de que a nós - sobreviventes! – cabe a tarefa de evocar aqueles tempos pioneiros e trazer para o prosclênio os nomes, os vultos, as ideias e os trabalhos então produzidos, para que sejam conhecidos e avaliados à luz da contribuição que trouxeram – todos eles – aos estudos da História em Goiás.

Desculpem-me se me alonguei. Muito ainda haveria a contar na tentativa de recuperar o tempo que não foi perdido. As lembranças parecem falhas, os neurônios gastos com a idade não ajudam muito. Mesmo recorrendo a documentos, muito do que foi dito estará eivado de lacunas e imperfeições. Até porque a memória é seletiva e somente será confiável se entendida como passível de imperfeições e incompletudes.

Aí estão os estudos e pesquisas históricas que se desenvolvem sem interrupção há 50 anos, já, agora, em contexto diverso daquele em que vivemos e trabalhamos, nas décadas de 1960 e 1970, quando foi dado o impulso inicial para chegarmos aonde estamos.

Considerações finais

Finalizando, quero lembrar que há milhares de documentos sobre os tempos pioneiros da UFG e do ICHL: trabalhar com eles é imprescindível, para que se possa melhor contextualizar e construir sua História. Aos pesquisadores e historiadores, diria ainda que não se deixem levar pela ótica mais simples ou pelas explicações mais fáceis: todos nós sabemos que, na vida, nada é simples ou fácil.

Goiânia, 21 de julho de 2021

O MESTRE DE TODOS NÓS

Nasr Fayad Chaul¹

Essa frase de Paulo Bertran resume bem o significado de Luiz Palacín Gomez para nós, o Mestre de todos. Não consigo falar de Luiz Palacín sem ser pelo coração. Padre Vieira dizia que quando a gente fala com a razão a possibilidade de errar é grande, quando falamos pelo coração, aí é que erramos mesmo. Não creio que caberia nessa nossa conversa a assertiva de Vieira. Por isso vou relembrar minha história com essa figura preciosa em minha vida como aluno, colega, companheiro de pesquisa e de livro publicado juntos. A primeira vez que o vi foi em 1978, ao entrar no Curso de História da UFG, um oásis para minha juventude, envolvida em outro Curso, noturno, de Direito, numa faculdade particular. Ele estava subindo as escadas do antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) com a simplicidade dos sábios e a envergadura dos homens que carregam dentro de si o resumo do conhecimento de muitas áreas. Já

1 Doutor em História pela USP; professor titular aposentado da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG, do qual foi coordenador no biênio 1996-1997; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da União Brasileira de Escritores e da Academia Goiana de Letras; foi Secretário de Cultura do Estado de Goiás.

era um ícone para nós alunos, já era uma lenda para os veteranos daquelas plagas.

Corria sobre ele, na visão dos alunos, as mais diversas histórias: maior historiador de Goiás, tricampeão de xadrez (proibido a concorrer em novos torneios), exímio pescador de rios e lagos, padre que falava oito idiomas... A simplicidade, porém, era ambulante. Aquele padre franciscano andava em seu velho e estimado fusquinha e desfilava com três ou menos jogos de calças e camisas ao longo da semana por corredores e salas do antigo Departamento de História, levando um inesgotável conhecimento por onde passava sobre os mais diversos assuntos, sem deixar de sorrir com uma leve ironia ao discordar de muitos.

Vim a ter minha esperada aula só no final do curso, quando foi meu professor em História Contemporânea. Já no primeiro dia de aula ele nos passou mapas em branco e nos estimulava a localizar países e mares, ciente de nossas deficiências em geografia. Num súbito, virou para a turma e indagou, com seu portunhol jamais olvidado, quais seriam os três maiores escritores contemporâneos. Respostas de todos os quadrantes, alguns acertos e inúmeros erros que o faziam rir e quase gargalhar. Por fim, sentenciou: Joyce, Proust e Kafka. Selecionou alguns de nós e nos mandou ler uma obra de cada para, depois, debatermos. Sobrou para mim *O processo*. Adorável! Era um pouco da forma do Mestre lecionar História Contemporânea.

Nossa maior proximidade se deu quando fui monitor de História do Brasil, cadeira da professora Maria Sônia França, podendo me comunicar com outros professores e, por conseguinte, com Palácín, em reuniões e outras atividades. Conversávamos sobre temas

diversos, pescarias pelo interior goiano, livros atuais de literatura, pesquisas e muita cultura, em uma performance de ouvir dez vezes mais do que falar. Um estímulo ao futuro. Ao adentrar no Mestrado em História das Sociedades Agrárias, em 1981, utilizando o Diploma de Bacharel em Direito, enfrentava uma situação complexa: findava a graduação em História e cursava o primeiro ano do Mestrado. Um dos primeiros cursos foi com Luiz Palacín, sobre História de Goiás. Sintetizou o que eu queria fazer como dissertação (*A construção de Goiânia e a transferência da capital*) e me treinou fantasticamente para a leitura e a interpretação de documentos de época. Suas aulas e reflexões eram acima da média e exigiam, de todos nós, uma análise minuciosa da documentação, controvérsias, diferenças entre fonte e bibliografia etc. Uma verdadeira aula prática entre a pesquisa e a produção historiográfica.

Nessa época, pude ficar mais próximo do também poeta Luiz Palacín, quando me presenteou com seu *Elegias Cósmicas*. Me afeiçoei ao poeta grandioso, ao apaixonado pela literatura de todas as línguas, ao ser humano mais afeito à simplicidade comovente, ao indivíduo franciscano entre a fé e seus questionamentos, ao historiador incansável, primevo entre a ciência e o rigor histórico, pelo weberiano de tantas horas, pelo crítico dos marxistas de orelhas de livros. Fomos nos tornando amigos e parceiros de um bom vinho e cúmplices nos jogos de cartas e na sua adoração por azeitonas.

Em algumas visitas à Casa da Juventude onde residia, me falava em *off* de sua vida, seu passado, família e projetos de pesquisa. Pude expressar um pouco de tudo isso no *Dicionário de educadores e educandos em Goiás*, organizado pela Professora Diane Valdez, com as palavras que aqui transcrevo:

Luis Palacin Gomez (1927-1998). Nasceu em Valladolid, Espanha, no ano da graça de 1927, como era comum se dizer na época, oriundo de uma família de classe média. Era filho de Augustín Palacín e de Adelma Gómez. Realizou seus estudos no Colégio Católico São José em sua cidade natal. Em 1944 ingressou, seguindo vocação, na prestigiosa Companhia de Jesus. Arguto, devotado, criativo e inspirado, frequentou as mais renomadas instituições de ensino superior da Espanha. Em 1951 cursou Filosofia na Universidade jesuítica de Comillas e História nas Universidades de Salamanca e de Santiago de Compostela, esta em 1954. Quatro anos depois, em Comillas, cursou Teologia, completando a tríade de cursos fundamentais em sua formação religiosa e intelectual. Em 1967, completou seus estudos de Doutorado, tornando-se Doutor em História Moderna pela renomada Universidade Complutense de Madrid. Seu domínio de idiomas já abarcava o grego, latim, inglês, francês, italiano e, claro, espanhol. Na Universidade de Salamanca (lugar onde se reúnem as bruxas), datada de 1218 e considerada a mais antiga da Europa, Palacín cursou História, naquela que era conhecida como “La Dorada”, declarada Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Por toda esta trajetória podemos observar a sólida formação daquele ser humilde e crítico que um dia viria a brindar as terras goianas. Rumo ao Brasil, numa travessia que não tinha nada a ver com o passado de seus conterrâneos co-

lonizadores, Palacín chegou ao Rio de Janeiro em 1958, já um Padre Jesuíta em missão de ordem. No Brasil fez sua “terceira provação”, última etapa da formação espiritual jesuítica, na histórica Fazenda Três Poços, próxima a Volta Redonda.

Nos anos iniciais da década de 60, Luis Palacín foi transferido para Goiânia, onde os jesuítas tinham assumido a então Universidade Católica. Seria uma das melhores heranças que a Espanha nos legaria, sem dúvida. Uma Goiânia de poucos habitantes, moderna, planejada em *art déco*, mesclada entre o urbano e o rural, entre a tradição e a modernidade, enfim uma capital onde o que havia para ser feito e edificado em todas as áreas era bem maior do que havia sido realizado. Na Rua 82 da nova capital ficava a sede do Instituto Histórico e Geográfico. Em seu bojo, o Centro de Estudos Brasileiros, que logo foi fechado pelos militares, obrigando os alunos matriculados a um pertencimento necessário no curso de Geografia e História. Aprovado na seleção de professores, Palacín iniciava, então, sua longa missão de doar e socializar sua cultura e seus conhecimentos de História, Filosofia e Teologia com os cerratenses.

Ao nosso olhar era um misto de tímido e crítico mordaz, espanhol de pouca paciência com a beocidade alheia. Em meados de 1965 ingressou na Universidade Federal de Goiás, onde iniciou suas pesquisas com vistas à Livre Docência, intitulada *Goiás: 1722-1822. Estrutura e conjuntura de uma Capitania*

de Minas. No centro de suas análises presenciava-se o que de mais moderno à época nos oferecia em suas concepções de análise e teoria da História: a Escola dos *Annales*. No corpo do trabalho uma gama enorme de análise documental, reflexões e críticas, enfim, uma aula de pesquisa e rigor no trato do processo histórico. Descortinava-se, através de suas pesquisas e da arqueologia documental que possuía, o início dos marcos basilares do processo histórico goiano com base científica. O início era o início: a Mineração e suas consequências. Para um processo histórico com base científica e rigor metodológico, ganhávamos um estudo pioneiro que viria abrir as perspectivas para toda a produção historiográfica subsequente.

Palacín decodificava as raízes econômicas, políticas e administrativas do Goiás mineratório. Sua tese seria lapidar para tantos outros estudos que vieram a seguir, do transporte fluvial pelo Araguaia e Tocantins à escravidão, dos índios ao coronelismo, das questões agrárias à construção de Goiânia, todos teriam seus estudos como parâmetro de conhecimento por sobre nossa identidade. Era aberto ao novo, difícil era convencê-lo das novidades de análise acadêmica, principalmente as fugazes.

Era uma preciosidade tê-lo como professor, como orientador e, para poucos, como colega de pesquisa e produção acadêmica. Dos *Annales* a Vieira, de Weber a Goldmann, navegava sem problemas por um grande e

profundo conhecimento sobre autores, temas e obras. Seu amplo conhecimento do processo histórico permitia que pesquisasse e escrevesse sobre épocas variadas: Mineração, Sociedade Colonial, Padre Vieira, Pombal, Goiás, Goiânia, Patrimônio Histórico, Arte, Brasil, *Elegias Cósmicas*, seu único livro de poemas...²

Quando Goiás lhe pareceu pequeno, pesquisou sobre o coronelismo em Tocantins. Essa foi uma das suas últimas obras publicadas. Vou me deter mais atentamente a ela, uma vez que muitas outras já foram analisadas e divulgadas por colegas da Faculdade de História. Palacín analisa nela a História de Boa Vista (Tocantinópolis), de um homem (Padre João) e do extremo-norte goiano. Três histórias necessariamente unidas. Nesse livro de 1990, trata das Três Revoluções que se sucederam em Boa Vista em menos de seis décadas. O livro, o último publicado em vida, intitulou-se *Coronelismo no Extremo Norte: As Três Revoluções de Boa Vista*.

Palacín inicia tratando da primeira “revolução”, ocorrida em 1892, como uma verdadeira guerra civil, entendida à época como um meio para solucionar as tensões políticas e sociais. Com isso o povo de Boa Vista passa a ser visto como protótipo do povo revolucionário. As Revoluções são vistas dentro de um “diálogo” entre a memória escrita e a memória dos depoimentos, na análise do autor.

No primeiro capítulo, “O Norte de Goiás”, mais do que geograficamente, é entendido como oposição política, região subdesenvolvida economicamente. O autor afirma que a decadência econômica

2 CHAUL, Nasr Fayad; PALACÍN GÓMEZ, Luis. In: VALDEZ, Diane (org.). **Dicionário de Educadores e Educadoras em Goiás**. Séculos XVIII-XXI. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017. p. 393-396.

de Goiás atingiu profundamente o Norte, bem mais que as outras regiões do Estado. No perfil econômico da época, o gado propiciava pequena prosperidade e a recessão nos centros mais importantes, para os quais o Norte exportava o gado, levou por terra as esperanças de redenção do nordeste goiano. Assim, no início do século XX, o Norte se constituía de um grande vazio demográfico e econômico, com uma densidade populacional inferior a 0,3 hab./km². Além de uma ínfima arrecadação fiscal, o Norte acusava o Sul do estado de abandono e este lhe retribuía com a acusação de não cobrir sequer os gastos com o funcionalismo.

Tais diálogos, na aspereza da história, são, segundo o autor, frutos de um contexto em que “as recriminações do norte brotam de uma zona mais profunda emocionalmente; contém amargura da pobreza, o ressentimento do subdesenvolvimento tão próprio do nosso tempo contra os que julga causadores de um atraso crescente e injusto”.³ Afirmação esta do melhor estilo de Palacín, reflexivo e conclusivo em poucas palavras.

A maioria dos municípios do Extremo Norte Goiano foi desmembrado, a partir de 1930, do antigo município de Boa Vista. A região se povoou e se organizou durante o século XIX, seguindo seu próprio ritmo. A navegação do Tocantins, os incentivos fiscais e os aldeamentos dos índios constituíam os principais estímulos. “Na segunda metade do século XIX, Boa Vista era, sem dúvida, uma das fronteiras mais vivas de Goiás. A maior densidade populacional e

3 PALACÍN, Luiz. **Coronelismo no Extremo Norte:** As Três Revoluções de Boa Vista. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990. p. 13.

a agitação política permanente do Maranhão favoreciam uma emigração silenciosa, mas constante”.⁴

Boa Vista foi elevada à categoria de cidade em 1858. Para essa região do norte, a dicotomia não se efetivava entre riqueza e pobreza, e sim entre diversos graus de pobreza. Havia uma agricultura de subsistência, com o gado sendo o principal produto de riqueza e exportação. As terras eram de baixo preço e havia uma ausência de mercado e falta de capitais.

No contexto sociopolítico, o autor tece considerações sobre o coronelismo na região, afirmando que este pode ser considerado como uma solução harmônica entre duas exigências opostas no bojo da Proclamação da República, “a da privatização do Estado e suas funções em decorrência da situação social, e a do progresso da integração democrática e das forças participativas”.⁵ A diferença maior entre as pessoas se dava na expressão do prestígio e poder, uma vez que não havia uma economia monetária capaz de diferenciar as pessoas. Assim, trabalhar para alguém significava mais um favor pessoal do que um assalariamento, um laço pessoal de confiança mútua, uma forma de dependência pessoal.

Para Palacín, o Estado reduz a autonomia sobre a Federação e o coronelismo surge como agente do processo. Os partidos políticos e a facilidade de bandeamento político de um partido para o outro são destacados pelo autor. Com relação ao processo da primeira revolução de Boa Vista, o autor nos afirma que esta ocorre no seio de três tipos de conflitos: disputa local pelo poder, disputa pelo poder no Estado

4 PALACÍN, Luiz. **Coronelismo no Extremo Norte: As Três Revoluções de Boa Vista**. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990. p. 20.

5 Ibidem, p. 37.

e disputa pelo poder no governo federal. Para a análise dos fatos, se baseou em informações das imprensas goiana e maranhense.

Através de uma mudança nas rédeas do poder em Goiás, proporcionando uma mudança no cargo de juiz e na condução da justiça, o processo de assassinato e envolvimento de compras ilícitas de terras voltaram a pesar sobre o chamado coronel Leitão. Este ameaçava medidas extremas para não deixar acontecer o júri que por certo o condenaria, devido a estar em baixa política no contexto goiano.

Com a queda de Deodoro, começa uma degola política em Goiás de seus adeptos. Leopoldo de Bulhões, cujo partido havia perdido a presidência do Estado, concebe um plano: levantar uma série de acontecimentos envolvendo as intendências, dos municípios à capital. Boa Vista deveria ser a detonadora do movimento, aproveitando os ressentimentos do coronel Leitão. Assim, incita Leitão a iniciar o movimento que, no seu entender, levaria Floriano a interferir na política local e desta esperava dividendos políticos.

Com armas e homens, a luta se efetivava entre os coronéis Leitão e Perna, quando a intervenção de Floriano se consolida, devolvendo o poder a Bulhões e ao seu partido. Leitão, por sua vez, consegue a aprovação de uma intervenção no Norte, o que leva a uma mobilização geral em Boa Vista, que passa a viver com constantes atitudes de banditismo de Leitão e seus jagunços. Todo esse processo leva a uma mobilização do sertão para combater Leitão e seus homens. Com essa análise conclusiva, Palacín contesta um dos argumentos básicos de Itami Campos, sobre a questão de não ter havido intervenções do governo federal em Goiás.

Nos meses de junho a agosto, os bandidos promoveram assaltos indiscriminados às fazendas da região, com roubos e assassinatos,

com amplo requinte de sadismo, segundo nos atesta o autor. Não era raro o bandeamento de soldados, que vinham da capital, para o lado dos bandidos, o que, para o autor, se justifica devido à formação de policiais ser feita nos baixos escalões sociais, sendo a presença da polícia tão temida quanto a dos bandidos.

Leitão foi derrotado inicialmente quando se preparava, juntamente com jagunços, políticos derrotados de seu partido e desertores, para assaltar a cidade de Boa Vista. Uma coluna mista de soldados e moradores enviada pelas autoridades da cidade combateu e derrotou Leitão e seus homens.

De setembro a novembro de 1892, deu-se a Intervenção Federal na região, que depôs todas as autoridades locais e colocou, no lugar, homens ligados politicamente a Leitão. Em novembro, “explodia um movimento de revolta contra o governo do Estado e a Intervenção Federal. E no sertão surgia um novo líder, o nordestino José Dias Ribeiro, que depois se outorgaria a si mesmo o título de general do sertão”.⁶ Dias recrutou pessoas, mesmo contra suas vontades, nas fazendas da região, e reuniu mais de 300 homens, entrando na cidade sem disparar um tiro.

Nova Intervenção Federal se efetiva entre fevereiro e agosto de 1893. Com a chegada das tropas, Dias é expulso e Cel. Perna e seus homens são novamente presos. Posteriormente, Perna foge e se encontra com Dias para reorganizar as forças que, em maio, novamente marcham sobre Boa Vista. Tais fatos são importantes de serem resgatados, pois se confrontam com um dos pilares básicos da análise de Itami Campos, que é o de afirmar que em Goiás não houve nenhum processo de intervenção do governo federal, das

6 PALACÍN, Luiz. **Coronelismo no Extremo Norte: As Três Revoluções de Boa Vista**. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990. p. 69.

várias pedidas pelos dirigentes políticos, o que, segundo Campos, demonstrava o descaso do governo federal por Goiás, uma vez que era um Estado, na opinião do autor, economicamente periférico.

A fama e a lenda de Dias se avolumavam. Crescia também o número de seus seguidores. Em 3 de junho, Dias cerca a cidade com uma força de 700 homens e 60 arcos apinajés. Assim, a segunda ocupação de Boa Vista se dá entre junho e setembro, através de Dias e seus homens.

Em outubro de 1893, dá-se o retorno do Cel. Leitão, que havia conseguido com Bulhões a nomeação de novo delegado, seu aliado, de nome Hesketh. Leitão entra em Boa Vista disfarçado e sem qualquer recurso monetário disponível. O delegado, por sua vez, prende Dias e reúne tropas para se firmar no comando. A próxima tentativa de Leitão era retirar do cargo o juiz de direito.

Dias sitiou Boa Vista de 10 de agosto a 30 de setembro. A cidade terminou por capitular. As autoridades foram depostas de seus cargos e estes preenchidos por homens da confiança de Dias. Os homens de Leitão foram presos e aguardavam na cadeia o julgamento de seus crimes. Com a desculpa de levar os presos para serem julgados na capital, Januário Wanderley, único sobrevivente da chacina na fazenda Aldeia, comandou a escolta. “Ao chegar ao lugar Olho D’água, os 11 presos restavam e 14 tinham fugido; fugido? Foram amarrados às árvores, junto à corrente. Depois fuzilados. Só restou Chico Curto, autor da matança da fazenda Aldeia. O próprio Januário encarregou-se de matá-lo. A punhal, lentamente, com a solenidade de um rito”.⁷

7 PALACÍN, Luiz. **Coronelismo no Extremo Norte**: As Três Revoluções de Boa Vista. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990. p. 79.

A primeira Revolução de Boa Vista terminava com o decreto no. 395 de 17 de abril de 1895 do Presidente do Estado, concedendo anistia às pessoas direta ou indiretamente envolvidas no processo. Era o fim da Revolução, mas não de seus efeitos.

Os protagonistas de outro provável conflito seriam outros, por certo. Leitão morreu de malária, Perna se exilou no interior do Maranhão e Dias, na Ilha do Bananal. O fim de Dias ficou envolto em mistérios e o autor escreve uma das mais belas páginas de sua obra sobre o fato, talvez o mais bonito do livro. Pelo que se pode concluir, o alto comando do exército, preocupado com o surgimento de líderes como Dias após Canudos, tratam de removê-lo da região. Uma nova intervenção seria acirrar os ânimos populares. Assim, decidiram recorrer à jovem e “intrépida” Leolinda Daltro, que, seduzindo Dias, o faz acompanhá-la até o Rio de Janeiro, de onde não se tem mais notícias dele.

Com relação à Segunda Revolução de Boa Vista, Palacín nos remete a aspectos da vida pessoal, familiar e, principalmente, política do Padre João Lima, mentor e líder político da região. De aspectos de curiosa paternidade à passagem pelo seminário e sua ordenação, com a posterior nomeação a vigário de Boa Vista, o autor traça um perfil de quem viria a ser protagonista de importantes momentos na história do norte goiano.

Preparando o cenário para analisar os principais motivos da Segunda Revolução de Boa Vista, o autor coloca em cena a figura de Leão Leda, que se instalara em Boa Vista três anos após a chegada do Padre João. Para Palacín,

[...] o padre João com efeito quando chegara a Boa Vista a 30 de setembro de 1897, chegava sem experiência e sem ambição. Mas

ao encontrar-se em meio de seu povo, numa região como o norte goiano em que a atuação política constitui uma paixão, numa posição de liderança na sua qualidade de vigário, no imediato pós-guerra com o fervilhar de oposições e o vazio produzido pelo exílio dos protagonistas do confronto anterior, o padre João pouco a pouco foi descobrindo para os outros e para si mesmo sua vocação mais profunda que era a do mando.⁸

Desta forma, Palacin alude à figura do Padre João como que a um exemplo do que Max Weber intitulou de líder carismático, por ter recebido a autoridade não da lei ou de suas premissas socioeconômicas ou de seu cargo, mas sim de sua ascendência pessoal. É interessante notar que Maria Cristina Machado também se utiliza da questão do carisma para analisar a figura do líder Pedro Ludovico que, no Sul, mandou em Goiás como o padre João no norte do Estado. Dois tempos, dois líderes, duas histórias que terminaram por se encontrar em 1940. Da mesma forma Maria Augusta enfocou os Bulhões e Dalísia a figura de Abílio Wolney. Prova de que Weber fez escola em Goiás, constituindo-se no autor básico para as análises sobre o coronelismo.

Com relação ao coronelismo, o autor chama a atenção para o fato de que o Padre João nega os pré-requisitos habituais de que se utiliza para a análise do coronel:

Sem-terras, sem dinheiro, sem família, mestiço e filho de ninguém. Um único ponto positivo, sua função religiosa. Mas sua ascensão ao poder e seu controle da região

8 PALACÍN, Luiz. **Coronelismo no Extremo Norte: As Três Revoluções de Boa Vista**. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990. p. 115.

por mais de cinquenta anos devem-se, indiscutivelmente, a seus dotes carismáticos e no aspecto técnico ao seu controle rigoroso da direção do partido.⁹

O inevitável confronto entre Leão Leda e o Padre João se efetivava pelo controle do poder na região. Leda, após ter se estabelecido em Boa Vista, só encontrava um obstáculo à sua ambição política: o próprio Padre João:

Como pressuposto político básico destes acontecimentos no extremo norte goiano, devemos colocar a reviravolta espetacular que tinha sacudido a política goiana no início de 1904: o presidente do Estado, Xavier de Almeida, que subira ao cargo como representante da oligarquia dos Bulhões, rompeu com o grupo, fundando seu próprio partido, o Partido Republicano Federal. Os Bulhões e seu partido, o Centro Republicano, passavam assim do poder para a oposição, e a oposição, ao contrário, passava para o poder. E foi este o catalizador para o rompimento, primeiro, e a luta armada, depois, entre o grupo liderado pelo Padre João e o dos Ledas e Moreiras. Ambos pertenciam ao partido governista do governador Xavier de Almeida, e Rocha Lima (1905-1909) depois, mas, com interesses divergentes, reclamavam do governo a nomeação de seus membros para os cargos e articulavam chapas opostas para as eleições municipais. O governo central, de início,

9 PALACÍN, Luiz. **Coronelismo no Extremo Norte:** As Três Revoluções de Boa Vista. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990. p. 115-116.

quis manter a neutralidade, propondo uma conciliação, mediante a divisão equilibrada dos cargos. Mais tarde o governador Rocha Lima inclinou-se decididamente do lado dos Moreiras, o que levou à eclosão da segunda revolução de Boa Vista.¹⁰

Após uma trégua e a divisão dos cargos, os ânimos voltariam a se acirrar e a luta armada se efetivava pelo sertão. Após reforços, táticas e pedidos de *habeas corpus* adveio o triunfo dos revolucionários, em dezembro de 1909. Leão Leda se refugiou em Conceição, onde foi morto brutalmente com seu filho, após mandar apreender um carregamento de caucho de um proprietário local. Assim, assinala o autor que, “com a morte de Leão Leda parecia encerrada definitivamente a crise política e com ela a segunda revolução de Boa Vista”.¹¹ Padre João seria posteriormente eleito deputado e, como fruto da luta armada contra Leda, restavam-lhe dois inimigos em potencial, amigos na luta contra os Leda: João José, rico fazendeiro local, e João de Paiva, alcunhado de Maquinista. Após o Maquinista dar cabo de João José, começava a luta entre Padre João e este. De início, o Maquinista era um amigo pessoal de Padre João, mas seu passado criminoso e atitudes desabonadoras não eram mais interessantes, socialmente, às ambições políticas de Padre João. Maquinista, que recebera o cargo de Promotor na região, após um dos atos de violência praticado, teve rompida sua amizade com o Padre João, o que era um campo aberto aos inimigos e desafetos, que não eram poucos. Sem a proteção, o Padre veio a morrer de tocaia, quando se preparava para deixar a cidade. Assim,

10 Ibidem, p. 121.

11 Ibidem, p. 116-117.

sem contar com concorrentes, a Era Padre João caminhava rumo aos anos 30. Se nada havia a temer na arena regional,

[...] outra era a situação em relação ao governo do Estado. A aliança dos oposicionistas, que levava à constituição do partido democrata e à revolução de maio de 1909, cindira-se com a tomada do poder. Desta forma, o grupo dos Bulhões, ausentes de Goiás, fora aliado para a oposição pelos dois soberbos cunhados, Fleury e Caiado.¹²

A facilidade de liderança do Padre João era a mesma para bandear politicamente. Aceitou o aceno do novo governo e apoiou o partido democrata. Além do apoio popular Padre João tinha uma perfeita sintonia com os coronéis locais, dando-lhes apoio político e recebendo contribuições de toda a espécie, o que reforçava seu poder de liderança na região.

Com a revolução de 30, parecia finalmente que o poder do já velho líder terminara. Para Luiz Palacín, a revolução de 1930 em Goiás diverge das análises que lhe deram outros autores, quando atesta que ela “foi uma revolução importada em Goiás. Nada a reclamava, como nada a preparara [...] a cooperação armada com a revolução em outubro, foi meramente simbólica”.¹³

Por isso, para o Padre João, a revolução trouxe, inicialmente, o pavor do desconhecido para quem sempre havia vencido com os Caiado, agora depostos, mas não se abalou e esperou ser cooptado pelo poder ascendente. Quando este se manifestou, aceitou, como já o tinha feito antes. Tal se deu após o Padre João ter perdido as

12 PALACÍN, Luiz. **Coronelismo no Extremo Norte**: As Três Revoluções de Boa Vista. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990. p. 167.

13 Ibidem, p. 181.

eleições municipais de 1935 e preparado uma revanche em 1936, como mentor de uma invasão a Boa Vista, episódio conhecido como a Terceira Revolução de Boa Vista, de menor importância comparada com as duas primeiras.

Afastado da política sem que esta dele tomasse distância, foi cooptado por Pedro Ludovico e voltou ao situacionismo político como prefeito da cidade de Boa Vista em plena vigência do Estado Novo (1940). Padre João não era, porém, afeito às burocracias do cargo e não se atinou para ele. Gostava mesmo era da essência das articulações da política.

Padre João veio a morrer de maneira tragicômica, para quem tinha se acostumado à vida no sertão: preparava-se para entrar em Boa Vista, na comemoração dos 50 anos de sua chegada àquela cidade, quando, “ao montar, a caçamba encostou num mourão e a espora oprimiu o ventre do cavalo; este, um animal sumamente dócil, deu uma pequena sacudida para safar-se da opressão; o padre, distraído, perdeu o equilíbrio e caiu; ao cair parece que uma costela quebrada perfurou-lhe o pulmão desatando uma hemorragia interna”.¹⁴

Podemos considerar Padre João um coronel típico de Goiás se levarmos em conta que um Estado de economia atrasada e sólida estrutura partidária tem sua autonomia atrelada aos partidos, o que não é feito ideologicamente, e sim por interesses pessoais, o que vem a facilitar as adesões partidárias. João foi um perfeito exemplo de adesão à situação política dominante, tanto com os Caiado quanto com Pedro Ludovico, o que talvez ajude a explicar seu domínio político por tanto tempo. Destaca-se, ainda, a consonância de análises no tocante a nossos autores buscarem, em

14 PALACÍN, Luiz. **Coronelismo no Extremo Norte**: As Três Revoluções de Boa Vista. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990. p. 212-213.

praticamente todos os casos estudados, as diferenças dos coronéis enfocados das concepções mais gerais que eles ganharam nos estudos de cunho nacional.

Além dessa obra importante sobre o Coronelismo, seu livro *Vieira e a visão trágica do Barroco*¹⁵ é, sem dúvida, outra grande preciosidade. Com Palacín pude ser aluno, colega e coautor em *História política de Catalão*,¹⁶ ao lado de Juarez Costa Barbosa. Pesquisamos muito em diversas viagens por cidades goianas envolvidas com o tema. Era obrigatória uma sesta após cada almoço, pois para ele devíamos dividir o dia ao meio e esta era uma das maiores heranças que a Espanha havia nos legado. Estar ao seu lado era sempre um aprendizado e uma festa. Disse-me certa vez, em Catalão, que, no começo da pesquisa, achava que teríamos uma cidade como qualquer outra de Goiás no trato da violência, mas que Catalão era muito além do que podia imaginar. Publicamos o Livro em 1994, pelo Cegraf da UFG.

Certa época fomos a Porto Nacional para uma Semana de História. Tudo correu bem, mas a volta, num sábado, seria em um ônibus convencional. Saímos ao anoitecer e o ônibus parava em todo início e fim das pequenas cidades. Ninguém conseguia dormir. Lá pelas tantas, Palacín disse, em alto e bom som: “Ui, amigo Nasr, este ônibus para em todas as cidades que existem e nas que não existem também!” Gargalhada geral dos colegas de Departamento e do motorista. Sempre assim, mordaz e elegante nas palavras.

Num Domingo de um ano qualquer, fomos a uma chácara em Bela Vista para um almoço com os colegas de Departamento. Parti-

15 PALACÍN, Luiz. **Vieira e a visão trágica do Barroco**. São Paulo: Hucitec, 1986.

16 PALACÍN, Luiz; CHAUL, Nasr; BARBOSA, Juarez Costa. **História política de Catalão**. Goiânia: Cegraf, 1994.

mos em seu velho e estimado fusca, que resolveu ficar sem bateria a poucos metros do Posto Policial. Um carro que passava nos deu carga de bateria e seguimos, sabendo que o guarda iria nos parar. Documentos vencidíssimos, identidade sobrenatural, nenhum documento do carro... bem Palacín para essas coisas. O guarda não abria mão de reter o veículo, pleno de razões. Aí me lembrei de argumentar que quem dirigia era uma autoridade eclesiástica, um padre, professor universitário etc. O policial então perguntou a Palacín: “o senhor é Padre”? Ele disse: “Sim, há muitos anos”. E o guarda: “E o senhor tem a carteira ou o documento que diz que o senhor é Padre”? E Palacín: “Ui, essa é que não tenho mesmo!” Risos gerais e fomos liberados.

Assim era esse ser humano cujas palavras nunca dariam conta de descrever. Dividia a vida acadêmica ao lado de uma série de outras atividades. Como já disse antes, havia vários Palacíns. O Padre, ciente de seus deveres sacerdotais, o exímio jogador de xadrez, inúmeras vezes campeão e proibido até de participar de torneios por ser considerado acima da média, o praticante de natação e tênis, e sua melhor e mais exercida atividade de prazer indescritível: a pescaria. Não havia rio ou córrego em Goiás e estados vizinhos que Palacín não tivesse visitado mais de uma vez. Histórias e estórias hilárias faziam parte do folclore universitário do grande mestre.

Como afirmei em um citado texto, Palacín deixou imensa saudade entre os incontáveis alunos e orientandos, aos discípulos litúrgicos, ao povo simples da Paróquia do Divino Espírito Santo, do Novo Mundo, e de Santo Inácio, no Bairro Riviera, aos colegas das Universidades e da Casa da Juventude, onde morou até o fim dos dias. Como pessoa que se considerava próxima, em mim deixou

uma orfandade acadêmica nunca mais preenchida, mas, segundo Drummond, de tudo fica um pouco. Ficou uma imensa obra até hoje basilar pra qualquer estudo que se faça em e sobre Goiás.

Luis Palacín Gomez faleceu em 28 de abril de 1998, de câncer, logo após um retorno de Portugal, onde foi um dos raros convidados para apresentar um trabalho na comemoração dos 300 Anos de Antônio Vieira. Dessa ida a Portugal, tentou matar saudades de um irmão na Espanha. Voltou muito triste e decepcionado com a recepção e pouca acolhida familiar. Os reais motivos levou consigo. Jamais conheci alguém capaz de reunir um misto de simplicidade e sabedoria na mesma pessoa, com tamanha dimensão humana. Até nisso dava aula!

Figura 1 – Inauguração do Miniauditório Luis Palacín Gómez, em 1997



Da esquerda para a direita: Padre Pereira de Maria, Francisco Itami Campos, Nasr Fayad Chaul, Luiz Palacin Gomez, Juarez Costa Barbosa e Barsanulfo Gomides Borges.

FRAGMENTOS BIOGRÁFICO-ACADÊMICOS DE UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA: GILKA VASCONCELOS FERREIRA DE SALLES (1925-2009)

Heloisa Selma Fernandes Capel¹

Eu a conheci ainda na adolescência. Era uma senhora distinta, amiga de minha mãe Alice, com quem compartilhava o envolvimento com estudos místico-filosóficos na década de 1980. Era sempre muito educada e formal. Surpreendi-me quando a reencontrei em meados da década, quando ingressei no Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás (UFG). A ela foi atribuída a orientação de minha pesquisa sobre uma comunidade negra no nordeste goiano, tarefa a que sempre se dedicou com empenho, generosidade à toda prova e concedendo-me total liberdade de interpretação. Por esses tempos ficamos um pouco mais próximas, embora essa relação tenha sempre ocorrido de maneira

¹ Doutora em Educação pela Unesp; professora da Faculdade de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do ProfHistória da UFG. E-mail: heloisacapel@ufg.br

respeitosa, marcada por uma hierarquia de autoridade e admiração por sua reconhecida trajetória acadêmica.

Origens e formação escolar

Ser mulher, calcular todo o infinito curto
para a larga expansão do desejado surto,
no ascenso espiritual aos perfeitos ideais
Gilka Machado

Professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles era conhecida por ter sido uma pioneira nos estudos sobre a escravidão em Goiás Colonial e por ter fundado, com outros colegas, o Programa de Mestrado em História da Universidade na década de 1970. O tema da escravidão, de alguma maneira, a interessava para além do ambiente acadêmico. Por volta dos anos 2000, sugeri a uma aluna que escrevesse seu trabalho de conclusão de curso tomando sua produção biográfico-acadêmica como pauta. A ela, Profa. Gilka explicou, em entrevista, que suas origens estavam ligadas à história de um ex-escravo. Aphonso Alves, ex-escravo das Minas Gerais, fugiu com sua bisavó, Maria das Dores, de origem portuguesa, para a região de Rio Verde, em Goiás. Ali se casaram e ele, no trabalho como mestre de obras, contribuiu para a construção da principal igreja da cidade, como a própria Gilka explicou:

Maria das Dores, filha de Joaquim José da Silva Prata e Ana Joaquina, apaixonou-se por um ex-escravo que havia chegado na fazenda em busca de trabalho. Ele se chamava Aphonso Alves. Como era natural, os pais se opuseram, mas o casal não titubeou. Arumaram as suas próprias roupas e anoite-

ceram e não amanheceram, isto é, fugiram para N. Sra. das Dores, em Rio Verde. Ali se casaram. Os pais, nada podendo fazer, deserdaram a filha e a desconhecaram por completo. Maria passou a chamar-se Maria Aphonsa Alves.²

Maria das Dores e Aphonso Alves tiveram uma única filha, Blandina Alves, que se uniu, por sua vez, com um boiadeiro, Galdino Ferreira. Blandina estudou as primeiras letras em uma escola particular e veio a se tornar uma das primeiras professoras de Rio Verde. A atividade de compra e venda de gado, por sua vez, foi uma constante na vida do avô, Galdino Ferreira, e do filho dele, Aphonso Alves Ferreira. Ambos, pai e filho, compravam gado na região do Araguaia para vender em Barretos-SP. Em 1924, Aphonso Alves se casou com uma migrante baiana, cuja família havia se mudado para Rio Verde: Pórcia Vasconcelos. Dessa união nasceram Gilka, Ilka e Odilon Vasconcelos Ferreira.³ Com uma família estruturada em torno da expansão agropecuária da região de Rio Verde no início do século XX, a família de Gilka complementava a renda do pai com atividades de costura e bordados praticadas pela mãe, por duas tias solteiras e pela própria avó materna, que passou a morar com eles. O irmão mais velho de Aphonso Alves Ferreira, Gumercindo Ferreira, se estabeleceu como comerciante e oferecia apoio à família do irmão, constantemente ausente em função de suas atividades como boiadeiro e, também, como mascate. Aphonso Alves levava mercadorias no lombo de burro para o interior das

2 ALMEIDA, Divina Pinto de. **As contribuições de Gilka Vasconcelos Ferreira de Sales para a Historiografia Goiana**. 2004. Monografia (Final de Curso) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004. p. 30.

3 O casal teve 4 filhos, um deles faleceu com seis anos.

fazendas, lá as vendia e depois voltava, à época da colheita, para receber o dinheiro da venda. A intensa atividade agropastoril da região de Rio Verde fez com que a família prosperasse em torno de uma rede de serviços que incluía um hotel e uma oficina mecânica. A expansão agropecuária e as condições de trabalho a ela associadas seria uma das preocupações da pesquisadora Gilka em seus estudos sobre história do Brasil feita em Goiás.

Gilka nasceu em Rio Verde, em 14 de setembro de 1925. O tio Gumercindo foi quem escolheu seu nome, em homenagem a uma poeta que admirava por sua ousadia: Gilka Machado.⁴ Gilka Vasconcelos Ferreira foi a primeira filha e o pai, por ter frustrada a expectativa de gerar um herdeiro masculino, deu a ela uma educação diferente, voltada para os estudos e a conquista de sua independência. Os primeiros estudos foram realizados na cidade de Rio Verde, em um clima amoroso, mas ao mesmo tempo, rígido. Frequentou até o terceiro ano o Grupo Escolar Eugênio Jardim e logo depois, em 1936, aos 11 anos, entrou para uma escola particular para complementar os estudos na Escola Normal Teotônio Borges, inclusive de línguas. A complementação dos estudos era realizada em casa e de forma precária. Assim, ao findar essa etapa, o pai decretou que ela deveria ir estudar em São Paulo, na cidade de Barretos, para obter uma formação de melhor qualidade. Após fazer uma seleção para ingressar no curso ginásial, Gilka se instalou na casa de uma família amiga de seus pais, de origem italiana, a família do alfaiate Sr. Ugo Moni. Ela ficou um ano nessa casa para cursar o 1º ginásial. Ao

4 Gilka da Costa de Melo Machado (Rio de Janeiro, 12 de março de 1893 — Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1980) foi uma poeta brasileira que, embora tenha uma obra ampla e diversificada, é considerada adepta do simbolismo. Os poemas colocados em epígrafe fazem parte de seu livro MACHADO, Gilka. **Cristais partidos**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1915.

findar esse ano, o pai a transferiu para a Escola Normal e Ginásio de Uberlândia-MG, local no qual se estabeleceu por quatro anos. Em toda essa trajetória, se destacou por ser uma aluna dedicada aos estudos e empenhada em suas responsabilidades como uma moça do interior do estado de Goiás que se aventurava em sua formação no sudeste, longe de casa. Ao término do ginásio, em 1941, ela foi contemplada com uma bolsa de estudos para ingresso na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte. Era uma faculdade privada na qual, após realizar o vestibular, conseguiu entrar no curso de Geografia e História. A aluna aplicada foi logo transferida para Belo Horizonte, mais uma vez contando com o apoio de uma família com a qual possuíam laços de amizade. Ficou quatro anos na localidade, estudando a três quadras da casa na qual se hospedou para cursar a faculdade. Em 1945, com apenas 20 anos, o curso estava concluído.

Casamento e iniciação profissional

*Ser mulher, vir à luz trazendo a alma talhada
para os gozos da vida: a liberdade e o amor,
tentar da glória a etérea e altívola escalada, na
eterna aspiração de um sonho superior*
Gilka Machado

O casamento de Gilka foi algo que a aproximou ainda mais dos estudos. Ela era uma jovem preocupada em concluir o curso para voltar para Rio Verde e poder lecionar, embora na localidade ainda não houvesse escolas de nível ginasial na década de 1940. Foi, entretanto, interpelada por um amor acadêmico. Seu professor de História da América, Sebastião de Oliveira Salles, declarou-se quando ela estava quase concluindo o curso e precisava voltar para

a casa dos pais. Após um rápido namoro, ficaram noivos, em 1945, mas o período de troca de cartas e amor à distância durou pouco, eles se casaram e se estabeleceram em Belo Horizonte, em 1947.

Sebastião Salles era um homem muito culto, professor, advogado e jornalista, possuidor de uma vasta biblioteca. Com a experiência e formação adequadas, o casal montou uma escola, o Curso Educacional e Cultural do Prad, em 1949. Foram três anos dando aulas para crianças da primeira fase, especialmente aulas de reforço, compartilhadas entre Gilka e Sebastião em dois turnos de trabalho. Todavia, os tempos se tornaram difíceis, especialmente pelas críticas de Sebastião Salles expressas em artigos publicados contra o governo. Gilka contou que as opções do marido tornaram difícil a sobrevivência na localidade, pois todas as portas se fecharam em função de seu posicionamento político. Vem dessa experiência a recusa de aproximar-se, de maneira mais efetiva, do Partido Comunista, algo idealizado por ela, mas impedido pelo marido. “Era ele ou o Partido”, relatou.⁵ Sebastião Salles tinha alguma experiência política e temia pela esposa. Foi quando resolveram tentar a vida em Curitiba, no Paraná. Foi um início modesto. Para sustentar a aventura do recomeço, instalaram-se em uma pensão, quarto e sala, local onde Dr. Sebastião montou seu pequeno escritório, em 1952. Foram quatro anos nesse local, ocasião em que nasceram os dois filhos do casal, Maria da Luz Vasconcelos Ferreira de Salles (Luzita) e Antonio Afonso Ferreira de Salles.

Com o crescimento da família, passaram a alugar um apartamento e ali ficaram até 1958. Sebastião Salles ganhava a vida como jornalista e advogado e Gilka passou a dar aulas particulares na pró-

5 ENTREVISTA de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles concedida a Divina Pinto de Almeida. Transcrição de Shirlei Romano. Goiânia: Acervo CPHGS, 2004. p. 11.

pria pensão enquanto cuidava dos filhos pequenos. Foi um exercício desafiador para a professora Gilka. Na pensão havia uma jovem com dificuldades de ir à escola por causa de uma epilepsia, doença discriminatória e com nenhuma política pública de apoio à inclusão social. Gilka passou a dar aulas a ela, a ensiná-la o que era possível naquela conjuntura, a pedido de sua mãe: “então ela ia todos os dias ao meu quarto na pensão e eu ensinava, só que de repente ela tinha um ataque. Eu esperava que ela voltasse e a levava ao seu quarto, pois naquele dia não havia mais condições de estudar”.⁶ As aulas de reforço se intensificaram com a mudança para um apartamento maior. Eram aulas de história, português, latim e inglês para crianças do ensino básico, enquanto os filhos cresciam e dependiam diretamente de sua presença e cuidados. A atividade complementava o orçamento apertado de uma vida de muito trabalho e esforço do casal. Ao mesmo tempo, Gilka ensinava e estudava psicologia do adolescente por uma necessidade íntima de compreender princípios da aprendizagem e da inclusão.

Embora as aulas de reforço em casa fossem as possíveis naquelas condições, Gilka guardava certa frustração por saber que poderia ir além. Foram anos difíceis, de muito empenho para manter a família com as atividades dentro e fora de casa. O ciclo se encerrou após doze anos de casamento. Dr. Sebastião adoeceu, teve um câncer nas amígdalas e faleceu logo depois, de uma hemorragia pós-cirúrgica. Foi um choque para a jovem família. Gilka se viu sozinha em uma cidade a que ainda não havia sido devidamente apresentada e com duas crianças pequenas. Foi então que resolveu voltar à casa dos pais, em 1959. Eles agora moravam em Goiânia, a jovem capital do

6 ENTREVISTA de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles concedida a Divina Pinto de Almeida. Transcrição de Shirlei Romano. Goiânia: Acervo CPHGS, 2004. p. 13.

estado de Goiás. Era um retorno impositivo para mais um recomeço, dessa vez com novas forças, as que reuniriam toda a preparação de uma vida de trabalho e estudos rumo à sua maturidade pessoal e profissional.

Experiência profissional, criação do mestrado e formação como pesquisadora

*Ser mulher, e oh! atroz, tantállica tristeza!
ficar na vida qual uma águia inerte, presa
nos pesados grilhões dos preceitos sociais!*

Gilka Machado

A volta para Goiás exigiu de Gilka um esforço extra na condução de suas atividades profissionais. Não havia mais possibilidade de exercer a profissão como complementação de orçamento. Era preciso assumir a tarefa profissional com total empenho e preparar-se para viver dela. As condições foram muito favoráveis para que houvesse o florescimento de uma atividade profissional autônoma e bastante fértil a partir da década de 1960, em Goiás. Gilka viajou com uma carta de recomendação do Arcebispo de Curitiba e a trouxe para D. Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiás. Isso fez com que ela pudesse ingressar como professora na Universidade Católica de Goiás, local no qual lecionou por uma década. Como os vencimentos eram modestos para sua consistente formação e experiência, Gilka também se envolveu com o ensino básico e cursos complementares, ministrando aulas no Senac, na Escola Técnica Federal e atuando na formação de professores do Instituto Assunção, tudo ao mesmo tempo. Como tinha uma experiência vasta e interdisciplinar no ensino e estudo das grandes áreas

da história e da geografia, foi, ainda, convidada a ministrar aulas, no Centro Universitário de Brasília (CEUB), de Biogeografia. Eram aulas no fim de semana. Após o intenso trabalho durante a semana em Goiânia, Gilka se deslocava a Brasília e ministrava aulas às sextas-feiras e aos sábados. Era uma jornada intensa e exaustiva.

Sua vivência com aprendizagem em situações de educação especial também lhe rendeu um posto como diretora do Instituto Pestalozzi de Goiânia,⁷ cargo que exerceu entre 1962 e 1964. Sua atuação contribuiu para criar condições para um semi-internato na escola e, ainda, sob os incipientes métodos de educação inclusiva da época, criar um curso de educação para cegos.⁸ A saída da escola foi motivada por problemas políticos. Em 1968, em face a uma intensa mobilização por melhores salários, Gilka assinou uma petição de aumento, o ato desagradou os gestores públicos e ela foi exonerada por se posicionar contra o Governo.

Em 1965, Gilka prestou concurso para a Universidade Federal de Goiás, sendo aprovada para lecionar História da América e História Moderna. A professora chegou à UFG já com 40 anos e uma rica experiência profissional. A princípio, houve concomitância entre o trabalho da UFG e da UCG, todavia, com a implantação da dedicação exclusiva e a melhoria salarial, fez a opção pela UFG e deixou todos os outros empregos. Para dedicar-se exclusivamente à Universidade, precisava apresentar uma proposta de pesquisa e foi assim que, em plena maturidade profissional, produziu sua primeira

7 O Instituto Pestalozzi de Goiânia (IPG) foi fundado no dia 25 de janeiro de 1955, durante o pleito do então Governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Recebeu o nome de Instituto Pestalozzi de Goiânia em homenagem ao educador suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827).

8 ENTREVISTA de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles concedida a Divina Pinto de Almeida. Transcrição de Shirlei Romano. Goiânia: Acervo CPHGS, 2004. p. 14.

pesquisa sobre o “Trabalhador escravo nos séculos XVIII e XIX”.⁹ A UFG coroou a trajetória profissional da professora Gilka e favoreceu o nascimento de outra profissional, igualmente relevante para as atividades de ensino: a intelectual pesquisadora. Contando com sua participação junto à direção da faculdade, exercida pela professora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, em 1971 foi aprovado o mestrado em História na UFG. Ela era vice-diretora e realizou seu curso de mestrado entre 1972 e 1974. Foi a primeira dissertação de mestrado defendida em Goiás na área de História. O ingresso no mestrado e as pesquisas sobre a escravidão representariam um marco em sua trajetória.

9 SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de. Trabalhador escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX. Anais da Anpuh, 1971 apud PAULA, Eurípedes Simão de (org.). Trabalho livre e trabalho escravo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, VI., 1973, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s.n.], 1973. v. 1.

Figura 1 – No dia 25 de junho de 2007, a professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles recebeu o título de professora emérita da UFG



Ela foi autora da primeira dissertação de mestrado em História defendida em Goiás. Sua tese de doutorado, publicada sob a forma de livro, com o título *A escravidão em Goiás*, tornou-se um clássico da historiografia regional. Coordenou o PPGH na década de 1980 e foi uma das professoras que mais dissertações orientou nesse Programa. Na foto, da esquerda para a direita: Lena Castello Branco, Nasr Fayad Chaul e Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles.

Ingresso na pós-graduação e os estudos sobre a escravidão

Ser mulher, desejar outra alma pura e alada
para poder, com ela, o infinito transpor,
sentir a vida triste, insípida, isolada,
buscar um companheiro e encontrar um

Senhor
Gilka Machado

Em uma conferência proferida como aula inaugural em 1994, junto com a professora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, Gilka explicou que a instalação do mestrado, no ano de 1972, se deu de maneira bastante precária, quando não havia estrutura adequada, nem equipamentos para garantir a graduação. Foi uma iniciativa corajosa e “claudicante”. As autoras explicam a conjuntura da criação das faculdades de licenciatura e a necessidade de abarcar áreas de pesquisa ainda não exploradas no País:

As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras surgiram no País a partir do Estatuto das Universidades Brasileiras (1931). Seus cursos inovadores propunham-se o cultivo das **ciências puras**, bem como a prática da investigação científica em áreas até então não contempladas – ou pouco desenvolvidas – no Brasil. Aos **bacharelados** somavam-se as **licenciaturas**, com a finalidade de formar professores e especialistas em educação. Multiplicaram-se tais escolas, acanhadas e provincianas, mas tendo por paradigmas as chamadas **grandes faculdades** [...]. Dentro de sua modéstica, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não se vinculavam a nenhuma tradição conserva-

dora, motivo pelo qual cedo desenvolveram estudos e pesquisas inovadoras nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Exatas e Ciências da Natureza. Inicialmente, atuaram como transmissoras de ideias e conteúdos, na etapa seguinte passaram a cultivar a pesquisa ao lado do ensino.¹⁰

Como explicam, as faculdades se espalharam no País nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Em Goiás, o processo foi lento e a primeira Faculdade de Filosofia foi criada na década de 1940, dando origem à Universidade Católica de Goiás. A Universidade Federal de Goiás só foi instalada em 1960, sob o Governo de Juscelino Kubitschek. Quase uma década mais tarde foi criado o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da UFG que, a partir de 1969, já oferecia o curso de licenciatura e bacharelado em história. Somando-se aos poucos cursos de pós-graduação existentes no País, em 1972 criou-se o Curso de Mestrado em Letras e História, com o objetivo de formar professores-pesquisadores, além de “valorizar os arquivos regionais e contribuir para uma reelaboração da História Regional e da História do Brasil”. O curso foi criado a partir de um convênio com a Universidade de São Paulo e com o apoio da Associação de Professores Universitários de História (Anpuh) à época. Professora Gilka, integrante da equipe dirigente para a criação do mestrado, foi a primeira pesquisadora a defender sua dissertação:

Em 13 de fevereiro de 1974, deu-se a apresentação da primeira dissertação de Mes-

10 SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **Texto da Aula Inaugural** do Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, em 28.02.1994, p. 4.

trado, orientada pelo professor Dr. Shozo Motoyama e julgada por banca examinadora composta por docentes da Universidade de São Paulo. A histórica defesa realizou-se no auditório do ICHL, no campus Samambaia. A professora Gilka Vasconcellos Ferreira de Salles foi a primeira mestranda titulada pela UFG.¹¹

A titulação garantiu que o curso iniciasse um processo de capacitação profissional para estimular as pesquisas sobre o Brasil interior, esse País até então pouco explorado pela historiografia pelo ineditismo de suas fontes, além da herança das dificuldades enfrentadas pelas jovens instituições formadoras. A pesquisadora Gilka explicou que desenvolveu o trabalho com ênfase nas teorias de Gaston Bachelard, muito em voga nas áreas de filosofia, sociologia e história na década de 1970 e a ela apresentada por meio de um curso ministrado por Shozo Motoyama. Na primeira parte, explorou a teoria de Bachelard e, na segunda, aplicou-a. Ela explicou que a aplicação se deu por meio do tema *A inquietação política em Goiás no período da independência*, desenvolvido, inicialmente, como monografia no curso realizado com Shozo Motoyama.¹² Ela foi aprovada com nota 10, com louvor. O encaminhamento para o doutorado foi quase imediato. Pediu licença para cursar o doutorado em São Paulo e ali se instalou, inicialmente, para cursar as disciplinas. Orientada pela professora Sueli de Queiroz, a pesquisa tinha como

11 SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **Texto da Aula Inaugural** do Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, em 28.02.1994, p. 10.

12 ENTREVISTA de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles concedida a Divina Pinto de Almeida. Transcrição de Shirlei Romano. Goiânia: Acervo CPHGS, 2004. p. 20/36.

foco a Economia e a Escravidão em Goiás Colonial. Após cursar as disciplinas, a pesquisadora voltou a Goiás para explorar os arquivos e, no meio do curso, conseguiu apoio para se aperfeiçoar em economia política na França e pesquisar no arquivo ultramarino, em Portugal. Foi aprovada para a Universidade de Nice com bolsa de estudos. O curso em Nice (Economia Política no *Institut Européen des Hautes Études Internationales*) tinha como foco a economia política e Gilka encontrou interlocução no material empírico que havia levantado sobre a escravidão em Goiás Colonial, com a análise sistêmica do biólogo Ludwig Von Bertalanffy, aplicada ao campo social.¹³ Em síntese, sua intenção era realizar os estudos sobre Goiás em perspectiva comparativa, de maneira sistematizada. A tese foi realizada entre 1976 e 1981, defendida na USP e publicada com o nome de *Economia e escravidão em Goiás Colonial (1722-1822)*, na coleção Documentos Goianos. Posteriormente, foi reeditada com o nome de *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*.¹⁴

Completamente preparada para exercer a atividade como professora e pesquisadora da UFG, professora Gilka, além de ocupar diversas funções editoriais, atuando na Revista do ICHL e na implantação da série Documentos Goianos, orientou um número expressivo de alunos/as com vistas a cumprir os objetivos do mestrado. Foram 23 orientandos, egressos que se colocaram em diversas instituições e cargos de destaque na área de ensino. Também chefiou o Departamento de História e coordenou o próprio Curso de Mestrado em História, que lutava por sua sobrevivência nos duros

13 ENTREVISTA de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles concedida a Divina Pinto de Almeida. Transcrição de Shirlei Romano. Goiânia: Acervo CPHGS, 2004. p. 33.

14 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf UFG, 1992.

anos que antecederam a redemocratização. Foram vários trabalhos realizados dentro e fora da UFG: editoria da Revista do ICHL, cargos administrativos como chefia de departamento de história, vice-diretora do ICHL, coordenadora de mestrado, além das aulas na graduação e pós-graduação. Além disso, atuou no Conselho Estadual de Educação e foi membro do Instituto Histórico Geográfico, ocupando a cadeira de número 17, cujo patrono foi Raymundo José da Cunha Mattos. Foram mais de dez anos lecionando a disciplina História das Sociedades Agrárias. Sua vida pessoal estava organizada, os filhos se estabeleceram e se formaram em medicina.

A adoção dos estudos de Bachelard e o contato com a Teoria Sistemática assinalaram a perspectiva teórica mais aerada da pesquisadora. Ela se interessou por modelos comparativos e pelas discussões sobre composição cultural e mental do escravo, perspectiva ainda pouco adotada nos incipientes estudos realizados sobre Goiás. Era um tempo de muitas lutas políticas e disputas ideológicas. Ela relatou que ao ingressar na UFG, em pleno período pós-golpe militar, havia, também, uma necessidade, quase premente, de adotar o materialismo histórico e dialético como eixo orientador dos trabalhos. Essa aproximação se deu por meio de teóricos intérpretes do marxismo, como Robert Henri Srour e sua perspectiva dos modos de produção que, como professora, utilizava para debater a vida agrária com suas variantes e invariantes em Goiás. Todavia, embora a pesquisadora reconhecesse a importância do marxismo para a análise dos intensos problemas políticos, socioeconômicos e educacionais enfrentados pelo País, ela nunca fez imposição de modelos em suas aulas e orientação de trabalhos.

A relação com a natureza e com o misticismo

Feitas de sensações extraordinárias,
aguardam-te em meu ser mulheres várias

Gilka Machado

A jovem Gilka Vasconcelos Ferreira, talhada para os estudos, nunca foi muito religiosa, no sentido convencional do termo. Sua crença em um Ser Superior foi abalada ainda cedo, quando, ao cultivar um amor platônico adolescente, descobriu que o ser amado e idealizado havia se envolvido em um delito.¹⁵ Foi um choque, uma desconfiança nas propaladas leis superiores que deveriam guiar a conduta humana. Todavia, Gilka não perderia a fé nos homens, dedicando sua própria vida à aprendizagem, nem em Deus, embora Ele se revestisse de características muito singulares, influenciando sua maneira de se relacionar com a transcendência. Ele era o “Deus do meu coração e da minha compreensão”, maneira como os membros da Fraternidade Rosacruz se referiam a um Ser Supremo, de forma individualizada e plural. Gilka se associou à AMORC (Antiga e Mística Ordem Rosacruz) na década de 1960, logo que voltou a Goiás, e lá esteve, participando ativamente de seus estudos e atividades empreendidas em Goiânia, até o fim de sua vida,¹⁶ como ela mesma explicou em entrevista:

A Ordem Rosacruz é uma instituição mística, fraterna e filosófica. Sua filantropia e fraternidade se realizam de modo diferente, pois na AMORC se congregam pessoas de

15 ENTREVISTA de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles concedida a Divina Pinto de Almeida. Transcrição de Shirlei Romano. Goiânia: Acervo CPHGS, 2004.

16 OLIVEIRA, Nelisa Tânia Coe de; VALLE, Rita Araújo; ALMEIDA, Flávio Marques de. **Os Rosacruzes no Coração de Goiás**. Goiânia: Ed. Kelps, 2015.

diferentes religiões e não há discriminação de pensamento e comportamento. Em uma concepção mística e filosófica, seus membros são estudiosos da natureza humana, estimulados a auxiliar na evolução da humanidade. Isso se dá pela compreensão da solidariedade humana por meio do reconhecimento de um único Deus, que se manifesta em cada um de nós. Embora eu seja católica também, sou Rosacruz há 44 anos.¹⁷

Sua vinculação com o sagrado esteve, desde muito cedo, vinculada a uma relação com a natureza, indutora de reflexões sobre o sentido da vida e de sua própria trajetória. No depoimento concedido à aluna Divina Almeida, Gilka destacou seu diálogo constante com as plantas, a busca de respostas em uma visão contemplativa da paisagem e do mundo natural. Ao viajar para Minas Gerais a trabalho, em 1965, ainda dentro de um trem para Araguari, ela contemplava a paisagem, pela janela, ao mesmo tempo em que formulava perguntas científico-filosóficas: “olhava para aquelas árvores, para aquele bosque, em alguns momentos fechados, em outros mais abertos e perguntava às árvores: como vocês são? Gostaria de saber como vocês existem, como se comportam e vivem no mundo?”.¹⁸

Gilka acreditava que essa pergunta teria sido respondida quando, de forma inesperada, foi convidada a ministrar aulas de biogeografia em Brasília. Seria uma atividade que a obrigaria a estudar, a aprofundar seu conhecimento do mundo biofísico, natural. Foram

17 ENTREVISTA de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles concedida a Divina Pinto de Almeida. Transcrição de Shirlei Romano. Goiânia: Acervo CPHGS, 2004. p. 66-67.

18 ENTREVISTA de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles concedida a Divina Pinto de Almeida. Transcrição de Shirlei Romano. Goiânia: Acervo CPHGS, 2004. p. 56.

três anos de estudo sobre a manifestação das plantas e sua adaptação ao clima e à natureza, seu posicionamento na geografia do mundo. A relação se intensificou ao longo da vida e ela se tornou mais sensível à manifestação das plantas, algo que a acompanhava em suas atividades diárias. Em depoimento, reuniu uma série de relatos nos quais expôs sua sensibilidade ao perfume da natureza como resposta às suas indagações mais profundas, além da mirada cotidiana para a beleza das árvores, mesmo àquelas destinadas a serem cortadas em função da dinâmica construtiva das cidades. Foi o que ocorreu com as paineiras que admirava no lote onde foi erguido o complexo do Centro de Convenções, em Goiânia. Gilka sonhou com elas antes de serem cortadas, e, em uma atmosfera etérea e sensível, como seres que se movimentavam diante do desespero, elas dançavam:

Em um palco improvisado de um teatro havia uma música semelhante à morte do Cisne, de Tchaikovsky. As bailarinas dançavam, mas quem eram essas bailarinas? As bailarinas eram o talo das árvores. Elas dançavam com três folhas, e as três folhas eram afuniladas, ligadas a um pequeno talo. As três folhas dançavam como se tivessem pés. E, no meu sonho, eu pensava assim: “meu Deus, nunca ouvi falar que folhas dançassem, mas elas dançam com tanta elegância”. E pensei comigo: “mas a tristeza dessa dança, que seria?”. Isso foi em uma fração de segundos. Eu me levantei no dia seguinte com essa imagem do sonho, mas nunca mais a esqueci. No dia seguinte fui ao local e elas estavam no local, havia um talo e, ao fim de cada galho, três folhas, exatamente como

no meu sonho. Passados alguns meses as árvores foram cortadas e então concluí que elas vieram me avisar, se despediram de mim dançando no desespero, como Zorba, o grego.¹⁹

Essa mesma paixão pelas plantas Gilka demonstrava pelos animais, o que ficava evidente na maneira como se instalou em sua chácara, junto à natureza, próxima ao Campus Samambaia da UFG, já em seus últimos anos de vida. Era uma necessidade íntima de se sentir em harmonia com o mundo em sua expressão, alinhando corpo, emoção e mente, algo a que ela se referia como uma “sintonia com o amor divino”.

A aposentaria veio depois de um câncer de mama, mas professora Gilka se restabeleceu e trabalhou ainda por mais três anos na UFG, até 1996. Embora ela tenha se aposentado por questões de saúde, nunca deixou de pesquisar e se envolver com as atividades acadêmicas. Em 2007, recebeu o título de Professora Emérita, condecoração mais do que merecida por uma intensa vida de trabalho e suas contribuições para a Universidade. Um de seus últimos trabalhos esteve ligado à organização do *Seminário Goiás e a vinda da Família Real/200 anos*, realizado pelo Instituto Histórico Geográfico de Goiás no ano de 2008, mês de maio, a menos de um ano de seu falecimento. Eu era secretária da entidade na ocasião e pude testemunhar seu esforço e vigor em organizar a atividade, a despeito de sua fragilidade física.

19 ALMEIDA, Divina Pinto de. As contribuições de Gilka Vasconcelos Ferreira de Sales para a Historiografia Goiana. 2004. **Monografia** (Trabalho de Final de Curso) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004. p. 59.

Minha mãe Alice faleceu ao final do mesmo ano de 2008 e sua amiga Gilka, poucos meses depois. Professora Gilka nos deixou em 1º de fevereiro de 2009. Ao rever sua trajetória corajosa e pioneira, sua natureza místico-filosófica, sua disposição fraterna para a realização de qualquer atividade dentro ou fora da universidade, concluo esse pequeno texto com um sentimento de profundo respeito, como um dever de gratidão. Pe. Luís Palacín, primeiro coordenador da pós-graduação, foi quem melhor a definiu no auge de sua trajetória de fundação do curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Evoco suas palavras: por ser absolutamente íntegra e generosa, por sempre ter algo positivo a dizer sobre o outro, a maior característica de Gilka, é, sem dúvida, a bondade. Ele estava absolutamente certo.

ORIGEM E TRAJETÓRIA (1972-2003)

Heliane Prudente Nunes¹

Apresentação

Quando recebi o convite do professor Marlon Salomon para participar da coletânea do livro comemorativo dos 50 anos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH), fui tocada por uma profunda emoção, por ter feito parte da história dessa relevante Instituição e pela confiança depositada em meus depoimentos. Imediatamente, muitas lembranças vieram à tona e, junto com elas, a saudade dos meus mestres e colegas, que compartilharam, comigo, esse tempo tão rico e criativo.

Este texto tem, portanto, a finalidade de registrar a trajetória do PPGH, desde sua origem, em 1972, com a criação do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), até minha aposentadoria na UFG, ocorrida em 2003. Naturalmente, é um registro notadamente pessoal, pois, ao recorrer à minha memória para reconstruir esse tempo, ficam evidentes possíveis omissões no relato dos aconteci-

¹ Mestra em História das Sociedades Agrárias pela UFG; doutora em História Econômica pela USP; professora aposentada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG.

mentos e, desde já, peço desculpas por algum esquecimento. Afinal, a memória é seletiva e, como tal, pode apresentar falhas e lacunas.

Feita essa ressalva, prossigo rememorando os feitos acadêmicos de autores e atores que se destacaram nesse período, seja por suas produções intelectuais, seja pela pessoa humana que souberam ser, contribuindo, significativamente, para o crescimento da instituição e das pessoas que tiveram o privilégio de com eles conviverem. Predomina, basicamente, nos registros que faço, a memória afetiva da autora, reavivada por depoimentos de alguns colegas e funcionários que fizeram parte desse processo e apoiada em fontes oficiais. Assim, ao (re)lembrar, em especial, as contribuições do corpo docente para a historiografia de Goiás, espero estar colaborando para que personagens que fizeram parte desse percurso histórico, de 1962 a 2003, não caiam no esquecimento.

Nesse sentido, para que os leitores interessados possam, facilmente, encontrá-las, manter um primeiro contato com elas ou mesmo revisitá-las, as produções acadêmicas mencionadas ao longo do texto foram incluídas na lista de referências.

Para melhor entendimento da reconstrução desse processo histórico, o texto está organizado nos seguintes tópicos:

- a conjuntura histórica nacional e estadual e seus principais atores;
- as primeiras instalações físicas;
- a administração do ICHL e do PPGH;
- início do PPGH, seus primeiros professores e funcionários;
- de aluna a professora no mestrado em História.

Conjuntura histórica nacional e estadual e principais atores

Na década de 1930-40, o governo Vargas promoveu uma política de estímulo à migração interna, com o objetivo de expandir a ocupação para o interior do País, estimulando uma política de migração e colonização dos espaços demográficos vazios. Nessa perspectiva, coube ao Centro-Oeste a tarefa de produzir alimentos direcionados para abastecer estados do Sudeste do País, que já se encontravam em um elevado estágio de industrialização. Em Goiás, dois momentos significativos dessa política de migração interna podem ser apontados: a criação da Colônia Agrícola de Ceres (1941), registrada na obra *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*,² e a transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia, em 1937, analisada na obra *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*.³

A mudança da capital ensejou uma série de transformações, não só no seu aspecto urbanístico, com planejamento, beleza e criatividade do urbanista Atílio Correa Lima, como, também, a necessidade de oferecer à crescente população, fruto de imigrantes de várias partes do País, oportunidades para o seu desenvolvimento econômico e educacional. Centenas de empregos foram criados na edificação de Goiânia e, para atender à demanda na área da educação, foram criadas as duas primeiras universidades do Centro-Oeste: em 1959, a Universidade Católica de Goiás – atualmente, Pontifi-

2 DAYREL, Eliane Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste**. 1974. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1975. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/n/20884-teses-e-dissertacoes-1975>. Acesso em: 29 jul. 2021.

3 PALACÍN GÓMEZ, Luiz. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976.

cia Universidade Católica (PUC-Goiás) – e, em 1960, a Universidade Federal de Goiás (UFG). Nesse processo de criação da UFG, duas figuras emblemáticas podem ser destacadas: professor Colemar Natal e Silva, seu primeiro reitor, e professor Egídio Turchi, primeiro diretor da Faculdade de Filosofia. Ambos foram responsáveis por ações concretas no processo de criação da UFG, somadas ao apoio de muitas manifestações estudantis.

Ao relembrar essa trajetória de 50 anos, fica evidente que o Curso de História e Geografia se iniciaria como uma das quatro unidades de graduação que integravam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 8 de novembro de 1962, incluindo, ainda, os cursos de Matemática e Física, Letras e Pedagogia. Com a Reforma Educacional, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras foi desdobrada, dando origem a diversos Institutos, dentre eles, o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) que, desde 1969, passou a oferecer o curso de licenciatura e o bacharelado em História. O foco desses cursos era apenas o ensino de graduação, sendo ampliados, posteriormente, em 1972, com a criação dos Cursos de Pós-Graduação na área de História. A criação do Mestrado em História objetivava formar pesquisadores e docentes, explorar arquivos regionais e contribuir para a reelaboração da História regional. Vários professores se envolveram no projeto de criação dos Cursos de Pós-Graduação. Vale ressaltar os esforços das professoras Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas, à época diretora do ICHL, de Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, vice-diretora, do primeiro coordenador do mestrado em História, padre Luiz Palacín Gómez, e a participação ativa de Dalísia Elizabeth Martins Doles.

Inicialmente, na fase de qualificação do quadro docente da UFG, professores visitantes da Universidade de São Paulo (USP) ministravam disciplinas no mestrado em História, remunerados na forma de cachês. Os mestrandos deslocavam-se, periodicamente, até São Paulo para receber as devidas supervisões dos seus orientadores. De 1972 a 1980, o curso de mestrado definiu, como área de concentração, “História do Brasil”. Posteriormente, tal área de concentração foi alterada para “História das Sociedades Agrárias”, por corresponder às raízes econômicas e regionais de Goiás. O mestrado tinha como linhas de pesquisa: “Movimentos sociais no campo”, “História das relações de trabalho” e “Teoria e metodologia da História”. Após algum tempo, as linhas de pesquisas foram redefinidas, a saber: “História e região”, “História da terra e do trabalho” e “História das relações cidade e campo”. Como forma de divulgar as pesquisas dos professores e alunos do mestrado, foi criada a *Revista do ICHL*, responsável pela divulgação de vários trabalhos acadêmicos de professores e alunos do PPGH, tendo sido seu primeiro número editado em 1981.

Relembrando os tempos em que estive no mestrado como aluna e, posteriormente, como professora, um problema sério que vem à lembrança era a falta de recursos financeiros. A carência de recursos representava entraves para a aquisição de equipamentos, de livros, de uma biblioteca especializada, bem como da instalação de novos equipamentos, como computadores, e da implantação do sistema eletrônico em rede (UFGNet), entre outros. Lembro-me de que alguns professores adquiriam tais recursos com seus próprios esforços... Vale lembrar-se do empenho da professora Ione Maria de O. Valadares que, após ser indicada como diretora da editora da

UFG (Cegraf), deu um novo impulso às publicações da Universidade, facilitando a produção acadêmica dos seus professores e promovendo intercâmbios com outras IES. Eu mesma tive o prazer de participar, com a professora Ione, da IV Conferência da *Brazilian Studies Association* (Brasa), realizada, em 1997, em Washington, D.C., e testemunhei sua luta para ampliar a divulgação das produções acadêmicas da UFG. Nesse evento internacional, apresentei a comunicação “A família do imigrante árabe em Goiás: mudanças e permanências”.⁴

As primeiras instalações físicas

Inicialmente, os cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia ocorriam em salas alugadas em prédios, no centro de Goiânia, e em outros espaços da Universidade Católica de Goiás (UCG) e do Colégio Santo Agostinho, situação que perdurou até a construção dos prédios do Campus II ou Samambaia. Em 1973, foram inaugurados os dois blocos do ICHL e os seus prédios foram ocupados ainda em obras. Originalmente, o Instituto era formado pelos Departamentos de Letras, Ciências Sociais, Geografia e História e Jornalismo. Criado o espaço do ICHL, algumas providências foram tomadas para montar os gabinetes dos professores, bem como organizar o mobiliário das salas de aulas. É importante lembrar que o Brasil vivia, naquele momento, a ditadura militar com repressão política, censura, eleições indiretas e torturas. Vários professores e alunos foram presos para interrogatórios. Para alguns, essa conjuntura teria sido responsável pelo projeto arquitetônico dos prédios do

4 NUNES, Heliane Prudente. A família do imigrante árabe em Goiás: mudanças e permanências. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRASA, 4., 1997, Washington, DC. *Anais [...]*. Washington: Brasa, 1997. p. 16-29.

ICHL. O acesso aos prédios se dava por três portas pesadas, de ferro, e as janelas com grades impediam a entrada ou saída, se assemelhando a uma verdadeira cadeia, ou, até mesmo, a uma ratoeira. Outra crítica em relação ao espaço físico era a localização dos banheiros e da cantina, ambos instalados no subsolo. Em caso de fortes chuvas todo o espaço era inundado, ficando, temporariamente, interditado. As salas do ICHL eram grandes, escuras e pouco ventiladas. Dava-se aulas para turmas de até cinquenta alunos, com a luz acesa permanentemente e com o ventilador ligado, fazendo um ruído infernal. Um quebra-sol de blocos de concreto vazados, que corria paralelamente as paredes pelo lado de fora, barrava o sol, mas também cortava a luminosidade e o vento. As divisórias entre as salas isolavam mal os ruídos de uma sala de aula para outra, o que acarretava dificuldade de concentração entre os alunos.⁵ Os gabinetes de trabalho dos professores comportavam de três a quatro docentes e também eram mal iluminados e pouco arejados. Alguns professores traziam armários da própria casa para armazenar seus livros. Nesse espaço atendia-se às dúvidas dos alunos, fossem eles da graduação ou do mestrado. Quando ocorria o atendimento simultâneo dos três professores, a sala assumia o perfil da própria Torre de Babel... Ao sair dos gabinetes era importante certificar-se de trancar as janelas, pois corria-se o risco da visita indesejável dos macacos-prego, sempre em busca de alimentos fáceis.

Durante o período em que lecionei no curso de graduação em História e no mestrado em História das Sociedades Agrárias, compartilhei o gabinete com as colegas Dulce de O. Amarante dos Santos e Armênia Maria de Souza. Discutíamos entre nós desde as ro-

5 SILVA, Vera Maria Tietzmann. **50 anos de letras na UFG**: um projeto em construção: memória e história. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012.

tinhas administrativas até os assuntos mais importantes que seriam deliberados nas reuniões do Departamento. Pode-se dizer que cada gabinete aglutinava professores com o perfil ideológico parecido, embora a discussão sobre posições contrárias fosse respeitada. Tenho recordações muito prazerosas e afetuosas desse convívio.

A administração do ICHL e do PPGH

Além das atividades de ensino, pesquisa e extensão que caracterizam a vida acadêmica, as rotinas da universidade também incluem a administração. Da sua eficiência depende o exercício das boas condições auferidas aos professores para exercer seu ofício com tranquilidade. Em 1973, o curso de História deixa de ser um dos vários cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia para tornar-se um Departamento do ICHL, com chefe e subchefe e subdividido em áreas de disciplinas afins. Os cargos de chefia e a subchefia, assim como a coordenação do mestrado e as coordenações de áreas, eram funções com mandatos de dois anos, selecionados por meio de eleições. Estimulava-se a prática do rodízio dos ocupantes. O primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi a professora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. Outros a sucederam, como Raquel Figueiredo A. Teixeira, Francisco Itami Campos, Maria Cristina T. Machado, Fausto Miziara, Noé Freire Sandes... Grande parte dos cargos e funções administrativas assumidas pelos professores acabaram por reduzir as suas pesquisas e publicações, tudo em prol de uma atuação administrativa competente. A título de exemplo cito a atuação da professora Raquel Teixeira, diretora do ICHL, mais tarde chamada a ocupar a Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI), assessoria

especial da Reitoria. Devo a ela o apoio à minha participação no Congresso Internacional de Populações Árabes, realizado no Cairo, Egito, em dezembro de 1996, quando apresentei a comunicação *La Famille Arabe-Bresilienne et Son Processos D' Assimilation a La Societe Regionale (Goiás 1880-1970)*.

Na coordenação do Mestrado em História lembro-me dos coordenadores Luiz Palacín Gómez, Dalísia E. Martins Doles, Gilka V. F. de Salles, Janaina P. Amado B. Figueiredo, Ana Lúcia da Silva, Nasr F. Chaul, Dulce O. Amarante dos Santos, Noé Freire Sandes, Leandro Mendes Rocha, Luiz Sergio Duarte da Silva... Todos eles assumiram seus cargos com muita competência, embora com uma reduzida estrutura de apoio. Os Simpósios nacionais e regionais, Congressos e outros eventos acadêmicos eram planejados por eles. Muitas vezes os próprios coordenadores faziam os contatos com os palestrantes, providenciavam as passagens, levavam e buscavam os convidados no aeroporto e no hotel, acompanhavam-nos em restaurantes e passeios, promoviam contatos com a mídia impressa e televisiva, controlavam a frequência dos participantes e providenciavam os certificados. Ainda, eram responsáveis por relatórios com prestação de contas. Apesar do trabalho extenuante, esses simpósios e congressos representavam excelentes oportunidades de estabelecer contatos com outras IES e de divulgar as pesquisas dos professores e alunos do Mestrado.

Início do PPGH, seus primeiros professores e funcionários

Alguns professores devem ser lembrados pelo seu esforço na criação do curso de graduação em História e do PPGH. Como não havia recursos financeiros para contratar professores especialistas

em instituições fora de Goiás, o corpo docente foi, inicialmente, composto por professores que já atuavam em instituições de ensino locais, como a UCG e o Lyceu de Goiânia.

Dessa forma, a necessidade de qualificação dos docentes era urgente. Coube à Universidade de São Paulo (USP) a oferta de cursos, abrindo as portas de seu programa de pós-graduação para acolher alguns professores, que já atuavam como docentes nos cursos de graduação em História, em busca do mestrado e do doutorado. Tudo foi oficializado por meio de um convênio datado de 1º de janeiro de 1972, em torno de um núcleo comum de especialização, nas áreas de Letras e História, ambas do ICHL. Essa iniciativa representou o núcleo inicial dos dois primeiros cursos de Mestrado da UFG, Letras e História, criados, embrionariamente, a partir da especialização oferecida pelo convênio USP-UFG.⁶

Por meio do convênio USP-UFG, que durou de 1972 a 1974 (embora as orientações tenham se estendido até 1978), ficou garantida a qualificação aos professores pioneiros do curso de História da UFG. Entre o período de 1972 a 1978, foram defendidas quatorze dissertações, orientadas por professores da USP. Merece destaque o esforço da Professora da USP Laima Mesgravis, responsável pela orientação de oito dissertações, nesse período. A partir de 1974, foi criado o Mestrado em História das Sociedades Agrárias na UFG, com administração autônoma, embora muitas orientações tenham sido acompanhadas, até 1978, por professores da USP.

Os primeiros professores do ICHL que obtiveram seu título de mestre (alguns receberam, por mérito, o título de doutor), por meio do convênio USP-UFG, foram: Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles,

6 SILVA, Vera Maria Tietzmann. **50 anos de letras na UFG**: um projeto em construção: memória e história. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012.

Eliane Garcindo Dayrell, Maria de Souza Franca, Antônio Cappi, Isabel Ribeiro, Italiano Monini e Maria Sônia Franca e Souza. Após o encerramento desse convênio, os professores pioneiros que mais se destacaram na condução do Mestrado de História, oferecendo disciplinas e orientando alunos, foram: Dalísia Elizabeth Martins Dolles, Gilka V. F. de Salles e Luiz Palacín Gómez. Esse trio pioneiro criou as bases do Curso de Mestrado em História da UFG, estimulando e ampliando o avanço das pesquisas em Goiás.

Os temas mais pesquisados pelos mestrandos durante o convênio USP-UFG foram: teoria da história, colonização e povoamento, indígenas, filosofia, educação, administração, imigração, religião, serviço social, guerra do Paraguai, sociedade agrária.

Desde o ano de 1981, o Mestrado em História das Sociedades Agrárias da UFG conseguiu produzir, até o ano da minha aposentadoria, em 2003, o total aproximado de 212 dissertações, atendendo a um público não só de Goiânia, mas de pessoas vindas de vários locais de Goiás e de outros estados da Federação. Até a criação do doutorado, em 2005, conforme atestam registros do PPGH, já haviam sido formados 250 novos mestres.⁷ Vários deles desempenharam relevante papel no registro da História de Goiás, apresentando novas fontes históricas e abordando temas até então inéditos. Os temas mais investigados nas dissertações de mestrado durante esse período foram: partidos políticos, elites políticas, imigração e colonização, oligarquias, coronelismo, religião, tropeiros, transportes ferroviário e rodoviário, estrutura fundiária, posseiros, arte, cultura, revolta camponesa, sindicatos,

7 UFG – Universidade Federal de Goiás. **Dissertações e teses da UFG**. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/p/1266-dissertacoes-e-teses>. Acesso em: 29 jul. 2021.

administração, zona rural (abordada nos aspectos tradicionais e inovações), cidades, questão agrária, minérios, agropecuária, tecnologias, conflitos sociais e de trabalho, escravidão, reforma agrária, família, infância, saúde pública, mobiliário, questão indígena (Karajá, Kayapó, Avá-Canoeiro, Krahô), identidades, normas de comportamento, ditadura militar, liderança populista, entre outros. Alguns professores se dedicaram a investigações além do território brasileiro, mas com temáticas análogas. É o caso da professora Olga Cabreira Garcia, que orientou vários trabalhos sobre a região do Caribe; José Antônio C. R. de Souza, que encaminhou temas referentes à sociedade medieval; e Dulce Amarante, que orientou temas direcionados à sociedade portuguesa, em distintos momentos históricos.

É importante destacar, ainda, as pesquisas realizadas por mestrandos oriundos de outras áreas do conhecimento, como educação, filosofia, serviço social, letras, jornalismo, geografia, direito, turismo e sociologia, o que comprova o reconhecimento da qualidade do PPGH da UFG.

Primeiros professores do PPGH

O padre **Luiz Palacín Gómez**, doutor e livre-docente em História pela Universidade Complutense de Madri, é considerado o símbolo maior do pesquisador na área de História em Goiás. Exerceu o cargo de professor titular nos cursos de licenciatura em história na UFG e na PUC-Goiás. Participou de vários congressos nacionais e internacionais, apresentando trabalhos sobre a história de Goiás e do Brasil, publicados, posteriormente, em revistas especializadas. Entre seus inúmeros trabalhos, podem ser citados:

“As comunicações navais do Brasil durante o século XVI”;⁸ *Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*,⁹ reeditado, posteriormente, sob o título de *O ciclo do ouro em Goiás: 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*;¹⁰ “Trabalho escravo: produção e produtividade nas minas de Goiás”;¹¹ *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*;¹² “Técnica militar e estrutura social”;¹³ *Sociedade colonial: 1549 a 1599*;¹⁴ *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*;¹⁵ *Coronelismo no extremo Norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa*

-
- 8 PALACÍN GÓMEZ, Luiz. As comunicações navais do Brasil durante o século XVI. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA, 5., 1971, Campinas-SP. Portos, rotas e comércio. **Anais [...]**. São Paulo, 1971. v. 1, p. 187-198. Disponível em: https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544042402_a93a60cf67ad88e32d9d841195cd29dc.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.
 - 9 PALACÍN GÓMEZ, Luiz. **Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura de Goiás. Instituto Goiano do Livro, 1972.
 - 10 PALACÍN GÓMEZ, Luis. **O ciclo do ouro em Goiás: 1722-1822 estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: Ed. da PUC-GO, 1994.
 - 11 PALACÍN GÓMEZ, Luis. Trabalho escravo: produção e produtividade nas minas de Goiás. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA, 6., 1973, Goiânia. Trabalho livre e escravo. **Anais [...]**. São Paulo, 1973. v. 1, p. 433-448. Disponível em: https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1545755658_2227d6783453557a06567e71ebc1b18b.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.
 - 12 PALACÍN GÓMEZ, Luis. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976.
 - 13 PALACÍN GÓMEZ, Luis. Técnica militar e sociedades de ordens: um estudo sobre as guerras do Nordeste no século XVII. **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 115-137, 1981.
 - 14 PALACÍN GÓMEZ, Luis. **Sociedade colonial: 1549 a 1599**. Goiânia: Ed. UFG, 1981.
 - 15 PALACÍN GÓMEZ, Luis. **Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1983.

Vista;¹⁶ *História de Goiás (1722-1972)*,¹⁷ em parceria com Maria Augusta de Sant'Anna Moraes.

A importância maior do pesquisador Palacín se deve ao fato de ele inaugurar nova fase de estudos da historiografia regional goiana, uma vez que supera a simples tarefa de narrar e descrever os fatos, mas passa a interpretá-los. De uma simplicidade estoica, Padre Palacín demonstrava aos seus colegas e alunos o valor e a importância da pesquisa para o conhecimento do passado histórico de Goiás. Sua atuação, como professor e orientador de vários trabalhos no PPGH, foi de extrema importância, gerando frutos acadêmicos significativos.

Ele foi meu primeiro professor no Mestrado em História, ministrando a disciplina Teoria da História. Como eu havia cursado a graduação em História, na Universidade Federal de Uberlândia, eu ainda não conhecia o ilustre mestre e não sabia do seu destacado papel como historiador no cenário nacional e regional. Ao me lembrar de suas aulas me vem o reconhecimento da minha pobreza intelectual nesta área de conhecimento. Em suas aulas, Palacín ia descortinando as concepções de Kant a Marx, sem se esquecer de Hegel e Marc Bloch. Leituras eram cobradas sobre o materialismo histórico e seus seguidores, bem como da história dos *Annales* e de seus adeptos. Devo confessar que me apaixonei pela história dos *Annales* com as leituras de autores como Marc Bloch, George Duby, Pierre Vilar e os descendentes da Nova História: Jacques Le

16 PALACÍN GÓMEZ, Luis. **Coronelismo no extremo Norte de Goiás**: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista. Goiânia, GO: Centro Editorial e Gráfico da UFG; São Paulo, SP: Edições Loyola, c1990.

17 PALACÍN GÓMEZ, Luis. MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia, Ed. da UCG, 1994.

Goff, Philippe Ariès, Michel Vovelle, entre outros. Tais leituras ampliaram a minha perspectiva de compreensão da História. A percepção que passei a ter da História foi a de uma ciência das transformações e das mudanças, como a definiu Bloch. Comecei a vislumbrar a multiplicidade de temas como objetos de investigação do historiador: o louco, a criança, a família, o corpo, o sexo, a arte, identidades... Devo, ainda, acrescentar que no texto “Padre Luis Palacín Gómez (1928-1998)”, escrito por mim e pela professora Ledonias Franco Garcia para a seção *In Memoriam*, da revista da Faculdade de História e do PPGH, *História Revista*, fica evidente que, embora um erudito europeu, Palacín realizou inúmeras pesquisas sobre questões regionais e, por meio de suas obras, Goiás passou a ser conhecido no cenário acadêmico nacional.¹⁸ Ele realizou inúmeras orientações no mestrado e sua presença na minha constituição acadêmica foi marcante, gerando em minha formação uma significativa transformação.

A professora **Dalísia Elizabeth Martins Doles** conquistou o título de doutora em História Econômica, na USP, em 1972, defendendo a tese *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*,¹⁹ publicada, posteriormente, na forma de livro. Desde então passou a fazer parte do corpo docente do mestrado em História, oferecendo disciplinas, orientando mestrandos e participando de inúmeras bancas de avaliação. O seu empenho sempre foi o de formar pesquisadores, explorar e valorizar arquivos regionais e

18 NUNES, Heliane Prudente; GARCIA, Ledonias Franco. Padre Luis Palacín Gómez (1928-1998). *História Revista*, Goiânia, v. 4, n 1/2, p. 7-14, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/10602/7058>. Acesso em: 21 jul. 2021.

19 DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Ed. Oriente, 1973.

contribuir para a reelaboração da História Regional e do Brasil. Esse esforço era coroado com a sua presença nos Congressos da Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh), divulgando os trabalhos acadêmicos do mestrado.²⁰ Fui aluna da professora Dalísia na disciplina “História Econômica” e, por meio de suas aulas, aprendi o ofício de pesquisador, dotado de um rígido critério na investigação das fontes históricas. Com ela participei de várias investigações, entre as quais ressalto o trabalho conjunto no projeto “Ocupação e colonização do Centro-Oeste:1850-1980”, financiado pelo CNPq, cujos resultados foram apresentados no artigo intitulado “Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus”,²¹ publicado na revista do ICHL, *Ciências Humanas em Revista*. Ela foi uma pesquisadora que buscava estimular nos seus alunos o amor às fontes, sem as quais não haveria senão meras repetições.

Exerceu funções administrativas do mais alto nível, como a chefia do Departamento de História da UFG e a coordenação do Mestrado em História, do qual participou como uma das fundadoras. Ocupou o cargo de Secretária Municipal de Educação de Goiânia, de março de 1983 a março de 1986. Ao desempenhar essa função revolucionou a administração pública, dialogando com os professores da rede municipal e adotando, como critério na escolha de diretores de

20 Merece menção o trabalho: DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. Fontes primárias relativas à escravidão em Pirenópolis. In: SIMPÓSIO DA ANPUH, 9., 1977, Florianópolis. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 1979. p. 1061-1114. Disponível em: https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1545757827_5d11c7ebf6c6db5f3ee571e2eb16d192.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

21 DOLES, Dalísia Elizabeth Martins; NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do séc. XIX: a visão dos viajantes europeus. **Ciências Humanas em Revista**, Goiânia, v. 3, n. 1/2, p. 71-118, 1992.

escolas, a competência profissional ao invés da indicação política. Como professora da UFG, demonstrou consciência da sua profissão e capacidade. O seu qualificado currículo assim o comprova. Participou de quase todos os Simpósios da Anpuh Nacional, desde 1969 até 1999, ou seja, por 30 anos, sempre na qualidade de expositora de comunicações, fruto das suas relevantes pesquisas. Dalísia foi uma historiadora de produção fértil que não se preocupava apenas com a elaboração de trabalhos eruditos, mas, consciente da sua função social como historiadora, procurava pesquisar diferentes temas da história goiana, tendo desbravado os arquivos de Goiás. Sua marca indelével foi o respeito e a consideração com todos, seja os que ocupavam cargos mais importantes de proeminência nacional, assim como seus colegas, alunos e funcionários, sempre pautada pela valorização humana. Esse é seu traço pessoal mais marcante. Abominava a crítica destrutiva e optava pela promoção social de todos.

Na condição de cidadã, foi uma mulher sensível às dificuldades e ao sofrimento dos seus semelhantes. Foi membro ativo do Centro de Valorização da Mulher Goiana (Cevam) e dedicou atenção especial à valorização da profissionalização feminina. Durante a Ditadura de 1964, sua casa se tornou o refúgio de várias pessoas acusadas, pelo regime militar, de serem subversivas. Soube protestar com vigor contra o autoritarismo e a violência que atingiram seus colegas e amigos pelas cassações oficiais. Mais uma vez reiterei o meu orgulho de ter sido sua aluna, sua orientanda no mestrado, sua colega no curso de graduação em História e no PPGH. Após a sua morte, seu esposo, Dr. Jarbas Doles, doou à **Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF)**, em 2000, o acervo documental e bibliográfico de Dalísia, deixando sua última herança,

com a finalidade de gerar novas pesquisas e trabalhos científicos. À professora Dalísia, a minha amizade, o meu respeito e a minha admiração. Sinto-me especialmente honrada por haver sido convidada pelos colegas de Departamento para homenageá-la com um texto *in memoriam*. No texto “Dalísia Elizabeth Martins Doles (1937-2000)”, retrato o seu perfil acadêmico e de cidadã.²²

A professora **Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles** foi uma das primeiras alunas do convênio USP-UFG no curso de mestrado. O tema estudado por ela foi “A adequação da teoria de Gaston Bachelard à historiografia”,²³ com orientação do professor da USP Shozo Motoyama. São várias as publicações de livros e artigos durante sua vivência acadêmica. De sua produção intelectual, destaco as seguintes publicações: “A pesquisa histórica em Goiás”,²⁴ publicada na *Revista de História* do Departamento de História da USP e apresentada na forma de comunicação na mesa-redonda sobre o “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”, realizada em Curitiba, em 1971, por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); “O povoamento de Goiás (1736-1970)”,²⁵ publicado na *Revista do ICHL*, em dezembro de 1981, fruto de uma

22 NUNES, Heliane Prudente. Dalísia Elizabeth Martins Doles (1937-2000). **História Revista**, Goiânia, n. 5, v. 1/2, p. 7-10, jan.-dez. 2000.

23 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Adequação da teoria de Gaston Bachelard à historiografia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA, 7. A cidade e a História, 1973, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s.n.], 1974. v. 2, p. 1038-1041. Disponível em: https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2018-12/1545756191_b9c30375873a6872f0ce93a523a1c835.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

24 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. A pesquisa histórica em Goiás. **Revista de História**, São Paulo, v. 43, n. 88, p. 453-491, 1971. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131205/127610>. Acesso em: 27 jul. 2021.

25 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. O povoamento de Goiás (1736-1970). **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 78-114, 1981.

ampla pesquisa, sustentada pelo levantamento de fontes primárias, incluindo o primeiro levantamento do número de escravos no processo tributário de Capitação na Colônia, em 1736, e 1980, por encerrar a última década de recenseamento brasileiro e “Três mentores do mundo luso-brasileiro no século XVIII”,²⁶ publicado na *Revista do ICHL*, em dezembro de 1984. O propósito de tal estudo foi mostrar a ação de três mestres da economia brasileira do século XVIII, Alexandre de Gusmão, Dom Luiz da Cunha e J. J. de Azeredo Coutinho, cujos trabalhos tiveram incisiva influência no conhecimento do sistema aurífero da Capitania de Goiás. Em 1996, publicou, em parceria com Lena Castello Branco, “O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995)”.²⁷

São várias as dissertações de mestrado orientadas por Gilka, além de oferecer disciplinas no PPGH e assumir cargos na administração, como o de coordenadora do Mestrado em História. Tive o prazer de ter sido sua aluna na disciplina “História de Goiás”, em 1984, e, a partir de então, procurei conhecer melhor todo o processo histórico desse estado que adotei como meu segundo berço. Suas aulas exigiam um aprofundamento nas fontes históricas regionais e, nesse sentido, tive o primeiro contato com a historiografia goiana. Por meio das suas aulas pude conhecer a sociedade em Goiás, desde o período colonial, sua população, seus conflitos, sua cultura. Devo a ela a paixão que surgiu em mim pela busca de respostas

26 SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira. Três mentores do mundo luso-brasileiro no séc. XVIII. **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 239-261, 1984.

27 SALLES, Gilka V. Ferreira; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira. O mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**, Goiânia, v. 1, 1996.

sobre a conjuntura histórica de Goiás, envolvendo vários temas em diferentes tempos históricos.

Profa. Gilka participou de vários congressos da área de História. Em 1993, tive o prazer de viajar com ela para São Paulo, juntamente com a profa. Dalísia, para participar do XVII Congresso Nacional da Anpuh. Naquela ocasião, pude observar o comprometimento dela e de Dalísia com o mundo acadêmico, não só com a apresentação de trabalhos, frutos de suas pesquisas e de seus orientandos, como também na divulgação da qualidade do Programa de Mestrado em História da UFG.

Funcionários do Mestrado em História

Considero que todo o trabalho acadêmico só pode ocorrer de forma organizada com a colaboração dos funcionários. A eles presto a minha homenagem e os meus agradecimentos. Ao me lembrar dos servidores do ICHL, duas pessoas estão presentes em minha memória: Carmina Gonçalves M. e Souza e Gustavo Antônio Pereira Junior. Lembro-me dos seus atendimentos com presteza e amabilidade. São pessoas que demonstravam o prazer em exercer suas funções. Carmina é considerada a *decana* dos funcionários do ICHL. Ela ingressou na UFG, em 1971, quando o Campus II ainda estava em construção, podendo-se afirmar que ela literalmente viu a Universidade crescer. Quanto ao Gustavo, eu pude presenciar seu desenvolvimento físico e intelectual. Ele ainda era muito jovem quando ingressou como funcionário do ICHL, em 1981, mas sua simpatia e atendimento cordiais encantavam a todos.

Quando iniciei o Curso de Mestrado em História, em 1980, fui atendida pelo funcionário Alcebíades do Nascimento Andrade.

Outros vieram depois dele e deixo minha homenagem a todos: Maria das Graças B. Borges, Moisés Justino de Melo, Mário Rosa dos Santos, Elaine Maria G. Monteiro, Neuza José R. Lima. A todos vocês, os meus agradecimentos pela nossa convivência tão agradável.

De aluna à professora no Mestrado em História

Nesta seção, revisito, em poucas linhas, minha própria trajetória no PPGH, na condição de aluna, de professora **colaboradora** e de professora concursada, em especial, minhas atividades acadêmicas de orientação de mestrandos. Pude presenciar, ao mesmo tempo em que ocorria a ampliação do crescimento do espaço físico da Instituição, a qualificação do seu quadro docente. Participei dessa história desde 1980, quando ingressei como aluna do Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. No mestrado, apresentei a dissertação *A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)*,²⁸ defendida em 1985. No doutorado, elegi como tema *A imigração árabe em Goiás (1880-1970)*, defendida, em 1997, na USP, e publicada em forma de livro pela editora da UFG, em 2000.²⁹

Em 1985, ingressei como professora do Curso de Graduação em História na categoria de **professor colaborador**. As contratações de docentes na UFG, na década de 1970-1980 passaram a ser feitas em caráter precário. Como o MEC negava a abertura de concursos públicos, a saída encontrada foi a dos chamados **professores**

28 NUNES, Heliane Prudente. *A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1985.

29 NUNES, Heliane Prudente. *A imigração árabe em Goiás (1880-1970)*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

colaboradores, selecionados com menos formalidade dentro de cada departamento. Os contratos eram semestrais, com possibilidade de renovação. No entanto, era necessário um semestre de intervalado entre um contrato e outro para se evitar estabelecer o vínculo empregatício. Exerci a atividade como professora substituta (colaboradora), contratada com prazo determinado, de março a julho de 1985, de agosto de 1985 a 1º de janeiro de 1986 e de 24 de fevereiro de 1987 a 1º de outubro de 1987.

Vale lembrar que para a categoria de **professor colaborador** a Legislação previa muitas obrigações e poucos direitos. A carga horária era de dezoito horas-aula semanais, prestada nos locais, turnos e horários determinados pela Instituição. Em decorrência dessa norma, acabei lecionando em vários departamentos do ICHL, como os de Letras, Jornalismo e Filosofia. Foi muito enriquecedor, pois pude ampliar o meu leque de conhecimento sobre o corpo docente dos referidos departamentos e perceber a clara divisão de direitos entre o **colaborador** e o corpo docente permanente. A universidade não iria investir, por exemplo, na qualificação de um professor **colaborador**. Esse foi um dos motivos que me levaram a prestar concurso público na área de História na Universidade Federal de Uberlândia, tendo sido aprovada e exercido o cargo de professora naquela instituição durante os anos de 1987 a 1989. Nesse período, sofri sérios constrangimentos naquela IES, em decorrência do acidente com o Césio-137, que ocorrera em Goiânia no ano de 1987. Para alguns colegas e alunos eu poderia estar **contaminada**, uma vez que eu me deslocava periodicamente para visitar minha família, que continuava morando em Goiânia. Tal preconceito atingiu profundamente a economia de Goiás, com a restrição das

exportações aos produtos goianos. **Tempos muito difíceis!** Como, em 1989, foi aberto um concurso público para o Curso de História da UFG, prestei o referido concurso e fui aprovada com a nota máxima. Desde então exerci a docência na graduação e na pós-graduação até o ano de 2003, quando me aposentei do serviço público federal. Após a conclusão do meu doutorado na USP, em 1996, passei a fazer parte do corpo docente do mestrado. Inicialmente, tive como colegas os professores Luis Palacín, Dalísia Doles, Gilka Salles, Janaina Amado, Ana Lúcia da Silva, Barsanufu G. Borges, Nasr F. Chaul, Noé Freire Sandes, Luís Sérgio Silva, Leandro Rocha, Olga R. Cabrera Garcia, Dulce Oliveira Amarante dos Santos e José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza. Mais tarde, novos colegas foram enriquecendo o quadro docente do mestrado com a presença de Holien Goncalves Bezerra, Élio Garcia Duarte e Élio Cantalício Serpa, Eugênio Rezende de Carvalho... Depois da minha aposentadoria, professores mais jovens ingressaram no quadro de docentes, enaltecendo mais ainda o Programa com suas significativas contribuições. Aos meus colegas, deixo registrada a minha saudade do convívio tão prazeroso.

Muitas mudanças e muitas conquistas marcaram o Curso de Graduação em História, agora com o *status* de Faculdade, e o Programa de Pós-Graduação em História da UFG, ofertando, além do Mestrado, o Curso de Doutorado, a partir do ano de 2003. Tais iniciativas resultaram em uma ampliação de opções para os alunos sobre o conhecimento das fontes históricas, das origens e do processo do desenvolvimento em Goiás, assim como em uma maior inserção nas questões econômicas, políticas, sociais e culturais de Goiás, do Brasil e de outras nações.

Como professora do Mestrado em História, ministrei a disciplina “História da Família”, em 1998, tema, até então, inédito nas pesquisas do Mestrado em História da UFG. Após a oferta dessa disciplina, alguns mestrandos se propuseram a pesquisar temas relacionados ao estudo de família. Nesse sentido, realizei determinadas orientações, explorando diferentes perspectivas dessa temática. Tais supervisões se destacam não só pelo ineditismo desse assunto, como também pela investigação de fontes primárias, abrindo caminho para outras pesquisas.

A primeira orientação que tive o prazer de realizar (1998) foi a da mestranda **Roseli Martins Tristão**. Após ter cursado a disciplina de “História da Família” na USP, sob a orientação de Eni de Mesquita Samara, uma especialista nessa temática, resolvi explorar esse assunto ainda inédito na historiografia goiana. Propus esse tema como possível investigação à Roseli e ela não só aceitou, como ficou encantada com essa temática. Decidimos, então, explorar as *Formas de vida familiar na cidade de Goiás, nos séculos XVIII e XIX*,³⁰ analisando as transformações ocorridas na vida familiar no contexto da transição da mineração para a pecuária. Roseli abraçou o trabalho de garimpeira de fontes primárias sobre o tema, adotando como base para a sua pesquisa os relatos dos viajantes estrangeiros que passaram pelo território goiano, além dos documentos ligados à família, como testamentos, inventários e provisões de casamento. Sua pesquisa possibilitou que as fontes por ela consultadas servissem de referência para várias outras investigações correlacionadas com essa temática. Atualmente, Roseli concluiu o seu doutorado na

30 TRISTÃO, Roseli Martins. *Formas de vida familiar na cidade de Goiás, nos séculos XVIII e XIX*. 1998. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e exerce a docência na Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Outra orientação, realizada em 1999, fruto do meu doutorado na USP, foi a da **Diane Valdez**, com a investigação de tema sobre a infância, intitulada *Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goyanas*.³¹ Neste trabalho de meticulosa investigação, Diane levantou fontes inéditas nos arquivos históricos, analisando as legislações portuguesas, da Igreja Católica e as fotografias da época, as quais constituíram um acervo belíssimo. Ela apresenta um quadro geral da família goiana no século XIX, enfatizando o espaço ocupado pelas crianças, refutando e contrargumentando com teorias defendidas por autores europeus sobre as condições das crianças na Europa, reguladas por um rigoroso código moral e consideradas como miniadultos. Diane afirma que as crianças em Goiás tinham uma vivência bem mais livre dessas rígidas convenções estabelecidas pela sociedade europeia. Dando sequência à sua formação acadêmica, realizou o seu doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e exerceu a docência na Faculdade de Educação da UFG.³²

Mais uma orientação que abordou o tema família foi realizada, em 2001, por **Rita de Cássia de Oliveira**. Na dissertação intitulada *A laicização da sociedade brasileira e o Código Civil de 1916: avanços e*

31 VALDEZ, Diane. **Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goyanas**. 1999. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/tese/3847>. Acesso em: 27 jul. 2021.

32 A dissertação de mestrado de Valdez também foi publicada como livro: VALDEZ, Diane. **História da Infância em Goiás: séculos XVIII e XIX**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

permanências na concepção de família,³³ Rita pesquisou a concepção de família normatizada pelo Código Civil Brasileiro de 1916, a partir de dois institutos que a regulavam: o casamento e o pátrio poder. A investigação foi realizada com fonte primária eclesiásticas, jurídica e legislativa (Anais da Câmara dos Deputados e Diários do Congresso Nacional). Rita fez um trabalho de extrema relevância, o que lhe permitiu, posteriormente, ser aceita no Programa de Doutorado da Universidade de Barcelona (UB). Dando sequência ao tema do seu mestrado, Rita comparou a família brasileira, no contexto do Código Civil de 1916, com a família espanhola, no contexto do Código Civil de 1889. Foi aprovada com a nota máxima e tenho orgulho de ter participado da sua Banca Examinadora, juntamente com professores de renome que estudam famílias na Europa, sob diferentes perspectivas.³⁴ Atualmente, Rita faz parte do quadro de professores da UFG, atuando no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae).³⁵

Em 2003, orientei dois trabalhos relevantes, que investigaram religião e saúde em Goiás. **Itelvides José de Moraes** abordou o

33 OLIVEIRA, Rita de Cássia de. **A laicização da sociedade brasileira e o Código Civil de 1916: avanços e permanências na concepção de família**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

34 OLIVEIRA, Rita de Cássia de. **A família e a Codificação Civil Espanhola e Brasileira: estudo comparado dos sistemas de matrimônio dos códigos civis da Espanha (1889) e do Brasil (1916)**. 2018. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura: História, Arte, Antropologia e Patrimônio) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2018. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/130522>. Acesso em: 27 jul. 2021.

35 Outra publicação de Oliveira que merece destaque é: OLIVEIRA, Rita de Cássia de. Percorrendo os Caminhos do Direito Civil Brasileiro. **Mosaico Revista de História**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 134-149, jan./jun. 2001.

tema *O protestantismo pentecostal em Goiânia: de 1970-2002*.³⁶ Objetivando investigar as causas que explicam o acelerado crescimento das igrejas pentecostais em Goiânia, Itevides concluiu que tal crescimento se explica por meio de acordos políticos entre os pastores e líderes políticos, objetivando a obtenção de *benesses* do poder público. Dando sequência ao estudo dessa temática, concluiu seu doutorado na Universidade de Brasília (UnB). É importante destacar que Itevides teve sua dissertação de mestrado selecionada em um concurso realizado pela UFG, como um dos trabalhos de mais relevância social, e foi agraciado com o título de Historiador Destaque dos 40 anos de existência do Curso de História da UFG. Ele faz parte do corpo docente do Curso de História da UEG.

A orientanda que fez um trabalho de destaque na área de saúde foi **Leicy Francisca da Silva**. Ao analisar as *Políticas de saúde pública e a medicina popular no governo de Pedro Ludovico (1930-1945)*,³⁷ Leicy descortina toda a fragilidade do sistema de saúde pública em Goiânia, bem como a busca por novas formas de tratamento, por meio de ervas, remédios caseiros e benzedores, únicas alternativas para a população de menor poder aquisitivo. Ela concluiu seu doutorado em História pela UFG, dando sequência ao tema investigado no mestrado, pesquisando políticas públicas de saúde voltadas à erradicação da lepra em Goiás. Atualmente, atua como professora na Universidade Estadual de Goiás.

36 MORAIS, Itevides José de. **Protestantismo pentecostal em Goiânia (1970-2000)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

37 SILVA, Leicy Francisca da. **Políticas de saúde pública e a medicina popular no governo de Pedro Ludovico (1930-1945)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

Orientar o trabalho de **Rosane Costa Badan** me exigiu um esforço maior, pois tive de fazer leituras fora da área de História e navegar pela área de *design* e do desenho industrial. Defendendo, em 2004, o tema *O mobiliário como testemunha da História de Goiânia*,³⁸ durante o governo de Pedro Ludovico, Rosane investigou fontes inéditas, documentos, fotos e entrevistas, buscando informações com os marceneiros que fabricaram os móveis do Palácio do governo de Pedro Ludovico, de famílias da elite e dos clubes de Goiânia. Ela nos presenteou com um rico legado de fitas gravadas e fotografias revelando a opulência do mobiliário que adornava o *glamour* das festas realizadas pela elite goiana, ocorridas no Jóquei Clube de Goiânia. Dando sequência aos seus estudos, Rosane concluiu seu doutorado em Desenho industrial e comunicação, na Universidade Politécnica de Milão, Itália, em 2010. Atualmente, exerce a docência na Faculdade de Artes Visuais da UFG.

Cada um desses trabalhos que orientei me deu uma enorme satisfação, por ampliar o ineditismo das fontes consultadas, diversificar o campo temático da pesquisa e ampliar e divulgar a competência do quadro docente da PPGH. Os esforços dispendidos por meus mestres e colegas no curso de Mestrado em História foram recompensados, gerando frutos significativos.

Por fim, quero agradecer a todos os professores que contribuíram com a minha formação. Em particular, quero deixar minha homenagem aos professores que nos deixaram tão cedo: Dalísia Doles, Gilka Salles, Padre Luis Palacín, José Antônio, Ledonias Garcia e Noé Freire Sandes, meus contemporâneos no Curso de Graduação

38 BADAN, Rosane Costa. **O mobiliário como testemunha da História de Goiânia**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

em História e no Mestrado. Cada um que partiu deixou um enorme vazio que atingiu, de alguma forma, todos os professores do PPGH. Ninguém é insubstituível, mas esses profissionais, pela sua dedicação e altruísmo, se tornaram referências eternas.

JANAÍNA AMADO: MEMÓRIA ACADÊMICA E AFETIVA

Maria Amélia Garcia de Alencar¹

Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo,
Tempo, tempo, tempo, tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo
(*Oração ao Tempo*, Caetano Veloso)

Estas memórias, escritas para compor o livro comemorativo dos cinquenta anos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, referem-se ao período em que a professora Janaína Amado integrou o Programa (1977-1992) como professora e, por duas vezes, como coordenadora (1979-1981 e 1991-1992). Para melhor compreensão de sua atuação, incluímos, no texto, o período de formação de Janaína como historiadora e professora

¹ Doutora em História pela UnB; professora aposentada da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. E-mail: mameliaalencar@gmail.com

(fim da década de 1960/início dos anos 70), assim como o tempo de trabalho na UFG.²

A primeira notícia que tive de Janaína Amado foi quando ainda éramos estudantes do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela, mais adiantada no curso do que eu, já estava no terceiro ano, enquanto eu ainda era caloura.

Era tempo da ditadura civil-militar e a Universidade sofria tremendamente com a repressão do regime. Nos dois primeiros anos do curso de História, pontificava o catedrático de História Antiga e Medieval o professor Eremildo Viana, homem do sistema, que inclusive foi responsável pelo expurgo de vários colegas do curso. Assim, nós, alunos, esperávamos com ansiedade a chegada ao terceiro ano, quando então teríamos professores mais alinhados com nossas posições políticas. Entre esses professores estava a professora Maria Yedda Linhares, catedrática de História Moderna e Contemporânea, muito respeitada por estudantes e colegas. Alunos do curso circulavam em torno da professora, inclusive Janaína Amado. Os melhores, uma vez formados, eram convidados a trabalhar como assistentes de Maria Yedda, como foi o caso de Janaína.³ No entanto, a graduação de Janaína aconteceu no ano de 1968, o mesmo da promulgação do Ato Institucional n. 5, o AI-5, de triste repercussão nas universidades. Não cheguei a ter aulas com ela naquela época, pois logo vieram as cassações na UFRJ e a profa. Yedda

2 Eventualmente, outras informações fora desses períodos, quando consideradas significativas, constam de notas de rodapé.

3 No sistema de cátedras, não havia ainda concursos para professores nas universidades. O catedrático podia convidar os alunos que se destacavam para iniciar a carreira docente como professores assistentes.

foi afastada. Janaína então seguiu outros caminhos, afastando-se temporariamente da vida acadêmica.⁴

Sobre nossa formação nesse período, relembro que, nos primeiros anos da graduação, quando se destacavam as disciplinas de História Antiga e Medieval, as orientações bibliográficas estavam assentadas na historiografia francesa, sendo alguns autores enquadrados na chamada escola “positivista” ou metódica,⁵ de finais do século XIX e início do XX. Gustave Bloch e Louis Halphen estavam entre nossas leituras para o curso.⁶ Fustel de Coulanges, Gustave Glotz e os historiadores da economia, como Henri Hauser e Henri Sée, abriam perspectivas para além da história política.

Quando chegávamos ao terceiro ano do curso de graduação havia uma mudança radical de paradigmas, pois os professores cate-dráticos de História Moderna, História Contemporânea, História da América e História do Brasil, com seus assistentes, trabalhavam com princípios do materialismo histórico e seus intérpretes no período. Os ventos dos *Annales* também chegavam até nós através desses professores. Em que pese a pequena produção especializada no Brasil dos anos 1960, debates historiográficos ocorriam no

4 Janaína pretendia dar seguimento à vida acadêmica, inscrevendo-se no Mestrado em História da USP, sob a orientação da Profa. Emília Viotti da Costa. No entanto, o fechamento do regime político após o AI-5 e a saída das Universidades de muitos professores não alinhados com o regime adiaram esses planos. Janaína então trabalhou como colaboradora na Enciclopédia Barsa (Entrevista *on line* com Janaína Amado, realizada entre junho e julho de 2021. Daqui em diante, todas as referências à Entrevista com Janaína Amado remetem a esse documento).

5 BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Sintra (Portugal): Publicações Europa-América, 1990. p. 97.

6 A Escola metódica teve seus princípios divulgados na **Revista Histórica** e grande influência no ensino da História na França e no Brasil. Esses autores não eram traduzidos no Brasil, ou mesmo em Portugal, então os liamos no original, em francês.

âmbito dessas disciplinas. Alguns de nossos mestres foram autores de obras inovadoras para a História do Brasil, publicadas nas décadas seguintes, frutos, com certeza, da efervescência em torno das questões que se colocavam. Como exemplos temos o livro de Manoel Maurício Albuquerque.⁷ Maria Yedda Linhares também reuniu jovens historiadores numa *História Geral do Brasil*,⁸ destinada ao público não necessariamente especialista.

Terminada a graduação, Janaína mudou-se para São Paulo e, em 1972, iniciou o mestrado em História Econômica na Universidade de São Paulo, transformado em doutoramento no ato de qualificação.⁹ A USP tinha então o único programa de pós-graduação *stricto sensu* no País, fundado em 1971.¹⁰ A tese, intitulada *Conflito social no Brasil: a revolta dos mucker*, foi defendida em 1976 e publicada com o título *A revolta dos mucker*.¹¹ A orientadora foi a professora Maria Thereza Schorer Petrone, que vinha da tradição implantada na USP por Sérgio

7 ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. **Pequena história da formação social brasileira**. Rio de Janeiro: ed. Graal, 1981.

8 LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

9 Entrevista com Janaína Amado.

10 Embora a formalização da pós-graduação na USP tenha se dado somente em 1971, a formação dos historiadores uspianos é bem anterior. No “antigo regime da pós-graduação” na USP, teses foram defendidas desde os anos 1940, sob a orientação individual de professores franceses, que vieram para o Brasil quando da criação da universidade, e de seus sucessores. Sobre esse assunto, ver CAPELATO, Maria Helena R. (coord.). **Produção histórica no Brasil**: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história. São Paulo: Xamã, 1995.

11 AMADO, Janaína. **A revolta dos mucker**. 2. ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002. A primeira edição intitulou-se **Conflito social no Brasil: a revolta dos “mucker”** (São Paulo: Ed. Símbolo, 1978). Embora vinculada à área de História Econômica, a tese defendida indica certa indiferenciação entre as linhas que compunham a pós-graduação na USP.

Buarque de Holanda, com formação na Alemanha marcada pelo Historicismo, pela sociologia weberiana e pela escola psicossocial alemã. Os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda trouxeram uma renovação à historiografia do Brasil e, especialmente, do estado de São Paulo, matizando as matrizes marxistas.¹²

Sobre a produção historiográfica na Universidade de São Paulo, escreveram Capelato, Glezer e Ferlini:

Embora múltipla e eclética, é possível destacar o perfil característico dessa produção: a base erudita; rigor metodológico; a procura de coerência interna do trabalho; tradição de interdisciplinaridade; o cuidado de buscar o relacionamento constante entre a pesquisa empírica e a reflexão teórica, fugindo dos esquemas e modelos pré-estabelecidos.¹³

Podemos afirmar que esses princípios caracterizaram a produção acadêmica de Janaína ao longo de seus anos na Universidade e mesmo depois da aposentadoria, na medida em que continua

12 CAPELATO, Maria Helena R. A Escola Uspiana de História. In: CAPELATO, Maria Helena R; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; GLEZER, Raquel. **Produção histórica no Brasil**. 3 vols. São Paulo: Xamã, 1995. p. 22.

13 CAPELATO, Maria Helena R; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; GLEZER, Raquel. **Produção histórica no Brasil**. 3 vols. São Paulo: Xamã, 1995. p. 16.

produzindo obras de história, por vezes em coautoria com seus antigos orientandos.¹⁴

Em 1977, já morando em Goiânia, Janaína ingressou como professora visitante no Departamento de História da UFG. Em 1979, fez concurso público para a UFG, passando então ao magistério efetivo daquela instituição,

Nesta cidade, finalmente, nos encontramos pessoalmente, quando me inscrevi como aluna no curso de mestrado da UFG e matriculei-me numa disciplina oferecida por ela, intitulada “Brasil Império”. Nossa identificação foi imediata e a escolhi como minha orientadora (e ela aceitou), pois tinha como projeto de dissertação a questão fundiária em Goiás, com marco inicial na lei imperial de terras de 1850.¹⁵ Em 1979, fiz mais uma disciplina de mestrado com Janaína, cujo título era “Introdução ao Estudo de três autores clássicos: Durkheim, Weber e Marx”. Firmou-se, a partir de então, uma amizade e uma troca acadêmica que nunca se extinguiu.¹⁶

14 Bons exemplos dessa produção são **Brasil 1500: quarenta documentos** (Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001) coletados, anotados e comentados por Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo, seu marido, jornalista, filósofo e bacharel em Letras clássicas, que se apaixonou pela história e com ela publicou vários livros. A alentada obra traz 40 documentos históricos europeus dos primeiros anos do século XVI, muitos inéditos no Brasil, como é o caso de documentos italianos, com uma discussão da linguagem de época. Essa obra foi um importante aporte ao conhecimento histórico à época de sua publicação. Ressaltamos também a belíssima obra **Luís de Albuquerque: viagens e administração na Capitania de Mato Grosso**, escrita por Janaína Amado e Leny Caselli Anzai (São Paulo: Versal Ed, 2014), que ganhou o Prêmio de pesquisa Odebrecht e foi publicada nas versões em português e inglês. Possui riquíssima pesquisa iconográfica e mapas, entre outros documentos.

15 ALENCAR, Maria Amélia G. de. **Estrutura Fundiária em Goiás**: consolidação e mudanças (1850/1910). Goiânia: Ed. UCG, 1993.

16 Janaína foi também minha orientadora no doutorado, anos mais tarde, na Universidade de Brasília.

Janaína permaneceu na UFG entre 1977 e 1992, tendo exercido diversos cargos administrativos na instituição: por duas vezes coordenou o Mestrado em História (1979-1981 e 1991-1992). Foi também Diretora do Instituto de Ciências Humanas (1986-1989), que, à época, englobava dez cursos superiores nas áreas de Ciências Humanas, Comunicação, Letras e Filosofia.¹⁷ Exerceu ainda o cargo de Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UFG, entre 1982-1983.

Como Coordenadora da Pós-Graduação em História, a primeira gestão (1979-1981) foi marcada pela busca de ampliação do corpo docente e por trazer a Goiânia, por períodos variados, professores de outros estados e do exterior, além da promoção de palestras com esses professores e outros das Universidades goianas. Esteve em Goiânia, nesse período, para ministrar curso intensivo no Mestrado em História, o prof. Edgar Carone, da Universidade de São Paulo.¹⁸ Lembro-me particularmente da passagem pela Pós-graduação em História da UFG do professor Eul-Soo Pang, à época na Universidade de Alabama, Birmingham, EUA.¹⁹ O professor Pang ofereceu-nos um curso de Técnica de Arquivo no Mestrado em História, no ano de 1979. Ao longo do curso, discutimos os projetos de pesquisa de cada aluno e contribuições importantes eram feitas

17 Mais tarde, numa reforma da Universidade, esses departamentos foram separados em Institutos, por cursos.

18 O prof. Carone foi convidado por mim, como Diretora da Seção Regional da Anpuh, para fazer a conferência de abertura do Primeiro Encontro Regional de Professores de História da Anpuh-Goiás, realizado entre 21 e 23 de novembro de 1979. Ver UFG – Universidade Federal de Goiás. **Anais da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia: Cegraf, 1979. p. 465-534. Aí se encontra a íntegra de todos os trabalhos realizados durante o Encontro.

19 Em 1991, o professor Pang transferiu-se para a Colorado School of Mines, em Golden, Colorado, USA. In: COLORADO SCHOOL OF MINES. Eul-Soo PANG, Ph.D. Disponível em: <https://inside.mines.edu/UserFiles/File/LAIS/Faculty-Staff/Eul%20Pang%20CV.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

pelo professor, que buscava abrir nossas visões muito centradas na história regional.

Outra preocupação da coordenadora, naquele período, foi ampliar a bibliografia disponível para os alunos do PPGH, já que a Biblioteca Central da Universidade era muito pobre em obras específicas para a Pós-Graduação em História. “Lembro-me que arrecadamos exatos 547 exemplares [junto a editoras de São Paulo] que se tornaram a base de uma biblioteca específica da pós em História”.²⁰

Já a segunda gestão de Janaína na Coordenação da PPGH (1991-1992) se deu num contexto muito desfavorável. Vivia-se o governo neoliberal de Fernando Collor de Mello (1990-1992), período de grandes incertezas políticas e econômicas, inflação descontrolada e sucessivos planos econômicos malsucedidos. A adoção do neoliberalismo inseriu o Brasil na lógica do capitalismo globalizado e iniciaram-se amplas reformas do Estado, com redução do quadro de funcionários públicos federais e uma política de privatização que ameaçava vários órgãos.²¹ Os reflexos dessas políticas logo se fizeram sentir nas Universidades. Muitos professores se aposentavam assim que completavam o tempo de serviço, em função das reformas que geravam o temor da perda de direitos.²² Concursos

20 Entrevista com Janaína Amado. Uma Biblioteca setorial foi, então, criada no mesmo prédio onde funcionava a Pós-Graduação. Mais tarde, esse acervo foi incorporado à Biblioteca Central da UFG e, recentemente, nova biblioteca setorial foi organizada.

21 VIEIRA e FARIAS apud JACOMELI, Mara Regina Martins. As políticas educacionais da Nova República: do governo Collor ao de Lula. *Exitus*, Santarém, v. 1, n. 1, p. 119-128, jul./dez. 2011. p. 123.

22 Essa política, com pequenas variações – ora mais democrática e social –, teve sequência nos governos de Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Este último, apesar de sua forte origem acadêmica, privilegiou a educação básica, em detrimento dos ensinos médios e superior.

públicos não eram autorizados para substituição dos que deixavam a Universidade.²³ O grande desafio foi manter o PPGH em funcionamento, ao que a coordenadora se dedicou. Nessa segunda gestão como coordenadora, Janaína intermediou a vinda a Goiânia da profa. Mary Karach, então ligada à Universidade de Oakland, Rochester, Michigan, EUA.²⁴ No entanto, a vinda da professora a Goiânia só se efetivou depois que Janaína havia deixado a UFG. Outro brasileiro que esteve em Goiânia por intermédio da coordenadora do Programa à época foi Robert Levine.²⁵

No período de trabalho na UFG, além das funções acadêmicas e administrativas, Janaína não descurou da produção intelectual. Em coautoria com colegas da mesma instituição, a professora publicou *História de Goiás em documentos – I – Período Colonial*²⁶ e *Passando dos limites: a interdisciplinaridade nas Ciências Humanas*.²⁷ Se, no primeiro livro, destaca-se a paixão pela análise documental, que

23 Entrei para a UFG em 1991, num dos raros concursos públicos da época, na vaga da profa. Maria Sônia de Souza França, tornando-me, então, colega de Janaína.

24 Esta autora (1943-) tem importante contribuição nos estudos da escravidão no Brasil, tendo publicado o que é considerada por muitos uma obra-prima sobre o tema: KARACH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808-1850**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

25 Robert Levine (1941-2003) foi Diretor do Depto. de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Miami, Flórida, EUA. Seus estudos sobre a América Latina têm início ainda na década de 1970, quando fez seu PhD sobre o período Vargas. O livro foi publicado no Brasil sob o título **O regime de Vargas: os anos críticos – 1934-1938** (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980) e se tornou *best seller* de livros de não ficção. Outras obras do autor sobre o Brasil se seguiram, como **O sertão prometido: o massacre de Canudos** (São Paulo: Edusp, 1995) e **Brazilian Legacies: perspectives on Latin America and the Caribbean**. Abingdon (Reino Unido), 1997.

26 AMADO, Janaína; GOMES, L. P.; Garcia, L. F. **História de Goiás em documentos – I – Período Colonial**. Goiânia: Ed. da UFG, 1995.

27 AMADO, Janaína; PIMENTEL, S. V. (org.). **Passando dos limites: a interdisciplinaridade nas Ciências Humanas**. Goiânia: Ed. da UFG, 1995.

marcará toda a vida acadêmica de Janaína, no segundo ressalta-se a permeabilidade entre, principalmente, História e Literatura, mas também aparecem artigos abordando questões de filosofia e antropologia e sua interface com a História. Nessa obra, o capítulo escrito por nossa autora é um exercício de história comparada entre Brasil e Estados Unidos. “Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA” trata das relações entre História, historiografia e mitologia com relação à expansão da fronteira para o oeste nos dois territórios. É trabalho muito importante para os estudos de História da Goiás.

*No tempo das caravelas*²⁸ foi publicado em coautoria com seu marido, Luis Carlos Figueiredo.²⁹ Segundo nossa autora, essa é uma das obras que lhe deu mais prazer na elaboração e que se destinava a um público de leitores interessados em História (Entrevista). Tratam-se de artigos escritos pelos dois autores, tendo por base as mais recentes publicações nos EUA e na Europa, à época, que traziam novos temas e novas abordagens sobre assuntos relativos à era dos descobrimentos, ainda pouco conhecidos no Brasil. Um exemplo é o texto que trata da introdução de cachorros na América pelos espanhóis, animais treinados para o ataque e que contribuíram na destruição de grupos indígenas. Outro capítulo refere-se às batatas, nativas do Novo Mundo, que foram levadas para a Europa e se tornaram a base da alimentação em muitos países. A obra também traz a análise de mapas traçados no período colonial, revelando não só o descobrimento de novos territórios, mas também configurações culturais e quadros mentais de geógrafos e viajantes que os

28 AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luis Carlos. **No tempo das caravelas**. São Paulo: Ed. Contexto, 1992.

29 Ver nota 9.

elaboravam. Enfim, o livro abriu novas perspectivas, à época de sua publicação, sobre encontros e desencontros entre europeus e as populações nativas da América.

Nesse mesmo período, Janaína Amado, sempre atenta às questões relativas ao ensino de História, dedicou-se também à produção de livros paradidáticos com Luiz Carlos Figueiredo e com a colega da UFG profa. Ledonias Franco Garcia.³⁰ Uma das produções nessa área é *Navegar é preciso: grandes descobrimentos marítimos europeus*, em coautoria com Ledonias.³¹ Esse livro foi o primeiro paradidático de grande aceitação no mercado, sendo reeditado por 25 anos (Entrevista). Utilizando-se da documentação disponível, as autoras se aproximaram dos homens do século XV e revelaram, entre outras coisas, as surpresas daquelas descobertas. *Colombo e a América – 500 anos depois*, com Luis Carlos Figueiredo, foi outra obra da mesma coleção.³² Às vésperas das comemorações dos 500 anos do descobrimento da América, o livro atualizou para escolares os debates que então se travavam em torno das descobertas dos séculos XIV e XV.

Além das obras comentadas, a autora publicou também, no período 1977-1992, diversos artigos em periódicos locais, nacionais e estrangeiros, relacionados ao tema de sua tese de doutorado, à sua

30 Ledonias Franco Garcia foi professora do Colégio de Aplicação da UFG, antes de se transferir para o Departamento de História da mesma Universidade. Da sua experiência no Colégio se originaram suas preocupações com as questões relativas ao ensino da História.

31 AMADO, Janaína; GARCIA, Ledonias Franco. **Navegar é preciso: grandes descobrimentos marítimos europeus**. São Paulo: Atual, 1989.

32 AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luis Carlos. **Colombo e a América – 500 anos depois**. São Paulo: Atual, 1991.

experiência na graduação e na pós-graduação na UFG, à questão das fronteiras e da história agrária do Centro-Oeste brasileiro.

Importantes na vida acadêmica de Janaína Amado foram os períodos de estudos no exterior. Ainda como professora da UFG, permaneceu por dois anos como pesquisadora em instituições de renome nos EUA (1989-1991). No primeiro ano, esteve ligada ao *The Woodrow Wilson Center*, WWC, em Washington, DC, com bolsa de estudos do centro de pesquisa norte-americano.³³ À época, o Centro possuía um amplo setor voltado para a pesquisa histórica, dirigido pelo brasiliense Richard Morse. Janaína ficou, então, ligada a essa área.

Após muitos anos envolvida com a UFG e as questões locais, e numa época em que as comunicações *on line* apenas engatinhavam no Brasil, o que o Wilson Center proporcionou a ela foi uma possibilidade formidável de se atualizar com o que estava sendo produzido no mundo, na área de Ciências Humanas (Entrevista).

Nesse período como pesquisadora do WC, Janaína pode frequentar a Biblioteca do Congresso americano, uma das mais completas do mundo. Seu acesso foi liberado não só às obras já catalogadas, mas também às obras recém-adquiridas. A professora então pôde fazer um *aggiornamento*, entre outros, sobre temas ligados às viagens de descobrimentos da América, que deram origem ao livro *No tempo das caravelas*, comentado anteriormente. Além de muita leitura, o WC possibilitava uma vida intelectual intensa, com frequentes

33 O WWC foi fundado em 1968, como um fórum suprapartidário para debates sobre políticas públicas em âmbito global. Através de pesquisas independentes e diálogo franco, subsidia ideias e ações, contribuindo com os mais candentes desafios políticos enfrentados na atualidade. Seus pesquisadores devem abrir um diálogo global de ideias que possibilite ações por parte do Congresso norte-americano, da administração e da comunidade internacional. Em 2019, o WWC foi considerado o primeiro *think tank* de estudos regionais no mundo. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

palestras, seminários e colóquios, assim como a convivência com colegas de diferentes partes do mundo, também muito enriquecedora. O ano, então, foi muito profícuo do ponto de vista intelectual, fazendo surgir novas ideias para futuras publicações. Muito material reprografado foi trazido para o Brasil.

A esse ano no WC seguiu-se mais um na *Johns Hopkins University*, EUA (1990-1991), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.³⁴ Na JH, Janaína esteve ligada ao Departamento de Antropologia, disciplina que sempre a interessou. Poder participar, durante um ano, de um centro de excelência, que tinha professores como Sidney Mintz,³⁵ “complementou minha formação e me deu instrumentos para analisar melhor

34 A Johns Hopkins University, JHU, em Baltimore, Maryland, EUA, é um dos mais prestigiados centros de pesquisa no mundo. Fundada em 1876, seu primeiro reitor, Daniel Coit Gilman esclareceu a missão daquele centro de pesquisa: “The encouragement of research [...] and the advancement of individual scholars, who by their excellence will advance the sciences they pursue, and the society where they dwell.” In: JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. AMGEN Scholars Program. Disponível em: <https://amgenscholars.com/university/johns-hopkins-university/#:~:text=Daniel%20Coit%20Gilman%2C%20Johns%20Hopkins,in%201876%20as%20the%20nation's>. Acesso em: 20 ago. 2021. Até a presente data, a JHU não se afastou desses princípios.

35 Sidney Mintz (1922-2015) foi importante antropólogo norte-americano, que estudou a vida rural caribenha, história social e tradições afro-caribenhas. Buscou aproximar o conceito antropológico de cultura e o melhor do materialismo histórico. Chegou à JH em 1975 e aí ajudou a estabelecer o Departamento de Antropologia. Foi professor visitante nas mais importantes universidades nos Estados Unidos, em diversos países europeus, na Austrália, Nova Zelândia e Hong Kong.

a revolta de Formoso e Trombas, em Goiás, tema a que eu também me dedicava”.³⁶

Esses dois anos que Janaína e Luis Carlos passaram nos EUA se constituíram em período muito rico, com farta coleta de documentos relativos ao Brasil e à América, depois utilizados em publicações que contribuíram para trazer novas luzes à historiografia brasileira.³⁷

Janaína Amado deixou marcas importantes também no PPGH como orientadora de dissertações de mestrado, principalmente na década de 1980, quando o Programa se tornou mais independente da contribuição da USP, já contando com um corpo docente que podia levá-lo à frente. Ao todo, foram seis orientações nesse período, entre as quais me incluo como orientanda.³⁸

As memórias desse período do mestrado na UFG são as mais agradáveis. Aliada a um rigor teórico e metodológico, Janaína me

36 Entrevista com Janaína Amado. A revolta camponesa de Formoso e Trombas ocorreu no interior de Goiás. O movimento ganhou força a partir de 1954, quando militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) chegaram à região para realizar trabalho de organização junto aos camponeses e ampliar a área de atuação do Partido. Confrontos armados entre posseiros, fazendeiros, grileiros e forças policiais tiveram início. Em 1964, a ditadura civil-militar recém instalada promoveu a desarticulação do movimento, com a prisão de seus principais líderes (MEMORIAL DA DEMOCRACIA. GO: Trombas e Formoso. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/go>. Acesso em: 20 set. 2021. Sobre esse tema, ver: CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A Revolta de Formoso e Trombas**. Goiânia: Ed. UFG, 1988.

37 Ver comentários sobre as publicações de Janaína Amado atrás, neste texto. Anos mais tarde, ela teve oportunidade de fazer outros pós-doutorados no exterior, sendo em 1996-1997, na Universidade de Lisboa, UL, Portugal, e na Newberry Library, NL, nos Estados Unidos, no ano de 2000, que resultaram igualmente ricos em termos de produção historiográfica sobre a América e o Brasil. A professora, com frequência, trazia materiais de pesquisa para seus orientandos, que encontrava nos centros de pesquisa onde fazia seus estágios pós-doutorais.

38 Ver Catálogo de Dissertações de Mestrado – 1974-1996, do Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, da Universidade Federal de Goiás. Em 1995, já na UNB, Janaína orientou mais uma dissertação no Programa da UFG.

estimulava à pesquisa documental nas fontes primárias, desbravando uma temática nova para nós duas, qual seja, a História Agrária de Goiás. Foram vários períodos de pesquisas na Procuradoria-Geral do Estado, em Goiânia, e em Cartórios de cidades do interior de Goiás, seguidos de reuniões que, muitas vezes, aconteciam na aprazível Chácara Luanda, onde Janaína residia com a família. Ali, os áridos debates sobre a História serial, estatísticas e gráficos se tornavam mais amenos, sob a égide da gentileza da orientadora e da paisagem que nos circundava. Janaína nunca dizia “Isto não está bom”, mas sim “Você pode fazer melhor”. Nossa amizade se estreitou desde então e, anos mais tarde, em contexto totalmente diverso, voltamos a viver a experiência de orientadora-orientada no meu Doutorado, dessa feita na UnB.

Este texto constrói-se nas frestas entre a História e a memória, com pinceladas de biografia e autobiografia, sem pretender esgotar nenhum desses aspectos. Durante sua elaboração, Janaína e eu cruzamos lembranças de fatos que nos construíram como pessoas e como profissionais da História. Esses fatos estavam centrados em determinado período de nossas vidas, qual seja, o tempo de nossa formação como historiadoras e o tempo em que convivemos no PPGH da Universidade Federal de Goiás. No entanto, não descaramos de passagens que nos pareceram importantes para além desse período. Dessa trama, surgiu, numa construção coletiva, um passado partilhado. Por meio da entrevista

[...] o pensamento torna-se fluxo, construção coletiva, ou como conceituou Arfuck (2010) uma 'invenção dialógica'³⁹ por onde a narrativa biográfica pode-se constituir como um 'terceiro tempo' entre a história e a ficção. [...] Por meio desse jogo disputado no presente, trilhamos caminhos em direção ao passado.⁴⁰

Assim sendo, por meio da memória construímos um sentimento de continuidade, de coerência no tempo, mais imaginado que real, dando sentido ao passado, forjando uma temporalidade própria. A troca de afetos foi permanente entre Janaína e eu, além de outros interlocutores que foram surgindo ao longo do trabalho. Lentamente, no tempo próprio da memória, revolvemos o passado, tramamos lembranças, tecemos a História.

39 Na esteira do conceito de "dialogismo", proposto por BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. 5. ed. São Paulo: Ed. Hucitec; Annablume Ed., 2002; ARFUCK, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

40 MELO, Alice Carvalho de. Ouvir e escrever lembranças: conversa sobre a entrevista e os afetos na Comunicação. In: BARBOSA, Marialva; SACRAMENTO, Igor. **Vozes consoantes**: comunicação e cultura em tempos de pandemia. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020. p. 216.

HISTÓRICO DE COORDENADORES(AS)

Apresentamos, a seguir, uma lista com o histórico dos professores e professoras que coordenaram o PPGH ao longo dessas cinco décadas. Foram ao todo vinte docentes. Luis Palacín, seu primeiro coordenador, foi também provavelmente o professor que permaneceu mais tempo à sua frente, por quase quatro anos e meio. É possível que haja algumas imprecisões tanto nos nomes dos(as) docentes que o dirigiram quanto em relação ao período em que exerceram seus mandatos. As lacunas documentais e as traições da memória muitas vezes não contribuem para a composição desse tipo de homenagem. Novas e futuras pesquisas poderão corrigir e precisar esse quadro.

Período	Coordenador(a)	Vice-Coodenador(a)
1972 – 1973	Luiz Palacín	X
1974 – ago. 1976	Luiz Palacín	X
Set. 1976 – 1978	Maria Augusta de S. Moraes	X
1979 – 1981	Janaina Amado	X
1982 – 1983	Gilka Vasconcelos F. de Salles	X
1984 – 1985	Gilka Vasconcelos F. de Salles	X
1986 – 1987	Eliane Garcindo [Dayrell] de Sá	X
1988 – mar. 1990	Dalísia E. Martins Doles	X
Abr. 1990 – dez. 1990	Ana Lúcia da Silva	X
1991 – out. 1992	Janaina Amado	X
Nov. 1992 – out. 1994	José Antônio de Souza	X
Nov. 1994 – fev. 1996	José Antônio de Souza	X
1996 – 1997	Nasr Fayad Chaul	X
1998 – 1999	Dulce Oliveira A. dos Santos	Noé Freire Sandes
2000 – 2001	Noé Freire Sandes	Luiz Sérgio D. da Silva

Período	Coordenador(a)	Vice-Coordenador(a)
2002 – 2003	Luiz Sérgio D. da Silva	Leandro Mendes Rocha
2004 – 2005	Leandro Mendes Rocha	Élio Cantalício Serpa
2006 – 2007	Élio Cantalício Serpa	Libertad Borges Bittencourt
2008 – 2009	Eugênio Rezende de Carvalho	Maria Amélia G. de Alencar
2010 – 2011	Maria Amélia G. de Alencar	Dulce Oliveira A. dos Santos
2012 – 2013	Fabiana Fredrigo	Adriana Vidotte
2014 – 2015	Marlon Salomon	Elias Nazareno
2016 – 2017	Marlon Salomon	Elias Nazareno
2018 – 2019	Fabiana Fredrigo	Jiani Langaro
2020 – 2021	Jiani Langaro	Fabiana Fredrigo (2020) Elias Nazareno (2021)
2022 – 2023	Elias Nazareno	Cristiano Alencar Arrais

SERVIDORES(AS) TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS(AS)

Não poderíamos deixar de registrar os nomes dos(as) servidores(as) que trabalharam na secretaria do PPGH ao longo dessas cinco décadas e que tiveram um papel fundamental em sua história. As dificuldades para construí-la foram ainda maiores do que as observadas na montagem do quadro acima. Futuras pesquisas poderão cobrir possíveis lacunas e imprecisões:

Alcebíades do Nascimento Andrade

Maria das Graças Barbosa Borges

Moisés Justino de Melo

Beronice Pereira Teixeira

Elaine Maria Guimarães Monteiro

Edmilson Rezende da Silva

Mário Rosa dos Santos

Neuza José Rezende Lima

Dayane Mendonça Alves

Marco Aurélio Fernandes Neves

Hélida Carolinne Medeiros

Cintila Alves Garcia

Jean Hardy Garcia

Margarida do Amaral

PRIMEIROS(AS) ESTUDANTES

Seria impossível trazer a lista de todos(as) os(as) discentes titulados(as) pelo PPGH ao longo de seus 50 anos de história. Não apenas por sua extensão, mas porque se trata de uma lista aberta, que a cada ano se amplia de maneira significativa. Assim, no ato de sua publicação, ela já estaria defasada. Entretanto, não seria sem interesse histórico registrar aqui a lista dos(as) estudantes matriculados(as) na turma que inaugurou a pós-graduação na Universidade Federal de Goiás, em 1972. No primeiro capítulo deste livro, o professor Marlon Salomon analisou essa lista, buscou traçar um perfil do corpo discente que compunha essa primeira turma e procurou compreender as práticas institucionais e acadêmicas que definiam, então, a pós-graduação e que permitem entender a grande quantidade de discentes matriculados no curso-convênio UFG-USP de mestrado em Ciências Humanas e Letras. Desse modo, não cabe aqui repetir sua análise. Vamos transcrevê-la e apresentá-la em sua totalidade, indicando o registro das áreas específicas (Ciências Humanas e Letras) das matrículas e a filiação institucional dos(as) estudantes.

Com esse registro, gostaríamos de prestar nossa homenagem a todos(as) os(as) estudantes que passaram pelo PPGH ao longo dessas cinco décadas.

Área de Ciências Humanas

Nome	Cargo e Função
1. Antonio Capi	Professor da UCG
2. Áurea Cordeiro de Menezes	Professora do Ensino Médio
3. Acary de Passos Oliveira	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
4. Alexandrina Passos Santos	Professora da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão
5. Cassimiro Coelho Bonfim	Professor de Ensino Médio
6. Eliane Garcindo Dayrell	Auxiliar de Ensino da UFG – FE
7. Glória Elisete Drummond	Professora de Ensino Médio
8. Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles	Professora da UFG – ICHL
9. Heldo Vitor Mulatinho	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
10. Isabel Ribeiro	Professora do Ensino Médio
11. Italiano Monini	Professor da UCG
12. Ivaldeci Emília da Silva Luz	Professora do Ensino Médio
13. Jan Magalinski	Professor do Ensino Médio
14. Juarez Costa Barbosa	Professor da UFG – ICHL
15. Laís Aparecida Miranda	Professora do Ensino Médio
16. Maria Cristina Teixeira Machado	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
17. Maria Luiza Centeno	Professora da UFG – ICHL
18. Maria Sônia França e Souza	Professora da UFG – ICHL
19. Maria de Souza França	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
20. Maria Nazaré Coelho Noletto	Professora da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão
21. Mari Nazaré Baiocchi	Professora da UCG
22. Maria Augusta da Conceição Neiva	Professora de Ensino Médio
23. Maria Teixeira da Silva Canedo	Professora de Ensino Médio
24. Marília Ferreira Guedes Vecchi	Professora de Ensino Médio
25. Marcolina Martins Garcia	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
26. Marielys Siqueira Bueno	Estudante

Nome	Cargo e Função
27. Miguel Archângelo N. dos Santos	Professor de Ensino Médio
28. Nilda Pereira da Silva	Professora de Ensino Médio
29. Pablo S. Valadares Dias	Professor da UCG
30. Sarah Taleb Rassi	Professora da UCG
31. Sheila Maria Thomé Neto	Professora de Ensino Médio
32. Terezinha Maria Bravo	Professora da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão
33. Valquíria Braga dos Santos	Professora da UFG – ICHL
34. Vivaldo Vieira Silva	Professor da UFG – ICHL
35. Walderez Loureiro Miguel	Professora da UCG
36. Zildete Inácio de Oliveira	Professora do Ensino Médio
37. Maria Stela de Godoy	Auxiliar de Ensino da UFG- ICHL

Área de Letras

Nome	Cargo e Função
1. Agostinho Potenciano de Souza	Professor de Ensino Médio
2. Ângela Jungmann Gonçalves	Auxiliar de Ensino da UFG – FE
3. Aparecida de Paula Lima	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
4. Braz José Coelho	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
5. Cleonice Terezinha Roseto	Professora da UCG
6. Ecléa Campos Ferreira	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
7. Elísia de Jesus Paixão	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
8. Eli de Oliveira Chaves Falanque	Professora do Ensino Médio
9. Getúlio Gonçalves Pontes	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
10. Ione Maria de Oliveira	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
11. João Elwerth Ferreira	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL
12. João Daher Filho	Professor de Ensino Médio
13. Maria Luiza Nogueira Costa	Professora de Ensino Médio
14. Marlene Stein Fisher	Auxiliar de Ensino UFG – ICHL
15. Nora Alencastro Caiado Curado	Professora de Ensino Médio
16. Norma Simão Adad Mirandola	Professora da UFG – FE
17. Olga Martins Pereira	Professora de Ensino Médio
18. Paulo Marcelino	Auxiliar de Ensino da UFG – ICHL

SOBRE O LIVRO:

Tipologia: Nassim Latin, Alegreya Sans SC
Publicação: Cegraf UFG
Câmpus Samambaia, Goiânia, Goiás. Brasil.
CEP 74690-900
Fone: (62) 3521-1358
<https://cegraf.ufg.br>